



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BERNARDO CASTRO FERNANDES

**CULTURA HISTÓRICA, RAZÃO INSTRUMENTAL E ÉTICA
PLURALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
MÍDIA E A GUERRA DO IRAQUE**

JOÃO PESSOA –PB

2011

BERNARDO CASTRO FERNANDES

**CULTURA HISTÓRICA, RAZÃO INSTRUMENTAL E ÉTICA
PLURALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
MÍDIA E A GUERRA DO IRAQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

JOÃO PESSOA-PB

2011

F363c Fernandes, Bernardo Castro.

Cultura histórica, razão instrumental e ética pluralista:
reflexões sobre as relações entre mídia e a guerra do
Iraque / Bernardo Castro Fernandes.- - João Pessoa,

2011. 212f.

Orientadora: Rosa Maria Godoy Silveira

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Historiografia. 2. Cultura histórica. 3. Meios de
Comunicação de massa. 4. Referenciais éticos.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

BERNARDO CASTRO FERNANDES

**CULTURA HISTÓRICA, RAZÃO INSTRUMENTAL E ÉTICA
PLURALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
MÍDIA E A GUERRA DO IRAQUE**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

Orientadora

Élio Chaves Flores

Avaliador Interno/ UFPB

Avaliador(a) Externo(a)

Agradeço à professora Rosa Godoy pelo amadurecimento intelectual e humano que me foi proporcionado com estes anos de convivência.

“Toda guerra quando chega, ou antes de chegar, é representada não como uma guerra, mas como um ato de auto-defesa contra um maníaco homicida.”

George Orwell

“Sempre que o imperialismo começa a exaltar suas próprias virtudes, convém revistar seus bolsos.”

Eduardo Galeano

RESUMO

A cultura histórica produzida pelos grandes meios de comunicação de massa veicula uma visão de mundo ligada aos interesses do grande capital, financiador de todo o aparato midiático, que forja a consciência das pessoas, educando-as para o capital. Estas mídias, atreladas a tais interesses econômicos, constituem uma larga parcela da produção cultural no mundo contemporâneo. O poder do capital sobre a cultura histórica produzida na sociedade traz conseqüências danosas para a cidadania e a democracia, que passam a ser meros acessórios da lógica econômica, ligada aos princípios da razão instrumental. Objetivamos, com este trabalho, descortinar os condicionamentos existentes na cultura histórica produzida pela revista *Veja* acerca da Guerra do Iraque, e que estão subjacentes ao seu discurso, procurando colocar este acontecimento dentro da longa duração e investigando o quanto o paradigma moderno, forjador da idéia de superioridade da civilização ocidental, está presente nas raízes da cultura histórica produzida por esta publicação. Procuramos, também, estabelecer alguns referenciais éticos, atrelados ao multiculturalismo emancipatório, de forma a fazer uma crítica ao paradigma que legitima ideologicamente as ações imperiais que nos propomos a analisar. Esta crítica deve servir de matéria-prima para a configuração de uma nova cultura histórica contra-hegemônica, na qual a riqueza cultural existente no mundo possa ser contemplada, de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Cultura Histórica – Meios de Comunicação de Massa – Guerra do Iraque – Paradigma Moderno – Referenciais Éticos

ABSTRACT

The historical culture produced by the media of mass communication conveys the idea of the world from the perspective of the big capital, which is the sponsor of the mediatic apparatus that forges the conscience of people, educating them for capitalism. These media, together with those economic interests form a large piece of the cultural production in the contemporary world. The power of the Capital upon the historical culture produced within the society brings harmful consequences for citizenship and democracy. These come to be mere accessories of the economic logic, which works with the principles of the instrumental reason. Our purpose with this thesis is to unfold the conditioning in the historical culture generated by the magazine *Veja* about the Iraq War that is underlying its speech. We intend to place these facts in the long duration and investigate how much the modern paradigm, responsible for forging the idea of superiority in the Western civilization, is present in the roots of the historical culture induced by this media. We seek to establish some ethical references, attached to multiculturalism emancipatory, in order to criticize the paradigm that legitimizes ideologically the fundamental actions which we intend to analyze. This critique must be used as raw material for the settings of the new counter-hegemonic historical culture. The cultural richness existing in the world may be contemplated, according to the Educational National Plan of the Human Rights in Brazil.

Key-Words: Historical Culture – Media of Mass Communication – Iraq War – Modern Paradigm – Ethical References

ÍNDICE

1.INTRODUÇÃO.....	01
2. CULTURA HISTÓRICA E MÍDIA: O Caso da Revista <i>Veja</i>.....	18
2.1 Acerca do Conceito de Cultura Histórica	18
2.2 A Força do Mercado: Condicionamentos da Cultura Histórica na Mídia.....	27
2.3 A Revista <i>Veja</i>	33
2.4 O que as reportagens nos mostram.....	38
2.5 <i>Veja</i> : que cultura histórica?.....	64
3. O ACONTECIMENTO EM SUA DURAÇÃO.....	77
3.1 Imperialismo e a “Superioridade Ocidental”	83
3.2 O Novo Centro da “Superioridade Ocidental”.....	92
3.3 Um Breve Impasse na Estratégia Imperial.....	104
3.4 Terrorismo e a atualização da hegemonia.....	107
4. O DISCURSO EM SEU PARADIGMA.....	132
4.1 A Configuração do Paradigma Moderno.....	134
4.2 Algumas Críticas ao Paradigma.....	146
4.3. A Globalização como Atualização Paradigmática.....	150
4.4. Impactos da globalização.....	160
4.5. Críticas Contemporâneas ao Paradigma Atualizado.....	171
5. CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS, MAS PARA FUTUROS.....	182
5.1. Uma racionalidade aberta x o pensamento único.....	184
5.2. Por uma nova cultura histórica e uma nova mídia.....	198
REFERÊNCIAS	206

1. INTRODUÇÃO

O tempo presente tem sido palco de diversas transformações no campo político, econômico, moral, comportamental, entre diversas outras esferas da vida. Já não se vive mais em um mundo em que podemos estar absolutamente seguros dos fundamentos que regem as nossas vidas e que nos dariam as diretrizes de uma convivência em comum. A radicalização do processo de globalização tem mexido com o mundo em que vivemos, e a investigação a respeito destas modificações, que estão em processo na atualidade, sempre aguçou minha curiosidade acadêmica. As formas de estar no mundo e percebê-lo eram fundamentadas em rígidos padrões organizacionais que existem desde tempos imemoriais, quando a Igreja ainda possuía poder e prestígio suficientes para ser detentora dos moldes e dos padrões de conduta que disciplinavam o comportamento das pessoas. Com a modernidade, a instância protetora da ordem social passou a ser a Razão e o progresso, materializados no Estado Liberal Moderno, e que deram continuidade ao legado religioso, ao imporem austeros modelos de conduta que visavam acabar com as ambivalências e heterogeneidades da sociedade (BAUMAN, 1997, p.25-60). Causa-me uma certa admiração a forma como o mundo em que vivemos contemporaneamente, veio, gradativamente, rasgando tais ilusões e reconhecendo o quanto essas pretensões, estabelecidas ao longo de séculos, possuem o cinismo de uma intencionalidade particular subjacente aos discursos proferidos em tons de universalidade. Os grandes temas que regem o bom funcionamento de uma sociedade, como ética, justiça social e direitos humanos, entram em crise e chegam a um ponto em que se torna fundamental a necessidade de serem ressignificados. As tradições já não possuem o poder estruturante que lhes cabia. A vida do todo societário se fragmenta em uma pluralidade de contextos particulares que fogem às perspectivas generalizantes. Novos problemas surgem com este relativismo, que levaria a uma impossibilidade de coesão e organização social, desmobilizando os movimentos sociais e, conseqüentemente, ratificando o *status quo* existente.

O interesse pelo tema da crise da racionalidade surgiu gradativamente, como resultado de minha trajetória acadêmica na graduação em História, na medida em que foram sendo acumuladas leituras que me apontavam as aporias existentes entre o relativismo imobilizante que as correntes pós-modernas propõem para a análise social, e a rigidez autoritária em que o modelo de racionalidade, defendido pelos modernos, não raramente, descambava. O ideal de romper com o antigo modelo e com seu objetivo de

estabelecer um controle social embasado na aplicação da razão instrumental¹, que pressupunha o total controle da natureza como condição *sine qua non* para a felicidade humana, me trouxe possibilidades de novas reflexões (BAUMAN, 1999, p. 29-39). Quando o modelo de racionalidade proposto pela modernidade mostrou suas limitações, justificando e incentivando guerras, genocídios e perseguições, diversos movimentos libertários questionaram esse paradigma, que sofreu sérios abalos. A partir destas críticas, nas ciências sociais, é possível perceber a emergência do sujeito, e das temáticas que lhe dizem respeito, como, por exemplo, as questões relativas à ética (DOSSE, 2007, p.345-346). Os movimentos libertários, surgidos nos anos sessenta, foram de fundamental importância para que houvesse o ponto de inflexão em que o paradigma moderno passou a sofrer sérios desgastes. Mesmo com tantos avanços do pensamento, da tecnologia, que a racionalidade propiciava, “a humanidade”, nas palavras dos pensadores da Escola de Frankfurt, “resplandece sob o signo da calamidade triunfal” (ADORNO; HORKHEIMER, 1975, p.97), pois ainda existe um forte apego aos padrões da racionalidade instrumental. Um novo estado de selvageria, decorrente da racionalidade iluminista, passa a trazer para a ordem do dia as discussões a respeito do medo e a dominação que regem as relações entre os homens. Pretendo mostrar, no presente trabalho, que essas críticas pelas quais a racionalidade ocidental passou, não foram suficientes para que se pusessem em prática perspectivas de ação libertárias e que estas ainda precisam percorrer um longo caminho para que possamos chegar à emancipação desejada.

Discutindo a globalização e as relações dos países do centro industrializado do capitalismo ocidental, maiores beneficiários do modelo de racionalidade que irei trabalhar, pude perceber o quanto as relações entre os países ainda estão sujeitas às práticas legitimadas na modernidade, havendo um deslocamento das prioridades pelas quais é feito o uso da racionalidade, que passa por um processo de esvaziamento no

¹ Razão instrumental é um termo desenvolvido por Max Horkheimer e intensamente trabalhado e aperfeiçoado pelos demais filósofos e cientistas sociais da escola de Frankfurt, e que diz respeito à característica mais alardeada da racionalidade que foi desenvolvida no mundo ocidental, em que eram relevantes para o conhecimento os critérios de cálculo, classificação, esquadramento e normatização do mundo vivido, sendo essas ações necessárias para o desenvolvimento da produção econômica e o controle social. Esta vertente da racionalidade foi supervalorizada pela modernidade ocidental, que possuía anseios de um progresso ilimitado, relegando a um segundo plano as preocupações éticas e humanistas que não se submetiam aos critérios de produção e cálculo, tão caros à realização dos objetivos planejados.

campo político e se estrutura fortemente no campo econômico, tendo os Estados nacionais que passar por uma reformulação, em que se faz necessária a adaptação aos imperativos das grandes empresas transnacionais. Nesse processo, nota-se que os Estados não assistem passivamente ao desenvolver deste movimento, eles possuem um papel ativo e atuante, proporcionando, eles próprios, a sua auto-desregulamentação em favor dos grandes conglomerados transnacionais. A olhos nus, pode-se perceber o quanto, nos últimos anos, os níveis de pobreza vêm se acentuando, embora a capacidade de produção tenha aumentado neste mesmo espaço de tempo. A globalização hegemônica, capitaneada pelos Estados Unidos da América, representa uma continuidade com os preceitos que a racionalidade instrumental, levada a cabo na modernidade, indica como possibilidade de normatização, de forma a atender a necessidade de ordem social advinda do consenso de Washington, que apregoa um discurso único².

A crise da racionalidade e dos mecanismos da produção do conhecimento, que justificavam as intervenções militares que serão discutidas, trazem à tona a possibilidade de uma crítica aos propósitos legitimadores de práticas políticas que tomam como pressuposto a superioridade do Ocidente em detrimento de outras manifestações culturais, que carregam uma alcunha de não-civilizadas, selvagens, orientais etc. e diversas outras conceitualizações que inferiorizam o “outro” não alinhado. A globalização hegemônica pretende implantar um conjunto de regras e prescrições para os Estados nacionais no intuito de facilitar a circulação de mercadorias no atual patamar de acumulação capitalista. É um processo de estruturação de uma economia de mercado que domina as relações internacionais. Essa Razão Econômica, calcada em um discurso único, onde a saída dessa lógica é inadmissível, vem tomando conta das relações internacionais e engendrando o critério de solvência econômica como pressuposto básico para a cidadania (FEITOSA, 2007, p.30-45). Mas, assim como qualquer outro processo histórico, essa lógica é sujeita a alterações e redefinições. É no intuito de levar adiante um diálogo acerca de tal projeto civilizador que este trabalho é proposto, visando, a partir do ensejo propiciado pela crise paradigmática, fazer uma

² O consenso de Washington consiste em um conjunto de medidas formuladas por economistas de diversas instituições financeiras que, reunidos em Washington no ano de 1989, passaram a traçar certos parâmetros de conduta das economias de países em desenvolvimento que buscassem apoio e recursos financeiros dos organismos internacionais, impondo-se, assim, a lógica do pensamento único neoliberal.

análise da Cultura histórica³ veiculada pela mídia em torno da Guerra do Iraque, propondo a ampliação do conceito de cidadania, para que este seja fundado em uma epistemologia das diferenças.

Para tanto, foi necessário utilizarmos o conceito cunhado por Boaventura de Sousa Santos, “sociologia das emergências”, que oferece possibilidades de fazer discutir e aflorarem as manifestações não contempladas dentro da lógica econômica que rege as relações internacionais. O modelo de racionalidade alvo de crítica nesse trabalho representa uma continuidade com aquele que a modernidade ocidental exporta para o resto do mundo, argumentando que esta é a única forma possível e civilizada de se garantir a democracia. O objetivo da crítica foi mostrar o caráter “norte-americanocêntrico” desta forma de pensamento, que toma como ponto privilegiado a lógica produtivista, que se organiza através de uma lógica quantitativa e que dá prioridade maior às possibilidades de lucros que as grandes empresas capitalistas podem auferir. A pós-modernidade⁴ é a fase correspondente a essa lógica cultural do capitalismo tardio, que vê na fragmentação social – denominado no discurso neoliberal de mercado segmentado - um meio para o avanço do mercado consumidor. Essa exaltação da fragmentação e da diversidade não dá respostas satisfatórias às aspirações éticas e políticas fundamentadas na emancipação social, pois, de uma forma escamoteada, continua a existir uma forma de regulação social que se dá por critérios também homogeneizantes, o critério da solvência ao mercado (SILVEIRA, 2007. p.06).

Metodologicamente, busquei romper com as análises e ações praticadas segundo o paradigma da modernidade ocidental, com sua arrogância e indisponibilidade para engendrar um diálogo com as tradições subalternas, que tiveram que se submeter ao modelo hegemônico. Procurei partir do pressuposto de que todas as culturas possuem uma grande incompletude, e o método hermenêutico da tradução intercultural é o que possibilita a interação entre culturas igualmente não completas, trazendo a possibilidade

³ Compreendemos o conceito de cultura histórica como o conhecimento originado da produção, transmissão e recepção dos conhecimentos históricos, sustentada pelos bens culturais que estão em circulação em cada sociedade em diferentes tempos. Ver: Flores (2007, p. 83-102) e também Le Goff (2003.p.47-102).

⁴ Conceito bastante polêmico e sujeito a inúmeras críticas, mas por mim utilizado sob diferentes critérios, não como um período temporal que aparece em substituição à modernidade, mas, seguindo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, como um período em que a modernidade possui maturidade suficiente para enxergar os seus próprios limites, fazendo sua autocrítica. Ver: (BAUMAN, 1997, p.6)

de um enriquecimento mútuo. Busca-se o entendimento ente elas, é o que se designa por consenso dialogicamente estabelecido, em que qualquer possibilidade de busca por algum tipo de finalidade, *aprioristicamente* definida entre os concernidos do diálogo deve ser desencorajada. Procurei apontar certos caminhos que possibilitem esta base ética. Não se pode ser cego às pretensões de validade das culturas que não fazem parte da cultura hegemônica. Com a possibilidade de tradutibilidade entre as culturas, que a *hermenêutica diatópica* nos traz, abre-se a possibilidade de encaixar os conhecimentos produzidos no seu contexto de produção, observando-as pela capacidade que possuem de realizarem as suas tarefas específicas dentro daqueles respectivos universos particulares em que as mais diversas manifestações de vida em sociedade foram elaboradas. O progresso científico e a sua consequente multiplicação de bens materiais não devem servir de axioma para a humanidade como um todo, pois legitimam arbitrariedades e autoritarismos daqueles povos detentores da técnica. A pós-modernidade, ao trazer o descrédito das grandes narrativas universalizantes, abre espaço para a elaboração de uma nova abordagem dos dilemas éticos a que devemos nos submeter. Aguçando-se a sensibilidade para as particularidades, podemos perceber as diversidades existentes no mundo, e com isso desenvolvermos a possibilidade de construir uma expressão epistemológica adequada para os problemas que nos são colocados atualmente. Com a percepção de que os conhecimentos que são produzidos em seus contextos particulares, são todos eles incompletos e extremamente parciais, pois não contemplam as experiências que outras manifestações culturais criaram para si, torna-se absolutamente insustentável a hegemonia cientificista, cultural e economicista que vigora na sociedade Ocidental em suas pretensões de universalização (SANTOS, 2004, p.777-821).

Essa mudança de enfoque teórico é fundamental para o desenvolvimento da argumentação necessária a um entendimento e aprimoramento dos ideais éticos que se fazem necessários desenvolver na contemporaneidade. É no intuito de discutir e analisar os fundamentos éticos da cultura histórica da contemporaneidade, examinada a partir de um estudo de caso – a ocupação dos EUA (2003) no Iraque, que o trabalho foi desenvolvido. Esta ocupação é um exemplo elucidativo a respeito do problema do choque de civilizações enfrentado atualmente. Através do estudo deste episódio, podemos sustentar o quanto existe de moderno no pós-modernismo hegemônico e, dessa maneira, traçar novas diretrizes para as discussões éticas atuais, mais adequadas

ao momento de abertura para uma sensibilidade multicultural que vivemos no atual mundo globalizado. O estudo da mídia, em especial, o caso da revista *Veja*, foi de fundamental importância para a análise da cultura histórica presente nas discussões veiculadas no Ocidente a propósito daquele conflito. A eficiência e engenhosidade dos textos publicados pela mídia são definidores de uma cultura histórica criada acerca do Oriente, contribuindo para a consolidação de imagens estereotipadas que realçam uma suposta inferioridade destes povos. O recorte específico deste trabalho - a cultura histórica sobre a ocupação do Iraque, produzida e veiculada na mídia, exemplificada neste trabalho pela revista que faz parte das publicações de uma das maiores editoras do Brasil - procura contribuir para o estabelecimento de uma configuração da cultura histórica hegemônica ao buscar descortinar os fundamentos ético-culturais e epistemológicos que justificam os empreendimentos imperialistas levados a cabo na atualidade.

No segundo capítulo, a preocupação foi discutir o papel que a mídia ocidental tem tido na contemporaneidade, em especial quanto à formulação de uma cultura histórica sobre os acontecimentos que serão discutidos no capítulo subsequente, na medida em que as mídias são potentes veículos de socialização cultural. A mídia tem uma função preponderante nos dias atuais para a formulação da visão de mundo dos sujeitos, na medida em que estes se apropriam dos conteúdos por ela veiculados e produzem suas representações a partir disso. Pode-se constatar que o lugar social no qual estamos inseridos no momento, é diretamente influenciado por um meta-consenso, que gira em torno da proposta hegemônica de globalização, atrelada aos preceitos neoliberais formadores de uma estrutura institucional, em que a concentração de poderes se encontra nas mãos de empresas multinacionais. Esse poder econômico que dita as regras do meta-consenso, que consiste na hegemonia de um discurso único, encontra formas sofisticadas de se legitimar e garantir apoio de uma opinião pública. Estas empresas sustentam uma imensa máquina midiática que é estruturada para atender a seus interesses. Há uma emergência de uma burguesia transnacional que transita por todo o mundo, em busca de espaços que se adequem àquele consenso político e econômico, que, por sua vez, traz embutido os seus interesses. Pretende-se interpretar as crenças daqueles que emitiram opiniões sobre a guerra do Iraque, no intuito de torná-las inteligíveis dentro do contexto do capitalismo atual. Para tanto, levou-se em consideração o lugar social em que os indivíduos estão imersos, que os faz agir como

sujeitos sociais situados em um determinado conjunto de referências, que são apreendidos ao se atinar para as características do discurso que está sendo proferido.

No desenvolvimento da pesquisa, realizamos um mapeamento de como as concepções éticas voltadas para interesses ocidentalizantes estão sendo veiculadas nos meios de comunicação selecionados para a análise. Pretende-se, assim, ter idéia do teor da cultura histórica existente nos discursos veiculados na mídia brasileira. Espera-se trazer uma contribuição para que se possa pensar acerca dos mecanismos de funcionamento das instituições midiáticas e como que elas procuram acentuar a lógica do discurso único como forma de atingir o progresso e a democracia aos moldes liberais. Pretendo trazer elementos críticos para que se entenda essa maneira de pensar, na medida em que busquei identificar elementos para uma crítica ao monoculturalismo (tema que será melhor desenvolvido no quarto capítulo). Há, na nossa sociedade, uma contínua aceleração na veiculação das informações pelos meios de comunicação de massa, o que constrói uma complexidade muito maior de representações sociais, que interagem entre si, transformando-se continuamente. O homem, ao interpretar e agir sobre o mundo, está constantemente mudando-o. Isso torna premente a necessidade de se fazer compreender a sociedade em que se vive para que se possa fazer uma apreciação acerca das representações nela criadas (GONÇALVES, 1996, p. 53).

O objetivo deste segundo capítulo foi fazer uma discussão sobre o poder da mídia na sociedade contemporânea, mostrando o quanto ela atende interesses ocidentalizantes, veiculando informações que contribuem para a difusão de uma cultura histórica que estereotipa os não alinhados ao padrão ocidental. Sabemos que o Ocidente não é um todo homogêneo e monocultural e que outras concepções de mundo, não necessariamente vinculadas aos interesses norte-americanocêntricos, circulam nesse pedaço de mundo. Mas o que me propus a investigar, é o conteúdo dessa cultura histórica que dá base de sustentação às investidas imperiais, procurando analisá-la através do papel que a mídia, no caso, a revista *Veja*, desempenha no mundo contemporâneo. Antes da análise acerca dos meios de comunicação de massa e sua abrangência no contexto da discussão sobre cultura histórica, empreendemos uma reflexão a respeito do próprio conceito de cultura histórica, conceito este que permeia as discussões do capítulo. Para que se possa operacionalizá-lo com mais propriedade, devo estabelecer o terreno no qual pretendo pisar, trabalhando-o da forma como eu o entendo,

um fruto dos saberes constituídos pela disciplina histórica com diversas apropriações que se ramificam nos mais diversos meios veiculadores de informações e de cultura.

Para tal, utilizamos fontes bibliográficas, obras de autores como Theodor Adorno, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Noam Chomsky e Guy Débord. São autores que tratam da espetacularização e dos condicionamentos político-ideológicos impregnados nos meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo, úteis para se entender o funcionamento das mídias no mundo contemporâneo e o papel de reforço dos estereótipos que são necessários para determinados fins. Nesse contexto midiático, referenciamos a questão do jornalismo, campo onde se pode encontrar financiamentos empresariais e políticos que influenciam diretamente aquilo que é publicado. O jornalismo, como qualquer mídia, se adéqua perfeitamente à lógica de mercado cujo produto é a rotatividade da informação, pois a rentabilidade destes meios é retirada de seus anunciantes. O filósofo Theodor Adorno foi referencial por trazerem as suas reflexões profundas críticas aos meios de comunicação de massa. Elas nos apontam a posição conformista e apolitizante que a mídia e os meios de comunicação de massa fomentam ao estimularem um produto cultural de baixo nível intelectual, desprivilegiando atividades educativas que poderiam ser potencialmente estimuladas. O autor empreende as suas análises contextualizando-as na problemática da racionalidade ocidental, enfatizando suas características opressivas que se desenvolveram em detrimento da emancipação prometida pelo discurso liberal. A partir de então, Adorno mostra o quanto a indústria cultural ganhou força nos meios de comunicação de massa, passando a definir os critérios de produção cultural que se adequariam ao mesmo princípio da produção industrial, dessa forma, estimulando a inércia social.

Antônio Gramsci foi pensador que procurou refletir acerca das formas de engendrar mudanças sociais através de ações políticas que deveriam ocorrer no sentido de estabelecer a hegemonia dos grupos políticos ligados a tais transformações. Trata da função dos intelectuais que procuram dar suporte para certas práticas políticas em função da classe à qual eles pertencem. A mídia e o jornalismo, em suas discussões sobre a organização da cultura, ocupam um espaço-chave para tal organização, sendo um lugar de embates políticos e ideológicos. Suas reflexões são úteis para o desenvolvimento de uma análise mais apurada sobre a revista *Veja*.

Pierre Bourdieu é um sociólogo francês que se debruçou sobre temas educacionais concernentes à questão da conservação ideológica daqueles que detêm o poder político e econômico através das instituições existentes na sociedade e são constitutivas de tal processo. A mídia seria uma destas instituições e produtora de mecanismos que merecem ser analisadas por possuir características pedagógicas, sendo um eficaz meio de reprodução de valores e visões de mundo úteis à conservação do *status quo*.

Noam Chomsky também se debruça, em suas reflexões, sobre a problemática dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, mostrando as razões econômicas e políticas que estão por trás da linha editorial dos jornais e meios de comunicação, demonstrando a relação promíscua existente entre mídia e poder.

Dentre os autores que se constituíram em referenciais para a discussão básica do capítulo, Guy Débord, cineasta e escritor francês, foi importante por suas considerações acerca da espetacularização da sociedade. Fundamentado na teoria marxista, ele reflete sobre o aparato mercadológico dos produtos midiáticos. A mídia, objeto de estudo do capítulo, é, por excelência, um veículo difusor de informação. Ela cria uma cultura histórica na medida em que impulsiona uma interação entre o indivíduo e o mundo.

Para ser realizado o capítulo, foram coletadas matérias da revista *Veja* do ano de 2003, no período que vai de Janeiro a Junho, que equivale aos preparativos para a guerra assim como aos primeiros meses deste conflito. Foram levantados alguns temas de base para a formação de uma cultura histórica acerca de tal evento, no período que abrange os momentos prévios à guerra assim como o seu início. Identificamos, descrevemos e analisamos os debates a respeito da guerra, procurando centrar o foco nas notícias em certos temas-chave, como a idéia de superioridade da cultura ocidental, a lógica econômica e a visão divulgada pelos ocidentais acerca da cultura árabe. Tais temas serão analisados e discutidos a partir dos conceitos-chave utilizados pelos autores elencados na bibliografia, que servirão para iluminar o teor da cultura histórica difundida pela revista. Este material da coleta foi útil para se levar adiante uma reflexão acerca da cultura histórica subjacente a tais elaborações discursivas encontradas na revista, atentando-se para a articulação do nível das estruturas sociais e como estas produzem as ideologias que formam estas concepções (NADER, 2004. p.59-62). Busca-

se mostrar o quanto as notícias de tendência ocidentalizante, veiculadas na revista *Veja*, disponíveis na internet, contribuem para a formação da cultura histórico-política acerca da guerra do Iraque, iniciada em 2003. A escolha da *Veja* se deu por motivos pragmáticos, pelo fato da revista ter o seu acervo facilmente disponível na internet além de ser a mais lida no país.

No terceiro capítulo, foi elaborada uma contextualização histórica da ocupação do Iraque pelas tropas dos Estados Unidos da América do Norte e seus aliados. Para tanto, uma apreciação histórica dos conflitos entre Ocidente e Oriente se fez necessária para dar uma espessura temporal aos acontecimentos. A extensão temporal dos acontecimentos no tempo presente deve ser levada em consideração na questão iraquiana a ser estudada. Os tempos atuais possuem uma característica marcante que é ensejada pela lógica cultural do capitalismo na atualidade, manifestada na superficialidade do real. Entendemos que deveria ser feita uma análise profunda acerca do fenômeno tratado, levada a cabo através de um exame do contexto em que ele se deu, sendo a sua factibilidade apenas possível por meio de uma perspectiva histórica, que quebre a lógica cultural atual, marcada pelo culto a um eterno presente, referenciada a vários presentes desconexos que se sobrepõem um ao outro, não possibilitando uma mínima profundidade analítica. O cotidiano deve ser compreendido de uma maneira problematizada. A sociabilidade e os hábitos só se tornam inteligíveis ao serem relacionados com os seus aspectos gerais que os situam em uma estrutura cultural, econômica, social e política, relacionando-se os eventos às situações e agentes que os condicionaram a se manifestarem de uma determinada forma (JAMESON, 1996, p.32-43).

Pretendeu-se, a partir deste capítulo, fazer uma reflexão aprofundada sobre os conjuntos de acontecimentos que ocasionaram a guerra do Iraque, procurando trazer a espessura temporal necessária para que se possa compreender a dinâmica dos acontecimentos do tempo presente de uma forma mais cuidadosa. Busco trazer as consequências práticas, presentes no tempo atual, deste ideal de superioridade cultural do mundo ocidental amparado pela racionalidade instrumental, esta, desenvolvida estrategicamente e que define as diretrizes da cultura histórica veiculada nos meios de comunicação de massa sintonizados com as ambições imperiais. Procuramos entender os fundamentos postos em prática por Bush, focalizando o papel dos Estados Unidos no cenário mundial a partir dos anos oitenta, período marcado por diversas ofensivas e

intervenções ditas humanitárias, principalmente naqueles locais onde o não-alinhamento às diretrizes econômicas, políticas e culturais representados por aquela nação, detentora da hegemonia no mundo globalizado. É dentro desta tradição imperial de expansionismo e agressividade militar que podemos encaixar a guerra do Iraque, que teve o 11 de setembro como o grande pretexto para a intensificação das intervenções militares onde atualmente elas sejam convenientes. Estabeleceu-se uma política externa fortemente vinculada pelo que se pode entender por espírito messiânico dos Estados Unidos, principal herdeiro do projeto moderno iluminista no mundo contemporâneo, e que, por meio da ascensão do neoconservadorismo, buscam impor os seus valores bem como os do Ocidente capitalista sobre as partes do mundo refratárias ou não devidamente ajustadas à “civilização ocidental”; e que tentam, pois, através do modelo de globalização hegemônica, tornar o mundo adestrado à lógica econômica em vigor com o neoliberalismo, discutida no primeiro capítulo em relação aos meios de comunicação de massa.

A história do tempo presente veio a se desenvolver como algo importante dentro da historiografia a partir do século XX, em decorrência do processo de aceleração do ritmo histórico. Muitos acontecimentos, neste período contemporâneo, são marcados por rupturas naqueles ritmos repetitivos que são encontrados no cotidiano. Estes acontecimentos traumáticos, que, no último século, se sucederam em demasia, fazem com que seja legítimo que se volte o foco dos estudos históricos para o tempo presente. Estes acontecimentos recentes devem ser analisados de maneira diferente da forma como os jornalistas usualmente o fazem, pois o historiador tem como obrigação promover a construção de uma identidade temporal para os acontecimentos do presente. O presente tem sua razão de existir nos estudos históricos ao ser inserido em uma longa duração. Procurei fazer uma discussão acerca da temporalidade social, sendo os acontecimentos referentes à guerra do Iraque tratados como indícios expressos e expressivos de uma dinâmica mais profunda, mostrando esta guerra como uma herdeira atual das ações imperiais que são praticadas desde o século XIX. Para se levar adiante a proposta do capítulo, que foi discutir os acontecimentos que deflagraram a guerra, inserindo-os em uma longa duração, cabível ao se estudar o tempo presente, foi analisada uma bibliografia sobre a guerra do Iraque, aprofundando-se, ao contextualizar-se, a conjuntura pós-fim do socialismo. Essa bibliografia constitui o conjunto de fontes de suporte para a realização desta parte do trabalho. Dentre os

autores selecionados, alguns foram de fundamental importância para configurar a espinha dorsal do capítulo: Eric Hobsbawm, Tariq Ali, Noam Chomsky e Edward Said. Estes pensadores foram escolhidos por suas obras sistematizarem análises atentas às questões relativas aos problemas do mundo contemporâneo. Por ser a Guerra do Iraque um tema bastante recente, recente do recente, torna-se imperiosa, em primeiro lugar, uma organização dos acontecimentos em si, em meio a seu emaranhado. Tais autores mencionados têm sido intérpretes do mundo contemporâneo: apesar do pouco tempo decorrido, têm empreendido estudos sobre o tema da guerra e da atual conjuntura global, que foram indispensáveis a nossa reflexão.

Eric Hobsbawm é um historiador inglês vinculado aos estudos culturais usuais aos historiadores de orientação marxista da Inglaterra. Considerado por muitos o principal historiador ainda vivo, Eric Hobsbawm possui trabalhos que desvelam a lógica imperial estabelecida ao longo do século XIX, assim como um refinado analista do século XX, períodos que nos trazem a espessura do tempo pretendida no estudo. Também tem se debruçado sobre questões referentes ao mundo contemporâneo e à história do tempo presente. Atualmente, suas reflexões têm se voltado para problemas que dizem respeito às relações internacionais existentes em tempos de globalização, produzindo análises sobre eventos como o 11 de setembro e as ofensivas militares que os EUA empreenderam a partir deste acontecimento, como nos mostram os seus trabalhos mais recentes. Ele procura elucidar o período em que os EUA, apoiados em seu poderio econômico e militar, resolveu afirmar unilateralmente a sua hegemonia sobre o mundo, passando por cima das convenções internacionais regentes das relações entre os Estados-nação, sempre atento a explicitar o quanto a conjuntura subsequente aos ataques terroristas do 11 de setembro contribuiu para o reforço na execução dos projetos imperiais.

Tariq Ali é um intelectual paquistanês que se dedica a construir uma visão de mundo contrária àquilo que os Estados Unidos pretendem implantar no mundo, criticando as relações desta potência econômica com o Oriente Médio, principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, produzindo vários trabalhos que tratam dos choques existentes entre as políticas expansionistas ocidentais e a resistência árabe, criticando o governo Bush e as guerras que vieram a eclodir sob os auspícios da hegemonia norte-americana, tecendo também severas críticas ao modelo econômico neoliberal, que é um fundamentalismo econômico que estabelece um pensamento único

como solução para os problemas da humanidade e possui conseqüências drásticas para o povo árabe, sendo uma motivação para o fomento ao fundamentalismo islâmico como forma de combate ao modelo neoliberal.

Noam Chomsky é um pensador americano da área da linguística e que, a partir dos anos sessenta, com a guerra do Vietnã, tornou-se ativista político e grande crítico da postura imperialista do governo norte-americano diante do mundo. O caráter rebelde e libertário adquirido nos tempos da contracultura veio a marcar todo o trabalho subsequente do autor, sendo ele um rigoroso crítico das estratégias norte-americanas de controle global, chamando atenção para os riscos à paz mundial que isso representa. Suas análises denunciam as promessas de expansão da democracia, enfatizando a ameaça que esta representa para o resto do mundo, ao ser defendida segundo o modelo estadunidense. As intervenções internacionais que se intitulam humanitárias, acabam sendo utilizadas como justificativa para que sejam encobertos os reais motivos destas investidas.

Edward Said é um escritor e crítico literário árabe nascido em Jerusalém e que possui um forte envolvimento com a causa palestina. Militou, durante muitos anos, na Organização para a Libertação da Palestina – OLP, sendo um influente porta-voz do mundo árabe para os ocidentais. Seus trabalhos nos ajudam a compreender as representações estereotipadas que o Ocidente formulou sobre o Oriente no intuito de fornecer um apoio ideológico às pretensões colonialistas dos países ocidentais. Said procura despertar no público uma repulsa ao projeto imperialista empreendido pelos norte-americanos contra o Oriente Médio. Ele faz uma análise de diversas produções intelectuais clássicas no Ocidente apontando o quanto as mesmas estão interessadas em promover a inferiorização das características culturais dos não ocidentais.

Foram realizadas leituras das obras e sistematização do pensamento de cada um destes autores, identificando-se os seus respectivos conceitos-chaves, comparando-os entre si, indicando o contexto em que seus estudos foram publicados e fazendo as relações necessárias com o objetivo geral do trabalho.

No quarto capítulo e as considerações finais possuem discussões estreitamente imbricadas, pois colocam em questão o paradigma moderno, subjacente à cultura histórica produzida pelos meios de comunicação de massa. Foi discutido o processo de formulação do paradigma moderno em suas bases epistemológicas, culturais, sociais e

políticas. Isso ensejou uma reflexão sobre como estes ideais da modernidade são atualizados no discurso e nas práticas da globalização hegemônica, para então serem discutidos os pressupostos éticos que norteiam a construção de uma ética multiculturalista voltada para a emancipação social, diferente do que é transmitido pelos meios de comunicação de massa com seus fundamentos justificadores de ações imperiais. Intencionamos demonstrar que o conceito de Oriente não possui um estatuto ontológico, sendo um constructo humano, que busca atender a determinados fins. As invasões levadas adiante sempre foram baseadas em uma certa idéia naturalizada de Oriente, no qual este é desqualificado. A guerra do Iraque foi desencadeada para que os EUA pudessem estabelecer controle e hegemonia tanto ideológica quanto sobre os recursos naturais em escassez, no caso, o petróleo. Há vários livros de autores ocidentais nas estantes das livrarias, que seguem uma idéia de Oriente que o associa ao terror islâmico, e que encontra ressonância na sociedade ao se difundir a idéia de “ameaça árabe”. Foi com tais concepções, expressas em uma mentalidade de longa duração, que o Pentágono planejou os seus ataques (SAID, 2007.p11-26). Estas concepções contam com o apoio dos meios de comunicação e difusão de massa, que se encarregam de transmitir uma versão inverificável de Oriente. O segundo capítulo do trabalho, ao trazer uma historicização desse choque cultural, já apontara a possibilidade de colocarmos em questão, através de uma crítica humanista, todo esse aparato ideológico fundado em um mito ocidental. Este exercício feito no segundo capítulo nos permitiu traçar as diretrizes para um diálogo intercultural, fundamentado em uma ética multiculturalista. A continuidade com o projeto moderno, que justifica as formas de dominação, permanece sendo colocada em prática. A cultura histórica veiculada por aqueles que detêm o controle dos meios de comunicação de massa, cumpre o papel de escamotear esta dominação, tornando-a incompreensível e difícil de ser enxergada, em função dos pretextos elaborados e que circulam através das elaborações simbólicas dominantes.

Ao se voltar o olhar para a perspectiva multicultural ensejada pela crise da modernidade, deve-se dar ênfase não só às diferenciações culturais, mas também às diferenças sociais e políticas que existem entre os representantes das diversas manifestações culturais. Esta abordagem faz com que as relações sociais tornem-se mais complexas, favorecendo as análises de alternativas contra-hegemônicas, pois se aguça a sensibilidade para as particularidades, que podem ser abordadas como equivalentes,

sendo isto um importante passo para se solapar a diferenciação de poder que existe entre os diversos grupos sociais. Isso torna possível que sejam conciliados interesses emancipatórios sem que se recorra à idéia de universalidade de uma teoria geral, que mostrou ser bastante problemática e abstrata. Para tanto, faz-se necessário um trabalho de tradução que crie uma inteligibilidade recíproca entre as culturas, prescindindo-se da idéia de superioridade de alguma delas, que deveria se fazer valer para que as demais fossem cooptadas. Essa prática dá origem a um diálogo intercultural, em que o *a priori* de que se parte, é o da incompletude das culturas, o que faz com que a experiência do diálogo seja enriquecedora para todos. Esta perspectiva nos traz uma pluralidade epistemológica, deixando para trás a idéia de um conhecimento-regulação, que tinha como intuito a apropriação do outro como sendo objeto de intervenção do discurso do saber sobre o da ignorância. Uma das consequências desta mudança é uma espécie de reinvenção daquilo que foi tido como alternativa emancipatória criada pelos modelos pertencentes ao paradigma moderno, que tinham dado sinais de decadência ao mostrar, na prática, o quão pouco exequível era o seu projeto em direção à emancipação. A reconstrução proposta busca colocar a ênfase nas vítimas desse projeto de homogeneização que a racionalidade instrumental do Ocidente criou, evidenciando, com mais clareza, a dimensão em que as relações de poder ocorrem nas regiões periféricas, tendo em vista a relação de dependência e de trocas desiguais que é estabelecida entre os países, o que requer a formação de uma contra-hegemonia que venha a se impor no cenário político.

As experiências das populações subalternas, no paradigma moderno, devem servir de guia para novos projetos que contemplem os seus projetos formadores de uma contra-hegemonia, que consiste em uma pluralidade de propostas que vêm a assumir uma articulação propiciada através do diálogo entre elas (SANTOS, 2006.p.40). O objetivo central do capítulo é fazer uma análise teórica acerca dos fundamentos éticos da sociedade ocidental, calcada no monoculturalismo, indicando uma visão multiculturalista como perspectiva de emancipação social. Utilizamos para o capítulo uma seleção de autores, entre os quais Boaventura de Sousa Santos, cujos conceitos são fundamentais para o estudo das pluralidades culturais contemporâneas, e em torno dos quais elaboramos nossa análise. Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo português com uma trajetória intelectual ligada à produção de um mapeamento cognitivo que faça com que se torne possível a análise das experiências dos povos que vieram a ser

subalternizados dentro do processo de expansão da hegemonia do padrão ocidental de civilização. Os livros deste autor que lastrearam a elaboração do quarto capítulo, possibilitaram a contextualização teórica acerca do período de supremacia do Ocidente sobre o resto do mundo e, principalmente, dos EUA, dentro da geopolítica atual, trazendo uma reflexão sobre a modernidade ocidental e os seus mecanismos legitimadores de uma ação imperial.

Também nos valem de Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão considerado o principal herdeiro da escola de Frankfurt, que procura revisitar o projeto moderno de maneira a distanciar-se da visão sombria que Adorno e Horkheimer formularam para a racionalidade. Segundo ele, através do paradigma da comunicação, a racionalidade cria condições de se desenvolver em benefício da humanidade, ao invés de oprimi-la, sendo esta formulação, fundamental para uma possibilidade de emancipação social. Este paradigma da comunicação foi central a nossa elaboração acerca de propostas para uma ética multiculturalista. Por fim, entre os autores-chaves para o capítulo, Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, foca suas reflexões nas consequências humanas que as mudanças que se engendram no capitalismo contemporâneo trazem para a vida cotidiana das pessoas, sempre preocupado com os efeitos da dissolução dos lastros que estruturavam a vida das pessoas na chamada modernidade sólida.

Estas questões levantadas ao longo do trabalho são de fundamental importância para reflexões que possibilitem nos situarmos no mundo contemporâneo, abrindo um campo conceitual de análises sobre as suas complexidades e incorporando aqueles que estão inferiorizados pela dominação hegemônica às perspectivas de emancipação apontadas em nosso estudo. A reflexão sobre a cultura histórica nos meios de comunicação de massa nos dá uma dimensão das carências e das demandas de sentido que a nossa sociedade possui.

2. Cultura Histórica e Mídia: O Caso da Revista *Veja*

2.1. Acerca do Conceito de Cultura Histórica

Para trabalhar com temas referentes ao conceito de cultura histórica, precisamos ter em mente toda uma discussão prévia que perpassa os problemas que dizem respeito a esta categoria que estamos utilizando. Ao nos valermos dela, temos que ter em mente que ainda estamos em processo e construção conceitual, o que a torna muito pouco segura e precisa. Em contrapartida, temos a noção de que, para analisar a forma como os problemas que dizem respeito à veiculação de um conhecimento histórico para um número expressivo de pessoas, inevitavelmente, irá nos remeter ao conceito de cultura histórica. Muitos historiadores têm se esforçado bastante para dar mais vigor à categoria, que precisa ser pensada antes de utilizada, sob o risco de dar margem a um alto teor de imprecisão. Muitos autores, em diversos trabalhos publicados, têm utilizado esta categoria de uma maneira bastante abrangente e dando espaço para várias apropriações, o que, necessariamente, retiraria a sua qualidade conceitual, tendo em vista que, para que esta exista, deve haver rigor, rigor este perturbado pela polissemia que o termo comporta, o que acaba resultando em uma impossibilidade de se manifestar algum potencial analítico mais seguro. Se não se pode delimitar o raio de abrangência de um conceito, de forma a ter um controle mais preciso do objeto estudado, este irá perder em operacionalidade.

Para elucidarmos o conceito de cultura histórica, seria preciso fazer uma crítica a certas concepções que são difundidas a respeito do tema e que são problemáticas do ponto de vista conceitual. Jacques Le Goff (LE GOFF, 2003, p.47-76) nos traz uma caracterização desta idéia de cultura histórica como sendo ligada à mentalidade que os homens possuem do seu passado. Temos que atentar para o fato de o que determinada cultura entende pelo que seja o seu passado, não pode ser necessariamente caracterizado como história. A consciência histórica seria um produto cultural tipicamente ocidental, criado para atender, de maneira mais precisa, certas necessidades de orientação no presente. Pode-se dizer que, como todas as invenções culturais, a história foi feita para

servir a determinados interesses daqueles que estão imersos no ambiente cultural em que ela foi desenvolvida. Nós sempre estabelecemos com a realidade uma relação simbólica, uma espécie de jogo. A história é um destes jogos que a nossa civilização desenvolveu e que envolve a memória do passado e uma certa idéia de historicidade. Todo um investimento social foi dirigido para a formulação deste empreendimento de formulação intelectual. Esforços estes tanto técnicos quanto estéticos e filosóficos. A história é um produto cultural que tem como base os resultados das experiências sociais, fornecendo a esta forma de conhecimento um lugar no currículo escolar voltado para a disseminação de uma cultura histórica na sociedade. Para isso, ela se vale de instrumentos e estratégias para a educação histórica, adequando os membros da sociedade a certos conhecimentos considerados básicos, por um planejamento político da educação, para os cidadãos.

Para adentrarmos no conceito de cultura histórica, temos que fazer certas distinções básicas entre passado/experiências vividas e história-conhecimento/apreensão e representação do passado. É muito frequente observarmos passado e história-conhecimento serem usados em um sentido semelhante, ou mesmo sobreposto. Todavia, as sociedades operaram(ram) de modos diferenciados as suas relações com o passado, ou melhor dizendo, com as suas experiências vividas, embora todas tenham percepções sobre as mesmas, pois a dimensão temporal é incontornável na existência humana. Em certas sociedades, como as camponesas e indígenas, por exemplo, antes da ocidentalização cultural, o passado era o padrão para o presente: as tradições e costumes eram transmitidos de geração a geração, usualmente pela memória oral, de modo a que o passado fosse prolongado e repetido no presente, constituindo uma forma de preservação social. Tais sociedades não eram infensas a mudanças, mas guardavam certa refração às mesmas, que se processavam em ritmos lentos e, muitas vezes, eram absorvidas pelo “passado social formalizado” (HOBSEBAWM, 1998, p. 23). O passado era vislumbrado como genealogia, pois seu sentido era a continuidade coletiva de experiências, constituía-se em sabedoria ou preceito moral, e, assim se tornava orientação para o presente, que se configurava como um conjunto de práticas consagradas pelas tradições e estimulava a repetição das mesmas. Por outro lado, os acontecimentos históricos eram concebidos e representados como movidos por forças não-humanas, como a Natureza e a Providência divina.

Com a modernidade européia ocidental e as profundas transformações que ela implicou, desde então, sobre as mais diversas sociedades, em maior ou menor ritmo, a depender de suas configurações específicas, as relações com o passado também se modificam, tendo como vetor a idéia de progresso contínuo. Desse modo, as tradições e costumes deixaram de ser o padrão do presente:

Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais importante para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um “sentido do passado” transformado (IDEM, p. 30).

A problemática das relações presente-passado se converte em compreender o passado como “um processo de tornar-se presente” (IDEM). Portanto, em tais relações, a prospecção retroativa é demandada para “especificar um futuro diferente de tudo do passado” (IDEM). Esse contexto enseja o aprofundamento da consciência histórica, com rebatimento na produção da História-conhecimento (Cultura Histórica-historiográfica ou a chamada disciplina História), resultando na instrumentalização de procedimentos específicos para a reelaboração da memória social (produção de saberes históricos). A disciplina História adquire um estatuto mais profissional, que apreende o passado como uma cronologia, inserindo nos seus acontecimentos a duração e a sucessividade, fazendo da História uma articulação entre presente-passado-futuro, em outras palavras, da continuidade o foco da temporalidade deslocou-se para a mudança, de referenciais culturais estáveis, para o seu movimento. Essa formulação é particular à sociedade ocidental, mais precisamente, à moderna sociedade ocidental européia. Um produto cultural específico.

O passado, para se tornar história, na acepção que estamos usando, exige a instrumentalização de todo um procedimento de produção de conhecimento que só se torna realmente efetivo depois de constituída uma disciplina que trabalhe esses dados da memória e do passado. Não podemos fazer uso de definições ortodoxas para tratar de questões relativas à cultura histórica, pois esta é relativa aos grupos sociais que a elaboram. Portanto, não estamos interessados em definir o núcleo sólido do conceito,

algo irrealizável no contexto de crise paradigmática em que vivemos, mas em propor um referencial analítico que seja útil às reflexões que pretendemos levar adiante.

Algo que podemos associar diretamente à idéia de cultura histórica é a consciência histórica. O fim das filosofias da história foi decisivo para que se aprimorasse uma nova sensibilidade acerca da história. A consciência de que o homem é produto de uma historicidade, é o que forma a nossa cultura histórica. As filosofias da história possuem uma percepção histórica que se dá de uma maneira externa ao homem. Não podemos reconhecer nestas filosofias a idéia de historicidade, formadora de um dos pilares básicos do conceito de cultura histórica. Segundo estas filosofias, a história seria uma força consciente, e existiria por si mesma, tendo um propósito para realizar. Os homens estariam submetidos a estes desígnios, assim como estavam submetidos aos desígnios divinos no período medieval. A história seria uma força coerciva, que nos compelia a um determinado objetivo, a uma realização inevitável, quisessem os homens ou não. Com o declínio da credibilidade destes discursos que priorizavam os fundamentos últimos da história, as concepções que criavam a idéia de uma determinação prévia e um projeto a ser realizado pela história, entram em declínio. O horizonte do relativismo que se abre, é a brecha para se elaborarem novas concepções. A filosofia do espírito, então, passa a focar atenção nas experiências existenciais do homem, o que implica em uma relação de reflexividade com a história. Torna-se hegemônica a percepção de que somos seres históricos, sendo essa percepção algo útil para moldar o que chamamos de consciência histórica (KOSELLECK, 2004, p.27-46).

O filósofo alemão Hans-Georg Gadamer nos fala sobre o problema da consciência histórica como algo tipicamente moderno, um produto da consciência da historicidade da qual está impregnado o nosso estar no mundo, o que nos remete a uma relatividade de opiniões e crenças:

O aparecimento de uma tomada de consciência histórica constitui provavelmente a mais importante revolução pela qual passamos desde o início da época moderna. O seu alcance espiritual provavelmente ultrapassa aquele que reconhecemos nas aplicações das ciências da natureza, que tão visivelmente transformam a face do nosso problema. A consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo é um privilégio, talvez mesmo um fardo que jamais se impôs a nenhuma geração anterior (GADAMER, 1998, p.17).

Podemos, a partir destas colocações, inferir que nenhum homem, ao aparecer para ele a questão da consciência histórica, possui uma essência imutável. É o reconhecimento da historicidade do homem que o faz ter noção de sua identidade. O Ser passa a estar inserido em uma temporalidade, não havendo nada em nós que não seja histórico. Somos mutáveis e o único absoluto que se pode mencionar, ao tratar do homem, é a própria história. Nas dimensões “passado/presente/futuro”, podemos qualificar as coisas como fazendo parte de um devir, sendo relacionadas diretamente às nossas experiências particulares. A ciência moderna pensa a apropriação da realidade como sendo uma experiência externa ao homem, em que este tem a possibilidade de controlar o mundo em que vivemos, através do processo de mecanização e matematização das relações com este mundo, buscando-se para isto o estabelecimento de leis históricas. Para o conhecimento histórico, a idéia de tempo e de contexto como sendo relativos a um processo de significação humana, é o que impede que a história faça parte do rol das ciências⁵. Consciência histórica e historicidade são propriedades da consciência humana, esse reconhecimento se dá ao nos desvencilharmos do tempo natural e, assim, podermos nos debruçar sobre o tempo subjetivo, que diz respeito à existência humana. As lembranças e a memória são a seiva na qual se alimenta o procedimento cientificamente conduzido pela razão histórica. A memória seria o patrimônio de experiência acumulada que produzimos ao longo do tempo. Através da memória e do lembrar, podemos reatualizar as experiências que tivemos no passado e conferir-lhes um significado. Nós transformamos a memória e lhe atribuímos um significado que se adéque às nossas necessidades e interesses (RICOEUR, 2007, p.25-70). Esta é uma operação fundamental para delimitarmos o conceito de cultura histórica.

Na vida prática, encontram-se as possibilidades de oferecer sentido à história e de estabelecer expectativas, pautadas em interesses, que exigem orientação histórica. O conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos vêm qualificar as suas experiências históricas. A consciência histórica diz respeito à humanização do tempo, algo que está diretamente relacionado com a existência dos indivíduos, dando a

⁵ BIANCULLI, Teresa. “Acerca de la posibilidad de fundamento en lo histórico”. In: http://ecotropicos.saber.ula.ve/db/ssaber/Edocs/pubelectronicas/procesoshistoricos/vol4num7/teresa_bianculli.pdf. Acessado em: 11 fev.2010. Observação: optamos por colocar em rodapé as citações de *sites* eletrônicos, devido a sua extensão.

possibilidade de se fazer um exercício crítico das lembranças que possuímos e das tradições nas quais estamos imersos. O ato da rememoração é fundamental para a constituição da disciplina História. A História, então, seria uma experiência que possibilita a atribuição de um significado para a nossa existência. Procura-se no passado algo que nos traga a possibilidade de orientação no presente, algo que, ao ser-lhe atribuído algum sentido, venha a suprir as necessidades de orientação que os homens do presente possuem. Por consciência histórica, nós entenderíamos exatamente esta orientação temporal que traz significado e orientação para a nossa vida, isto cria a idéia de historicidade pela qual todos nós trazemos nossas marcas, pois todos os nossos atos, decisões, ações e intenções vêm a sofrer alterações no percurso do tempo. Nós nos relacionamos com o mundo a partir de determinados objetivos e finalidades, e a cultura histórica que produzimos, em decorrência da consciência histórica que tomamos, é uma prática intelectual humana em busca do suprimento de carências e de orientação no agir. Pensar o mundo como sendo fruto de uma historicidade produzida pela ação humana sobre ele leva-nos a nos acostumarmos à idéia de provisoriedade. A racionalidade e os procedimentos metodológicos da disciplina História vão trazer toda uma análise e interpretação dessa consciência histórica (RÜSEN, 2001, p.53-94).

Na vida prática é que nós podemos dar sentido à história, sendo esta atribuição fornecedora da possibilidade de estabelecermos as nossas expectativas e planejamentos. Estas maneiras de por em prática a orientação histórica nos remetem a uma finalidade prática da disciplina histórica. Estes conjuntos de orientações vão ser de fundamental importância para que a experiência histórica possua ganhos qualitativos, sendo a necessária humanização do tempo vivido o que irá nos trazer ao campo da consciência histórica. Esta, então, estaria no âmbito existencial, vinculada diretamente às experiências. Esta consciência é o que irá alimentar o exercício crítico que torna possível a releitura de lembranças e tradições. Ao trabalhar-se com o passado e estabelecê-lo como um dos elementos definidores do futuro, processo este embutido na lógica histórica, podemos interferir em nossa sociedade. O ensino e a difusão de valores morais e políticos são de fundamental importância para que se possa colocar em prática este processo. Podemos, desta maneira, perceber a vida como sendo história, ou seja, como mudança. Existem, no mundo da vida, várias sucessões de acontecimentos ocorridos, estes serão formadores de consciência histórica. Trata-se da busca nos fatos tanto daquilo que lhes deu motivação quanto do que lhes sucedeu em consequência de

sua ocorrência. Essa é a propriedade básica da lógica histórica. As coisas mudam a partir de processos de sucessão. Este pensar historicamente não é algo natural, mas uma criação cultural, aprendida e organizada disciplinarmente. No mundo prático de nosso cotidiano, em determinado momento das nossas vidas, nós enfatizamos determinadas lógicas acontecimentais que nos ocorreram, tendo este mecanismo intelectual uma relação direta com a vida, com nossos anseios e volições, servindo, assim, de orientação para os nossos horizontes de expectativa. Estas experiências, com a ajuda do devir, estão continuamente sendo sobrepostas e ressignificando-se, dando vazão a novas esperanças e expectativas que não cessam de ser desenvolvidas ao longo de nossas vidas. Sempre nos acontecerá de o nosso acúmulo de experiências vir a trazer-nos certos prognósticos para o futuro, o que carrega a orientação de nossas expectativas. Estas experiências que adquirimos com o tempo, são passíveis de modificações. Estamos em constante processo de acúmulo de experiências, principalmente ao final de cada expectativa não realizada. O rompimento com as expectativas que produzimos, vem reorganizar as nossas experiências e, por consequência, reorganizar o nosso horizonte de expectativa, sendo este uma linha que vai abrir no futuro um novo espaço de experiência, fazendo com que aquilo que esperamos do futuro, seja diferente daquilo que constitui o passado, formando-se, desta maneira, o movimento histórico (KOSELLECK, 2006, p.305-327).

A aprendizagem da História, que propicia o florescimento de uma cultura histórica, se dá por meio das mais diversas mídias que estão a nossa disposição. A cultura histórica é parte do cotidiano das pessoas. Segundo Élio Flores, podemos entender cultura histórica como:

os enraizamentos do pensar historicamente que estão além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada, e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p.95).

Vemos, a partir do posicionamento supracitado, que a educação histórica não se dá apenas no ensino histórico escolar ou nas instituições formais, mas em vários meios de comunicação, possuidores de um vasto poder de propagação de informações. Mas, em todos estes lugares, a produção de conhecimento passa, entre outros, por um condicionamento advindo da organização da disciplina História. Esses meios são os veículos pelos quais uma determinada cultura histórica construída vem a fazer parte do corpo simbólico existente em uma sociedade. As identidades não possuem um estatuto ontológico, são constructos culturais que obedecem a determinados fins. A partir disto, temos a possibilidade de nos orientarmos em nossa vida prática. O padrão de entendimento da história, pautado na rememoração do passado, é importante para a formação cívica, a cultura histórica percorre caminhos que passam por uma experiência existencial. A didática da história não diz respeito apenas à elaboração técnica de metodologias práticas aplicadas ao ensino, mas, fundamentalmente, deve estimular a capacidade de constituição de uma consciência histórica. Consciência e cultura histórica dizem respeito ao campo de interpretação e de experiência de si mesmo, de nós mesmos. Isso não possui nada de inato. O que existe, é uma complexa elaboração cultural que organiza disciplinarmente a elaboração do saber histórico e cria espaços para a difusão e vulgarização do que foi produzido. Essas dimensões da produção do saber histórico e da sua veiculação estão, em larga medida, subordinados a uma construção social destinada a fazer com que se torne inteligível uma cultura histórica que diga respeito à compreensão de si e do mundo, mediada pela experiência do tempo (RÜSEN, 2007, p.85-120). Essa construção social atende, entre outras coisas, a interesses políticos. O lugar social no pelo qual é produzido um bem cultural, é marcado pelos interesses que cercam o ambiente em que está imersa tal criação. Os interesses políticos servem de agentes fundamentais para que exista um empenho mais efusivo na difusão de uma determinada cultura histórica. Desta maneira, podemos analisar tal conceito como dependente de um tripé que lhe traz sustentação: a disciplina histórica, a educação e a política. A análise destes três pilares centrais irá nos fornecer uma idéia mais precisa acerca do conceito que estamos trabalhando, delimitando-o e trazendo a possibilidade de sua operacionalização.

Podemos, então, chegar à conclusão de que o discurso histórico, ao falar a respeito da possibilidade de orientação para o presente e para o futuro, tornada possível ao se tomar o passado como base, traz em seu cerne uma tentativa de empreendimento

de um projeto político. Interesses em disputa fazem com que diversos projetos de sociedade entrem em conflito entre si, refletindo, desta maneira, a heterogeneidade existente no meio social. A cultura é um campo de conflitos, assim como a sociedade que a produz. A produção de determinados significados é um elemento mantenedor de uma ordem social adequada a certas funções. A própria palavra cultura nos remete a uma forma de organização que tem como foco a realização de determinadas finalidades. A cultura histórica e suas dimensões relativas à produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico produzido, é produto de relações de poder. Para podermos situar uma determinada cultura histórica, faz-se necessária a análise do lugar social de onde ela parte e das ressonâncias que ela teve nos mais diversos lugares, contribuindo para um alargamento dos espaços de experiência e, como consequência, para a reformulação dos horizontes de expectativa. Ela é um constructo situado em um determinado tempo e espaço e vem satisfazer certas necessidades de orientação existentes.

Essa produção e transmissão de conhecimentos históricos, apesar de calcada na disciplina História, encontra seu raio de ação muito mais eficaz com os meios de comunicação de massa que são responsáveis pela divulgação de tais manifestações culturais. Podemos dizer, assim, que a cultura histórica contempla os saberes que são produzidos não só pelos historiadores mas como também aquilo que a sociedade produz. Outros meios, que não científicos ou profissionais, possuem um impacto muito mais forte sobre as pessoas do que aquele próprio conhecimento produzido pelos historiadores. Esses meios divulgam um saber histórico acerca do passado, vulgarizando concepções acerca do mesmo que são produzidas em meios intelectuais, por vezes, calcados no saber produzido pela disciplina História. Na atual fase do capitalismo, se observa uma mercantilização da cultura, que possui suas reverberações na cultura histórica ligada a interesses mercadológicos que orientam a troca de mercadorias no mundo contemporâneo. Forças globais hegemônicas convergem em torno de um pensamento unidimensional que gira em torno de uma racionalidade possuidora de um forte lastro no bom desempenho econômico. Produção e progresso econômico são palavras de ordem na nossa sociedade e, neste contexto, pode-se constituir o lugar social no qual estão inseridos os meios de comunicação de massa, que veiculam uma produção cultural ligada a interesses que estejam adequados a essa racionalidade econômica.

Esta situação à qual está submetida a cultura e os seus meios de difusão, nos remetem a pensar o quanto a história e os saberes históricos são alvo de vigilância pela

nossa sociedade ocidental capitalista. Temos uma noção mais precisa do que é essa vigilância ao observarmos que, quanto maior a abrangência da atuação dos meios difusores de cultura, maior será o controle sobre esta mídia. De certa maneira, mecanismos escamoteados de censura e de manipulação se instalam e se consolidam por serem constantemente revisitados, atendendo a certos interesses. Demandas históricas atendem a determinadas necessidades, pois a história pode ser utilizada da maneira que os meios difusores de cultura considerarem conveniente. Questões de âmbito político e econômico são de fundamental importância para a o esclarecimento do teor da cultura histórica que determinada mídia se engajará em propagar. Sendo esse veículo difusor, um importante objeto de investigação do historiador preocupado com problemas relativos à cultura histórica e sua difusão pela sociedade (FERRO, 1989, p.11-41).

2.2 A Força do Mercado: Condicionamentos da Cultura Histórica na Mídia

Os grupos sociais se legitimam e se estabelecem através do seu lugar institucional. Este lugar é o que vai estabelecer o sentido dos eventos vividos, condicionando um discurso ativo sobre a história. Estes mecanismos criam uma conduta que fomenta uma práxis, funcional, em larga medida, aos interesses vinculados às mídias. O Outro pode parecer não contemplado no discurso, mas está subjacente/oculto, caracterizado de uma forma inferiorizada. A cultura histórica veiculada na grande mídia produz o silêncio daqueles que estão em uma posição subalterna ou mesmo de não existência dentro da ordem que se tem interesse que seja mantida. Essa produção de inexistência se dá em função da não adequação de determinado grupo social às diretrizes do lugar social hegemônico, constituídas pela lógica econômica mencionada acima. As notícias que fazem parte do cotidiano da imprensa, se constituem em uma consciência histórica, com todas as consequências que isso implica e com o seu lugar social repleto de condicionamentos que constroem a produção dos discursos veiculados. Tais discursos são produtos de instituições vinculadas a certas demandas sociais reivindicadas por determinados grupos que influem na forma como o conhecimento histórico é produzido. Muitas destas concepções são escancaradamente tendenciosas, grosseiras e parciais, não deixando de ser, por isso, também exemplares de determinada cultura histórica.

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos está associada à história que nos ensinaram [...] Ela nos marca pelo resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras como um amor... mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades (IDEM, 1983, p.11).

Esta referência a Marc Ferro nos remete com propriedade à questão do lugar social no qual estamos inseridos, que é marcado pelo intensivo bombardeio dos meios de comunicação de massa, veiculadores de informações que compõem a visão de mundo que nos é particular e constroem nossas percepções a respeito do mundo. Estes meios formam a opinião pública e produzem intensos significados históricos. A mídia, expressa nos seus mais diversos veículos, é uma parte de fundamental importância na vida das pessoas. O tempo que as pessoas investem, sintonizados a rádios, tvs, jornais, revistas, internet ou em simples conversas na rua ou nos bares, acerca do que estes veículos nos transmitem, produzem significados em nossas vidas e nos remetem a uma determinada práxis.

Nosso objetivo foi descortinar as intencionalidades subjacentes aos mecanismos de veiculação de uma cultura histórica que prioriza um modelo de civilização calcado em um projeto ocidentalista, realça os valores e as demandas de um certo lugar geográfico do mundo e os veicula como sendo um dado natural, algo evidente por si mesmo e auto-legitimante, justificando os interesses imperiais na medida em que estes se voltam para o fortalecimento de uma racionalidade econômica, atrelada ao capitalismo. Esta se configurou em um modelo de progresso e crescimento engendrado desde os primórdios da modernidade, e que, com algumas variações sofridas ao longo do tempo, mantém certas continuidades até a nossa época, conservando, pois, um padrão instrumental e utilitário na medida em que a finalidade econômica de troca se torna mais relevante do que as consequências humanas desse modelo de sociedade..

A indústria cultural é a mola propulsora dos veículos midiáticos em suas relações com o poder econômico, pois torna possível a adequação dos meios de comunicação de massa às estruturas mercadológicas que imperam nas sociedades

industriais. Para se levar adiante tal projeto, se instala o espetáculo como prática usual dos meios de comunicação nas sociedades capitalistas. O espetáculo se constitui na criação de uma ilusão que se passa por realidade, uma reviravolta de ponta cabeça no mundo em que vivemos, esvaziando o mundo da vida em favor do efêmero. O espetáculo adquire sua força ao mostrar competência por mobilizar os seus meios de comunicação para a fabricação e manipulação da consciência. Cria-se uma ilusão que adquire força para possuir uma objetivação no mundo. Essa prática faz com que inexista uma diferenciação entre aquilo que pode ser encarado como espetáculo e a efetiva atividade social, tendo em vista que é o próprio espetáculo, com seus jogos de manipulação e sedução, que forma as práticas sociais, provocando, desta maneira, uma aceitação passiva do que podemos chamar de monopólio da aparência. Isso é criado ao se confrontar as pessoas diante do comportamento hipnótico dos meios de comunicação de massa. Cria-se uma representação do mundo que, em larga medida, adquire um grande teor de autonomia sobre este. A parte que, separada pela espetacularização, se torna maior que o próprio mundo. Essa é a forma de dominação mais eficaz criada pelo homem, que teve seu engendramento já nos primórdios da modernidade⁶.

O modo de produção diz muito sobre as formas de espetacularização, pois constitui-se em seu combustível. O espetáculo é algo diretamente dependente da hipertrofia da racionalidade técnica e econômica desenvolvida na modernidade e que torna decrépita a vida concreta das pessoas. Isso faz dos mecanismos de espetacularização algo de fundamental importância nas sociedades onde funciona a economia de mercado:

Como demonstração geral da racionalidade do sistema, e como setor econômico avançado que molda diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a principal produção da sociedade atual (DÉBORD, 1997.p.17).

Estas reflexões nos impelem a observar quão reificante se torna a vida no mundo dominado pelos meios de comunicação de massa. A partir das demandas que surgem em torno da socialização do conhecimento, se tem sinal verde para a

⁶ Esse parágrafo foi desenvolvido tomando-se como base as idéias do Guy Débord em seu livro *A Sociedade do Espectáculo*.

massificação das mídias, que são estrategicamente absorvidas pelo mercado e passam a ser diretamente dependentes dele. O controle da informação por parte das instituições detentoras do poder é algo que reforça e naturaliza esse poder. Ideologias dominantes são incutidas nas mentes das pessoas, engendrando uma cultura que sirva a determinados interesses. Os meios de comunicação de massa, representantes da cultura dominante, engendram mecanismos de domesticação e organização da cultura de forma a atender os anseios de tal cultura e os seus interesses. O controle sobre a informação é uma ferramenta fundamental para a organização da cultura, e a disputa pela manutenção do poder sobre as mídias é algo de fundamental importância para a manutenção de certos valores funcionais ao *status quo*. Esta tentativa de imposição de interesses hegemônicos encontra pontos de resistência e aceitação por parte dos indivíduos. Sabemos que o campo da cultura é uma arena de conflitos que reflete toda a complexidade da vida em sociedade. Também estamos cientes de que a massa não é amorfa, as pessoas possuem suas vivências particulares que as levam a receber tais idéias de uma maneira particular. O contra-discurso diz respeito à capacidade do consumidor dos discursos de criticar aquilo que é hegemonicamente veiculado. Mas o foco de nossas reflexões neste trabalho está assentado na maneira como a cultura dominante, vinculada aos desígnios do padrão ocidental de racionalidade econômica, produz uma cultura histórica que está imersa nas teias do capital financeiro multinacional. Entendemos que quem detém a hegemonia política e financeira, possui uma forte vantagem no que diz respeito à defesa de seus interesses na socialização de uma determinada cultura histórica.

Os apelos sensacionalistas e os fetiches são aquilo que de mais refinado se produziu no que diz respeito aos modos de industrialização da mídia, que atende às demandas da indústria cultural. Esta se realiza na futilidade e na superficialidade, algo que reproduz certos estereótipos clássicos e os molda em um formato jornalístico para que este tenha aceitação das massas. Esta é uma fórmula já descoberta nos anos quarenta pelo filósofo Theodor Adorno, que, ao analisar as manifestações da indústria cultural, certificou-se que esta é criadora de uma linguagem própria, nivelada por baixo, onde nada aparece sem as marcas do jargão e dos estereótipos (ADORNO, 2002, p.18). A grande mídia possui como objetivo promover uma larga intensificação da ressonância daqueles aparatos simbólicos que são produzidos pela sociedade. O exagero e o apelo emotivo no uso das palavras e das imagens compõem o aspecto espetacular das notícias

veiculadas na mídia. Utiliza-se tais recursos como forma de se criar um apelo comercial para garantir a venda da informação, colocando o jornalismo dentro do âmbito da indústria cultural, sujeitando a imprensa às propriedades caracterizantes da mercadoria. Na disputa por leitores compradores de informação, os meios de comunicação distorcem a sua ética jornalística em função dos interesses do mercado, pois a exploração do sensacionalismo resulta em vendas. Através do sensacionalismo, faz-se apelo a reações baseadas na emoção, simplificando polêmicas em vez de fornecer elementos que permitam pensar, compreender, formar opinião. E, neste contexto, não interessa só aquilo que o veículo diz, mas também o modo como se diz. Nas pretensões e nos jogos de controle levados a cabo pelas mídias, a informação e a interpretação sobre os acontecimentos são vistos de acordo com as conveniências dos que investem nestas mídias. Muito do que se chama de opinião pública, diz respeito apenas à opinião publicada pelo conselho editorial do veículo de comunicação. Este é um forte instrumento de dominação nas sociedades ditas democráticas, pois investe contra o espírito e não contra o corpo físico, disfarçando o seu caráter imensuravelmente autoritário. Na verdade, a mídia forma, informa e enforma a opinião pública

Os processos tradicionais de transmissão cultural vêm tendo o seu centro deslocado, a família e a escola perdem cada vez mais espaço em favor dos meios de comunicação de massa. A tecnologia, aprimorada com o desenvolvimento do capitalismo, é um fator de primordial importância para o processo de massificação cultural. Com o aperfeiçoamento da tecnologia, os aparelhos midiáticos se tornam muito mais eficientes, potencializam sua capacidade de influência. O progresso econômico traz à tona o desenvolvimento tecnológico, que, por sua vez, enseja um maior poder comunicacional, assim se constituindo a indústria cultural. Como proporcionadora de uma atividade educativa, a grande mídia é deliberadamente deficiente. Isso é útil para gerar a alienação da sociedade, algo necessário aos beneficiados com o sistema promovido pelo capital. A materialidade técnica desenvolvida acaba se convertendo em sinônimo de potencial comunicacional, em que se busca a hegemonia ideológica. Certos modos de vida particulares são universalizados por conta da influência midiática na vida das pessoas, nos mais variados recônditos do mundo. É uma forte arma do capital multinacional, que se vale do projeto moderno/ocidental de civilização para promover sua expansão. Quanto mais influência o capital possui sobre as mídias, mais adequação e receptividade ele pode adquirir nestes meios. Então, ele estende os seus tentáculos e

busca apoio ideológico nos mais diversos lugares onde é seu intuito criar uma opinião pública favorável aos grupos detentores do grande capital (MARTIN-BARBERO, 2008, p.20-60).

O grande herdeiro atual do projeto ocidental moderno de civilização são os EUA, que possuem pretensões universalizantes que tomam suas particularidades por universais, o que legitima as intervenções ao redor do mundo para que sejam aceitos os valores que julgam superiores. Aqueles que não se alinham, são desqualificados e inferiorizados segundo o discurso hegemônico. A globalização é um movimento cultural e econômico de âmbito mundial, voltado para os interesses norte-americanos, que se colocam sob a égide do neoliberalismo. A imprensa liberal, de massas, foi estruturada em detrimento das imprensas locais, representantes de interesses divergentes do capitalismo hegemônico. Os padrões da cultura norte-americana são sistematicamente copiados ao redor do mundo. As idéias, imagens e textos com referências e apologias ao poderio estadunidense estão espalhados pelo globo. As pretensões de domínio dos EUA superam Roma, a Igreja Católica ou o Islã. O imperialismo econômico e cultural norte-americano é o que torna possível a universalização de valores ocidentais como democracia liberal e mercado.

2.3 A Revista *Veja*

Como estudo de caso neste capítulo, analisamos a revista *Veja*, por ser uma das revistas de maior circulação em território nacional, constituindo-se em um bom exemplo de um veículo de comunicação que opera em uma larga abrangência, pois é a revista de maior circulação no Brasil e possui o seu acervo facilmente disponível para pesquisa. Desta maneira, pode-se dar uma maior contribuição para o trabalho de sistematização de certos aspectos da cultura que circula acerca dos eventos que marcaram o pós 11 de setembro, em especial a guerra do Iraque. Sendo a revista um forte representante dos interesses multinacionais no país, iremos analisar como essas relações existentes entre as empresas e este meio de comunicação fazem com que determinados pontos de vista sejam veiculados seguindo as diretrizes de certos condicionamentos mercadológicos, que atendem a interesses de grandes empresas. Ao folhear a *Veja*, nos damos conta da

quantidade de anunciantes que se utilizam da revista para promover suas marcas. Existe um apelo publicitário muito forte na revista que recorre às mais diversas formas de seduzir o público. Os anunciantes da revista são multinacionais que estão instaladas no país. São eles que sustentam a editora e que inviabilizam a possibilidade de um discurso que se oponha à ordem econômica prevalecente.

A globalização da sociedade contemporânea e o poder das grandes corporações transcendem as barreiras nacionais, fazendo com que a influência norte-americana se torne presente no mundo como um todo. Para que tal projeto se realize, a ajuda dos aparelhos midiáticos e dos meios de comunicação se fazem absolutamente necessários, sendo estes artigos de primeira necessidade para o capital internacional, que visa enraizar as suas estruturas ideológicas e naturalizar ações que sejam funcionais a suas demandas. É neste contexto que podemos enquadrar o raio de ação da revista *Veja*. Podemos atestar isso ao observarmos a maneira como a grande mídia, atrelada aos interesses multinacionais, noticia um evento como a guerra do Iraque, iniciada em 2003. Enfocamos a fabricação dos discursos acerca da guerra do Iraque por parte da *Veja* no período dos seis primeiros meses de 2003, na seção de reportagens “Internacional”, sendo tal análise necessária para se identificar a posição da revista com relação à guerra. A partir daí, podemos fazer uma caracterização da cultura histórica veiculada em tal meio de comunicação. Procuramos, para orientar nossa análise, trabalhar com o conceito de Orientalismo, discutido pelo crítico literário Edward Said. Por se tratar de representações que a revista faz acerca do Oriente Médio, cabe uma caracterização acerca de como aquele pedaço do mundo é tratado. Por Orientalismo, Said entende um conjunto de idéias instituintes de uma concepção acerca dos não-alinhados à cultura ocidental, que são pragmaticamente utilizadas para atender às finalidades imperialistas dos países do Ocidente que procuram se expandir política e economicamente (SAID, 2007, p.29). As relações e interações existentes entre a cultura histórica e o poder político e econômico ao qual atendem os meios de comunicação, em particular no caso da revista *Veja*, é o foco trabalhado na sequência deste capítulo.

A imprensa se adéqua aos padrões do mercado e do capitalismo que possui uma escala planetária. Observamos o poder dos fortes grupos editoriais que passam a monopolizar os mercados e, seguindo a lógica do capitalismo, procuram fazer da notícia nada mais que um produto de consumo. Produto esse que influencia fortemente a consciência do público e a formação da cultura histórica e política. Em 1968, a Editora

Abril cria a revista *Veja* com tiragens semanais e modelo baseado na revista norte-americana *Time*. Desde então, a publicação cresceu e se tornou popular a ponto de ser a maior referência do jornalismo em revistas do Brasil, tendo esta hegemonia se consolidado cada vez mais. A popularidade da *Veja* e seu poder de formar opinião é algo a ser explorado como um útil exemplo de veículo formador de uma cultura histórica.

Observamos nas reportagens analisadas o esforço feito para que haja adequação da opinião pública brasileira aos moldes ideológicos que são valorizados e veiculados pelos norte-americanos, sendo a publicação um eficiente porta-voz dos interesses estadunidenses no âmbito nacional, ou seja, difundem-se ideologias que servem às elites dando-se privilégio aos interesses das grandes empresas, estas dão o tom das normas de publicação do veículo. Tem-se o objetivo de atingir aquela parcela da população que forma o que se convencionou chamar de opinião pública, que é representado pelas classes médias, os maiores consumidores de notícias. A grande mídia brasileira, da qual a revista aqui estudada faz parte, mantém relações de submissão com a norte-americana. Esta penetração ideológica se faz presente tanto na maneira de perceber os fatos quanto nos significados conceituais e valores éticos que entram em circulação com a publicação. A proeminência financeira faz dos Estados Unidos um grande controlador das mídias internacionais, sendo sua influência no Brasil avassaladora, algo que se pode confirmar nos discursos analisados.

Os empresários da grande mídia nacional são aqueles que possuem interesse neste sistema, o que faz com que ele se propague e permaneça excluindo os que se opõem a tal esquema de manipulação das informações. Isto, segundo os critérios éticos da profissão jornalística, seria o protótipo do anti-jornalismo. Em nenhuma situação, existe espaço para idéias que se mostrem contrárias àquelas adotadas pela linha editorial da publicação. Abrir espaço para que sejam comentadas certas perspectivas opostas a tais interesses significa dar visibilidade a uma grande parcela do mundo, o que representa um perigo, pois pode dar ensejo para outras formas de percepção e interpretação do mundo que fogem à perspectiva pretendida pela editora. As formas de difusão de informação existentes no mundo atual possuem poder de legitimar ou desautorizar ações de conservadorismo ou rebeldia, sendo este controle, sobre a cultura histórica veiculada em uma sociedade, algo estratégico para os mecanismos de poder. Não é difícil observar, a partir das análises feitas na revista *Veja*, que os povos que se

situam longe do raio de abrangência da cultura norte-americana, são introduzidos na História apenas a partir de seus contatos com os ocidentais, não possuindo autonomia alguma para darem voz a si mesmos.

Podemos constatar que, na mídia brasileira, predominam verdadeiros latifúndios ideológicos. Grande parte deles concedidos na época da ditadura militar. A Editora Abril não foge a esse padrão. Nesta editora, a revista *Veja* tem total liberdade para desempenhar em suas páginas a função de aglutinar as demandas das classes dominantes, atreladas às grandes corporações internacionais. A difusão dos projetos destes setores é essencial para o funcionamento da revista. Isto é feito de forma escamoteada. Estrategicamente, tais informações são transmitidas com uma roupagem que dá a entender serem os interesses nacionais que estão sendo defendidos. Na verdade, o que a revista procura, é a elaboração de uma cultura histórica que permaneça atrelada em interesses relativos aos grandes conglomerados multinacionais, os mesmos que vêm estampando as páginas de propaganda da revista. Estes conglomerados são os que trazem o seu sustento, dando suporte financeiro à publicação mesmo antes de ela chegar às bancas. Isso é de fundamental importância para entender o papel social da revista *Veja*. Ela vive de contratos publicitários que são firmados com tais empresas, servindo, assim, de porta-voz destas empresas, contribuindo para que a sociedade seja educada segundo os princípios ajustados para a dominação dos mercados (SILVA, 2009, p.19). A revista procura, em seu mecanismos de ação, desenvolver um plano ideológico, uma espécie de pedagogia do mercado, que torne a sua leitura uma atividade educativa na qual as elites possam estruturar uma mentalidade adequada com o intuito de criar comportamentos que estejam em sintonia com um mundo em que há o domínio de um mercado globalizado com a orientação neoliberal. Pela análise das reportagens que dizem respeito à invasão do Iraque pelos norte-americanos, nós confirmamos a hipótese de trabalho utilizada nesta dissertação e indicadora de que a publicação da Editora Abril é uma forte defensora da lógica econômica atrelada ao capital externo, agindo como um partido e encaminhando, assim, o fomento da dominação capitalista no Brasil, desautorizando aqueles que possuem manifestações culturais distintas da hegemonia norte-americana.

Identificamos posições ideológicas muito nítidas, em que prevalece a luta contra os dissidentes das diretrizes políticas, econômicas e culturais defendidas pela revista. Nestes embates ideológicos levados adiante pela revista, são utilizados velhos

métodos discursivos que eram levados a cabo no período em que o inimigo a ser combatido, eram os comunistas, onde o pensamento divergente é desqualificado a partir do uso de estereótipos já arraigados no senso comum, de forma a apoiar ações repressivas sem que seja levado em conta o que tais opositores têm a dizer. É flagrante o uso de uma argumentação maniqueísta, simplificadora das complexidades existentes no mundo, e que sempre toma partido dos interesses mercadológicos quando se refere aos eventos narrados. Acompanhamos na análise como isto se manifesta no caso da invasão do Iraque. Constrói-se uma vitimização dos EUA frente à “impiedosa ameaça árabe”, sendo lançado sobre estes povos uma visão unidimensional, encarnando-se neles o Mal absoluto. Vemos estampado nas páginas da *Veja* um duelo entre o mocinho agredido e o pecador impiedoso, que deve ser exterminado. Observamos o uso de mecanismos de espetacularização, onde a superficialidade do discurso é permeada com componentes emocionais, repassados como verdadeiros,

isto deu credibilidade à idéia de que a informação –não importa que informação- sempre é simplificável, redutível, capaz de converter-se em espetáculo de massa e decompor-se num certo número de segmentos-emoções (RAMONET, 1999, p.22).

Isto leva à reprodução de preconceitos, reproduzindo os estigmas sociais que passam a se localizarem na esfera do “socialmente aceito”. Essa prática é útil para a manutenção do sistema do capital. O mundo é mostrado de forma superficial e, ao mesmo tempo, pedagógica, evitando-se grandes complexidades no trato das notícias, acentuando-se os estigmas sociais através do uso de uma argumentação maniqueísta, na qual a guerra ao terror seria mostrada como uma luta entre o Bem e o Mal, resistindo a contemplar a pluralidade que existe no mundo vivido.

De uma forma bem clara, o que não se adéqua à forma como o mundo industrializado se organiza, é tratado como uma espécie de inimigo da humanidade, do desenvolvimento e da noção de progresso com a qual a revista possui estreitos vínculos. A leitura de realidade que se procura encorajar na *Veja*, é a de que não existem alternativas aos modelos de desenvolvimento hegemônicos capitaneados pelas multinacionais que funcionam sob tal lógica econômica. A escancarada parcialidade com que a revista manuseia a temática da Guerra do Iraque, expressa o quanto os

interesses econômicos se sobrepõem à ética do ofício do jornalismo. Nas reportagens analisadas, conseguimos observar como o veículo se demonstra pronto para atacar qualquer empecilho que seja colocado contra a globalização hegemônica, tratando-o como um atentado à civilização e aos seus supostos benefícios para a humanidade. É tarefa da revista estabelecer adequados princípios educativos que possam adequar ideologicamente a sociedade brasileira aos patamares da ordem global promovida pelo capital multinacional.

2.4 O que as reportagens nos mostram

Ao analisar as fontes jornalísticas selecionadas, eu havia colocado o objetivo de discutir a cultura histórica e suas relações com a mídia. Aconteceram, porém, algumas dificuldades em conciliar os dados teóricos pré-estabelecidos com a análise das fontes, já que eu tinha em mente que iria achar na revista *Veja* diversos posicionamentos abertamente favoráveis à guerra em foco. Tinha como certa a idéia de que esta guerra estava totalmente de acordo com a lógica que gere as relações internacionais na atualidade, vinculada ao economicismo que possui laços estreitos com a racionalidade instrumental. As promíscuas relações da mídia com o poder econômico me dariam um forte indício de que este raciocínio estaria correto. A *Veja* é um veículo de comunicação mais abertamente a favor dos interesses norte-americanos e dos valores da civilização ocidental, que têm seu marco a partir da era moderna. Esperava-se obter opiniões abertamente favoráveis à guerra, tendo em vista que esta seria uma boa garantia de movimentação nos negócios das multinacionais pelo mundo, principalmente da indústria petrolífera, tão cara às empresas automobilísticas que ilustram as páginas de propaganda da revista. Não é difícil poder deduzir as correlações entre uma guerra e o fomento aos negócios que favoreçam os anunciantes da revista. Tais investidas viriam trazer a democracia e a liberdade para o Iraque, um país que faz parte daquele conjunto de nações bestializadas no discurso hegemônico dos meios de comunicação do Ocidente. São terras habitadas por selvagens e primitivos, segundo os estereótipos mais comuns.

Certamente, nesta empreitada, há uma forte missão civilizadora por parte dos Estados Unidos, que é, a todo momento, reforçada na publicação, mas a defesa escancarada da guerra que eu buscava encontrar, não foi tão forte como eu imaginei previamente. O discurso é mais sutil, sem esse apelo imediato ao uso da força, mas cheio de ardis que induzem o leitor a criar uma adaptação à possibilidade de uma guerra. Com relação ao povo árabe, em especial o Iraque, que está em questão no presente trabalho, observei que muito do que eu havia suposto que iria encontrar, realmente estava publicado nas fontes utilizadas. Considera-se o Oriente Médio um lugar em que aqueles valores considerados pelo Ocidente como benéficos para o ser humano, não possuem condições de se desenvolver. Lá, segundo o que se mostra na revista, é uma terra de pessoas sub-humanizadas, que não conhecem as benesses da civilização. É descrita como uma terra que despreza tudo aquilo de mais nobre que já foi produzido no mundo, a exemplo da liberdade e da democracia, valores que fazem o Ocidente ter o padrão de desenvolvimento que possui, segundo os valores apregoados. Estas características fariam do Oriente Médio um lugar propício ao aparecimento de ditadores e tiranos que propagam o terror e o caos para se perpetuarem no poder, perdurando as mazelas existentes em seus países.

É isso que percebemos ao observar o caso de Saddam Hussein. Certamente, em larga medida, identificamos os pontos de vista intimamente atrelados aos interesses norte-americanos, principalmente no que se refere à cultura histórica veiculada acerca do Oriente Médio. Nenhuma das trinta e nove reportagens analisadas, datadas do período entre janeiro e junho de 2003, trazia uma única referência positiva ao Iraque, sob nenhum aspecto. O mesmo vale para o resto dos países do Oriente Médio, com exceção de Israel, aliado dos Estados Unidos. Isto nos levou a outra hipótese: a possibilidade da publicação não estar alinhada por inteiro às convicções do governo Bush. É sempre muito forte a ênfase que recai sobre os valores norte-americanos, as idéias de liberdade de mercado, assim como a democracia, como sendo os principais pilares de sustentação do mundo Ocidental. A temática relacionada ao petróleo também é bastante explorada, já que as reservas deste recurso energético são de fundamental importância para a economia mundial. Muitas vezes, em um tom de lamento, se coloca o fato de estas reservas se situarem em uma região problemática que, devido a suas instabilidades, pode afetar a saúde econômica do mundo considerado civilizado. Todos estes fatores colocados na revista mostram que, mesmo a *Veja* se desalinhando das

posições dominantes nos círculos de poder norte-americano, pelo fato destes terem atacado o Iraque sem autorização da ONU, se faz uma propaganda em favor da supremacia dos EUA perante estes países considerados atrasados.

Na verdade, em momento algum, a superioridade da cultura ocidental é questionada ou colocada como um problema pela revista, pelo contrário, este é um verdadeiro axioma, um ponto de partida que, sendo evidente por si mesmo, não é passível de ser questionado. A economia de mercado e a democracia são ferrenhamente defendidos como sendo os grandes faróis da civilização. O espírito de guardião destes valores continua ativo nos EUA. As críticas que são feitas, em momento algum, questionam os pressupostos elementares da invasão. Quando muito, se diz que Bush não está agindo bem, mas a idéia de superioridade norte-americana permanece inabalável. Estes ideais de superioridade é que serão utilizados para dissecar que tipo de cultura histórica é veiculada pela *Veja* e quais os pressupostos que propiciam a sua configuração.

As fontes foram escolhidas no acervo da revista disponibilizado na Internet e analisadas em seu conteúdo, sendo indicadoras de quatro grandes temáticas que dizem respeito à guerra do Iraque. Identificadas estas temáticas presentes nas reportagens, nós procuramos indexar as reportagens de acordo com tais temas, sendo eles referentes a: “As Oposições à Guerra”, “A Lógica Econômica”, “Os não-civilizados” e “A Superioridade Norte- Americana”. Estas temáticas foram divididas desta forma para fins didáticos, pois, nos textos jornalísticos, aparecem bastante imbricadas⁷.

1) Oposição (secundária, conjuntural) em um discurso de apoio irrestrito (estrutural) à guerra de Bush

A revista *Veja*, nas suas matérias acerca da guerra do Iraque, está sempre mostrando a preocupação em desqualificar os povos árabes como sendo estes pertencentes a um padrão cultural inferior ao que é cultivado no Ocidente, berço da civilização e dos modos de vida sofisticados. Esta superioridade deve ser mantida e

⁷ Na análise das matérias jornalísticas, optamos por manter o tempo verbal no presente, tal qual elas estão escritas na época de sua produção.

acentuada das formas as mais diversas possíveis. Conseguimos deduzir, deste lugar no qual se situa a revista, certos patamares de crítica e apoio às ofensivas norte-americanas no Iraque, que estão de acordo com certas visões de mundo, formadoras da base ideológica pela qual as edições de tal revista, em geral, se baseiam. Conseguimos observar um certo jogo dúbio, levado adiante pelos repórteres da revista, que, ao mesmo tempo em que tecem críticas à ofensiva norte-americana no Iraque, também demonstram todo desprezo pelos povos árabes, que devem ser desarticulados o mais rápido possível para que a supremacia ocidental possa entrar em vigor, estimulando os mercados, a democracia e, desta forma, a prosperidade no mundo.

Fala-se um pouco acerca das dificuldades que se estabelecem para que Bush possa executar a guerra que ele planejou, tendo em vista os percalços existentes para se conferir alguma legitimidade aos seus intentos. Mostra-se que diversos aliados históricos dos Estados Unidos vêm se mostrando descontentes e se opondo fortemente às pretensões norte-americanas de prosseguir com a guerra. A estratégia norte-americana para conseguir apoio tem sido a de demonizar o inimigo, de colocá-lo como sendo a representação do Mal, uma mazela que deve ser extirpada o mais urgente possível para que o mundo possa entrar em um alinhamento com as expectativas estadunidenses.

Na prática, Bush está pagando o preço político por tentar impor à comunidade internacional sua agenda de prioridades internas. O problema é que o presidente americano ainda não conseguiu convencer a maioria dos países de que Saddam representa uma ameaça real ao mundo a ponto de justificar uma guerra⁸.

Este trecho nos mostra o quanto é almejada pelos Estados Unidos a aprovação dos seus projetos e, também, o quanto eles estão longe de tal aprovação. Explicita-se, ainda, as questões pelas quais os norte-americanos gostariam de fazer com que fossem aceitas suas prioridades e necessidades. A credibilidade que eles procuram dar aos seus argumentos não tem sido apreciada por aqueles que formam mecanismos de relações

⁸ *Veja Online*, 12 mar.2003. <http://veja.abril.com.br/120303/p_062.html>. Acessado em: 19 out. 2010.

internacionais, em especial a ONU. Os mecanismos diplomáticos não têm sido de grande valia para que as pretensões estadunidenses sejam dignas de aprovação.

A revista mostra que a busca pela aprovação da guerra trouxe certos conflitos entre aqueles que formam o bloco ocidental. Os principais representantes da auto-atribuída civilização ocidental tiveram atritos devido a suas posições políticas acerca da guerra. Alguns dos principais aliados dos norte-americanos no Conselho de Segurança da ONU se opõem à guerra, ocasionando um *imbróglio* diplomático de grandes proporções, tendo em vista que os Estados Unidos não estão dispostos a abdicar dos seus ataques. Segundo a revista, no caso desta querela que se dá entre países que ocupam uma posição privilegiada na geopolítica internacional, e que estão no centro do capitalismo mundial, há uma dificuldade de se levar adiante alguma opinião a respeito, pois os dois lados possuem suas razões e suas motivações para defenderem os seus pontos de vista, mas, apesar da lucidez com que os europeus estão colocando sua argumentação, eles estariam, segundo faz crer a revista, sendo ingênuos, pois, como é colocado, o tempo que se estaria perdendo evitando que se faça uma guerra contra o Iraque, é precioso e poderia ser utilizado para desarticular as forças de Saddam, tendo em vista que o alerta para ataques terroristas nos Estados Unidos atinge elevados patamares.

Bush parece ter optado pelo caminho mais rápido para se livrar de Saddam. Sua estratégia é aproveitar a fragilidade militar do Iraque, que ainda não se recuperou da surra levada na Guerra do Golfo, em 1991, para liquidar rapidamente a fatura e, com isso, aplacar as críticas internas e externas à guerra⁹.

Não se pode fazer Saddam ganhar tempo. França e Alemanha, principais opositores dentro do bloco ocidental às investidas norte-americanas, acreditariam em um delírio, que seria a entrega por Saddam das armas de destruição em massa existentes no Iraque. Acreditar nisto seria um erro. A revista leva adiante a idéia da possibilidade de existência de armas de destruição em massa, argumentada por Bush como um dos motivos alegados para a guerra. De qualquer maneira, fica bastante clara a existência de

⁹ Veja Online, 29 jan.2003. < <http://veja.abril.com.br/290103/sumario.html>>. Acessado em: 19 out. 2010.

fraturas políticas dentro do bloco ocidental. Estes bastidores da guerra do Iraque deixam bastante evidentes as divergências existentes no interior do bloco ocidental, em que algumas das mais brilhantes cabeças do mundo civilizado estariam entrando em conflito devido à deterioração das relações entre os EUA e a Europa, no âmbito das quais os europeus acusam os norte-americanos de uma sede de vingança e estes, juntamente com seus aliados ingleses, salientam a falta de gratidão existente por parte dos europeus, que deveriam dar mais valor ao passado de intervenções positivas existentes em território europeu, principalmente contra os nazistas e comunistas.

A Europa, assim como os Estados Unidos, ocupam o centro da civilização ocidental, servindo de referência para os demais países do mundo. São os “faróis da humanidade”, que possuem a responsabilidade de guiá-la para patamares mais elevados de “evolução”. Mas acontece que os europeus não possuem mais o poder de influência que ostentaram outrora. Esta foi bastante deteriorada, a ponto de a Europa não conseguir fazer com que os europeus tivessem o mínimo de sucesso em inibirem os bombardeios empreendidos pelos norte-americanos no Iraque. O poderio político dos europeus está extremamente fragmentado e o bloco contrário à guerra é encabeçado pela França, que procura, “demagogicamente”, apelar para a condenação moral da guerra, juntamente com os alemães e russos. Faz-se citação de outros momentos históricos em que os europeus agiram militarmente de uma maneira apática, precisando de uma intervenção externa, principalmente estadunidense, para poderem resolver certos conflitos, como no caso da guerra da antiga Iugoslávia, acontecida no quintal da Europa, que não teve punhos para conter o conflito.

Bush nunca deu maior atenção à opinião dos países europeus e os irritou com algumas decisões unilaterais. A França e a Alemanha acham que não recebem, na arena internacional, o respeito que merecem. A turma de Bush acha que não merecem mesmo, pois não passam de um peso morto do ponto de vista militar e precisam do socorro americano para resolver as próprias encrencas, como o conflito na antiga Iugoslávia¹⁰.

¹⁰ Veja Online, 19 Fev.2010: <http://veja.abril.com.br/190203/p_050.html>. Acessado em: 19 out.2010.

O que se poderia esperar da Europa em relação à guerra ao terrorismo internacional, pelo qual a guerra contra o Iraque está contextualizada? Segundo a revista, que defende, em larga medida, a posição dos norte-americanos, não há tempo a perder na luta contra o terrorismo e a paz mundial pode correr sério risco se alguma atitude não for tomada com relação aos países que representam perigo para o bom funcionamento das relações internacionais.

A revista, ao tecer críticas sobre a guerra, o faz de maneira amena, escamoteando muitas informações úteis para se levar adiante alguma reflexão crítica acerca da legitimidade do conflito, como, por exemplo, as relações existentes entre os EUA e o Iraque, principalmente no que diz respeito a Saddam, cria política da CIA. Ocultações convenientes, tendo em vista a orientação política da revista, alinhada aos valores da cultura norte-americana e financeiramente em dependência do capital multinacional, são o pano de fundo de suas notícias publicadas. As considerações acerca do quanto o Oriente Médio é bárbaro (segundo as concepções de civilização vigentes no mundo ocidental) e do quanto precisa de uma força para que seja alavancado um crescimento e um avanço civilizacional, é algo, a todo momento, revisitado nas reportagens da revista. Há, certamente, algumas críticas à guerra feitas nas páginas da *Veja*, mas tais posicionamentos se perdem diante de uma enxurrada de alegações que os estadunidenses teriam para liquidar o governo Saddam. As mazelas existentes naquela região do planeta são exploradas constantemente para que se mostre o quanto estes “pré-modernos” estão precisando de uma alavancada. Não se pode ser tão abertamente a favor de uma guerra, principalmente se esta não conta com a aprovação da ONU, entidade que lhe daria legitimidade caso houvesse decisão de apoio. As críticas à guerra devem se fazer presentes para que não haja um choque do público. Mas o alinhamento à ordem internacional colocada pelos EUA, que informam e conformam as diretrizes ideológicas da *Veja*, é um fator determinante para o seu posicionamento favorável, no fim das contas, a alguma forma de imposição de um universo de valores para aqueles que não conhecem o “mundo civilizado”.

2) A Lógica Econômica da Guerra

Uma das grandes motivações que fazem com que a guerra do Iraque possa ser empreendida, é a possibilidade de lucro que pode ser conseguido com tal investida. Dentro das reportagens formadoras do corpo ideológico da revista, podemos observar que são publicadas opiniões que dizem respeito aos interesses empresariais, os quais o veículo representa e dos quais faz parte¹¹. Observamos o quanto a linha editorial da *Veja* está atrelada aos interesses multinacionais ao observar os valores defendidos nas publicações. Isso se manifesta de maneira a se atribuir um peso maior às necessidades econômicas que o Império possui em relação ao petróleo e à condução da máquina econômica do Iraque do que à ilegitimidade da guerra, que não foi aprovada pela ONU. Segundo a lógica econômica, os anseios de Bush pela derrubada de Saddam, que encontram problemas para garantir sua legitimidade, podem ser compensados pelo vislumbre de uma possibilidade de estabelecimento de um regime no Iraque que represente uma alternativa satisfatória ao governo daquele dirigente. O fim de um regime truculento e a reconstrução do país, capitaneado pela máquina econômica dos EUA, seriam bons frutos a serem colhidos. A própria idéia que se procura difundir na revista, de uma guerra simples e rápida, nos traz a impressão de que ela seja bastante compensadora.

Pode-se, também, observar passagens que tratam a respeito do ônus econômico que a guerra representará, os prós e os contras que a investida pode vir a causar, ressaltando-se as possibilidades de lucro que as empresas petrolíferas podem vir a obter quando a guerra for vencida. Os benefícios que o Iraque irá obter, na opinião do periódico, compensam em muito as desvantagens que uma guerra “cirúrgica”¹² pode vir a ocasionar:

A conta será salgada. Calcula-se que os Estados Unidos deverão gastar 5 bilhões de dólares para recuperar as instalações de petróleo e outros 20 bilhões para reconstruir o parque industrial iraquiano. O investimento compensa. As imensas reservas de petróleo **serão um maná** para as empresas americanas do ramo e, suspenso o embargo, para a própria recuperação do Iraque. Imagine-se um Iraque livre das

¹¹ A vinculação da revista com tais interesses se encontra comentada mais adiante no texto.

¹² Podemos chamar de guerra cirúrgica o bombardeio de alvos estratégicos. Estes alvos seriam instalações militares, governamentais ou industriais. Tais bombardeios são feitos com armas de última geração, orientadas por laser, o que, supostamente, diminui o número de vítimas civis.

atrocidades de Saddam, produzindo plenamente e com um projeto democrático. **Parece bom demais para ser verdade**¹³.

A democracia e o respeito a valores que correspondem aos ideais de uma civilização, devem ser propagados para as partes do mundo que, por não se coadunarem com tal lógica, são considerados “bárbaros e atrasados”. Estes rincões refletem um obscurantismo que deve ser extirpado da humanidade para que ela possa se desenvolver plenamente em suas capacidades. Seria esse o *maná* ao qual se refere a reportagem, descontextualizando da cultura do Oriente Médio aquilo que, segundo a mesma, é o alimento, um dom de Deus. Nas páginas da revista, irônica e desrespeitosamente, o termo assume contornos mercadológicos. O respeito à democracia liberal cultuado pelos ocidentais vem trazer maiores facilidades para que haja operações financeiras que solidificam o paradigma da racionalidade econômica. A revista, em diversas situações, defende a lógica econômica com bastante crueza, como se esta lógica fosse algo, por si só, a ter autoridade e legitimidade. Um guia que se deve aceitar, independente de qualquer possibilidade de restrições morais que possam vir a existir para se opor ao lucro. Esta racionalidade estratégica, tão badalada nas páginas da *Veja* e tão aconselhável, segundo certas tendências ideológicas, para o “progresso da humanidade”, é algo que chega às raias da barbárie. Naturaliza-se a lógica do poder do dinheiro de uma forma assustadora. Ao se dar preponderância às possibilidades de lucro e de vantagens financeiras em detrimento da catástrofe humanitária causada por uma guerra absolutamente ilegítima, se pode observar o deslizamento do discurso da revista para a barbárie através da naturalização dos acontecimentos e argumentos.

Grande parte das reportagens da *Veja* deixam claro que a guerra se constitui em algo de grande benefício não só para a população do país-alvo dos bombardeios, mas de outros, que teriam oportunidade de conhecer as “maravilhas da civilização”, podendo ter a oportunidade de desfrutar de um regime político que os Estados Unidos julgam adequado para o mundo; mas também seria benéfica para o mundo ocidental, já que isso traria uma guinada na economia. Há uma forte aposta em uma bem sucedida operação que viria a trazer vantagens para todos. Esta é uma forma de leitura que está intimamente ligada aos ditames da racionalidade econômica, que visualiza nas possibilidades de abertura de mercados o critério de viabilidade para as ações que se

¹³ *Veja Online* 22 jan.2003. <http://veja.abril.com.br/220103/p_072.html>.Acessado em 25 ago.2010. Grifos nossos.

pretende empreender. Mesmo com a falta de apoio internacional que os EUA sofrem, assim como as dificuldades que vem enfrentando para convencer a opinião pública da probidade de suas ações, as reportagens trazem uma visão bastante louvável da iniciativa norte-americana de derrubar do poder um ditador como Saddam Hussein para que possam ser colocadas em prática as melhorias prometidas. Essa visão positiva da derrubada do governo iraquiano é acompanhada de uma leve crítica à guerra, o que mantém um leve e escamoteador jogo duplo, que não pode se comprometer com a opinião pública ao ser abertamente favorável a uma guerra considerada ilegítima pelos organismos internacionais. Mas, através da exposição da cultura árabe como sendo inferior à ocidental, tenta-se mostrar que os povos que a compõem, são incivilizados e que devem se alinhar aos padrões ocidentais, fazendo com que haja uma prosperidade no mercado e na economia do mundo civilizado. Mas deixa-se claro que a orientação da publicação, de uma maneira não tão escancarada, é de apoio aos ataques, como fica manifesto em tal citação de uma das reportagens:

A Casa Branca aposta em uma vitória militar rápida no Iraque seguida de um projeto de reconstrução do país que se mostre vantajoso para os vizinhos tanto no plano político quanto no econômico. A opinião pública mundial não teria, assim, motivos para lamentar a derrocada do regime de Saddam Hussein, cujos crimes seriam revelados ao mundo depois de sua prisão ou morte¹⁴.

A revista acredita no plano de reconstrução do Iraque, que virá a ser empreendido no pós-guerra. Isto é um dado bastante importante para que se possa adaptar a opinião pública à *inevitabilidade* e *necessidade* da guerra. Há uma tomada de partido com relação aos interesses que os Estados Unidos e a Europa (principalmente a Inglaterra) possuem em relação à reconstrução do Iraque, trata-se de uma opinião alinhada aos interesses mercadológicos que, a todo momento e, de modo sistemático, está impregnando ideologicamente as reportagens da revista. Logo, estas formas de argumentação que estão fundamentados em uma ética economicista, são veiculados renitentemente, pois é do interesse deste veículo midiático que exista adesão a tais modos de perceber o problema. Este é o principal motivo pelo qual Tony Blair é qualificado como um hábil e lúcido político enquanto Chirac não passa de um

¹⁴ Veja Online 22 mar. 2003.<http://veja.abril.com.br/120303/p_062.html>. Acessado em 25 ago. 2010.

demagogo sem envergadura moral. A lógica do mercado deturpa todas as outras possibilidades que possam vir a afrontá-la.

Desde o começo dos anos noventa, os iraquianos vêm passando por grandes dificuldades. As guerras e o embargo econômico comprometeram seriamente a capacidade da economia iraquiana de alcançar algum crescimento mínimo, deixando o país em uma calamitosa crise econômica que se estende por muitos anos. Para acabar com essa situação nada otimista da economia iraquiana, a revista defende que certas metas devem ser cumpridas e, entre estas, o alinhamento do Iraque à economia de mercado que serve de padrão para o Ocidente, com seus suportes sociais e políticos localizados na idéia de democracia, que, nos seus moldes liberais, fornece sustentáculo para a reconstrução do país de Saddam. Milhões e milhões de dólares são necessários para fazer com que o Iraque seja colocado dentro da economia de mercado. Para se amealhar a gigantesca quantidade de dinheiro necessário para promover a reconstrução do país depois do governo Saddam, será necessária a ajuda de diversas empresas multinacionais que venham a oferecer o seu apoio a tal empreendimento de reconstrução. A revista trata, nestes termos, tal prática de afronta à soberania nacional de um outro país. Noticia-se este empreendimento das grandes empresas multinacionais como sendo *uma ajuda humanitária* promovida pelos Estados Unidos. As empresas e os países envolvidos dariam uma espécie de contribuição para beneficiar o Iraque e seu povo, “que tanto sofreu”. Estes negócios engendrados em torno da guerra, em tal perspectiva adotada pela publicação, seriam o único meio de salvação para um povo já tão arrasado. A economia é o grande valor que iria fazer girar novamente o motor da sociedade iraquiana. Tais empreendimentos, segundo a *Veja*, são considerados moralmente aconselháveis e possibilitadores de uma nova era nas relações dos ocidentais com o Oriente Médio. Esta exaltação da racionalidade econômica está intimamente ligada aos interesses multinacionais existentes entre os anunciantes da revista.

3) Os não civilizados

De forma mais frequente, a revista vem trazer um tom ameno às críticas que são feitas a George Bush, tentando fazer com que Saddam Hussein seja

responsabilizado pelos conflitos que estão sendo levados a cabo no Iraque. Uma responsabilização de um indivíduo como agente histórico (do Mal), problemática essa relevante para reflexões sobre cultura histórica, ou seja, como se dão as relações indivíduo-sociedade. O presidente norte-americano, muitas vezes, é colocado como um benevolente chefe de Estado com sentimentos humanitários, que se manifestam em favor dos povos oprimidos por regimes de poder violentos e sanguinários. O problema colocado é que Bush está disposto a levar adiante uma guerra sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU, o que dificulta a possibilidade de se conseguir a legitimidade necessária a suas investidas. Os Estados Unidos estariam passando por cima de outros países que fazem parte daquelas lideranças existentes no Ocidente, representantes também dos valores civilizados, como é o caso da França e Alemanha. Mas o tom de legitimidade permanece devido ao apoio que a revista dá a uma cruzada moral na qual os norte-americanos possuem o dever de investir seus esforços.

A vitória fulminante valeu mais que qualquer resolução das Nações Unidas para dar legitimidade à guerra. A imagem dos iraquianos pisoteando a estátua derrubada de Saddam teve valor maior do que mil palavras a respeito do governo que ele chefiava¹⁵.

A derrubada de Saddam, segundo grande parte das páginas da revista, é um ato elogiável, independente das circunstâncias em que isso se dá. O Iraque é um país que representa uma ameaça à paz e deve ser retaliado o quanto antes para que “algum mal maior” seja evitado. Esse é o posicionamento que impregna, direta ou indiretamente, na (a) maior parte das publicações da *Veja* durante o período estudado. Os justos devem se manifestar para que os bons valores sejam instalados nos lugares onde são estranhos. Segundo tais matérias, as comparações feitas entre Bush e Saddam são absurdas e resultam de uma grande falta de informação e/ou honestidade por parte dos que fazem a revista ou são ordenados para fazê-la. De acordo com a revista, Saddam já deu muitas provas de que era um louco fanático, enquanto Bush quer apenas colocar um freio nas estripulias realizadas pelo sanguinário ditador iraquiano. A revista coloca essa imobilização do ditador iraquiano como uma necessidade das mais urgentes. Há na publicação vários indícios de que existe um alinhamento com as posições do governo

¹⁵ *Veja Online* 16 abr. 2003 <http://veja.abril.com.br/160403/p_044.html>. Acessado em 25 out. 2010.

sediado em Washington, que vê nas investidas contra o Iraque uma possibilidade de retirar um “desatinado chefe de Estado do poder” para que possa ser estabelecido um governo considerado decente em seu lugar. Esta seria uma maneira bastante eficaz de mandar para longe o radicalismo islâmico, que se constitui em um dos grandes motivos para que se perpetue o atraso daquele povo. A democracia, segundo tal perspectiva, é uma forma de governo forte, que possui condições de se impor sobre a **selvageria** que perpassa as formas de poder comuns no Oriente Médio.

Os líderes americanos não escondem sua perplexidade diante da reação contrária da opinião pública mundial. Sendo Saddam uma entidade do mal, o mundo deveria estar nos apoiando por decidirmos lidar com o problema¹⁶.

Fica claro o viés que se procura explorar em tal passagem. Saddam é considerado o Mal absoluto, motivo pelo qual não há nem disponibilidade nem possibilidade de manter algum tipo de negociação. Aquilo que personifica o que existe de mais deplorável para a civilização, não pode se manter intacto e ileso. Seria dever daqueles que têm interesse na manutenção da paz mundial, a amputação de um perigoso líder do comando do seu país. Saddam seria, então, um grande inconveniente para as relações internacionais, pois representa um perigo para a segurança dos países do centro capitalista: tratar-se-ia de um apoiador do terrorismo, um sanguinário de estirpe igual à daqueles que se pode observar com muita frequência pelo Oriente Médio. As fervorosas manifestações anti-bélicas e, não raras vezes, antiamericanas, são mostradas como um ressentimento existente devido à competência demonstrada pelos Estados Unidos em conseguir se sobressair sobre os demais países no cenário geopolítico internacional. A revista nitidamente reduz as oposições aos Estados Unidos a um mero ressentimento de pessoas que não aceitam ou não se conformam com a competência apresentada pelos norte-americanos para obterem sucesso político, reduzindo, mais uma vez, importantes condicionantes históricos de cunho econômico, social, político e cultural, a uma empobrecedora perspectiva psicologizante e individualizada. A revista tenta mostrar o

¹⁶ *Veja Online* 26 fev.2003 <http://veja.abril.com.br/260203/p_036.html>. Acessado em: 25 ago.2010.

quanto os norte-americanos possuem valores de liberdade e democracia que divergem dos pensamentos daqueles defensores dos regimes totalitários. Um outro aspecto a ser destacado no discurso da revista, fazendo rebatimento do discurso do Governo norte-americano, é o de que bastaria tirar Saddam para se resolver o problema, escamoteando assim as questões estruturais.

Entre algumas pouco substanciais críticas à guerra, podemos observar um tom predominante de uma concepção de cultura e civilização que expõe a cultura árabe como sendo algo tão evidentemente inferior aos valores cultivados no mundo ocidental, que seria uma omissão injustificável não tentar alinhá-los aos padrões valorizados no Ocidente. Por vias indiretas se chega à conclusão que a intervenção militar seria algo extremamente necessário e inevitável por parte daqueles que possuem compromisso com o que o mundo produziu de melhor.

Há, no horizonte, a possibilidade de um Iraque democrático prometido pelos Estados Unidos. Isso pode ser uma boa notícia num Oriente Médio congestionado por regimes teocráticos e ditaduras brutais¹⁷.

Procura-se enfatizar, em grande medida, a imagem negativa do governo de Saddam Hussein, em que ele é prontamente qualificado como um dos piores ditadores já existentes, que promove os piores tipos de atrocidades contra o seu povo e os seus opositores políticos. A revista leva o leitor a crer que a investida norte-americana irá acabar com tais mazelas existentes no Iraque.

Mas a grande ênfase recai em cima das condições necessárias que a revista aponta para o surgimento de um chefe de Estado como esse. Não se fala, em momento algum, do papel que os Estados Unidos tiveram para a ascensão de Saddam ao poder no Iraque, mas atribui-se a existência de tal ditador a uma tradição anti-democrática existente no Oriente Médio, no qual, com exceção de Israel, nenhum outro país possui um regime respeitável de governo. Faz-se, então, questão de chamar a atenção para um eminente perigo de deixar que Saddam se mantenha no poder, colocando-se que as críticas, para serem bem cabíveis, não devem ser dirigidas aos EUA, mas ao governo

¹⁷ *Veja Online* 16 abr. 2003 <http://veja.abril.com.br/160403/p_044.html>. Acessado em 25 out. 2010.

iraquiano, este, o verdadeiro responsável pela guerra. As manifestações da opinião pública internacional, ao repudiarem as ações norte-americanas, estariam escondendo o verdadeiro perigo que residiria na figura de Saddam Hussein. Para defender a idéia de que o verdadeiro inimigo a ser combatido não é Bush, leva-se adiante uma série de desqualificações aos opositores do americanocentrismo que se propaga nas manifestações pacifistas. Quem se opõe à guerra, é tratado como inocente, ou malicioso, sendo a violência praticada nos longínquos lugares do mundo supervalorizada, enquanto a violência dos EUA é escamoteada.

Impressiona o quanto se negligencia os vínculos de Saddam com o Ocidente. A capacidade que o Oriente Médio possuiria para produzir ditadores cruéis e sanguinários atinge uma magnitude assustadora, a depreender dos textos da revista. O caso de Saddam se destaca entre os demais pelo grau de carnificina existente nas ações do governo que ele empreendeu. A quantidade de vítimas produzidas em tal regime é constantemente realçada. Procura-se criar, de tal forma, um sentimento de justiça e aprovação a uma ação que foi considerada ilegítima pelos organismos internacionais competentes. Diversos dados biográficos do ditador iraquiano são mostrados para explicar a sua personalidade e como a maneira com que ele conseguia impor a sua vontade com punhos de ferro, estaria ligada ao seu histórico de vida.

Saddam Hussein não é apenas um ditador a mais no Oriente Médio, região do mundo que tem a extraordinária peculiaridade de não ostentar um único regime democrático, fora Israel. Saddam, além de presidir uma ditadura familiar e tribal que se mantém no poder à custa de tortura dos opositores, do assassinato e até mesmo do genocídio, é também psicopata e sádico¹⁸.

O viés psicológico e familiar é o foco privilegiado da análise da ascensão do ditador. Seu gosto pela violência seria o motivo eleito para o entendimento da truculência de seu governo. Esta visão psychologizante de Saddam traz uma desconexão entre o indivíduo e a sociedade, negligenciando-se questões estruturais que dizem respeito ao subdesenvolvimento provocado pela ordem capitalista, fomentadora da ascensão e manutenção no poder de muitos regimes e líderes autoritários no Oriente Médio desde o

¹⁸ Veja online 19 mar.2003 <http://veja.abril.com.br/190303/p_046.html>. Acessado em 25 ago.2010.

pós- 1ª Guerra Mundial. A ordem hierárquica internacional não é em momento algum contestada. Valoriza-se o papel individual de Saddam Hussein sem conectá-lo com as questões globais. Algo típico do individualismo liberal escamoteador que é propagado pela revista. Não se fala, em nenhum instante, que a alavancagem política de tal homem teve uma ajuda determinante do governo norte-americano, uma omissão bastante esclarecedora para a análise do arcabouço ideológico da publicação, que revela a que qualidade de interesses está atrelada.

Podemos observar, também, o quanto há de estímulo à construção e manutenção de uma imagem de irreconciliáveis diferenças entre os países ocidentais e o Islã, que é tratado como sendo completamente avesso à cultura ocidental. A desconfiança com relação a qual, é algo que define bem nitidamente os islâmicos do Oriente Médio, sendo uma característica bastante difundida entre tais povos. Apesar de a matéria do dia 02 de abril de 2003 chegar a falar em uma diversidade existente dentro da cultura árabe, esta é utilizada como uma forma para se chegar ao fato de que os árabes, mais do que isso, os islâmicos são contra os norte-americanos e os valores civilizados, fato que os une. A desconfiança existente contra o Ocidente não possuiria motivos concretos, sendo o resultado de um atraso cultural com relação à imponente democracia americana com seus valores e superioridade incontestáveis:

A diversidade religiosa, étnica e política nesses países é gigantesca. Mas em todos observa-se um padrão preocupante. O número de pessoas que desconfiam das intenções do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, cresce ano a ano¹⁹.

Observa-se a defesa da idéia de que o ódio existente contra os Estados Unidos é um mecanismo de exteriorização da raiva existente contra o seu próprio governo, tendo em vista que a única forma de governo existente naquela região do mundo seriam ditaduras cruéis e sanguinárias, as possibilidades de protesto contra o próprio governo sendo extremamente reduzidas. Desta maneira, abre-se a brecha para que haja uma transferência desta aversão a um elemento externo, que é personificado pelos norte-

¹⁹ Veja Online 02 abr.2003: <http://veja.abril.com.br/020403/p_062.html>. Acessado em 25 ago.2010.

americanos, que acabam se transformando em bodes expiatórios das insatisfações existentes contra seu próprio governo. Tenta-se, com este argumento, isentar os estadunidenses da culpa nas intervenções que estes promovem no Oriente Médio. A insatisfação dos árabes com os EUA é causada pelos próprios árabes, que seriam mal resolvidos com seus problemas e procurariam, então, um terceiro para nele por a culpa. Os Estados Unidos, representantes dos valores civilizados, não podem ter nenhuma parcela de responsabilidade nisto. A alternativa que pode fazer com que tais perversões se anulem, seria a implantação de uma democracia nestes lugares, pois, assim, haveria possibilidade de ferir-se a ascensão dos fundamentalismos e domesticar a propensão à *selvageria* que os habitantes daquelas terras possuem.

Traz-se nas reportagens algumas menções a antigos inimigos, como a União Soviética de Stalin, que seria o grande modelo para o totalitarismo desenvolvido por Saddam, apesar de não serem detalhados os paralelos entre tais regimes. Há uma apropriação de um imaginário já consolidado em relação a outros inimigos para que se possa facilitar o entendimento do leitor do quão repugnante é o regime iraquiano que se pretende desqualificar. Isso é usado para explicar a resistência do povo iraquiano aos *libertadores* norte-americanos. Estes cometeram um erro estratégico de imaginar que, ao chegarem ao Iraque, seriam recebidos de maneira amistosa pelos habitantes locais, que enxergariam nos invasores a luz necessária para guiar a nação a um novo caminho. Pensava-se que as pessoas não teriam motivos para defender o governo implantado no Iraque, mas não foi bem isso que aconteceu. A explicação que a *Veja* achou plausível para tal fato foi que a natural incivilidade de tais povos era motivo mais que suficiente para a não recepção dos norte-americanos como aquilo que se quer convencer que eles são: os portadores da luz contra a barbárie. Negligencia-se ou oculta-se o fato de, no começo dos anos noventa, os norte-americanos não terem tomado nenhuma atitude contra o genocídio promovido por Saddam contra aqueles que haviam apoiado os EUA na guerra do Golfo. Regimes como nazismo, fascismo e o que a revista entende por comunismo, são utilizados para se demonstrar o quão vil é o regime iraquiano de governo, o quanto é opressivo e totalitário. Aproveita-se de toda uma cultura histórica já arraigada no mundo ocidental acerca destas formas de governo para se fazer um paralelo com o que foi produzido no Iraque, tentando-se causar a mesma repugnância no senso comum. Procura-se passar a imagem de que estas formas de governo que atentam contra a dignidade humana, são lugares comuns no Oriente Médio mas não seriam

comuns, nem existiriam no Ocidente. Assim, “pedagogicamente”, a publicação procura ensinar que tudo aquilo que existe de mais condenável nas sociedades, são consequências da ausência de democracia, aquela existente nos EUA.

a passividade das democracias diante de tiranias é um comportamento que a humanidade deve evitar. As nações livres e democráticas têm uma enorme responsabilidade na manutenção da paz mundial²⁰.

A democracia seria uma panacéia, algo que estaria à prova de perversões e seria aquilo que faria do Oriente Médio um lugar melhor não só para os árabes como para o resto do mundo.

Procura-se sempre enfatizar o regime de intensa crueldade que o Iraque viveu sob a hegemonia de Saddam Hussein. Um tempo bastante prolífico em massacres e arbitrariedades. Tal regime é considerado uma mácula para a dignidade humana, para o bom andamento das relações internacionais. Tais horrores, segundo a revista, foram aliviados no momento em que os EUA apareceram para derrubar o regime ditatorial encontrado no Iraque. De maneira redundante, são utilizadas palavras depreciativas para se referir ao regime que os norte-americanos derrubaram, detalhando-se certas práticas bastante comuns no Iraque durante todo o período Saddam. As torturas e barbaridades praticadas nos porões do regime são o tempo todo escancaradas. Fala-se na liberdade que agora existe (que existe depois da derrubada de Saddam) e no quanto a empreitada foi frutífera para transformar o panorama existente em terras médio-orientais. Procura-se realçar a necessidade que o leitor no Ocidente possui de conhecer o mundo islâmico. A violência amplamente divulgada a respeito dos ataques empreendidos por islâmicos trouxe uma forte necessidade das pessoas conhecerem e procurarem informações acerca deste pedaço de mundo tão problemático e hostil à “civilização”. Em um determinado momento, a revista menciona o fato de Saddam Hussein ter sido aliado dos Estados Unidos, comentando que tal se dera em um período de bastante turbulência, pois estávamos em plena Guerra Fria e as forças comunistas se expandiam pelo Oriente Médio, fato que *obrigou* os norte-americanos a se aliarem ao ditador, que representava em tal região um foco de resistência à política expansionista empreendida pelos

²⁰ Veja Online 16 abr. 2003: <http://veja.abril.com.br/160403/p_044.html>. Acessado em 25 out. 2010.

comunistas, que se valiam dos radicais islâmicos para levar adiante seus projetos de dominação. Procura-se passar a idéia de que a aliança EUA-Saddam se deu por motivos nobres e justificáveis e que, apenas depois da queda da União Soviética, é que o líder iraquiano veio a se tornar um estorvo. Flagra-se uma manipulação da história que a *Veja* leva a cabo, para justificar as relações de uma nação tão louvável em suas diretrizes morais com um ditador tão execrável e vil. Os considerados moderados do Islã são mostrados como a saída para o impasse existente na sucessão do poder iraquiano, uma alternativa para a pacificação. Eles possuem abertura para aceitar os modos de vida que são comuns no Ocidente e que são necessários para a implantação da democracia no Iraque. Segundo a perspectiva da revista, os moderados são aqueles que têm o poder de derrubar as concepções ideológicas radicais do mundo islâmico e fazer a correlação de forças no Oriente Médio se inverter, já que os árabes possuem um grande ressentimento contra os norte-americanos. A outra ocultação que a revista faz é de que, para a invasão do Iraque e após a derrubada de Saddam, os Estados Unidos se aliaram aos xiitas, justamente a ala mais radical do Islamismo, que assim se posicionou porque, durante o governo saddamiano, de base sunita, fora duramente perseguida.

4-A Superioridade Norte-Americana

As páginas da revista *Veja*, a todo momento, estão defendendo os EUA como sendo um modelo de conduta para os demais países do mundo, uma força moral e civilizacional que deve trazer o caminho da verdade para aqueles que não possuem intenção ou não vêm motivos para se alinhar aos padrões culturais que são próprios dos norte-americanos. A guerra do Iraque seria tratada como uma manifestação da necessidade de expansão destas características que expressam o mais alto grau de nobreza. A difusão dos valores políticos e culturais assim como da economia norte-americanos. Sob o pretexto da democratização de países considerados tiranos, os EUA propõem uma forte empreitada imperialista sob a sua égide para que os terceiro-mundistas possam usufruir dos benefícios que a civilização ocidental pode

proporcionar. “A suspeita de que Bush quer fazer a guerra só para se apossar dos campos petrolíferos do Iraque é infantil”²¹.

Mencionamos as comparações que são feitas ao redor do mundo entre Bush e Saddam, que são tratadas como absurdas. Em vários momentos, nós percebemos a tentativa de se criar uma imagem positiva de Bush que contrabalance certos padrões que, não à toa, se tornaram senso comum ao longo do seu governo. Saddam é que é o louco a ser perseguido, e o fato de ele poder possuir armas, é sutilmente colocado como um motivo suficiente para que haja alguma sanção mais forte contra ele. E se um país poderia cuidar do problema, seriam os Estados Unidos. Os norte-americanos são apontados como os eleitos, os que possuem mais condições para tratar desse estorvo que o governo do Iraque veio a se tornar. Os valores de liberdade e democracia são o que fariam dos EUA uma nação superior, o que faria deles uma nação que possui divergentes pensamentos daqueles que defendem regimes totalitários. O subdesenvolvimento daqueles que possuem despeito em relação ao vigor dos norte-americanos se deve à incompetência daqueles que não conseguiram estimular o progresso em seus países. Como se essa questão fosse desdobramentos de uma maratona em que aqueles que estão na frente, procuram apenas gozar dos privilégios que lhes cabem devido a sua competência. Isto é feito de forma a se escamotear a produção histórica que alimenta o desenvolvimento econômico de poucos às custas do subdesenvolvimento da grande maioria. Bate-se com alguma frequência na tecla de que as armas de destruição em massa, procuradas pelos norte-americanos, existem e estão escondidas, devendo haver um procedimento que anule com rigidez o risco de que elas sejam usadas. Estas idéias são lançadas apesar de não haverem bases sólidas para se afirmar que estas armas de destruição realmente existem.

Washington julga que tem o dever de combater o mal no mundo, especialmente o mal do tipo contagioso. Acha que a guerra contra o Iraque – e sua transformação num regime decente – é uma oportunidade de combater o vírus do radicalismo no mundo islâmico e de espalhar o exemplo da democracia numa região dominada por tiranias medievais²².

²¹Veja Online 26.fev.2003: <http://veja.abril.com.br/260203/p_036.html>. Acessado em 15 ago.2010.

²²Veja Online 26.fev.2003: <http://veja.abril.com.br/260203/p_036.html>. Acessado em 15 ago.2010.

A possibilidade de fazer o Iraque tornar-se uma democracia é um motivo bastante nobre para que tivesse havido uma intervenção militar como a que aconteceu no período estudado. A revista procura naturalizar a idéia de que os rumos tomados pelos EUA com relação a sua política externa foi o mais favorável para todos. Principalmente para os árabes. As pretensões americanas são elogiosas por se preocuparem em trazer um governo viável em uma terra de costumes bárbaros.

Saddam Hussein não é apenas um ditador a mais no Oriente Médio, região do mundo que tem a extraordinária peculiaridade de não ostentar um único regime democrático, fora Israel. Saddam, além de presidir uma ditadura familiar e tribal que se mantém no poder à custa de tortura dos opositores, do assassinato e até mesmo do genocídio, é também psicopata e sádico. [...]Bush, segundo declarou, pretende usar a invasão do país para instalar ali um regime democrático que sirva de inspiração de liberdade para outras nações da região. [...]uma razão bastante provável para a guerra está no desejo dos americanos de impor ao mundo sua mastodôntica superioridade bélica e cultural. O império americano chegou a um estágio em que não acredita mais na distribuição do poder entre as nações conforme ele está organizado na atualidade²³.

Defende-se que os bombardeios vão ser benéficos para os alvos de tais bombardeios, que teriam a oportunidade de conhecer os benefícios vindos da parte nobre do mundo ao desfrutarem de um regime político que traria a prosperidade do seu povo. Faz-se a aposta em um bem sucedido empreendimento militar, no qual aqueles encarregados de levá-los adiante, são realmente os mais indicados, os que possuem condições de propagar tais benefícios. Apesar de algumas críticas tecidas ao ataque, a *Veja* aposta no sucesso da empreitada, fazendo apologia aos benefícios que uma vitória norte-americana pode causar aos valores que são considerados dignos de crédito. Se Saddam cair rapidamente e os iraquianos não tiverem maiores sofrimentos, coisa muito provável que aconteça, os norte-americanos desfrutarão de um grande trunfo político, pois poderão se gabar perante o resto do mundo dos seus feitos, fortalecendo-os dentro do cenário geopolítico internacional. Os *yankees* possuem um grande potencial para atingir o sucesso em suas investidas, pois o desenvolvimento bélico existente na máquina de

²³*Veja Online* 12.mar.2003: <http://veja.abril.com.br/190303/p_046.html>. Acessado em 15 ago.2010.

guerra estadunidense os torna a força militar mais potente do mundo, possuindo, todo este poderio bélico, uma tecnologia de ponta, suficiente para se fazer uma guerra limpa, que tem capacidade de atingir alvos precisos através de ataques “cirúrgicos”. Pode-se perceber, a partir destas análises, a dimensão que toma o partidarismo da *Veja* pelos interesses norte-americanos. Principalmente no que toca no fato de que não há previsão de uma reação iraquiana, apostando-se em uma esmagadora vitória dos Estados Unidos.

Várias matérias vieram a tratar da questão da tecnologia de guerra possuída pelos norte-americanos, que traria uma margem de erros praticamente desprezível nos ataques. Isso faz com que se torne ainda mais elogiável o fato de os norte-americanos se proporem a entrar em guerra e usar essa tecnologia a favor de um resultado favorável, com o mínimo de baixas possíveis. Diz-se que, desde os anos 90, existe uma verdadeira obsessão dos norte-americanos por tal forma de combate mais “humanizado”. As ações em torno da guerra do Iraque são encaixadas em um contexto no qual os norte-americanos se colocam no direito de serem os responsáveis pela reforma do mundo nos moldes que lhe sejam convenientes. É nesse quadro que se observam as guerras preventivas e a incontestável superioridade do poderio estadunidense. Trata-se, ainda, da proliferação dos valores deste povo, peça-chave para que os Estados Unidos possam se sentir seguros no mundo que os cerca. Esse raciocínio, segundo os neoconservadores, legitima as ações preventivas a força que eles defendem para o estabelecimento da democracia. Esse movimento neoconservador constitui-se em uma cruzada para fazer com que os norte-americanos tornem-se o único polo de poder dentro de um mundo civilizado. A guerra ao Iraque é uma ofensiva que traz as marcas deste neoconservadorismo e do êxito desta empreitada irá depender a continuação deste projeto iniciado no governo do Bush-pai.

Os argumentos utilizados para manifestar a cumplicidade da revista com os planos norte-americanos não são, em momento algum, pormenorizados. Em nenhum momento se contesta as ligações existentes entre Saddam e a Al-Qaeda ou a posse das armas de destruição em massa por parte do Iraque. Estes argumentos são tratados como válidos, e servem como um dos pilares de sustentação da revista em favor de uma manifestação, em grande parte das matérias, favoráveis à guerra. Coloca-se que, ainda que não se consiga o aval para a consecução dos ataques, não se pode colocar freios na missão civilizadora existente por parte dos EUA. Para isso, o trabalho deve ser implacável. O secretário de defesa americano, Donald Rumsfeld, indicado como o

homem mais preparado para levar adiante as ações em torno da guerra, tem como meta que se faça uma guerra rápida e eficiente, baseada em estudiosos estrategistas que indicam as melhores opções de ataque a um inimigo em guerra. Procura-se passar a idéia de que é muito evidente a possibilidade de a guerra ser rápida e irá facilmente atingir os objetivos determinados por ele junto ao Pentágono. O material bélico existente sob a posse dos norte-americanos será um dos maiores responsáveis por uma ação bem sucedida. Essa possibilidade de sucesso bastante provável, na concepção da revista, em relação aos ganhos democráticos, econômicos e, conseqüentemente, civilizatórios, é um dos pontos fulcrais para que seja conferida a legitimidade necessária à ocorrência de tais eventos.

O grande objetivo da guerra seria propiciar algo de benéfico para o país atingido por ela, pois iria trazer os bons costumes para um país considerado bárbaro. Um país depauperado e que possui sua população vivendo em penúria enquanto seus governantes espoliam a população e engrandecem suas riquezas a patamares inimagináveis. Os norte-americanos vêm com as intenções mais nobres possíveis, pois querem levar a civilização, a cultura e, principalmente, a economia de mercado para este recanto infeliz do mundo. Os iraquianos, assim como os demais países árabes, devem ser tutelados pelos sofisticados ocidentais se tiverem a mínima intenção de saírem do registro existente entre os sombrios países árabes desde muitos séculos atrás.

O que se tem por lá são partidos únicos, monarquias feudais e sombrios regimes islâmicos. Um governo representativo não é o tipo de instituição que os árabes estão em condições de conquistar por si próprios.²⁴

As mudanças que os Estados Unidos pretendem causar no Iraque, representariam uma verdadeira revolução no Oriente Médio e um grande feito em favor da humanidade. Os árabes, que não possuem grandes interesses nestas transformações que os americanos gentilmente se propõem a ajudar para que aconteçam, procuram, ao invés disso, cultivar o ódio cego aos ocidentais de forma a boicotar as possibilidades de mudança para melhor que venham a acontecer pelo simples fato de estas serem promovidas pelos

²⁴ *Veja Online* 09.abr.2003: <http://veja.abril.com.br/090403/p_044.html>. Acessado em 16 ago.2010.

EUA. Os árabes estariam em uma espécie de menoridade na qual suas vontades não podem ser contempladas. Os soldados norte-americanos é que devem cuidar da resistência a tais comportamentos “infantis”, sendo exaltadas as capacidades que o exército estadunidense possui, que facilmente possibilitaram o êxito na guerra e o contorno de dificuldades impostas pelo exército local.

O exército norte-americano estaria fazendo um exímio trabalho dentro do Oriente Médio. Em apenas 21 dias, o regime de Saddam foi derrubado, o que dá uma forte possibilidade de avanços em direção ao estabelecimento da paz que é desejada. Para tal, certos serviços de abastecimento estão sendo providenciados, já que Bagdad ficou sem comida, sem energia e sem condições para que a população possa satisfazer suas necessidades básicas devido à pobreza agravada pela destruição do país. As necessidades que o Iraque vem a passar com a guerra, serão sanadas com o auxílio dos norte-americanos, que têm planos para que haja uma reformulação de toda a máquina estatal, de forma que o regime se torne mais eficiente e legítimo para o resto do mundo. Tem-se a intenção de fazer do Iraque um país mais respeitoso às formas de governo que propiciem o seu alinhamento aos EUA no cenário geopolítico internacional. Os neoconservadores pretendem transformar o Iraque em um país modelo para os países vizinhos, implantando o liberalismo e a democracia de mercado aos moldes adequados pelos norte-americanos. Os governantes que deverão entrar no lugar de Saddam, segundo este grupo, devem ser opositores ao regime derrubado, de preferência aqueles que haviam sido expulsos do país por Saddam por se adequarem aos padrões norte-americanos de conduta política. Já há, também, os que acham que estes antigos exilados possuem pouca representatividade entre os Iraquianos e só iriam tumultuar o processo de democratização que se pretende levar adiante no Iraque. A democracia deveria vir aos poucos. No fim das contas, todos os dois grupos pretendem alcançar os mesmos objetivos, mas para isso vários cuidados devem ser tomados para que o país não caia em uma guerra civil. Os esforços para a democratização, segundo o ponto de vista da revista *Veja*, são de extremo valor.

Procura-se defender os ideais democráticos que são exaltados pelo governo norte-americano. Este é considerado um regime de governo superior aos demais e isso é evidente por si só. As democracias seriam necessárias para que se leve adiante a paz, já que esses regimes não guerream entre si. Os países muçulmanos são, em sua grande maioria, não democráticos ou até mesmo anti-democráticos. As democracias, para

serem fortes, devem defender a tolerância e a paz, tendo seus representantes o direito de intervir nos lugares que não respeitem esses valores.

Ditaduras sanguinárias que dão abrigo a criminosos e terroristas, devem ser desmobilizadas e substituídas por governos responsáveis e afeitos ao que existe de mais sofisticado em termos de civilização. Com a defesa de tais princípios, a revista prepara o leitor para possíveis novos ataques que venham a acontecer no Oriente Médio. As pretensões de democratização e alinhamento aos valores ocidentais trariam a possibilidade de a guerra ser ampliada e os Estados Unidos devem capitanear as investidas contra o terrorismo. Aqueles que possuem compromisso com a democracia, não podem deixar de se envolver em algo de tão fundamental importância.

O maior risco para essas ditaduras é que dê certo a reconstrução prometida pelos Estados Unidos. Rico e democrático, o Iraque se tornaria um modelo para virar do avesso a tirania no Oriente Médio²⁵.

2.5 Veja: que cultura histórica?

Como já foi explicitado anteriormente, uma das características mais fundamentais das sociedades democráticas liberais, na atualidade, é a dependência que elas possuem dos meios de comunicação de massa. As instituições democráticas em vigor nas sociedades ocidentais possuem esta limitação, elas deixam brechas para a dominação autoritária praticada pelos meios de comunicação em benefício das estruturas de poder existentes. A manipulação ideológica traz a possibilidade de uma dominação sem necessidade de uso da força física. Através da domesticação das mentes, se tem a possibilidade de domesticação dos corpos. Por meio da força existente no aparato midiático, as pessoas têm suas mentes arregimentadas assim como o exército o faz com relação aos corpos dos soldados. A eficiência de tal planejamento vai depender do quão bem elaborados são os planos de financiamento de tais veículos de informação.

²⁵Veja Online 16.abr.2003: <http://veja.abril.com.br/160403/p_044.html> Acessado em 16.ago.2010.

Controlar as mentes e as ações é a maneira como as sociedades democráticas liberais ensinam a dominação, de uma forma muito mais sutil, útil e eficiente que a coerção física praticada em regimes autoritários, sendo mais propícia ao alcance dos fins desejados.

A cultura histórica, elemento de fundamental importância para moldar consciência das pessoas, é, em larga medida, administrada por um esquema econômico que traz apelos ideológicos que são colocados em circulação na sociedade. Aqueles que possuem poder dentro deste esquema, não ficarão satisfeitos se a cultura histórica, uma fundamental matéria-prima para a consciência das pessoas, veiculada pelo aparato midiático, vier a ser prejudicial a seus interesses. A mobilização para administrar o que se pensa dentro de uma sociedade é de fundamental importância para a manutenção do poder. Há uma imensa quantidade de dinheiro e esforço envolvido nessa questão (CHOMSKY, S/D, p.09-30).

Nós estamos falando de um sistema de referências ao qual os discursos são vinculados, dentro de um campo de poder que autoriza ou não a circulação de determinada formulação discursiva, a depender do lugar no qual esta é produzida, é elaborada. Certos conceitos e categorias utilizados pela revista dizem respeito aos interesses dos grupos sociais que dão sustentabilidade a estes discursos. Esta cultura histórica produzida traz em seu cerne a marca das instituições das quais ela faz parte (CERTEAU, 2007, p.66-77). Certos sentidos assumidos por algumas palavras utilizadas nos dão a medida dessa força institucional existente na fabricação da consciência popular. Podemos dar o exemplo do simples uso do termo *americano usado* pela revista *Veja* para se referir àqueles que são dos Estados Unidos, como que essa denominação expressa uma forma de perceber uma superioridade dos norte-americanos frente ao resto do continente. Este termo contém o reconhecimento da pretensa supremacia e superioridade do país que detém influência econômica e cultural sobre os demais. As produções de sentidos e significados estão atreladas às relações de dominação prática existentes, àquele conjunto de significados que possuem conformidade aos interesses dominantes. A revista aceita o termo que os próprios americanos usam, para se auto-atribuírem serem eles os americanos, ignorando os demais povos americanos e se arrogarem como porta-vozes da América.

O poder de organização dos “artefatos” simbólicos que circulam na nossa sociedade, traz também um poder de organização das práticas que autorizam o fornecimento de legitimidade da ordem ideológica vigente. Dentro dos sistemas classificatórios que estão em vigor, certos conceitos-chave como o de *barbárie* e *civilização* são o tempo todo sugeridos pela revista. Fala-se em ditadores sanguinários e formas de governo totalitárias ao se referir ao que existe no Oriente Médio, contrapondo-se a liberdade, democracia e civilização existente entre os norte-americanos, sendo os sistemas classificatórios que vigoram na revista, corroboradores da lógica de dominação que se impõe pelo poder hegemônico. Isso fundamenta os estereótipos inferiorizantes para caracterizar os árabes dentro da cultura histórica hegemônica no mundo ocidental. A *Veja* é de fundamental importância para a veiculação de idéias que estimulem esse padrão. A organização da cultura promovida pela publicação é efetuada por um conselho editorial vinculado aos interesses hegemônicos do capital, possuindo como meta a perpetuação do sistema de dominação vigente.

Aquelas representações veiculadas e socializadas e que dizem respeito aos interesses dos que detêm a hegemonia política e econômica, não se encerram em si mesmas. Elas, para serem efetivas, devem trazer consequências práticas que lhes são indissociáveis. Estas práticas resultam de condicionantes estruturais e conjunturais que propiciam a formação de determinado *habitus*²⁶, funciona como uma matriz na qual são moldadas e direcionadas as percepções, visões de mundo e ações. O *habitus* possui agentes que possibilitam a sua existência, que são reprodutores das regularidades existentes dentro das estruturas de poder que vigoram. Esta categoria diz respeito ao processo de interiorização de tais estruturas, possibilitando a integração deste aparato estrutural aos grupos sociais, dando condições de apropriação das idéias e dos significados que são cultivados dentro destes componentes estruturais. Tais componentes possuem o que podemos chamar de funcionários, treinados para realizar da melhor forma possível a organização da cultura de forma a atender as demandas que neles são depositadas. São estes os encarregados de produzir discursos que estejam

²⁶ Compreendemos o conceito de *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu, como sendo o as relações de afinidade existentes entre os comportamentos individuais e as estruturas que formam os condicionantes sociais, permitindo analisar os indivíduos que são submetidos a uma mesma condição de existência na sociedade.

alinhados com os que detêm o poder (BOURDIEU, 1989, p.07-16 e 59-73). As lutas simbólicas se processam em simultaneidade com o mundo concreto, repercutindo, neste caso em questão, na exclusão dos iraquianos da possibilidade de falarem por si mesmos acerca de assuntos que dizem respeito a eles próprios. O processo de difusão de uma cultura histórica que traz as marcas dos estereótipos desqualificadores dos árabes, é veiculado em paralelo com o projeto de hegemonia norte-americana no Oriente Médio. A revista *Veja* pode ser vista como um eficiente funcionário deste projeto de formação da hegemonia norte-americana.

Cada segmento social é formador de seus quadros de intelectuais, que serão os organizadores da cultura que tal segmento irá veicular na sociedade, sendo tais intelectuais treinados para elaborar e defenderem os pontos de vista que são úteis às pretensões que lhes são demandadas. O trabalho realizado tem a finalidade de criar os meios necessários para a expansão da influência de sua própria classe ou segmento social, sendo adequado que esses intelectuais invistam a maior parte do seu tempo no aprimoramento de suas faculdades do espírito do que no esforço físico em favor de seus correligionários. Sua função é fabricar determinadas concepções de mundo que contribuam para que sejam ajustadas às demandas de seu grupo social. A grande imprensa se baseia na sistemática repetição de idéias e valores que trazem a representatividade ideológica das classes dominantes. É uma estratégia pedagógica que possui muita eficácia quando se trata de estabelecer uma doutrinação nas pessoas. O papel educativo diante das massas e o controle sobre elas é algo que o poder estabelecido busca alcançar. A capacidade de se manipular a opinião pública e de fundamental importância para o estabelecimento das formas desejáveis de dominação política:

O papel da imprensa como formadora de opinião pública é extremamente elucidativo para compreender a disseminação e propagação de fantasias e mitos acerca de indivíduos ou grupos étnicos que, no decorrer da história da humanidade, têm sofrido a infâmia de serem vítimas do preconceito por parte de grupos e nações. [...] seu amplo alcance junto às massas redundando em um veículo relevante para a propaganda dos regimes políticos que necessitam buscar legitimidade junto aos vários segmentos sociais, haja vista sua instrumentalidade, para que um corpo de idéias possa ser acatado e aceito pela sociedade (ALMEIDA, 2001, p.163).

Esta habilidade do intelectual, de intervir no mundo, faz parte da necessidade de conquista ideológica da sociedade, para que haja garantia de manutenção do *status quo* desejado. Para tal conquista, os segmentos sociais elaboram seus próprios *intelectuais* (GRAMSCI, 1985, p.05-24).

As relações de força que se engendram no âmbito simbólico, se dão como uma forma de imposição e legitimação da dominação de um determinado grupo sobre outro. Este é um processo que podemos chamar de *violência simbólica*, que é um elemento estruturante da comunicação. Esta é uma luta travada constantemente entre aqueles que são produtores de cultura. O poder simbólico dá a prerrogativa a seus detentores de exercerem o monopólio da violência simbólica, legitimado pela correlação de forças existente dentro de uma sociedade. As frações dominantes têm o seu poder baseado no capital econômico, e fabricam a legitimidade de sua dominação através da produção simbólica e ideológica veiculada nos mais diversos meios difusores de cultura, entre estes, os meios de comunicação como jornais e revistas. As funções destas idéias veiculadas estão diretamente ligadas às condições sociais nas quais elas foram criadas. Este poder simbólico é de extrema utilidade às pretensões de dominação social cultivadas pelas camadas dominantes. Através deste poder se pode confirmar certas visões de mundo ou mesmo transformá-las, intervindo-se diretamente nesta realidade. Este poder está contido dentro das relações de poder existentes no âmbito social. Vemos no discurso da revista *Veja* uma aplicação quase que mecânica de um conjunto de artefatos simbólicos que circulam no mundo ocidental no que diz respeito aos árabes. Estes são descritos a partir de certas alcunhas e estereótipos inferiorizantes. Isto é algo bastante recorrente quando se procura falar a respeito de tais povos. É uma diretriz determinada por aqueles que detêm o poder político e econômico. As manifestações e as expressões que são dirigidas ao público pelos meios de comunicação de massa, nos trazem as marcas do campo de pertencimento que ajudam a entender as intencionalidades existentes por trás daquele material publicado.

As relações que possuímos com o mundo, se dão por um complexo sistema de referenciais que nós introjetamos ao longo de nossas vidas. Estes referenciais condicionam o nosso posicionamento diante do mundo, ajudando a moldá-lo. É é nesta atmosfera criada pelo lugar social, que nós iremos nos acomodar. Nela reside a nossa cultura histórica. Há uma oferta desigual de instrumentos de representação da vida social. Estes instrumentos, em larga medida, obedecem aos ditames do mercado, no

qual as pessoas/consumidores, invariavelmente, irão dar preferência àqueles produtos simbólicos possuidores de maiores apelos publicitários. Para tanto, é absolutamente necessária a existência do poder econômico. Na lógica que rege a circulação de uma determinada cultura histórica, há as limitações/condicionantes que emanam do campo político do qual tal cultura provém. O capital forma um monopólio de produção e difusão de determinados interesses políticos. Este jogo de poder simbólico localiza-se internamente ao campo político e econômico, com suas hierarquias e constrangimentos. São a estas variáveis que está submetida a cultura histórica existente na nossa sociedade. A produção jornalística é adaptada a estas estruturas que a compõem e que dão suporte para que ela possa continuar existindo. Valores pessoais e profissionais são amoldados, sendo estes funcionários obrigados a se sujeitarem para garantir sua legitimidade frente a sociedade e, a partir do momento em que a lógica econômica passa a ser o motor impulsionante dos discursos que frequentam as páginas da revista que tomamos como objeto.

Observamos a existência de uma forte integração da mídia ao sistema econômico dominante, que se traduz na vigilância sobre o que é veiculado. Aquilo que é noticiado, está diretamente ligado a um componente estrutural que diz respeito a uma teia de interesses, nos quais aqueles fatos que são considerados inconvenientes, são, deliberadamente, abafados, trazendo omissões convenientes. A revista *Veja* está imersa em um aparato midiático que serve aos poderosos interesses político-econômicos do capital internacional, que controlam e financiam os meios de comunicação, estabelecendo o que é ou não digno de ser publicado, seguindo sempre aquela linha ideológica que lhe convém, sendo cuidadosamente selecionada pelo conselho editorial que comanda a revista.

Não conseguimos identificar nem lampejos de atividade democrática na atuação do aparato midiático gerido pela Editora Abril. O que se observa, é o gerenciamento de meios de comunicação de massa por uma elite privilegiada que manipula o público em função de seus interesses. São mobilizadas várias formas de se fabricar um consenso:

A maioria das escolhas tendenciosas da mídia decorre da pré-seleção de pessoas de mentalidades coadunadas, pré-concepções internalizadas e da adaptação de pessoal às restrições impostas pelo

poder da propriedade, da organização, de mercado e político. A censura é em grande parte autocensura exercida por repórteres e comentaristas que se ajustam às realidades das exigências organizacionais das fontes e da mídia, e por pessoas em níveis mais elevados em organizações de mídia escolhidas para implementar, e que geralmente já internalizam, as restrições impostas pelos centros de poder de proprietários e outros de mercado e governamentais (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p.54).

O mundo é exposto de forma a valorizar ou suprimir, de maneira tendenciosa, determinadas características que não satisfazem os anunciantes nem os grupos que possuem o poder financeiro. Os pontos de vista que não oferecem as informações necessárias para que haja um alinhamento à ideologia dos grupos financeiros anunciantes, não encontram espaço na revista. A *Veja* é uma ferramenta extremamente importante para o fortalecimento das pretensões imperiais e ideológicas ligadas às grandes empresas. As manipulações realizadas nas notícias veiculadas na publicação ajudam a trazer alguma legitimidade, frente à opinião pública, de determinadas causas que acabam por se tornar uma justificativa para as agressões àqueles grupos mais vulneráveis. Tudo em nome do fomento à lógica do mercado.

Há, na nossa análise, constantes construções argumentativas que constroem as significações daquilo que deve ser noticiado, sendo as notícias adestradas pela fortuna e influência dos que possuem cacife para anunciar na revista. Para estes, os fins propagandísticos são o cerne do sistema de comunicações. O domínio sobre o que é noticiado, e a exclusão do dissonante, se dão de forma tão “natural” que chegam a abafar o princípio básico da atividade jornalística, deixando de contemplar as diferentes perspectivas acerca dos problemas que são discutidos. Em nenhum momento, tivemos contato com alguma voz que represente as opiniões dos iraquianos a respeito dos ataques norte-americanos. Quando aparece algo a respeito, é para falar que eles deveriam estar satisfeitos por estarem sendo libertados das mãos de um ditador sanguinário. Os grandes conglomerados de informação privados constituem-se em uma organização extremamente poderosa, seu poderio econômico é o que traz a principal motivação para a efetivação do poderio simbólico sobre a sociedade.

É comum que todo um aparato financeiro envolvendo os bancos e as grandes empresas possuam investimentos em empresas de comunicação, tornando-as dependentes das diretrizes ideológicas levadas a cabo por tais empresas. O que mais

fortemente define a sobrevivência do poder da *Veja*, são os seus anunciantes. O patrocínio destes é o que torna o preço da revista mais acessível, o que faz com que os que não possuam tais anunciantes, passem por dificuldades financeiras e sejam levados à marginalidade. É o que acontece com grande parte dos veículos de comunicação voltados para classes não privilegiadas. Estes não atraem interesse de empresas por não estarem voltados para um público que tenha poder aquisitivo suficiente para consumir os produtos anunciados. Sendo os anunciantes os indispensáveis fornecedores de subsídios aos meios de comunicação, estes entram em uma corrida para atrair os patrocinadores, procurando fazer com que sejam oferecidos espaços em um formato adequado para que os anunciantes tenham suas mercadorias propagandeadas. Sempre será dada preferência para aqueles veículos que possuam um perfil político e ideológico atrelado aos interesses do grande capital, sendo necessário que se crie um ambiente de reforço às mensagens corporativas, o que faz com que os princípios ideológicos que guiam as mídias que dominam o mercado editorial, sejam de uma orientação política bastante conservadora, como é o caso da revista de maior circulação do Brasil. Este sistema funciona sob pressões mercadológicas, acrescidas de jogos políticos entre os próprios grupos empresariais midiáticos, que condicionam os critérios jornalísticos de organização e veiculação de notícias, pois, mais do que trazer a informação com compromisso e responsabilidade, o objetivo maior da publicação do grupo Abril é torná-la cada vez mais qualificada para atender aos interesses dos anunciantes.

Podemos flagrar as motivações da revista se mostrar tão simpática à invasão ocorrida no Iraque ao observarmos que, entre os maiores anunciantes das páginas da revista, estão a Volkswagen e a Ford, empresas automobilísticas que estão de olho nos lucros obtidos com a exploração do petróleo no pós-guerra. A indústria automobilística é uma das maiores anunciantes da revista. A vinculação da *Veja* ao capital externo é bastante explícita e, muitas vezes, celebrada pelas campanhas publicitárias que permeiam a revista, chegando-se ao ponto de a revista defender este capital privado no seu financiamento como uma condição para a existência da liberdade de imprensa. Esta é a forma como se organiza a grande mídia, de abrangência hegemônica no território nacional. Neste sistema que possui o foco no mercado globalizado, há uma forte perseguição aos que não estão alinhados a esta lógica. As premissas do discurso que é veiculado, são ditadas pelos poderosos, não havendo muito espaço para veículos que não se coadunem a esse mecanismo de funcionamento.

As marcas desta orientação que guia a produção intelectual da revista, nos levam a interpretar seus posicionamentos como alinhados ao que Edward Said chama de Orientalismo. Nela, podemos ver como a cultura histórica predominante diz respeito aos interesses hegemônicos, útil à manutenção da supremacia das potências ocidentais. A todo momento, são percebidos os interesses em apagar a história dos povos não situados no centro da civilização ocidental. Cria-se uma idéia naturalizada de um Oriente desqualificado. O fato de conceitos como “democracia” não serem encontrados no repertório de grande parte dos países árabes, auxiliam nesta desqualificação. Na sua totalidade, as reportagens seguem uma idéia de Oriente que o associa ao terror islâmico, encontrando estas idéias bastante ressonância em nossa sociedade. É muito comum falar-se em ameaça árabe e é essa mentalidade, útil ao Pentágono para planejar os seus ataques, que a *Veja* procura fomentar nas suas páginas. Esta revista é um meio de comunicação de massa que possui grande circulação e espalha uma concepção de Oriente que é inverificável. São flagrantes as reportagens que trazem um discurso a favor de um império civilizador, ao mesmo tempo em que certas empreiteiras, entre outras empresas, fazem seus negócios, procurando amealhar partes mais substanciais dos espólios de guerra. As matérias analisadas possuem como meta a criação de uma visão que ofereça a possibilidade de se atingir determinados fins. A eficiência e engenhosidade dos textos são definidores de uma cultura histórica acerca do Oriente.

Não se percebe, nas página da *Veja*, nenhum esforço de buscar na história a sua possibilidade de conhecimento, de uma experiência humana que incorpore a crítica humanística necessária para se por em questão o aparato ideológico que cerca os discursos sobre os árabes, baseados em um verdadeiro mito ocidental. O que se vê, é a inteira adaptação a um conjunto ordenado de idéias que sustentam as ambições imperiais presentes nas relações internacionais, assim como nas empresas que anunciam em seu espaço publicitário. Isso faz com que tenhamos a necessidade de alargar os limites expostos por estes discursos vinculados a tais interesses dominantes, construindo referenciais explicativo-compreensivos que sejam alternativos a esses simplificadores da realidade. As generalizações e reducionismos devem ser enquadrados pelo pensamento crítico. Coloca-se vários indivíduos em categorizações que ignoram suas diferenças. Tal estratégia possui uma eficácia prática arrasadora na medida em que serve como legitimadora do domínio exercido sobre estes povos. O pensamento, para ser libertador, deve obedecer padrões humanistas, de forma a fomentar a justiça social

ao invés de dominação. As culturas devem dialogar e enriquecer-se mutuamente. Isto é algo que será discutido no capítulo quatro.

O Orientalismo é expresso no Ocidente no uso e divulgação de uma série de categorias que inferiorizam aqueles a quem se refere. Esta forma de se referir principalmente aos árabes do Oriente Médio é bastante comum desde os tempos em que franceses e britânicos iniciaram a construção de seus impérios coloniais. Sendo, ainda hoje, uma forma bastante eficaz de os países imperialistas construírem uma mentalidade que seja favorável à naturalização das pretensões de conquista existentes principalmente nos Estados Unidos.

Desde que passou a existir na consciência do ocidente, o oriente foi uma palavra a que mais tarde se acrescentou um campo de significados, associações e conotações, e de que esses não se referiam necessariamente ao oriente real, mas ao campo que circunda a palavra (SAID, 2007, p.276).

Os estudos orientalistas produzem visões de mundo que corroboram, de forma bastante competente, a difusão das concepções de mundo necessárias para a dominação e controle sobre estes países do Oriente Médio. A partir das análises das matérias publicadas na revista, podemos concluir que a *Veja* se constitui em um eficiente porta-voz de tais interesses, veiculando uma cultura histórica que traz à mente das pessoas formas de pensamento que carregam sérias limitações àquilo que pode ser pensado acerca do Oriente. Este conjunto de conhecimentos difundidos a respeito dos povos desta região está a favor de todo um conjunto de interesses comprometidos com as forças políticas e econômicas que interessam diretamente aos países ocidentais, em especial os Estados Unidos. As idéias que constroem os estereótipos acerca dos árabes, tornam-se hegemônicas por contarem com todo um aparato estrutural que garante força suficiente para isso, indicando sua superioridade sobre os médio-orientais e justificando as práticas que são levadas a cabo para submeter tais povos.

Todo o interesse existente nos estudos que dizem respeito aos povos árabes, têm estreita ligação com o fato de existirem fortes ambições imperiais que abrangem seus territórios. A situação política existente nas relações internacionais impele ao estabelecimento de uma cultura histórica que desqualifique aqueles povos e se produza a sua subordinação. Ao observar a forma como a revista em estudo aborda as questões relativas ao Oriente, nós podemos chegar à constatação de que a informação que é

cuidadosamente produzida para as finalidades desejadas, tem mais relação com o próprio contexto da sociedade que a produz do que com as próprias sociedades a que a informação se refere. Generalizações grosseiras, uso de estereótipos inferiorizantes e desrespeito a determinadas particularidades culturais são a tônica que rege a produção das reportagens analisadas. Uma sistemática desqualificação do Outro é posta em prática em favor de interesses mercadológicos. A mídia e o mundo tecnológico da contemporaneidade têm fornecido um inestimável apoio para a consolidação das imagens existentes na nossa sociedade acerca do Oriente, em especial de sua parte Islâmica.

Como já foi ressaltado antes, as visões que são apresentadas a respeito dos árabes pela revista *Veja*, nos indicam o quão tendenciosas são essas imagens, que nos são transmitidas sobre povos que sequer têm o direito de dar voz a suas concepções sobre eles mesmos. Podemos detectar o total descompromisso em garantir aos seus leitores um mínimo de contextualização histórica, relegada a favor dos interesses de dominação do Ocidente. A publicação pode ser observada como um verdadeiro arquivo de idéias a configurarem concepções detratórias a respeito daqueles que não estão alinhados com a cultura ocidental, favorecendo, assim, o controle simbólico. Sempre que se empreende uma investida ocidental ao Oriente Médio, é muito comum que seja colocada em circulação uma série de informações, seja na literatura, cinema e nos meios de comunicação em geral, como no caso da revista em estudo. É muito comum em tal publicação o incentivo a uma propagação de uma imagem que coloque os árabes como sendo culpados pela pouca capacidade de se tornarem minimamente desenvolvidos. Eles são mostrados como incapazes de empreenderem, por conta própria, melhorias que possam vir a trazer o seu próprio progresso, pois a eles se imputa o defeito de capacidades limitadas. Só a tutela de um país como os Estados Unidos, possuidores de um desenvolvimento cultural tão evidente, segundo os parâmetros hegemônicos, com seu espírito racionalista e metódico próprio da modernidade, seria capaz de trazer o progresso e a alta cultura para o Iraque. É uma concepção de mundo bastante perversa, na medida em que há uma escamoteação do imperialismo que realmente trouxe aquela região ao subdesenvolvimento. Com a guerra do Iraque, mais uma vez, o Ocidente se desloca em direção ao Oriente Médio em busca da satisfação dos seus interesses. Isto é feito, como já apontamos, tendo como suporte concepções de contraposição entre Ocidente e Oriente, tomados como equivalentes, respectivamente, de civilização – os

países centrais do capitalismo, representados especialmente pelos Estados Unidos – e barbárie, atribuída ao Outro, que pode ser representado por qualquer um que não esteja alinhado à cultura ocidental, neste caso, o Iraque.

Estas investidas são a todo o momento naturalizadas. As pretensões de dominação norte-americanas, assim como o direito, auto-legitimante, que estes acham que possuem sobre os demais, é inquestionável e vem de muito tempo. É bom lembrarmos que os EUA são os principais herdeiros, nos nossos dias, do projeto universalista que foi engendrado na modernidade. As poucas menções simpáticas àqueles que habitam tal região, tomada por pessoas avessas à civilização, são feitas na medida em que estes estejam abertos à “missão civilizadora” ocidental. É essa abertura que é feita para os interesses dos estadunidenses que os fazem ser contemplados, ainda que de uma forma subalterna, à história do mundo. Com isso, a revista *Veja* propaga informações que unidimensionalizam o Oriente Médio assim como o Iraque. Isto é feito em favor de uma perspectiva naturalizada que se criou em torno da superioridade ocidental. Sendo assim, estas reportagens que foram feitas pela revista em estudo, são bastante compatíveis com as pretensões imperiais.

É comum que, nas matérias publicadas, seja desconsiderada até a própria humanidade daqueles que estão sendo retratados, pois as visões estereotipadas que apregoam a inferioridade dos povos árabes, inundam a imprensa acerca da cultura árabe. Esta seria ontologicamente inferior, o que autorizaria as potências ocidentais a procurarem explorar as riquezas que são imerecidas por tais povos. Os árabes, por inferiores que são, não podem deter a posse de tantos recursos que são de primeira necessidade para o desenvolvimento da sociedade industrial. A revista *Veja* procura, com essa abordagem dos fatos, trazer o que sua linha editorial considera um benefício para a civilização. O Orientalismo levado a cabo pela revista cristaliza concepções inverificáveis de civilização e superioridade cultural, procurando tornar naturais e quase axiomáticas estas idéias que prezam pelos valores encontrados no centro do mundo ocidental. Estes são anseios que tendem a projetos de dominação e imposição cultural para os não adequados a tal modelo, que justificam as ações imperiais que iremos discutir no capítulo três.

Procuramos trazer à tona um conjunto de idéias, a respeito dos árabes, que são fabricadas a partir de um determinado lugar social. Lugar este que possui certos

condicionantes que procuramos configurar na análise levada a cabo, os seus constrangimentos intelectuais, institucionais e, em larga medida, económicos. O Oriente não é algo que nos é dado a perceber de forma direta, tampouco possui uma existência ontológica. Mas sim algo que se lê, se assiste e se estuda. Toda uma consciência é formada a partir dos limites estruturantes formadores de um determinado lugar social. Com estas análises, verificamos o quanto a revista *Veja* está longe de cumprir o seu papel social abrangente e de multivocalidade societária, ao não permitir que o público tenha acesso a informações mais abrangentes e diversificadas a respeito de assuntos que dizem respeito a sua vida cultural e política. As mídias privadas podem ser interpretadas como corporações que vendem um produto (leitores e audiência) a outras empresas (anunciantes) (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p.366). A revista *Veja* está imersa nesta lógica de uma maneira aprofundada. Não se pode esperar maiores compromissos com questões éticas por parte deste conglomerado empresarial que se alimenta dos interesses multinacionais, maiores ícones da ganância que o sistema capitalista pôde produzir. É neste contexto da globalização dos mercados que devemos enquadrar a cultura histórica que é difundida no mundo contemporâneo. Espero, com esta análise, ter contribuído para enquadrar certas questões referentes ao problema da cultura histórica que circula hegemonicamente na nossa sociedade.

3. O ACONTECIMENTO EM SUA DURAÇÃO

No presente capítulo, iremos discutir alguns aspectos da guerra do Iraque assim como os acontecimentos e estruturas prévias que ocasionaram a possibilidade de tal conflito vir à tona, lembrando sempre de inserir uma discussão com mais profundidade temporal na abordagem de tais eventos que se demarcam no tempo presente. A reflexão histórica apontada para este tempo presente nos faz prospectar sobre as possibilidades e limites da disciplina histórica, que, ao se debruçar sobre tal temporalidade, precisa se servir de outras disciplinas, com mais tradição em abordar o tempo presente, para alimentar o seu trabalho e aprimorar as reflexões necessárias para compreendermos os problemas existentes no mundo em que vivemos. Tais reflexões sobre o tempo presente tornam-se necessárias no momento em que acontecimentos significativos passam a se suceder e pressionar os historiadores a voltar suas atenções para a História do tempo. Desta maneira, o historiador não está diante de acontecimentos que já se realizaram, mas daquilo em que ele, de alguma maneira, tem possibilidade de colocar-se do lado de dentro, tomando parte voluntariamente. A História do presente não possui um futuro bem delineado, o historiador não sabe o que se sucede após os eventos que ele está estudando. Esta é uma operação delicada, que cria um patamar de engajamento bastante nítido, diante do qual devemos tomar certo cuidado para não cairmos na armadilha de submeter o nosso estudo às exigências panfletárias de algum compromisso político e ideológico, o que causa sérias discrepâncias em relação ao trabalho cientificamente conduzido.

Sabemos da importância das motivações prévias existentes em um trabalho como este, que são transmitidas, explícita ou implicitamente, nas pesquisas. O engajamento, que faz parte da relação do autor com o mundo em que vive, é uma parte fundamental do trabalho intelectual, motivando reflexões que podem apontar para um determinado caminho em que existem demandas para que o mesmo seja explorado. O que pretendemos com este trabalho, é cumprir com uma demanda social que, poderá beneficiar uma causa ao dispor de meios para a compreensão de um determinado projeto político. O compromisso social faz com que o trabalho proposto possa enveredar por rumos que passariam despercebidos por algum trabalho com outra orientação. Partimos do princípio de que a necessidade de intervir no mundo, por parte do historiador ou cientista social, se faz presente na medida em que o conhecimento é produzido, pois este só se realiza na medida em que haja algum interesse. Por hora,

pretendemos que fique claro o quanto o engajamento é necessário para que a produção acadêmica avance, na medida em que produz um estímulo de grande relevância para a produção de conhecimento (HOBBSAWM, 1998, p.148-150).

Estamos imersos no próprio ambiente que pretendemos estudar ao nos dispormos a levar adiante uma reflexão que diz respeito ao tempo presente. Aquele que produz este trabalho intelectual carece de uma distância temporal, já que seu objeto não é o outro no tempo, mas o que acontece simultaneamente à sua existência. Essa particularidade é o que fomenta o pesquisador engajado, que trabalha com acontecimentos nos quais ele próprio tem algum envolvimento mais direto, influenciando em seus desdobramentos. Há uma coabitação temporal com aqueles que são estudados, o que cria uma unidade perceptível entre o pesquisador e seu objeto. O fato de aquele contexto se manter em vigor nos faz estar em sincronia com as experiências históricas que nos propomos a analisar.

Vivemos um período em que os acontecimentos significativos se proliferam abundantemente, algo bastante único na história.

A prática dos historiadores do “tempo presente” – independente de qualquer pressuposto ou de qualquer definição – parece bem confirmar que o presente começa cada vez com a última catástrofe datada ou, ao menos, com a última grande ruptura (LAGROU, 2007, p.37).

O século XX trouxe diversos acontecimentos traumáticos e significativos para a humanidade. Foram duas guerras mundiais, descolonizações, o mundo dividido entre blocos ideológicos que possuíam o poder de destruir o mundo várias vezes, os diversos conflitos existentes ao redor do planeta assim como os meios de comunicação de massa que se desenvolveram ao ponto de trazer rápida acessibilidade a estes acontecimentos, além de um desenvolvimento tecnológico galopante que se faz perceber de forma extremamente sensível na vida das pessoas. As transformações pelas quais passou o mundo, durante o século que se sucedeu, obrigam os historiadores a desenvolver um olhar para o tempo presente de uma forma mais acurada, procurando dialogar também com os vivos.

O historiador que trata do tempo presente, tem sempre em mente a preocupação com aquilo que o passado tem de forte e influente na atualidade, mesmo sendo este passado bastante remoto. É precisamente nele que podemos encontrar a explicação histórica qualificada, distanciada de outras formas de falar do presente que não trazem à tona esta ferramenta intelectual tão cara aos historiadores. Estas reflexões devem fazer parte do estudo do presente como uma maneira de preservar a consciência histórica que entra em crise na nossa época,

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (HOBSBAWM, 1995, p.13).

Todos que procuram trazer análises e explicações sobre o presente devem centrar suas atenções na verticalidade temporal. Este culto ao banal e ao superficial, existente em nossa época, deve ser deixado para trás ao nos propormos a fazer um estudo aprofundado do nosso tempo. A preocupação de traduzir, em termos de duração, um presente que possui uma fugacidade intensa, é o grande desafio do profissional que trabalha com esta temporalidade. Este é o nosso presente, em que se articula um turbilhão de mensagens e informações rasas e superficiais. Estamos dispostos a empreender um exercício de recusa do efêmero e do superficial.

O argumento da falta de recuo temporal como um fator impeditivo para a realização de uma história do tempo presente não se sustenta ao observarmos algumas ambições intelectuais, que se fazem urgentes em nosso tempo, falam mais alto do que este empecilho de ranço positivista que nos é colocado pelos historiadores mais tradicionais. Precisa-se interferir de forma combativa nesta lógica que dá suporte àquilo que podemos chamar de atemporalidade, tão generalizada na contemporaneidade, procurando desfazer-se deste culto ao imediato vigorosamente imposto pelas torrentes de sons e imagens fabricados pelas mídias e que invadem o nosso cotidiano. Procuramos, com esta reflexão, trazer uma contribuição que possa ajudar a livrar o presente da redoma que o cerca, impedindo-o de olhar o passado e se reconhecer. Isto é

o que nos impele a procurar compreender mais a respeito do processo que nos fez chegar à situação presente.

Os conflitos existentes no Oriente Médio datam de várias décadas, assim como o passado de investidas imperiais empreendidas pelos países ocidentais, que podem nos fornecer um *background* para eventos os quais nos propomos que sejam tratados neste capítulo. Procuraremos compreender melhor estes fatos através da identificação de certas estruturas de longa duração que podem dar conta da compreensão dos eventos que deflagraram a Guerra do Iraque. O passado traz todo o seu peso para o presente, ajudando a moldá-lo de acordo com os desdobramentos dos acontecimentos. Cabe ao historiador, como a qualquer outro estudioso do tempo presente, procurar identificar estas estruturas que ajudam a moldar nossa época, pois estas estruturas possuem continuidades em um passado a ser investigado.

Um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações familiares. Da testemunho por vezes de movimentos muito profundos e pelo jogo factício ou não das “causas” e dos “efeitos” caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração (BRAUDEL, 1978, p.45).

No capítulo anterior, nós pudemos ver como é construída uma cultura histórica de forte apelo publicitário ao investigarmos as relações existentes entre o capital e a produção de uma cultura histórica nos noticiários da revista *Veja*. Existem nestas reportagens diversas ocultações factuais que são de indubitável importância para se entender as relações de poder que se colocam dentro do contexto da guerra do Iraque. Deliberadamente, há a negligência de importantes informações e análises que nos ajudariam na contextualização das questões que pretendemos trabalhar. Como observamos, a revista negligencia os antecedentes desta guerra, manipulando evidentes ocultações factuais que dizem respeito aos vínculos dos Estados Unidos da América com Saddam Hussein. Vínculos bastante estreitos, estabelecidos após a revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini em 1979, acontecimento que trouxe um considerável enfraquecimento da posição geopolítica norte-americana no Oriente Médio. O islamismo em sua vertente xiita, que postula, entre outras coisas, um governo teocrático para os países árabes, é abertamente anti-ocidental, mais precisamente anti-capitalista. O consumo, pilar do capitalismo, não é incentivado entre os adeptos deste

segmento religioso, o que traz dificuldades para se implantar um patamar de circulação de mercadorias adequado às sociedades consumistas, que interessa, por exemplo, às várias multinacionais com planos e estratégias para a região. Estas características fizeram os EUA se preocuparem imensamente com os rumos políticos que poderiam se delinear com a influência iraniana no Oriente Médio.

Por outro lado, o outro segmento do islamismo, os sunitas, considerados moderados por se posicionarem a favor do estado laico, também vieram a se preocupar em demasia com a revolução iraniana, e temiam que os xiitas conseguissem impor o seu modelo como parâmetro para a região. Desta maneira, Saddam Hussein se tornou o maior opositor do Irã por questões pragmáticas: o Iraque possui população predominantemente xiita, e ele representava a minoria sunita. Assim, o controle dos xiitas só poderia ser eficazmente garantido através da repressão.

Podemos, então, visualizar o papel que os EUA desempenharam em relação ao Iraque. Apesar dos assassinatos efetuados contra os xiitas iraquianos, o governo Reagan não conseguia enxergar nenhuma razão para condenar Saddam Hussein pelas barbáries praticadas contra parte da população de seu país, sendo Saddam considerado uma pessoa confiável e um grande líder, representante do mundo livre em uma região bastante turbulenta. Reagan e Saddam construíram uma sólida parceria, que fez com que fossem injetados milhões de dólares em infraestrutura militar e armas para o Iraque, incluindo as armas químicas utilizadas contra seus inimigos. Este foi o cenário em que se montou a guerra Irã-Iraque. Esta foi a ocultação mais escandalosa que podemos identificar nas páginas da revista *Veja*.

Outras ocultações, não tão evidentes quanto esta, também foram identificadas. O fato de existir uma presença imperial do Ocidente no Oriente, há muitos anos, é completamente negligenciado pela publicação, que não dá qualquer atenção a algo que também é de grande importância para se compreender o contexto em que está inserida a guerra do Iraque. Isto ocorre pelo fato de a revista naturalizar a superioridade ocidental sobre o Oriente, conferindo um tom de legitimidade à espoliação efetuada pelas ações imperiais tanto dos europeus do século XVI ao começo do século XX, quanto dos Norte-americanos na segunda metade do século XX, as quais iremos tratar neste capítulo. Tais presenças geraram vários conflitos e desequilíbrios dentro do mundo árabe, o que nos ajudaria a entender as turbulências existentes nesta região. Parte-se de um pressuposto que seria considerado evidente por si mesmo de que o Ocidente é

superior, o berço do que se pode chamar de civilização e que não há nenhum motivo para se ir além deste próprio mapeamento social para se compreender o que está acontecendo com o mundo pelo fato deste modelo de sociedade supostamente se mostrar mais completo que os outros. A ideologia que divulga o Ocidente estando no centro do mundo serve como uma autorização para o tipo de ação empreendida. A compreensão apenas de si próprio seria suficiente, o Outro não precisaria ser levado em consideração pois as respostas mais dignas de confiança para o mundo estariam no hemisfério Ocidental. Estando de posse deste manancial civilizatório que dá o lastro para a cultura histórica divulgada na *Veja*, torna-se “natural” o fato de se fabricarem guerras que possam alargar e demonstrar esta superioridade para os lugares do mundo que não a aceitam (DAVUTOGLU, 2004, p.109).

Mais uma das ocultações que não estão imediatamente evidentes no discurso da revista está contida nas analogias e equivalências que são colocadas quando se fala a respeito do governo de Saddam Hussein com o nazismo, comunismo e o facismo. Colocam-se todos esses regimes dentro de um mesmo qualificativo de totalitários, sem que nenhuma distinção entre nazismo e comunismo seja estabelecida. Todos promoveriam a barbárie e a selvageria. O líder iraquiano é, pragmaticamente, colocado, então, como uma nova ameaça a ser extirpada pelas forças civilizadoras do mundo ocidental. O que não é lembrado é que tanto o comunismo quanto o nazi-facismo nasceram no seio da cultura ocidental, mais especificamente em seu centro, a Europa. Além de não ser lembrado também que o nazi-facismo teve estreitos vínculos com o capitalismo, sendo implementado como um regime que viria a salvar o capitalismo da crise pela qual passava no fim dos anos vinte e início dos anos trinta do século passado.

Outra comparação muito utilizada na revista é entre os governos existentes no Oriente Médio e o seu pretenso obscurantismo medieval, transmitindo uma idéia de Idade Média já desconstruída e pouco levada a sério pelos historiadores, que diz que a era medieval foi uma época sombria para a história da humanidade, na qual o desenvolvimento da razão e o progresso encontraram fortes obstáculos nas instituições medievais, o que teria se desdobrado em um período sombrio. Procura-se comparar esta concepção deturpada de Idade Média com o alegado fanatismo religioso que a *Veja* diz ser comum a toda aquela região, em contraste com a auto-arrogada superioridade da civilização trazida pelos países ocidentais, capazes de levar o progresso para os lugares onde prevalece o caos. Com isso, a publicação realça os vínculos existentes entre a

democracia e a cultura ocidental, única referência de civilização aceitável e recomendável a ser seguida pelo resto do mundo. Toda esta apologia à democracia que se expande atualmente sob a égide da economia de mercado, não faz referência à quantidade de regimes autoritários existentes no Ocidente durante a modernidade, financiados e apoiados pelos países do centro hegemônicos.

São ocultações convenientes para a linha editorial da revista, que planeja adaptar o mundo às bases ideológicas daqueles que detêm o poder, comprometendo-se em veicular uma cultura histórica que eduque a população para este alinhamento pretendido. A intenção deste capítulo é trabalhar e discutir a Guerra do Iraque inserindo-as na longa duração das tradições imperialistas do Ocidente.

3.1 Imperialismo e a “Superioridade Ocidental”

1.1. A Primeira Expansão Européia

Para entender como o Imperialismo veio sendo engendrado ao longo da História, faz-se necessário que possamos inseri-lo em uma longa duração, de forma a compreender os seus pressupostos. A expansão européia dos séculos XVI e XVII procurava buscar soluções para problemas que assolavam o continente. Vários foram os fatores que proporcionaram esta expansão dos países europeus para as mais longínquas regiões do mundo. Existia uma necessidade urgente de descoberta de novas rotas comerciais que pudessem arejar a economia européia ao proporcionar novos mercados que pudessem atender às suas necessidades. Neste período da formação do capitalismo, os europeus estabeleceram contato com as mais diferentes regiões do planeta. Foi nessa época e contexto que a América foi conquistada. Esta conquista teve uma influência decisiva para o desenvolvimento do capitalismo, pois propiciou que a Europa viesse a passar por uma série de transformações que iam desde a ampliação dos mercados, o que estimulou uma maior racionalização da produção.

As colonizações ibéricas, as primeiras a acontecerem, delinearam os primórdios do sistema capitalista e do seu projeto civilizatório. Novas tecnologias passaram a fazer parte do cenário cultural europeu, principalmente na região ibérica, que havia tido contato próximo com os conhecimentos e técnicas de navegação dos mouros, até então mais cientificamente desenvolvidos que os europeus. Tais inovações

possibilitaram as primeiras rupturas com o feudalismo, dando início a novas formações sociais e culturais que vieram a adquirir futuramente uma abrangência planetária. O capitalismo mercantil ganhou vigor com as transformações pelas quais estava passando o mundo ibérico naquele período. Para que possamos entender o imperialismo moderno, precisamos necessariamente compreender como se processou a expansão da Europa ocidental. Esta expansão procurou constituir-se como o centro do processo civilizador em todo o mundo ao se lançar imperialmente sobre outros povos através da força e da ambição por riquezas.

Em nenhum outro momento anterior da História, havia existido um imperialismo tão fortemente expansionista quanto o que teve início na era moderna. O projeto de civilização que este expansionismo trouxe foi caracterizado pela amplitude que adquiriu, englobando as mais diversas regiões do planeta. As bases para esta ampliação dos horizontes europeus estariam assentadas nas técnicas de navegação oceânica, no poderio militar que se intensifica e nas atividades comerciais, que estavam em fase embrionária. O produto destes empreendimentos é o mundo moderno, que começa a se tornar globalmente unificado através das atividades comerciais. Estes movimentos colocaram a Europa no centro da humanidade. Na expansão empreendida, as concepções de mundo dos europeus, suas idéias de verdade e justiça se impõem compulsoriamente, arrogando-se a universalidade.

É neste contexto que a Europa vem a se defrontar com as Américas indígenas. O imperialismo mercantil levado a cabo junta-se com a religião cristã, com sua atividade missionária também expansionista, fazendo com que a difusão do mundo europeu venha a se concretizar. Estes empreendimentos geraram consequências desastrosas para os povos colonizados das Américas, que tiveram suas populações nativas dizimadas nos impérios coloniais escravistas e mercantis então implantados. São submetidos à força do poder europeu as populações indígenas, devastadas pela escravização dos seus povos, aos quais se somam os milhões de negros africanos que também foram submetidos ao poder que o capitalismo europeu estava engendrando. O mundo colonialista fundado pelos europeus no além mar foi meticulosamente amparado pelos anseios de expansão da catequese cristã, que tinha o objetivo de converter os gentis e ímpios do Novo Mundo. Os europeus, na sua condição de filhos de Deus, se arrogam o direito de se apoderarem das riquezas existentes no resto do mundo, que foram criadas pela divina providência, empreendimento em que os selvagens deveriam

colaborar. Havia por trás destes empreendimentos uma missão civilizadora na qual aqueles considerados mais evoluídos deveriam tutelar aqueles povos atrasados de forma que estes alcançassem a civilização.

Portugal e Espanha, os países ibéricos pioneiros da expansão colonial, não conseguem se projetar como potências capitalistas, o que se deu por vários fatores. Estas nações, com as riquezas amealhadas nas colônias, financiaram a ostentação de suas elites ao invés de reverterem produtivamente o capital acumulado. Os gastos suntuosos superaram largamente os investimentos produtivos, sendo todo o ouro e prata arrecadados transformando em modas de troca para fomentar o consumo metropolitano, transformando-se, assim, em meros supridores de metais preciosos e especiarias. Como consequência, os bens espoliados com o trabalho escravos de negros e índios acaba sendo revertido para a industrialização de outros lugares da Europa.

No decorrer de sua expansão pelo mundo, a Europa foi constantemente alargando o seu repertório de técnicas produtivas, aperfeiçoando os mecanismos de poder e dominação que foram instalados por suas empreitadas. Desta maneira, se tornou o principal administrador dos processos civilizatórios engendrados por si própria. Este expansionismo fez com que fortes relações de poder fossem praticadas com aqueles que não faziam parte do universo europeu, com o fundamento das instituições européias que davam o lastro para essa dominação, de forma a reconstruir o mundo através da expropriação das riquezas dos povos dominados, que, ao serem escravizados em larga escala, para atenderem às demandas do comércio internacional, fizeram com que os europeus acumulassem capitais necessários ao processo que foi chamado de Revolução Industrial. Estes acontecimentos encheram de vaidade os europeus, que, ao observarem seu sucesso em suas ações imperiais, se auto-afirmavam cada vez mais como os eleitos da criação (RIBEIRO, 1979, p. 62).

A posição de supremacia européia sobre o mundo continua intacta. Agora reeditada nas mãos, principalmente, de ingleses e franceses, que trazem novas dinâmicas para as atividades imperiais, outras formas de exercer o domínio, centralizado em um capitalismo que atende a interesses de desenvolvimento industrial, o que restringiu drasticamente as posses da Península Ibérica nos territórios ultramarinos. Outros atores agora estavam assumindo a posição de hegemonia. Para alcançar posições de influência dentro do sistema capitalista, foi necessária a colonização de territórios

habitados pelas consideradas raças inferiores, organizando formas de estabelecer uma rede de dependência econômica. Isto, na perspectiva européia, seria algo apreciado como benéfico tanto para quem coloniza quanto para quem é colonizado.

2.2. Da Segunda Expansão à Crise do século XX

Os efeitos mais notáveis das transformações empreendidas vieram a se fazer sentir em praticamente todo o mundo, que veio a ser unificado através do acesso a tecnologias, concepções de mundo e valores que estavam em processo de difusão nesta época. O desenvolvimento do capitalismo pós-Revoluções Burguesas estimulou, ainda, mais os processos civilizatórios que vinham ocorrendo até então. Esta expansão civilizadora não se deu de forma a proporcionar uma igual difusão das benesses que a sociedade européia vinha criando, mas trazendo uma reordenação dos povos, em que os que estavam adiante no desenvolvimento industrial, vieram a se colocar em uma posição de superioridade, na qual o domínio sobre a riqueza dos demais se fazia necessária, o que agravou as condições de subordinação das nações que se tornaram exploradas. A vocação expansionista do capitalismo veio trazer uma integração compulsória desde os seus primórdios. Aqueles que eram considerados atrasados deveriam ser integrados à ordem econômica, social e cultural que estava se estabelecendo (IDEM, 1983, p. 148-152).

O século XIX trouxe uma inestimável contribuição para a formação das diretrizes imperiais que encaminham os países do centro da civilização ocidental para os mais longínquos rincões do mundo, criando uma complexa teia de relações econômicas e de movimentos de pessoas e bens materiais, que passam, então, a modificar as paisagens dos mais diferentes lugares no planeta. Foram transformações aceleradas que o imperialismo veio trazer, gerando um impacto que trouxe muitas reverberações para os nossos dias. O desenvolvimento da economia capitalista, engendrado com as revoluções burguesas, encontra vigor com a exploração daquelas áreas mais tarde chamadas de Terceiro Mundo, onde existia um manancial de recursos úteis para o desenvolvimento do capitalismo. Novas colônias foram criadas e a dominação se dava por vias diretas ou indiretas, ou seja, pela dominação física e territorial propriamente

dita ou apenas pela imposição de uma influência econômica ou política. Várias foram as estratégias utilizadas para a manutenção do controle sobre as matérias-primas e recursos que podiam propiciar o fomento ao progresso tão almejado pelas potências ocidentais. O fenômeno do imperialismo trouxe as áreas mais periféricas da economia capitalista para uma visibilidade e importância mais significativa, ainda que essas áreas tenham sido incorporadas de uma forma subalterna. Uma situação de inferioridade que era considerada inerente a todos aqueles que não estivessem imersos no padrão cultural eurocêntrico:

A novidade no século XIX era que os não europeus e suas sociedades eram crescentemente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos objetos de conversão aos valores da única verdadeira civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente.(HOBBSAWM, 1998, p.118).

Estas conquistas imperiais não representam apenas a expansão econômica dos países europeus, mas uma expansão cultural de larga abrangência, que tem como suporte aqueles valores apregoados pelo projeto moderno de civilização. Determinadas idéias e imagens do imaginário europeu acabaram fazendo parte do estilo de vida das elites locais dos lugares onde a expansão se dava. A educação, nestes moldes, transformou a visão de mundo destas pessoas, adequando-as a um universo cultural alheio às experiências do seu povo. O imperialismo trouxe um processo bastante acelerado de ocidentalização do mundo, através das fortes instituições que se expandiram juntamente com o capitalismo, e que exerciam uma forte influência cultural sobre os subordinados.

As manifestações culturais, estéticas ou intelectuais são de fundamental importância para que os ocidentais possam criar certos suportes e apoios que venham a favorecer as manifestações de dominação e poder tão úteis às suas aspirações políticas. A cultura que, muitas vezes, pode indicar um saber e refinamento, também pode referir-se, em determinados sentidos, à diferenciação e segregação. Diferenciam-se as culturas de forma a se criarem oposições entre elas que, não obstante, vêm resultar em xenofobia. Os ocidentais, por se considerarem, moral e culturalmente, superiores, se

imaginam também capazes de trazer ao resto do mundo as maravilhas da sua civilização, mesmo que este “resto” não a queira. Mas é de grande utilidade que o mundo seja adestrado dentro do registro da superioridade cultural e moral imposta pelas potências ocidentais. A necessidade que isso aconteça, perpassa a própria idéia de humanidade, seguindo a ótica ocidentalizante com seu arrogo de progresso. A vida humana que habita territórios afastados dos limites culturais em que são manifestados os valores da civilização ocidental moderna, não é digna nem de registro nem de reflexão, sua inexistência é criada artificialmente.

A fonte de ação da vida significativa no mundo se encontra no Ocidente, cujos representantes parecem estar à vontade para impor suas fantasias e filantropias num Terceiro Mundo retardado mental. Nesta visão, as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o Ocidente (SAID, 1995, p.20-21).

Tais perspectivas de dominação criam instituições educacionais das mais variadas e difundem uma cultura histórica presente na vida daqueles que estão imersos nestas sociedades ocidentais, criando, desta maneira, os mecanismos ideológicos estimuladores dos episódios de agressão imperial, escancarados nas relações de poder de uma cultura sobre a outra. As ações que guiam estas intervenções e políticas imperiais, se exprimem na possibilidade de se promoverem atividades lucrativas assim como a difusão da civilização e da alta cultura por parte daqueles que estão na hegemonia do poder geopolítico mundial. Estas nações imaginam possuir um dever, evidente por si mesmo, de imporem aos povos considerados inferiores o que consideram ser melhor para estes. Passou a ser praxe que aqueles que não se adequarem a um padrão branco e civilizado, não sejam possuidores da erudição, da ciência nem do refinamento ocidental, devem ser subjugados e dominados. Trazer-lhes o liberalismo, a democracia de mercado e toda a sofisticação necessária para os que não a possuem, é encarado como uma atividade humanitária. Percebemos melhor o quanto tais requisitos elencados são importantes no discurso veiculado pelas forças hegemônicas defensoras do espírito ocidental ao observarmos o tratamento dado àqueles que estão desalinhados com este paradigma, ou seja, os não-brancos, não-cristãos, não-ocidentais, aos quais são colocadas alcunhas degradantes como *terroristas*, *marginais*, *inferiores*, *selvagens*,

bárbaros e tudo mais que pode ser encaixado nestas categorias que afirmam sua inferioridade. Estes devem ser combatidos para a glória do espírito ocidental, que, no século XIX, era cada vez mais universalizante.

O estabelecimento do imperialismo possui certas funções pedagógicas para aqueles que ainda não fazem parte dele. Os não-alinhados à cultura ocidental, segundo a perspectiva hegemônica, devem ser civilizados. Exalta-se sempre as virtudes européias, daqueles que pertencem ao pretenso centro civilizado. Os países do Oriente Médio, que estão em estudo no presente trabalho, são criteriosamente observados e analisados segundo estes padrões, que definiram um formato de relações engendrado por um encontro em específico dos países ocidentais com os povos de tal região do mundo. No movimento histórico que trazia a dominação do mundo para o controle europeu, as sociedades árabes não tinham como viver em um sistema estável e auto-suficiente. A influencia e a força do poderio militar, juntamente com a obsessiva necessidade de abertura de novos entrepostos comerciais tornavam os árabes vulneráveis ao domínio ocidental. O crescimento do comércio e das exportações européias vêm integrá-los à rota dos interesses comerciais do imperialismo europeu, com todo o seu manancial de justificativas baseadas nos ideais de civilização que analisamos. O poder dos governantes dos países árabes é bastante limitado para conseguir controlar estas mudanças históricas que se processam. Profundas modificações foram engendradas no mundo islâmico, que se via ameaçado por forças externas.

Alguns árabes não resistiram e acabaram sucumbindo à intervenção direta no domínio político de seus territórios, como é o caso do Egito, Argélia, Tunísia, Marrocos e Sudão. Países que foram militarmente ocupados e espoliados pelas potências imperiais. No Oriente Médio, o Império Otomano ainda conseguia se manter independente, ainda que esta independência possuísse sérios limites, pois não conseguia evitar a intervenção européia em assuntos internos devido à desmesurada distância dos poderios militares entre as sociedades européias e não-européias. Alguns momentos de instabilidade vieram a se suceder, como no caso em que a Rússia, em 1877, pretendia entrar em guerra contra Istambul se o Império Otomano não assinasse um acordo que viesse a tornar independentes as regiões búlgaras do seu Império. Algo que causou descontentamento na Inglaterra, que via a Rússia querendo aumentar os seus domínios coloniais. O Império Otomano também veio a sofrer pressões internas de suas províncias, onde eram desenvolvidos diversos movimentos nacionalistas que

reivindicavam a independência da administração central do Sultão. Para que a integridade do Império fosse preservada, era necessário o fortalecimento do exército, assim como das obras públicas que atendessem mínimas demandas de suas províncias. Para que isto fosse realizado, foram adquiridos empréstimos dos ingleses, o que aprofundou a dependência do governo otomano à Inglaterra (HOURANI, 1994, p. 269-286).

As características mais peculiares a este sistema que foi montado, dizem respeito ao progresso técnico-científico, que trabalha em função da acumulação capitalista. Este é um pré-requisito para que se possa ser economicamente competitivo, algo obsessivamente procurado por aqueles que estão disputando mercados. O imperialismo industrial estabeleceu o papel dos povos considerados atrasados e inferiores. Tal função deixou de ser a de simplesmente prover produtos para abastecimento do mercado mundial, como ouro prata e especiarias, passando a ser o fornecimento de matérias-primas para o desenvolvimento industrial dos países metropolitanos: carvão, petróleo, algodão, borracha, couro, lã, etc. A exploração de matérias-primas e de novos mercados consumidores é o trampolim para a exportação de capitais, que se dá em forma de equipamentos modernizadores para criar uma infraestrutura industrial nos países coloniais, provendo portos, ferrovias, sistemas de comunicação e maquinário industrial. Estes investimentos se dão não para trazer a libertação e a auto-suficiência dos subordinados, mas para intensificar a sua dependência aos países centrais, e para que pagassem por todo este material que os tornam mais eficientemente integradas ao sistema, podendo prover matérias-primas às nações mais industrializadas com eficácia. Estas práticas visam a instalação de filiais das grandes corporações metropolitanas para melhor rendimento da espoliação capitalista (RIBEIRO, 1983, p. 155).

As potências européias participaram de uma acirrada disputa por colônias ao longo do século XIX, tendo em vista que eram são de imprescindível importância para que se empreendesse a aceleração da industrialização e do desenvolvimento econômico. Neste momento, além das tradicionais potências européias, França e Inglaterra, despontam também como nações imperiais a Alemanha e a Itália. Fora da Europa, os Estados Unidos dão os seus primeiros passos em relação ao desenvolvimento industrial, que foi bastante eficaz desde o seu ponto de partida. Cada país industrializado possuía suas próprias colônias, se fazendo centro civilizado de outros povos tidos como menos

avançados, sobre os quais incidia todo o peso da espoliação capitalista, condição para o crescimento econômico. Os países industrializados, então, entraram em uma acirrada concorrência entre si. Alguns acordos entre estas potências acabaram resultando na Partilha da África, feita na Conferência de Berlim em 1885. Das insatisfações ocasionadas por este tratado, surgiu o acirramento da competição entre as potências imperialistas. Estas disputas vieram redundar nas duas grandes guerras mundiais do século XX, o que redundou no declínio das potências européias, deslocando o foco central do industrialismo capitalista da Europa para os Estados Unidos. O desfecho da Segunda Grande Guerra Mundial foi amplamente favorável aos norte-americanos que puderam se considerar os maiores vencedores deste período chamado de Era das Catástrofes²⁷, uma vez que seu território não foi alvo de grandes destruições, tendo pequena quantidade de perdas humanas, em relação aos outros países envolvidos nos conflitos. Os esforços de guerra proporcionaram aos Estados Unidos um desmesurado crescimento econômico, que se beneficiou largamente em detrimento dos países europeus, que saíram da guerra arrasados, precisando de ajuda financeira, a qual só os Estados Unidos poderia oferecer naquele momento. Na Europa oriental, um outro inimigo, surgido no seio da civilização ocidental, vem a representar ameaça para o capitalismo. Tem início o período da Guerra Fria, na qual os Estados Unidos vêm se colocar como o grande herdeiro do projeto de civilização engendrado na modernidade. O foco do capítulo é justamente os desdobramentos desta hegemonia norte-americana no mundo atual.

3.2 O Novo Centro da “Superioridade Ocidental”: os EUA

Mesmo com a descolonização do pós-guerra, o processo de ocidentalização do mundo permaneceu intenso. O domínio formal das possessões coloniais se tornou inviável a partir de então. A melhor saída seria a concessão da independência antes que ela fosse efetuada por projetos políticos dissidentes. A influência econômica e cultural dos países ocidentais permanecia, mesmo com os processos de descolonização sendo levados a cabo. Podemos observar uma continuidade com os termos básicos do

²⁷ Período que compreende a primeira metade do século XX, marcado pelas guerras e crises enfrentadas pelo sistema capitalista. Ver: (HOBSBAWM, 1995)

imperialismo na ordem pós-colonial. As formas de exploração e de influência sobre os assuntos que dizem respeito aos novos países emergentes da descolonização, permaneceram bastante rígidos. Podemos, assim, observar que as práticas imperialistas continuaram a existir, ainda que de formas diversas, mantendo o núcleo sólido das relações existentes entre as antigas metrópoles e suas antigas colônias.

Os Estados Unidos que, até então, tinha levado adiante a sua expansão imperial com menos ênfase em intervenções diretas, como acontecia em relação às potências européias, ao término da Segunda Guerra saiu como a grande potência econômica mundial, com poder suficiente para manter a cruzada civilizacional. A aceleração do progresso econômico capitalista no pós-guerra trouxe a estabilização do sistema, que contornou as catástrofes e trouxe bons prognósticos de desenvolvimento econômico

A imitação dos modelos de modernização existentes no mundo ocidental já é, então, considerada a melhor forma de conseguir atingir as benesses que a civilização promete. Não havia outros modelos políticos que pudessem servir de referência e, mesmo a própria resistência ao imperialismo era, em larga medida, baseada em formulações ideológicas engendradas no mundo ocidental, como o comunismo e o nacionalismo. “A história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é portanto determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como senhores da espécie humana” (HOBSBAWM, 1995, p. 199). Com isso, o velho monopólio industrial dos países do centro capitalista permaneceria intacto. Apesar do fim formal das colônias, a exploração dos países chamados “atrasados” em relação modelo de desenvolvimento ocidental continuou, pois estes continuaram inseridos no sistema da economia-mundo, dominados pelos mais fortes, que defendem os interesses das grandes empresas multinacionais. Agora capitaneados pelos norte-americanos, os Estados capitalistas centrais continuam a sua busca desenfreada pelo desenvolvimento industrial, assim como político e cultural, que dê sustentação à supremacia pretendida. A maior potência econômica do mundo agora se sente na responsabilidade de controlar o futuro da humanidade, empreendendo seus projetos econômicos, políticos e culturais em nome daquele ideal ocidental elaborado na modernidade. A visão de progresso deve se estender para todo o mundo, sendo isso levado a cabo através de ações militares, sempre no intuito de anular aqueles que viessem a se contrapor aos interesses hegemônicos. Os governos estadunidenses, neste contexto, propõem para si a tomada da liderança do mundo, com base nos princípios

que colocam a si próprios como moral, política e militarmente, aptos para levarem adiante tais intervenções e reorganizarem o mundo de acordo com as suas demandas de controle e manutenção da hegemonia sobre o resto do mundo.

Porém, o pós-guerra também promovera a ascensão mundial de um modelo que, ainda que atrelado à modernidade ocidental, servia de alternativa ao que os norte-americanos pretendiam impor ao resto do mundo. Encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o bloco de oposição à economia e a política hegemonicamente estabelecida no mundo ocidental tinha como área de influência mais evidente os países do chamado “Terceiro Mundo” que, não raramente, manifestavam muita simpatia por estas idéias políticas que questionavam o domínio imperial de terceiros sobre os seus territórios.

Os grandes blocos políticos que emergiram do pós- guerra, passaram a entrar em disputa ideológica pela influência sobre os Estados pós-coloniais, a chamada Guerra Fria. Excetuando-se algumas situações, a predominância, em larga medida, do bloco capitalista liderado pelos EUA foi bastante forte, colocando sob seu âmbito de influência, além do hemisfério norte, também o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. O Terceiro Mundo é o espaço privilegiado onde o capitalismo busca intensificar a exploração. Desde os tempos das grandes descobertas marítimas, levadas a cabo ainda na formação do sistema capitalista, podemos verificar a submissão daqueles que estão na periferia do sistema às políticas agressivas que fomentam a subordinação, levando-a adiante pelos mais diversos meios, de forma a sujeitar aqueles que não pertencem ao padrão cultural e econômico proposto pelos EUA.

A diferença entre os Estados Unidos e o imperialismo europeu dos séculos XIX e XX é que o primeiro preferiu dominar indiretamente. Mesmo quando travaram grandes guerras – Coréia, Vietnã, Angola, Afeganistão – preferiam defender regimes locais ameaçados pela revolução do que governar diretamente. Tudo bem quanto às bases militares. Mas todo aquele aparato de domínio civil, como o que os britânicos aperfeiçoaram na Índia, não fazia o estilo de Washington. Quando ocuparam um país e o administraram, foram tão violentos quanto os franceses e espanhóis que substituíram. Dois exemplos se apresentam: Cuba e Filipinas (ALI, 2003, p.201).

O reconhecimento da autonomia e da soberania dos Estados é diretamente dependente, dentro das relações internacionais, do patamar de obediência que estes Estados prestam aos padrões de civilização propagados pelo Ocidente capitalista. Aqueles que não estão adequados a esta ordem, devem necessariamente se submeter ao auto-proclamado “direito” dos países hegemônicos empreenderem suas missões civilizatórias, que frequentemente vêm em forma de intervenções militares, em busca de uma reorganização administrativa e transformação de determinados costumes que não se alinham, para que estes se tornem funcionais aos interesses hegemônicos.

A Guerra Fria foi o tempo em que a coexistência entre as grandes potências do mundo se deu com base na busca de promover a expansão e o fortalecimento, cada qual - URSS e EUA - de seus respectivos blocos. O bloco capitalista se opunha ferinamente ao projeto em que o socialismo apostava para a humanidade. Várias foram as intervenções em países periféricos para que a influência soviética não se aprofundasse ou viesse a representar uma ameaça maior aos planos do capitalismo internacional. Tais planos, por um bom tempo, funcionaram a pleno vapor, mergulhando o capitalismo numa época áurea de desenvolvimento econômico e social durante o século XX. O avanço do capitalismo encabeçado pelos EUA ao redor do mundo se deu através do fortalecimento das empresas multinacionais, que passaram a procurar lugares onde pudessem estabelecer, da forma mais vantajosa possível, os seus negócios. Isso acompanhado de uma intensa cruzada anti-comunista que visava extirpar as possibilidades de crescimento da influência do Kremlin sobre o mundo. A quantidade de intervenções estadunidenses pelo mundo, ao longo do século passado, é imensa e atinge prioritariamente o “Terceiro Mundo”. A ordem que se pretende implantar nas relações internacionais entre os Estados Unidos e estes países, tem, necessariamente, que se dar de forma a garantir os interesses dos grandes investidores das grandes multinacionais.

Aqueles que não contribuíssem para o fortalecimento do mercado, eram, na grande maioria das vezes, violentamente retaliados. Foi isso que aconteceu no Irã onde, em 1953, é deposto o líder nacionalista Mohammad Mossadegh, fato que se deu após uma conspiração e um movimento de agitação fortemente estimulado pela Agência Central de Informações dos EUA, a CIA. O governo iraniano havia nacionalizado a indústria do petróleo, ferindo os interesses dos conglomerados petrolíferos ocidentais. Outro exemplo que podemos citar de interferência estadunidense ocorreu na Indonésia,

em que o líder de seu governo, Sukarno, foi derrubado em 1965 por estar alinhado à idéias comunistas e nacionalistas, antagônicas ao projeto hegemônico dos países imperialistas.

A política intervencionista tinha uma capacidade de submeter fortemente os, então, não alinhados à lógica econômica e cultural dos países fortes. A força do capital acumulado pelas grandes empresas multinacionais capitalistas, aliada ao braço armado e militar das grandes potências, promoveu uma grande expansão do capital, inaugurando ciclos de governos autoritários nos mais diversos continentes do planeta, como foi o caso do Brasil, Uruguai, Egito, Grécia, Argentina, entre inúmeros outros países. A América Latina foi um pedaço do mundo bastante lembrado pelos interesses imperiais, principalmente depois que a Revolução Cubana incendiou as esquerdas do continente, nas barbas do território norte-americano. Emblemático é o caso do Chile de Salvador Allende, cujo governo era fruto de uma união de diversos partidos populares que tinham como plataforma comum implementar um projeto de combate ao sistema de exploração que a lógica econômica engendrada pelos representantes dos interesses das multinacionais levava adiante, mediante a socialização dos principais meios de produção e recursos naturais do país. A vitória eleitoral deste projeto de governo abriu caminho para uma das primeira tentativas de instalação do comunismo por vias pacíficas, através do voto popular, o que afetou os interesses das empresas multinacionais, que possuíam muitos investimentos naquele país. Os Estados Unidos, então, intervieram. Por estas empresas, o que ocasionou a derrubada do governo Allende (URIBE, 1974 e SADER, 2000).

Ações deste tipo vêm garantir os investimentos e estimulam a economia-mundo a se fortalecer. Esta organização da economia se realiza plenamente através da drenagem dos recursos do Terceiro Mundo em favor dos países imperiais. Este seria o caminho que levaria a humanidade ao progresso, seguindo a lógica hegemônica. Traduzindo em termos mais diretos, o ato de se procurar um desenvolvimento que possua um grau de independência muito acentuado e, de certa forma, que não esteja alinhado aos interesses estadunidenses, é algo inaceitável. Isto pode vir a tomar proporções mais alarmantes, principalmente se o país insurrecto possui algum tipo de riqueza natural que possa ser explorado para o aperfeiçoamento da economia global. Intervenções e retaliações que vieram a acontecer em decorrência destas causas, são

numerosas ao longo do século XX e possuem a força de uma verdadeira lei histórica (CHOMSKY, 2003, p.51-79).

O uso deste poder, frequentemente, atingia certos níveis excessivos, como no caso do financiamento e apoio a certos golpes de Estado na América Latina. Nos tempos da Guerra Fria, os Estados Unidos tinham na luta contra a expansão da influência da União Soviética pelo globo uma explicação muito valorizada por aqueles que queriam aprofundar a dependência dos países economicamente subdesenvolvidos à órbita de influência capitalista, apresentando pretextos que, bem trabalhados propagandisticamente, se tornavam bastante convincentes para levar adiante seus intentos, procurando manter os países mais fracos “na linha” diante da ameaça comunista. Os esforços empreendidos por Washington para conterem esta ameaça foram imprescindíveis para a americanização do mundo. O resultado foi que grande parte do mundo passou, de alguma maneira, a ter um contato próximo e a estar sob influência deste poderio cultural e econômico. A globalização, nos moldes que vem sendo levada adiante, tem se encarregado de mundializar este poder e influência dos valores e estilo de vida norte-americanos. A sua riqueza, aliada à sua capacidade produtiva e ao poderio militar, são os pilares centrais desta imposição da hegemonia dos Estados Unidos (HARVEY, 2004, p.31-70). A montagem destes esforços de domínio foram se constituindo em padrões de domínio imperial utilizados pelos EUA.

As intervenções ocorridas durante a Guerra Fria renderam bons frutos para a economia norte-americana, fazendo os EUA e o mundo capitalista entrarem na um período bastante próspero. Houve uma forte retomada do crescimento capitalista no pós-Segunda Guerra, principalmente nos países desenvolvidos. Foi se configurando o chamado *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, que tem sua inspiração no pensamento keinesiano, e que consiste em uma sólida organização das instancias políticas e econômicas no intuito de afirmar o Estado como um indispensável agente de regulamentação da economia, com o objetivo da instituição do pleno emprego, associado a produção em massa de bens de consumo, de forma que certos bens e serviços, antes acessíveis apenas a uma minoria, agora fossem produzidos para um mercado massificado, com muitas mercadorias circulando entre as classes trabalhadoras. Entre os principais objetivos do Estado de Bem Estar Social, incluía-se a segurança do funcionamento dos mecanismos de mercado, atrelado a um certo patamar de defesa de alguns direitos aos trabalhadores. Para tanto, a presença ativa do Estado na

economia é uma forma de dar impulso à economia. O período em que este sistema político vigorou veio a ser conhecido como os trinta gloriosos anos de desenvolvimento econômico, período este chamado por Eric Hobsbawm de Era de Ouro (HOBSBAWM, 1995).

Mas, este sucesso em alcançar a hegemonia econômica e militar no período pós-guerra veio sendo gradativamente minado por acontecimentos que se deram ao longo desta época de supremacia. O uso da força militar para alcançar os seus objetivos, acabou tendo um efeito contrário ao esperado, vindo afetar o poderio econômico alcançado durante o período de desenvolvimento capitalista do pós-guerra. A Guerra do Vietnã é um caso exemplar das complicações desta política externa decorrente da ordem mundial estabelecida na Guerra Fria. Várias consequências negativas decorrentes deste conflito foram observáveis, principalmente no tocante à credibilidade norte-americana no resto do mundo, que perdeu grande parte do prestígio desfrutado, ao entrar em uma empreitada bastante arriscada que podia ocasionar em um caos global e tornar insustentável o instável equilíbrio global. A Guerra do Vietnã é um desdobramento da descolonização da Ásia ocorrida no período pós-guerra. O Vietnã era colônia francesa até que as lutas pela independência forçaram a França a se desfazer deste território. Nas conferências que ocorreram após o conflito de independência, no ano de 1954, ficou decidido que o Vietnã iria se dividir em dois países, o Vietnã do Norte com um governo socialista e o Vietnã do Sul, que contava com um governo influenciado pelo bloco capitalista. Esta divisão seria válida até o ano de 1956, quando haveria uma eleição que unificaria os dois países. Neste meio tempo, através de um golpe militar em 1955, o general Ngo Diem tomou o poder no Vietnã do Sul, cancelando as eleições que ocorreriam no ano seguinte e empreendendo uma forte perseguição aos nacionalistas e comunistas que estavam dentro de seu território e vinham adquirindo cada vez mais força. Desta forma, em pouco tempo, o apoio norte-americano foi angariado, pois havia receio que a forte oposição pudesse tirar o general golpista do poder, o que não seria favorável aos interesses estadunidenses tendo em vista que uma vitória comunista enfraqueceria a sua influência geopolítica naquela região.

O apoio oferecido pelos EUA se dava sob a forma de armas e dinheiro para que se pudesse varrer os comunistas do Vietnã do Sul. Estas medidas geraram fortes oposições, que eram apoiadas pelo exército do Vietnã do Norte. Não demorou muito até que Norte e Sul declarassem guerra entre si, no ano de 1959, na qual as forças do Sul,

apoiadas pelo imenso poderio militar dos norte-americanos, levaram adiante intensos combates contra as tropas do Norte, até o momento em que os Estados Unidos vieram a intervir diretamente no conflito depois de terem as embarcações que forneciam recursos aos seus aliados, bombardeadas no ano de 1965. Esta guerra se estenderia ainda por mais dez anos, em que fortes batalhas foram travadas, havendo o uso, inclusive, de armas químicas contra os norte-vietnamitas.

Os motivos do conflito podem ser resumidos ao fato de o Vietnã tentar conquistar sua soberania. Para isso, promoveu uma oposição ao domínio colonial que Washington queria impor. Para retaliar tal insubordinação, foi mobilizada uma intensa força militar que descarregou pesados ataques àquele pequeno país. O conflito foi uma nódoa no prestígio dos Estados Unidos frente ao resto do mundo. Durante os períodos mais críticos da guerra, os meios de comunicação de todo o mundo veicularam imagens da violência e da intensidade dos conflitos, mostrando também o mau desempenho dos norte-americanos, que investiam pesado em seu poderio bélico. Os EUA também saiu bastante fragilizado financeiramente dos conflitos e viu seus rivais europeus e japoneses se desenvolverem a ponto de rivalizarem economicamente com a grande potência nas duas décadas seguintes.

Os movimentos libertários e contra-culturais²⁸ que se desenvolviam simultaneamente às bombas arremessadas contra o Vietnã, acentuaram estas marcas negativas que foram deixadas no âmbito geopolítico internacional, assim como nos meios intelectuais da época (WALLERSTEIN, 2004, 56-80.). Após a derrota do Vietnã, os Estados Unidos perderam vigor. Os anos setenta têm início com a crise do petróleo, em 1973, dentro do contexto da guerra do Yon Kippur²⁹. A agressão árabe a Israel foi

²⁸ Os anos sessenta do século XX foram marcados por uma onda de movimentos de contestação à ordem vigente, conhecidas como contracultura, que propõe modos diferentes de encarar o mundo e de se relacionar com as pessoas, trazendo um outro universo de significados e valores. São movimentos que reivindicam maiores espaços de liberdade para que as pessoas possam manifestar suas potencialidades criativas. A contracultura expressou um profundo desencantamento diante das soluções políticas que estavam em vigor, trazendo uma ferina crítica tanto ao socialismo de matriz soviética quanto ao capitalismo, regimes políticos dominados por tecnocratas que se preocupavam apenas com a expansão, a qualquer custo, de seus domínios, ignorando as mazelas engendradas como consequência das disputas políticas entre ambos. Estes movimentos tinham uma forte tendência libertária que punha em questão todas as formas de poder instituídas.

²⁹ A guerra do Yon Kippur foi travada entre israelenses e árabes no começo da década de sessenta. Constituiu-se em uma das várias guerras acontecidas entre árabes e israelenses desde a criação do Estado de Israel. Egito e Síria, países árabes que não aceitaram a criação do Estado de Israel, promoveram um ataque no dia do feriado judeu. Esta guerra colocou, mais uma vez os

amplamente condenada em todo o mundo, que a julgou inadmissível e condenou os ataques. Os países árabes produtores de petróleo, através da OPEP, resolveram, então, tomar uma medida drástica: reduzir pela metade a produção de petróleo, o que gerou um grande aumento no preço deste recurso energético no mercado e provocou a crise mundial do petróleo dos anos 70. Esta crise veio agravar a fragilidade e o momento delicado pelo qual passava a hegemonia norte-americana construída no pós-guerra. Tal fonte energética era estreitamente relacionada com todo o período de crescimento econômico devido, entre outras coisas, à sua disponibilidade a um preço bastante atraente. Isso trouxe uma pane nos anos de bonança da economia dos EUA e dos países do bloco capitalista. Diversas crises foram deflagradas na economia de vários países do mundo, interrompendo períodos de prosperidade econômica. Esta situação afetou grande parte do mundo causando um efeito em cadeia de derrubada de regimes autoritários que haviam se instaurado e mantido sob a égide do poderio militar, econômico e ideológico norte-americano, tendo em vista que um dos principais sustentáculos de tais regimes era o bem-sucedido funcionamento econômico. Com este ciclo de prosperidade abalado, um golpe muito forte foi dado nas ditaduras instaladas na América Latina o que ocasionou a queda de todas elas, entre 1979 e 1989, com exceção de Honduras, que teve sua ditadura derrubada pouco antes³⁰. Assim como no caso do regime instalado no Irã, quando o opressor governo do Xá, armado pelas multinacionais, governado por tirania e tortura, foi derrubado num movimento revolucionário liderado, de forma significativa, pelos setores religiosamente mais conservadores do país. Foi uma reação contra a violência multinacional que destruíra os tecidos sociais em nome do Produto Nacional Bruto. Tal “revolução” iraniana foi que deu o ensejo da primeira aproximação entre os EUA e Saddam Hussein, poucos anos depois.

Os anos oitenta serviram para revigorar o prestígio estadunidense e reorganizar as estratégias de imposição do seu poder imperial. A reação a tais adversidades contra o seu poderio não demorou a se fazer sensível. A ascensão de

EUA e a URSS indiretamente em conflito, já que cada qual apoiava um lado da guerra (Israel e Egito/Síria, respectivamente). Tal conflito era potencialmente perigoso para o cenário geopolítico internacional dominado pela Guerra Fria, resolvendo-se em um cessar-fogo que evitasse um confronto de maiores proporções.

³⁰ Anos do fim das ditaduras militares nos países da América Latina: Uruguai-1985; Brasil-1985; Peru-1980; Argentina-1983; Bolívia- 1985; Equador-1979; Suriname-1988; Chile-1989; Panamá-1989; Guatemala-1985; El Salvador-1979; Honduras-1974; Paraguai-1989; Suriname-1988; Nicarágua-1979.

Ronald Reagan à presidência traz em seu cerne tentativas de extirpar os sinais de vulnerabilidade que afetavam a super-potência e atingiam sua auto-estima depois de alguns anos de atitudes políticas desastradas, somadas à crise que a economia vivera na década de setenta. Junto a Reagan, instaura-se no poder um grupo portador de idéias neoconservadoras³¹, que vêem na política externa um papel de imprescindível importância na vida política norte-americana, sendo a sua administração a principal responsabilidade de um governo sério. O intuito é escancaradamente claro: manter os Estados Unidos como única super potência, algo que se torna condição básica para a manutenção da ordem mundial pretendida pelo segmento neoconservador. Tal concepção política rejeita radicalmente as possibilidades de pluralidade e tolerância cultural. Afirma-se com bastante força o papel dos *yankees* em sua missão civilizadora, herdeira da modernidade, de impor tais valores para o mundo. O neoliberalismo passa a ser vislumbrado e efetivado como a política correspondente ao modelo econômico capitalista em sua etapa da globalização, a forma mais eficiente de reorganização da economia para que as grandes empresas possam sanar os seus males e a queda de suas taxas de lucros..

O desenvolvimento do capitalismo, sob os moldes deste projeto, atingiu um alto patamar de internacionalização e interdependência planetária. O termo globalização passou a ser bastante utilizado para designar este processo. No imperialismo que teve início no século XIX, podíamos identificar vários ritmos produtivos diferentes, de acordo com cada país que levasse adiante o expansionismo necessário ao desenvolvimento do sistema. Porém, o capitalismo, desde seus primórdios, foi aprofundando e complexificando seus mecanismos de atuação ao redor do globo. O imperialismo agregou as partes do mundo, desenvolvendo de tal forma os seus tentáculos econômicos, até que acabou encontrando sua forma no modelo neoliberal, onde os sistemas técnicos e ideológicos hegemônicos tomam conta do mundo, controlando-o de acordo com as demandas do capital. O neoliberalismo neoconservador potencializa a eficiência do velho conhecido imperialismo. Com o capitalismo globalizado e o capital multinacional circulando, há o ensejo para a forte difusão de um

³¹ Os neoconservadores são um grupo político norte-americano que configura o fim da história no triunfo da democracia liberal. Eles acham que os Estados Unidos devem fazer todos os esforços diplomáticos e militares para que esta finalidade possa ser atingida, efetivando uma rigorosa política externa, taxa como arcaicas as forças políticas que se contrariam a este projeto. O foco da política externa dos neoconservadores é a democratização, aos moldes liberais, do Oriente Médio.

discurso único, uma mundialização reducionista levada a cabo para defender os interesses de alavancar a economia das grandes empresas, que favorece francamente as ações imperiais da economia norte-americana e de seus aliados neste projeto, grandes patrocinadores deste modelo de desenvolvimento econômico.

O Consenso de Washington³² veio consolidar este planejamento, estabelecendo as diretrizes, elaboradas pelas principais instituições financeiras do mundo, para o crescimento econômico dos países que passam por dificuldades financeiras. Tais medidas vêm promover os lucros das empresas em detrimento das garantias sociais que deveriam ser dadas aos cidadãos pelos seus governos. Vem do governo Reagan a ofensiva neoconservadora que iria, mais tarde ser característica também do governo George W. Bush, abordado mais adiante. As intervenções norte-americanas serão mais sensíveis, principalmente na América Latina e Oriente Médio.

Ainda na década de oitenta, o grande oponente dos Estados Unidos no cenário geopolítico internacional vem a implodir³³. A União Soviética entra em crise e implode,

³² O Consenso de Washington foi um modelo de conduta econômica proposto pelo economista inglês John Williamson, em 1989, e que traz um receituário indicado para que os países saiam de crises econômicas. Preconiza que o funcionamento da economia deve estar atrelado ao funcionamento do mercado, sendo a presença estatal um estorvo para o desenvolvimento econômico. Dentre os principais pontos do receituário neoliberal, estão a abertura da economia para a liberalização comercial e financeira através da eliminação das barreiras implementadas aos investimentos estrangeiros; uma política de privatizações do patrimônio público do Estado; a desregulamentação do mercado de trabalho, para que sejam estabelecidas novas formas de se elaborar o contrato de trabalho de maneira a aumentar as margens de lucratividade das empresas; e a redução dos gastos em seguridade social.

³³ O processo de erosão do socialismo que a URSS representava, veio a ter início com o 27º congresso do Partido Comunista Russo, realizado em 1986, onde o secretário geral do partido, Mikhail Gorbachev, declarou que o país possuía fortes demandas em relação às modificações estruturais, tendo em vista que o crescimento econômico vinha estagnado já há anos, assim como indicadores básicos de garantias sociais, como a mortalidade infantil, tinham cessado de melhorar. Era necessário que se implantassem reformas que viessem a arejar o sistema político soviético. Foi implantada uma mudança política chamada *Glasnost*, que consistiu em uma maior democratização do regime, na medida em que permitia transparência e maior participação política que pudesse renovar a mentalidade e as práticas políticas existentes. Também se estabeleceu a *Perestroika*, que consistia em uma reforma econômica que pretendeu conceder uma maior autonomia às direções administrativas das fábricas e das empresas, que receberam estímulos para empreender planos de produção independentes do gerenciamento central. Tais reformas não foram suficientes para fazer a URSS se livrar das velhas práticas, que tornaram cada vez mais evidentes as contradições pelas quais passava o governo soviético. Os sindicatos não mais estavam subservientes ao governo, organizando greves e protestos por melhorias na qualidade de vida e por liberdade, também haviam várias repúblicas lutando por autonomia. Quando as pressões externas feitas pelo principal adversário político do bloco comunista, através do programa Guerra nas Estrelas, vieram se fazer sentir, a URSS já estava bastante

causando certa surpresa naqueles que se alimentavam da Guerra Fria para estabelecer seu poderio. Este foi o fim de uma era que trouxe marcas profundas para o século XX. Marcas estas que ainda se fazem sentir, mesmo após o colapso soviético. O fim da URSS fez com que, imediatamente, viessem a desaparecer os pressupostos da hegemonia política estabelecida nos acordos de Yalta, que haviam definido a geopolítica internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial³⁴. O evento do fim da URSS foi muito significativo para redefinir as estratégias que os EUA frequentemente utilizavam para manter a sua supremacia frente ao mundo. Algumas dificuldades iniciais surgiram em decorrência do fim do bloco socialista³⁵. A supremacia norte-americana, em larga medida criada pela ordem estabelecida na Guerra Fria, veio a passar por uma pequena crise, já que os norte-americanos agora estavam órfãos da principal alegação utilizada para praticar o seu expansionismo imperial durante décadas. Foi nesse contexto que explodiu a guerra do Golfo, no Oriente Médio³⁶.

fragilizada e não tinha condições de resistir ao inevitável colapso econômico e social de uma sociedade que precisava urgentemente desonerar os investimentos em artefatos bélicos.

³⁴ Os acordos estabelecidos em Yalta, em 1945, fizeram parte de uma série de reuniões entre os aliados na Segunda Guerra Mundial, tendo a presença de Churchill, Roosevelt e Stalin, às vésperas do fim daquele conflito. Estas reuniões foram úteis para que fossem delineados os contornos do que viria a ser a Guerra Fria, estabelecendo divisões e áreas de influência entre os blocos políticos capitaneados pelos Estados Unidos e União Soviética.

³⁵ O bloco comunista foi fragmentado com o colapso da União Soviética. Os antigos países que formavam este bloco em pouco tempo se tornaram independentes: a Alemanha Oriental, em 9 de novembro de 1989, em que foi derrubado o muro de Berlim, abrindo as portas para a unificação da Alemanha; na Bulgária, o líder do governo comunista, Todor Zhivkov, renuncia ao poder em 10 de novembro de 1989, abrindo caminho para a dissolução do PC e a independência búlgara; na Hungria o Partido Comunista é dissolvido ainda em outubro de 1989, tendo as tropas soviéticas deixado o país dois anos depois; na Polônia o sindicato Solidariedade, grande foco de resistência ao poderio soviético na reta final da Guerra Fria, faz um acordo com o governo comunista para que sejam estabelecidas eleições gerais; na Romênia, depois de sangrentas manifestações nas ruas pela abertura do regime comunista, Ceausescu é fuzilado, sendo proclamado em dezembro de 1989 o fim do regime comunista; na Tchecoslováquia, depois de suprimida uma manifestação em Praga no ano de 1989, teve início a Revolução de Veludo, uma revolução pacífica que trouxe milhares de pessoas às ruas em protesto contra o regime, que já não tinha forças para resistir e desabou.

³⁶ A guerra do Golfo, em 1990, teve início depois do líder iraquiano, Saddam Hussein, acusar o Kuwait de vender o seu petróleo a um preço abaixo da média, provocando a desorganização da economia do Iraque, já em difícil situação por causa da recém-terminada guerra contra o Irã. Para diminuir os prejuízos, Saddam exigiu uma indenização do Kuwait que se recusou a pagá-la. Como consequência, foi deflagrada uma guerra que estava há muitos anos nas pretensões nacionalistas iraquianas. Os Estados Unidos logo intervieram na guerra com o apoio de diversos aliados europeus (Inglaterra, França, Itália) e também de alguns países árabes sob o seu raio de influência (Arábia Saudita, Síria e Egito). O Iraque é derrotado e obrigado a se retirar do Kuwait, sofrendo um severo embargo econômico.

3.3. Um Breve Impasse na Estratégia Imperial

O Iraque, que vinha desenvolvendo uma política nacionalista, pretendia ocupar um território que era uma antiga reivindicação sua, e com isso estava disposto a priorizar os seus próprios interesses em detrimento daquilo que estava ao agrado do grande capital internacional. Esta política levou aquele país a aproveitar o delicado contexto geopolítico mundial para levar adiante suas ambições nacionalistas.

As reivindicações do Iraque contra o Kuwait – pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no topo do golfo Pérsico, independente desde 1961 – eram antigas e constantemente reafirmadas. Só levaram a guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser um quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes de 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria desencorajado vigorosamente qualquer aventureirismo de Bagdá naquela área (HOBSBAWM, 1995, p. 249).

A guerra foi oportunista, aproveitando o ensejo deixado pela suposta crise pela qual o poder norte-americano estaria passando por não mais possuir o pretexto necessário para manter as intervenções que vinha empreendendo ao longo do século. Saddam Hussein, presidente iraquiano, até então um forte aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio, que recebia armamentos e treinamento dos agentes especializados norte-americanos, agora tinha a intenção de levar adiante um nacionalismo que afetava diretamente o equilíbrio político local. A tentativa de anexação do Kuwait foi justificada como um ato em defesa do Iraque, pois aquele país seria uma entidade artificial, parte do legado colonialista que havia repartido o mundo árabe para atender melhor as ambições metropolitanas, fazendo com que o petróleo do Kuwait viesse a trazer benefício não só a este próprio país, mas também às potências industrializadas que se expandiram imperialmente. Pode parecer uma justificção cínica para se empreender tal guerra, mas, se a compararmos com os motivos que os Estados Unidos usam para levar adiante suas guerras, estes não poderiam intervir nas pretensões de Saddam Hussein sem estar sendo incoerentes com relação a seus próprios critérios. Logo Saddam foi barrado, pois os interesses hegemônicos não poderiam deixar o vírus do nacionalismo e

da autonomia infectar outros países, principalmente se isso implicasse em prejuízos aos interesses ocidentais.

Os interesses de Washington estão sempre trazendo à tona novas formas de dar continuidade às suas ofensivas imperiais. A maneira de levar adiante as suas ambições, engendrada na Guerra Fria, continuou a vigorar de forma eficiente. Desta forma, a eficácia das motivações que levam os EUA a impor sua supremacia, é renovada. Pensava-se que o fim da URSS traria o fim das justificativas políticas que subordinavam os outros países do bloco capitalista ao poderio norte-americano, sendo sua liderança solapada. Houve, então, a necessidade de alguns ajustes para o poderio político estadunidense conseguir se renovar.

O aspecto humanitário e moral passa a ser valorizado e os direitos humanos de matriz liberal se tornam mais preciosos para a defesa dos interesses hegemônicos. Este é um forte instrumento nas mãos dos EUA para consolidar uma imagem moralmente louvável e reforçar seu discurso ao propor que algum país do Terceiro Mundo deve ser retaliado. Em nome do respeito aos direitos fundamentais, a guerra contra o Iraque, em 1991, foi empreendida. É certo que, apesar de não mais possuir seu pretexto favorito para manter suas interferências no resto do mundo, havia uma certeza de, que, ao atacar o Iraque ou qualquer outro país, os EUA iria enfrentar um poder de resistência menor, já que nenhuma outra potência antagônica dispunha de meios de oposição. Com a derrocada da URSS, a necessidade de alguns deslocamentos de estratégia se fizeram essenciais para a continuidade dos planos de intervenção em favor da hegemonia norte-americana. Terminada a Guerra Fria, continua-se mobilizando forças contra aqueles considerados inimigos, sempre em “legítima” defesa.

As intervenções humanitárias iriam construir a tônica na política externa norte-americana durante toda a década de noventa. Podia-se perceber, então, o quanto o imperialismo vinha se manifestando de forma cada vez mais intensa nas últimas décadas, passando a tomar contornos visivelmente unilaterais e unidimensionais. Dentre os principais fatores que proporcionaram a expansão da influência do poder hegemônico, estaria: a globalização impulsionada pelo mercado, nos moldes neoliberais, que acaba por promover a expansão da cultura estadunidense, juntamente com os seus produtos e mercadorias. Paralelamente a isso, o colapso dos Estados Nacionais na realização dos seus próprios interesses também é algo importante a ser

lembrado, pois o Consenso de Washington, pilar central do neoliberalismo, os torna incapazes de manter sua soberania sobre os assuntos internos, submetendo-os às deliberações de organismos externos e alheios aos seus interesses, como o FMI e o Banco Mundial, instituições que possuem estreitas relações com os Estados Unidos. De fundamental importância para a compreensão deste processo, também é o fim do equilíbrio global, com o colapso da União Soviética, equilíbrio este que, mesmo estabelecido de uma forma perversa, na base da proliferação de armas nucleares, indiscutivelmente evitava uma grande concentração de poderes colocados nas mãos de uma única superpotência (HOBBSAWM, 2007, p. 55-58). Estes elementos podem ser citados como as mais fortes bases em que se sustentava a hegemonia dos EUA no fim do século XX, frente ao resto do mundo. Podemos, ainda, destacar certos elementos que representam continuidade com o imperialismo do século XIX, mais evidentemente notório no que diz respeito à legitimidade do expansionismo imperial, que, guardadas as devidas proporções, continua reiterando a sua autoproclamada legitimidade, lastreada na idéia de que o Ocidente é o repositório de valores que devem ser defendidos e difundidos, uma vez que representa um nobre ideal de avanço civilizacional e de progresso humanitário. Não à toa, os séculos XIX e XX, tendo em voga tais critérios que regem as relações entre os países, foram os mais truculentos da história em termos de perdas humanas, em decorrência do fato de se colocarem em prática tais projetos universalizadores, justificadores das ações aqui analisadas.

Não iria demorar tanto tempo até que os Estados Unidos formulasse novamente um bom manancial de justificativas para intensificar, de forma ferina, o seu controle sobre o mundo, algo que se deu já no princípio do século XXI, quando sobe ao governo norte-americano o presidente George W. Bush. Junto com ele, toda aquela elite neoconservadora, já referida, passa a ter ainda mais espaço nas instâncias de poder, e a pressão para que a supremacia norte-americana venha a se impor de uma maneira mais intensa. Apesar da manutenção das intervenções e da hegemonia militar, o fim da Guerra Fria fez com que os EUA perdessem o seu estofo para continuar mantendo o policiamento do mundo estritamente sob suas mãos.

3.4 Terrorismo e a atualização da hegemonia

O 11 de setembro de 2001 veio propiciar um certo encaminhamento a este problema³⁷. Estes ataques puderam propiciar uma cruzada contra o terrorismo, que favoreceu a execução das políticas de interesse dos neoconservadores. De alguma forma, o episódio do 11 de setembro foi um aviso dado por aqueles que não suportam mais a interferência *yankee* em terras árabes. Um ato de resistência contra o Império que traz grandes adversidades para grande parte dos povos daquela área do mundo. Os ataques terroristas atribuídos a Osama Bin Laden podem ser entendidos como um desdobramento das diversas insatisfações existentes, já há muitos anos, entre os árabes. No Oriente Médio, o Império demonstra quais são suas intenções naquela região ao dar apoio a regimes opressores, que fustigam o mundo árabe e servem de ponta de lança das conveniências dos EUA naquela região do mundo, como é o caso de Israel, que empreende sistematicamente ações contra os palestinos; o caso da Arábia Saudita, um dos grandes países do mundo árabe, no qual existe um governo corrupto que entrega suas riquezas ao império hegemônico. Também parece ter pesado como motivação aos ataques do 11/09 o fato de os Estados Unidos ser o responsável pela destruição do Iraque na Guerra do Golfo e pelos embargos depois do conflito, que foram veementemente contestadas dentro do mundo árabe (CHOMSKY, 2004, p.11-24).

Os ataques aos Estados Unidos fizeram com que fosse intensificada a idéia de missão moral que os norte-americanos teriam para com o mundo. Um ideal de superioridade que não parecia tão sólido desde a guerra do Vietnã, quando tal ideal sofrera sérios abalos. A partir dos ataques sofridos, passa a ser bastante difundido, outra vez, aquele imaginário de que os Estados Unidos são invejados por serem superiores (ZIZEK, 2003, p.13). Eles se perguntam “porque os odeiam tanto se eles são tão bons?”. Os analistas do império se apegam a uma resposta confortável e que levanta a auto-estima dos norte-americanos, dizendo que o amor à liberdade e à democracia, assim como aos nobres valores, causam despeito entre aqueles que não conseguem se inserir de maneira eficaz dentro de um mundo globalizado devido à debilidade de suas instituições.

³⁷ No dia 11 de setembro de 2001, acontecem ataques terroristas às Torres Gêmeas, no World Trade Center, em Nova Iorque, e também ao Pentágono, em Washington. Todos estes ataques realizados por aviões de passageiros são atribuídos ao grupo terrorista Al-Qaeda, comandado por Osama Bin Laden. Entre os principais motivos destes ataques, estaria a presença incomoda dos Estados Unidos no Oriente Médio, em especial na Arábia Saudita, terra natal do líder daquele grupo. E também contra a de retaliações sofridas pelo Iraque após a Guerra do Golfo.

É compreensível que esses movimentos (terroristas) criem grande nervosismo entre as pessoas comuns, sobretudo nas metrópoles do Ocidente e especialmente quando os governos e a imprensa se empenham em gerar um clima de medo, para alcançar seus próprios propósitos, e dão publicidade máxima às ações. É difícil lembrar que antes de 2001 a atitude-padrão, inteiramente racional dos governos diante desses movimentos visava “negar-lhes o oxigênio da publicidade” tanto quanto possível. Trata-se de um clima de medo irracional. A política atual dos Estados Unidos tenta reviver os terrores apocalípticos da Guerra Fria, quando já não lhe é plausível inventar inimigos para legitimar a expansão e o emprego do seu poder global (HOBSEAWM, 2007, p.136).

Os atentados às Torres Gêmeas foram amplamente utilizados para fazer com que as ambições imperiais, que já vinham sendo postas em prática nos mais diversos lugares do mundo, ganhassem fôlego. Agora, o governo estadunidense pode comodamente se colocar na posição de vítima, e, a partir daí, falar e agir. Os ataques conferiram-lhe o retorno àquela velha ideologia de superioridade moral e de defesa da civilização.

Até então, segundo o discurso civilizatório, as grandes mazelas e tragédias da humanidade só aconteciam em um lugar bem distante, chamado Terceiro Mundo. Estes episódios eram acompanhados à distância, pela televisão. O mundo subdesenvolvido era o *locus* privilegiado das catástrofes. Com o 11 de setembro, tais fatos, que antes possuíam uma dimensão fantasmagórica, invadiram a realidade dos norte-americanos, que antes possuíam a sensação de viverem em um mundo isolado e não conectado com as chagas existentes nos outros lugares do planeta. O ataque desferido dentro de seu próprio território foi sentido como especialmente trágico por isto. A grande maioria deles não se dá conta de que o modelo de globalização hegemônico levado a cabo pelas potências imperialistas, com ênfase especial pelos seus governos, ocasiona focos de resistência desesperadas entre os que não se vêem com forças suficientes para lutarem contra algo tão forte e tão onipresente em suas vidas. Não é usual se levantar a possibilidade dos Estados Unidos, tão nobre em seus valores e causas, ser apoiador de regimes de grande truculência, como é o caso de Israel, que violenta a Palestina há muitos anos. O 11 de setembro foi um acontecimento que emergiu como consequência de tal modelo de política externa. Foi um episódio catastrófico mas que deve ser inserido dentro de um contexto de severas antinomias criadas pelo imperialismo com sua lógica insensível aos apelos dos oprimidos.

Mas é de fundamental importância para os EUA difundir uma idéia que defenda que os ataques terroristas se deram contra a democracia e os valores civilizados. O Outro, como sempre, passa a ser reduzido a algo estigmatizado, um inimigo que defende uma visão de mundo degenerada e que deve ser extirpado da face da Terra. Contra este estranho, são empreendidos ataques militares que não devem oferecer resistência. Esta resistência organizada pelos inimigos é frequentemente interpretada como uma prova irrefutável de que a grande potência hegemônica está diante de uma entidade maléfica. Os oponentes, no mundo atual, são conhecidos como terroristas, ou seja, inimigos políticos que não estão alinhados às diretrizes norte-americanas, antagonizando-se com o imperialismo impulsionado pelo mercado. Dentro dessa lógica, a própria guerra é tratada como um ato humanitário, pois tem o intuito de promover a civilização, levando-a para os recônditos mais distantes. Em nenhum momento, procura-se fazer as conexões existentes entre os ataques às Torres Gêmeas e as injustiças das políticas imperiais porque, na ótica dos senhores do Império, tais políticas, ao contrário, são vistas como benéficas aos povos sobre os quais incidem. O 11 de setembro fez com que fosse decretado um estado de emergência que, na prática, trouxe um fundamental incentivo para que fossem intensificadas as ações do Império promovidas pelos EUA. Este fato foi útil para ajudá-los a delinear os inimigos que iriam trazer as motivações para as grandes ofensivas necessárias à consolidação do capital. Algo que eles procuravam desde a derrocada dos seus “grandes inimigos”: os comunistas.

O século XX fora um período em que os Estados Unidos ainda possuíam certos pudores em ultrapassar alguns limites no que diz respeito aos seus anseios de domínio sobre o mundo. Com o fim da União Soviética, não se tem mais tanta clareza acerca de quais seriam estes limites. A grande fonte que alimentou o alargamento da influência norte-americana no mundo, durante a segunda metade do século passado, fora a luta contra o comunismo e contra a expansão do poderio da União Soviética. O esforço despendido para este controle geopolítico é agora reeditado com toda a sua força na guerra contra o terrorismo. A *guerra ao terror*, como ficaram sendo chamados os empreendimentos bélicos levados adiante logo após os ataques. Para o grupo político neoconservador, tão influente durante a era Bush, os estadunidenses não devem abrir mão de utilizar a força que possuem, a despeito do que diversos outros países, e inclusive a ONU, julguem sensato, pelo simples fato de que eles têm poder suficiente

para isto. Isto justifica, em larga medida, as práticas bélicas contemporâneas. O mundo, então, assiste a uma aliança político-militar assumir as rédeas da ordem mundial, passando por cima de quem vier a se opor, levando adiante empreendimentos que garantem a satisfação dos seus interesses. Tudo em nome do que se consideram virtudes dignas de louvor, atreladas aos interesses imperiais, que servem como justificativa universal (CHOMSKY, 2003, p.57-70). Por mais que estas políticas encontrem opositores entre os chefes de Estado do mundo, estas oposições se manifestam apenas de forma verbal. Ninguém oferece maiores resistências na oposição ao imperialismo e à política externa norte-americanas. Temos o recrudescimento de uma cultura do medo que é, sistematicamente, posta em prática de forma a se impor uma vigilância sobre o mundo.

Estamos nos afogando numa onda de retórica política a respeito dos perigos terríveis que vêm do estrangeiro – a histeria das armas de destruição em massa, a inadequadamente chamada “guerra contra o terrorismo” e a “defesa do nosso estilo de vida” – e contra os inimigos externos mal definidos e seus agentes terroristas internos. Trata-se de uma retórica que visa mais arrepiar os cabelos do cidadão do que enfrentar o terror (HOBSBAWM, 2007, p.149).

O mundo afetado pela insegurança traz demandas de ordem e estabilidade, segundo a ótica neoconservadora. Tais demandas vêm alimentando projetos de dominação que são canalizados para as ações imperiais, de forma que venham a trazer o que é preciso para se conter os elementos considerados desagregadores.

O que trouxe o maior choque para aqueles que assistiram os atentados que marcaram indelevelmente a história do tempo presente e inauguraram o século XXI, não foram as dimensões da violência nem as atrocidades empregadas no ato. Isto nada possui de inédito. O que traz o grande impacto ao episódio, é observarmos a quem estas barbaridades foram endereçadas. Foi primeira vez na história que um país rico e desenvolvido foi atacado, com essas proporções, por alguma força advinda do Terceiro Mundo. Também há o fato de que, há quase dois séculos, os norte-americanos não conheciam ataques em seu próprio território. A nova ordem a ser implantada depois dos ataques às Torres Gêmeas, deve ser imposta unilateralmente ao mundo pelos Estados Unidos, que agora observam não mais serem invulneráveis aos seus inimigos, tendo que

lançar medidas mais efetivas contra eles. Sob um novo contexto e em novas circunstâncias, temos, então, uma reedição da guerra ao terror levada adiante na era Reagan.

A região do mundo que concentraria estes flagelos, seria o Oriente Médio. A força bélica deve ser aplicada de forma efetiva sobre aqueles que, agonizando em uma situação subalterna, levantam-se contra quem os oprime. Estes, sempre montados em todo um aparato industrial, bélico e midiático, procuram fabricar a legitimidade de seus atos de violência. Os casos de intervenções militares e ajuda a regimes golpistas e truculentos podem ser contados aos montes. O governo de Ronald Reagan havia levado adiante políticas muito típicas do Império, em que as forças norte-americanas excederam-se a todos aqueles que diziam estar combatendo, sob a justificativa do combate ao terrorismo³⁸. Agindo em conjunto com os meios de comunicação de massa, as arbitrariedades dos atos violentos praticados pelos estadunidenses são alardeados como grandes feitos, como podemos perceber ao observarmos o caso da Nicarágua, ainda na lógica da Guerra Fria, em que os EUA chegaram a ser condenados por uma corte internacional a pagar severas indenizações aos nicaraguenses, mas a imprensa em geral, controlada por empresas multinacionais identificadas com a lógica defendida pelos norte-americanos, ignorou este “detalhe”. Ainda na era Reagan, em 1982, Israel invade o Líbano, país foco da resistência ao imperialismo no Oriente Médio, promovendo um intenso massacre dos povos palestinos que lá viviam, principalmente nas cidades de Sabra e Chatila, que abrigavam refugiados. O agressivo sionismo de Israel contou com um forte apoio estadunidense, dando sinal verde para a prática de tais atos com a garantia de que não será imposta nenhuma sanção aos agressores.

Nos dias atuais, nós presenciamos a violência existente no Oriente Médio, que conta com a participação ativa dos governos norte-americanos, os quais compactuam

³⁸ Alguns casos de ações imperiais da era Reagan podem ser exemplificados aqui, como a invasão da ilha de Granada (1983), acusada de abrigar bases militares soviéticas. Algo absolutamente falso, um pretexto inventado por Ronald Reagan para impedir que se implementassem reformas sociais e democráticas na ilha, o que teve como resultado a retomada da tutela de Washington sobre ela. Outro caso é o do Panamá (1989), que queria retomar a soberania do canal do Panamá após o fim dos acordos do canal. Algo intolerável para os Estados Unidos que não abriam mão de ter o controle deste ponto estratégico para o comércio e as comunicações, o que acarretou em bombardeios que mataram cerca de 4 mil civis. Em El Salvador (1980), bilhões de dólares foram destinados a grupos paramilitares para a caça a grupos políticos de esquerda. No fim da guerra, cerca de 70 a 80 mil pessoas haviam sido dizimadas.

com regimes truculentos para garantir a preservação de seus anseios de dominação, causando um forte impacto sobre a cultura árabe. As vidas dos oprimidos não possuem nenhum valor. Qualquer iniciativa que estes esbocem para levantar a cabeça e resistir à opressão, resulta em violenta repressão, que possui fins “pedagógicos”, procurando ensinar os mais fracos a obedecerem.

Os ricos e poderosos têm todo direito de exigir que sejam deixados em paz para conseguir desfrutar do que conseguiram, geralmente pela violência ou por atos terroristas; o resto do mundo pode ser ignorado, desde que sofra em silêncio, mas, se as pessoas se intrometerem na vida dos que governam o mundo por direito, “os horrores da terra” cairão sobre elas com uma fúria justificável (CHOMSKY, 2006, p. 41).

As ações do Império buscam fazer com que os países ricos possam usufruir de suas riquezas sem aborrecimentos. Para tanto, as estratégias para a manutenção do medo e da tensão estão sempre dentro do raio de possibilidades. Em suma, o alinhamento à ordem dos dominantes é o que garante a inclusão, ainda que submissa, dos mais fracos. Submissão esta que, não existindo, torna-se motivo para mais intervenções e arbitrariedades. Assim, podemos ter noção da importância de que vigore a lei do mais forte, que nos faz observar com mais propriedade o caso dos bombardeios do Afeganistão³⁹ após os atentados de 11 de setembro, em que a força foi utilizada menos como um meio para evitar novos ataques terroristas do que para exibir o poderio de uma potência que teve o seu orgulho ferido. Poucos são os indícios de que os atentados sofridos pelos Estados Unidos foram intelectualmente planejados pelo Afeganistão, mais escassas ainda são as provas de que o Estado afegão tenha participado de sua implementação, mas nada disto foi suficiente para evitar os bombardeios.

Osama Bin Laden, considerado o mentor dos ataques terroristas às Torres Gêmeas, passou a ser caçado pelos Estados Unidos, que queriam tornar legítimo o seu

³⁹ A guerra do Afeganistão foi consequência direta dos ataques do 11 de setembro: tinha o propósito imediato de, literalmente, se vingar o 11 de setembro e capturar o então responsabilizado pelos ataques ao World Trade Center, Osama Bin Laden. As intenções subjacentes a esta empreitada diziam respeito ao controle do centro asiático, uma zona estrategicamente muito importante, por estar em meio a centros produtores de recursos energéticos.

direito de revidar. Ele fazia parte de um grupo de fundamentalistas islâmicos treinados pela CIA no período de Guerra Fria, mais precisamente na guerra do Afeganistão contra a URSS (1979-1989), mas que depois se virou contra o império que sufocava o povo árabe. Esta política da desforra, se fosse realmente séria e digna de validade, tornaria legítimo o direito de os palestinos bombardearem Tel-Aviv⁴⁰, assim como o direito de cubanos⁴¹, nicaragüenses⁴², sudaneses⁴³, vietnamitas (caso já discutido antes) entre diversos outros países, bombardearem Washington. As leis internacionais dos organismos reguladores das relações externas permitem o ataque apenas como auto-defesa e não como uma forma de vingança. Se a guerra contra o Afeganistão não teve sua legalidade garantida pelos organismos competentes, o ônus da quebra desta regra

⁴⁰ Nos referimos aqui à Questão Palestina, que envolve conflitos entre o movimento sionista e o nacionalismo palestino, agravados após a criação do Estado de Israel dentro do território palestino, em 1948, o que gerou conflitos entre os dois povos. Israel contava com o apoio norte-americano enquanto a Palestina era apoiada pela Liga Árabe, uma organização de Estados Árabes que possuía o intuito de aproximar os vínculos sociais, culturais e econômicos entre estes países. Israel, além de vencer os primeiros conflitos contra os palestinos, se apoderou de um território maior do que o que havia sido designado pela ONU, o que deixou um milhão de palestinos desabrigados e muitos problemas que tornaram aquela região bastante problemática. Ao longo do século XX, vários conflitos foram levados adiante entre os dois lados. As invasões territoriais israelenses acabaram fazendo com que o Estado palestino se desintegrasse, gerando imensas legiões de refugiados. O apoio militar dos Estados Unidos faz com que as forças de Israel sejam incomparavelmente superiores, praticando o uso desproporcional da força contra a população palestina, assim como contra aqueles que lhes dão apoio. Muitos foram os abusos de poder do Estado de Israel ao longo do século XX. Atualmente os palestinos continuam sendo uma nação sem um Estado, dando prosseguimento à luta contra o poderio militar e geopolítico de Israel.

⁴¹ Quando a ditadura de Fulgêncio Batista, apoiada pelos EUA, ruiu, o governo norte-americano se recusou a reconhecer o novo governo instaurado, que contrariava os seus interesses. Cuba passou a ser alvo do ódio estadunidense, que não admitia ter perdido o controle sobre a ilha, ainda mais no contexto da Guerra Fria. Desta maneira, a CIA planejou uma série de ataques contra Cuba, sendo o mais expressivo o acontecido na Bahia dos Porcos em 1961, em que foram planejados ataques ao país caribenho por meio de dissidentes políticos do regime instaurado. Mas tal empreitada não contava com apoio popular em Cuba, o que fez com que a agressão não surtisse efeito. Logo após, outras agressões e tentativas de sabotagem ao governo cubano foram realizadas e receberam a denominação de Operação Mongoose.

⁴² Com a derrubada da ditadura da Nicarágua, em 1979, subiu ao poder um grupo chamado: Frente Sandinista de Libertação Nacional, que vinha fazendo reformas democratizantes nas instituições nicaragüenses. Os Estados Unidos, se opondo a tais políticas, passaram a financiar grupos armados, os chamados *contras*, para desestabilizar o governo nicaraguense. Uma verdadeira destruição de toda a infra-estrutura do país foi levada adiante com os bombardeios a hospitais, escolas, pontes, torres de transmissão de eletricidade, represas, além da morte de cerca de 40.000 pessoas. Estes crimes foram à Corte Internacional de Justiça, na qual a Nicarágua acusou os Estados Unidos de violarem as normas do direito internacional ao apoiarem a oposição armada na guerra contra o governo instituído.

⁴³ Os EUA bombardearam a principal fábrica de medicamentos do Sudão, em agosto de 1998, a mando de Bill Clinton, dando apoio a rebelião em Dafur. A estratégia norte-americana é fomentar os conflitos internos dentro do Sudão para logo poder se aproveitar deles.

deveria recair sobre os norte-americanos de forma igual à que acontece com os demais, e não apenas sobre aqueles que não são apreciados pelo poder hegemônico.

Salta-nos aos olhos que os conceitos de terrorismo, e retaliação são usados como termos que alimentam uma propaganda ideológica, pouco úteis para a compreensão das verdadeiras motivações que impulsionam o poder hegemônico. Tudo que se fala sobre terrorismo vem com o intuito de obter proveitos políticos e econômicos ao se tomar tais medidas. Isto estimula a elaboração de ações que se auto-proclamam defensoras da moral e dos mais estimados valores. Estas ações consistem no uso da força bruta no intuito de se alcançar os objetivos planejados. Tal prática não pode deixar de ser também considerada terrorismo unicamente por estar sendo executada pelos donos do poder. Como foi analisado no segundo capítulo, nos países democráticos onde se apregoa que a liberdade de expressão é válida, a cultura é organizada de forma a fazer com que não se difunda aquilo que seja incômodo aos interesses hegemônicos. Todo um sistema de manipulação da cultura e da história é desenvolvido pela mídia, de forma a fazer com que se forneçam as bases ideológicas necessárias para a legitimação das ambições imperiais. Aos inimigos destes países dominantes são atribuídas todas as mazelas que ocorrem na humanidade, tendo eles deliberadamente arquitetado ações que visam destruir a civilização. Segundo a lógica dos mais fortes, o terrorismo é um ato repulsivo apenas na medida em que for praticado por aqueles inimigos oficiais, ou seja, os que não estão alinhados aos interesses das potências hegemônicas e, muitas vezes, representam perigo para tais interesses. Quando a violência é realizada pelos Estados Unidos, isto é tratado como uma retaliação ou ato de defesa em prol do que entendem por direitos humanos (IDEM, p. 131).

A onda neoconservadora faz com que a realização dos objetivos de dominação norte-americana não encontre inibições para o uso da força, sendo os militares muito próximos e influentes nas decisões políticas dos governos norte-americanos. Isto os torna bastante comprometidos com o uso da violência como forma de controle do mundo. É algo sistemático em sua política externa e em suas relações com os que não possuem força para se defender. Tais intervenções são comumente alardeadas como ajudas humanitárias possuidoras dos mais valorosos e sinceros propósitos, no intuito de tornar o suposto beneficiado um alvo lucrativo para investimentos futuros. Desde a era Reagan, quando tivemos os primórdios do que podemos chamar de guerra ao terror, até

hoje, observamos um padrão civilizador muito característico da metodologia estadunidense:

Como é que se melhoram as condições de investimentos em um país de Terceiro Mundo? uma das melhores maneiras é assassinar os organizadores sindicais e os líderes camponeses, torturar padres, massacrar lavradores, solapar programas sociais e assim por diante (CHOMSKY, 2005, p. 60).

Observamos algo que se enquadra dentro daquilo que George Orwell chamaria de duplipensar, a capacidade de guardar em mente dois pensamentos contraditórios, aceitando ambos⁴⁴. Sob a égide dos direitos humanos e dos valores ditos civilizados, os EUA empreendem atos bárbaros e sanguinários, julgando-se autorizados a promover arbitrariedades em seu favor. Vemos, mais uma vez, o ideal de civilização lastreado na lógica econômica produzir conseqüências desastrosas para as pessoas que habitam o mundo subdesenvolvido. No caso dos ataques ao World Trade Center, nós flagramos uma sombria afinidade nos discursos de Bush e Bin Laden. Ambos justificam o uso da violência para extirpar o mal dos seus respectivos domínios⁴⁵.

Os ataques militares empreendidos no Oriente Médio vêm tentar estabelecer novos paradigmas para o uso das ações militares. O advento da guerra preventiva, nos moldes que indicam as diretrizes deste planejamento, dá carta branca para que os Estados Unidos entrem em guerra com quem quer que seja, conforme sua conveniência.

⁴⁴Para conhecer mais sobre o conceito de duplipensar, cf. (ORWELL, 2009).

⁴⁵ Existem rumores de que os ataques de 11/09 foram uma encenação promovida para beneficiar interesses que há muito vinham se desenvolvendo. São conhecidas as antigas e íntimas relações entre a dinastia Bush e a família de Osama Bin Laden, dona de uma das maiores construtoras do Oriente Médio. A primeira empresa de petróleo de George W. Bush, a Arbusto, foi financiada pela corporação do líder do grupo Al-Qaeda, culpado pelos ataques. Não é para menos que, no anúncio à invasão do Afeganistão, Bush ordenou a retirada das referências à construtora árabe. Esta postura tão cordial diante desta fiel parceira nos negócios também pode explicar porque os familiares de Osama bin Laden foram retirados às pressas dos EUA, sem se sujeitarem às rigorosas normas de segurança impostas nos aeroportos. Além disso, é público e notório que os setores mais agressivos do imperialismo já almejavam há tempos ocupar países estratégicos, preocupados com a grave crise energética e motivados pelo aumento do poder geopolítico dos EUA no planeta. Estas idéias já estavam presentes no governo de Bush-pai no documento Orientação da Política de Defesa, de 1992, que, inclusive, sugeria a invasão do Iraque. Os atentados serviriam somente de pretexto para reeditá-las. O documentário *Fahrenheit 9/11*, do cineasta Michael Moore explora a possibilidade de George W. Bush e Osama Bin Laden estarem mancomunados.

A ação no Iraque esteve de acordo com estes novos princípios, ignorando todo um mecanismo jurídico internacional construído dolorosamente após a Segunda Guerra e que, mesmo possuindo suas fragilidades, vinha obtendo alguns avanços. Grande parte dos que acompanham o desenrolar do panorama geopolítico internacional se assombra com a banalidade com que os norte-americanos ferem os regulamentos e tratados internacionais estabelecidos no pós-guerra, tratados estes que serviriam para evitar que o mundo venha a passar por mais horrores comparáveis aos que já haviam acontecido. O direito que os Estados Unidos proclama de possuírem, de estarem liberados para a auto-defesa preventiva, faz com que seja legítimo levar adiante ataques àqueles que se imagina reapresentarem perigo. Isso os coloca em conflito com a Suprema Corte Internacional de Justiça⁴⁶. A jurisdição desta Corte vem a se tornar incômoda para os anseios da grande potência e isto pode colocar o mundo em risco. A definição de crime que ainda vigora e que sempre vigorou no fim das contas, é a que abarca os crimes praticados pelos outros e não pelos próprios estadunidenses.

Os Estados Unidos, ao verem as Torres Gêmeas desabarem, se sentiram com portas abertas para fazer o que fosse necessário para se manter e intensificar a sua hegemonia. Isso pode trazer sérios problemas para o mundo como um todo. O aprofundamento da ordem que eles querem implantar, leva-os a se considerarem isentos de seguirem as normas do direito internacional, colocando-se como aptos a agir com políticas de agressão e violência.

A política externa a partir dos ataques traz à tona sérios problemas nas relações internacionais. O mais grave deles é o fato de os EUA serem extremamente rigorosos com as infrações dos outros, mas rejeitarem, como se fossem irrelevantes, as mesmas regras quando estas devem ser aplicadas a si próprios. Segundo a doutrina Bush⁴⁷, Estados terroristas ou que apóiam terroristas devem ser retaliados. Isto é válido apenas para terceiros, pois o Estado norte-americano, que já foi condenado por terrorismo por uma corte internacional, como já foi referido, não se considera no rol dos países que eles perseguem. Analisar a política empreendida como beneficiada por dois pesos e duas medidas seria pertinente, mas precisão maior poderíamos considerar propondo a

⁴⁶ A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas e tem por objetivo resolver os conflitos políticos, emitindo seus juízos sobre questões internacionais.

⁴⁷ Doutrina que faz os Estados Unidos darem a si mesmos o direito de atacarem preventivamente quem considerar um potencial inimigo.

idéia de que um único padrão é imposto, uma regra única que diz: tudo para os Estados Unidos e guerra a quem a eles se opuserem. O terror que vem de fora, é o mal supremo, mas o terror estadunidense se passa por inexistente ou justificável em nome de bons ideais. Aqueles que se vêem sufocados pelo poder hegemônico não dispõem de outra forma de resistência a não ser o terror. O tempo presente, marcado pela proeminência de uma única potência mundial, traz o triste fardo de se ver modelada, arbitrária e violentamente, de acordo com as concepções de mundo ditadas pelos EUA. Estes se vêem no direito de desfrutar de vários privilégios por terem se auto-proclamado os guardiães da paz mundial. Podemos concluir que, no essencial, as ações estadunidenses pós-11 de setembro não mudariam muito em relação ao já havia ocorrido sistematicamente no século XX. Tais guerras podem ser vistas como fruto do imperialismo norte-americano, sendo empreendidas há várias décadas e abrangendo os mais diversos lugares do globo, sendo o Oriente Médio um dos alvos privilegiados (ALI, 2002, p. 355-399).

A reação do governo norte-americano aos ataques é avaliada a partir da lógica do Império. Deve-se procurar aproveitar, da melhor forma possível, o ensejo para que sejam eliminados todos os inimigos que possam existir, fazendo com que possam ser alargadas as ações que contribuam para a intensificação da transferência de riquezas para a minoria desenvolvida, lubrificando as engrenagens que movimentam a globalização hegemônica.

Isso aguça o nosso olhar para o problema das reservas energéticas existentes no Oriente Médio, de fundamental importância para os interesses dos *yankees*. Sabemos o peso determinante que o petróleo possui nas motivações para a guerra, sendo este um recurso de imprescindível relevância, cujo controle propicia a possibilidade de um eficaz domínio sobre a economia mundial. As necessidades de obter o controle destas reservas, liderando com folga o mercado mundial de tal produto, irá fazer com que seus possíveis concorrentes possam ser seus dependentes. O Iraque é possuidor de uma das maiores reservas petrolíferas do mundo⁴⁸, algo que atrai muita atenção dos norte-americanos. O controle sobre tais recursos é um trunfo enorme para quem os detém. É

⁴⁸ Pouco antes da guerra, em 2002, os dados mostravam o Iraque como a segunda maior reserva de petróleo do mundo, responsável por 10,7% da produção mundial. A Arábia Saudita, principal aliado dos Estados Unidos na região, eram os possuidores das maiores jazidas com 25, 0% do total mundial.

uma riqueza de inestimável valor para o desenvolvimento do padrão ocidental de civilização, calcado na lógica instrumental e na racionalidade econômica. Não há possibilidade de desenvolvimento de uma grande civilização sem existir uma considerável reserva de recursos energéticos. Para a mentalidade hegemônica, é inconcebível que estas reservas estejam localizadas sob o domínio de povos tão desprezíveis. Os milionários que dirigem o mundo, são inconformados com o fato de recursos tão valiosos estarem sob posse de árabes considerados insignificantes.

O domínio sobre estes poços petrolíferos traz para os EUA uma considerável vantagem sobre os seus concorrentes econômicos, na medida em que poderão ter o controle do preço sobre o principal recurso energético que coloca em movimento a economia mundial. O controle das reservas de petróleo visa quebrar a espinha dorsal da economia das grandes potências que possam oferecer concorrência ao poderio norte-americano. Isso nos ajuda a entender o pacifismo europeu nas condições que estão postas. As facilidades econômicas e energéticas que o petróleo pode oferecer aos Estados Unidos, são a grande ambição a ser saciada. Quem tem o controle sobre as reservas de petróleo do mundo, assegura controle sobre a economia mundial. Este é o pano de fundo evidente de toda esta política de combate ao terrorismo e eclosão de guerras humanitárias, pois os direitos humanos, nos moldes aqui tratados, só são levados em consideração na medida em que consolidem práticas úteis ao mercado⁴⁹. Fora deste âmbito, os interesses hegemônicos consideram inútil a sua existência. Para tanto, o estabelecimento de novos padrões para o uso da força, elaborados na Estratégia de Segurança Nacional do governo Bush, vêm a cair como uma luva para as pretensões imperiais. A Guerra do Iraque é um fruto da nova ordem imposta pelos Estados Unidos da América.

Em 2002, George W. Bush lança a sua Estratégia de Segurança Nacional, Com ela, os Estados Unidos alteraram os padrões de política externa típicos da Guerra Fria e do final do século XX, baseados na contenção ou na tentativa de dissuadir os adversários. De acordo com esta estratégia, também conhecida como Doutrina Bush, os

⁴⁹ Os direitos humanos, observados sob o prisma liberal, defendem as liberdades individuais como o mais elevado pressuposto ético a ser preservado. A referência maior desta liberdade, segundo o liberalismo em vigor, estaria no mercado. Esta concepção favorece aqueles que possuem capacidade de consumo em detrimento de grande parcela da humanidade. Esta é a lógica da sustentação às concepções hegemônicas de direitos humanos.

EUA têm o direito de intervir em países que abrigam ou dão alguma espécie de apoio a grupos terroristas, incluindo a possibilidade de guerra preventiva contra aqueles que possam oferecer alguma suposta ameaça aos norte-americanos. Além disso, estabelece que os Estados Unidos não permitirão a ascensão de qualquer potência estrangeira que rivalize com a enorme dianteira militar dos norte-americanos, alcançada desde o fim da Guerra Fria e a derrocada da URSS. Estabelece, também, o compromisso do governo norte-americano em auxiliar países cujos governantes incentivem a liberdade econômica, numa indicação clara de que os países devem abrir ou intensificar a abertura de seus mercados, adotando de forma intensa o processo de globalização. Elaborada após o 11 de Setembro, essa estratégia, de fortes traços políticos e militares, veio intensificar a unilateralidade da hegemonia norte-americana no mundo, objetivando impedir que qualquer outro país possa rivalizar com os Estados Unidos e apontando para um alargamento dos interesses econômicos deste país, relacionados ao controle das grandes reservas de petróleo do mundo assim como a um maior poder de influência sobre o Oriente Médio. A consequência mais imediata disso foi o enfraquecimento dos organismos supranacionais, em especial a ONU. Aliado a um forte sistema propagandístico, tal projeto ratificou a necessidade de se levar adiante uma guerra contra o Iraque. Certamente um projeto bem arquitetado de propaganda e manipulação pública é uma forma eficiente de se convencer que aquilo que está sendo empreendido, é uma luta pela civilização. O combate ao terrorismo é de fundamental importância para o exercício destas pretensões, o que legitima a busca pela hegemonia através do uso da força. A imposição do poder se torna, então, mais fácil de ser conseguida. O advento da guerra preventiva em relação ao Iraque pode trazer o começo de uma era sombria, pois trata-se de algo agressivo e bastante ameaçador, que traz a oposição da própria ONU em relação à forma extrema como o unilateralismo norte-americano vem sendo implantado. A grande meta a ser alcançada com esta estratégia, é fazer sucumbir tudo aquilo que possa ser interpretado como ameaça ao poder estadunidense, por mínima que seja. Em tempos de guerra ao terror, ela torna-se adequada para a mobilização dos meios para repressão. Tal projeção do seu poderio no cenário geopolítico internacional alarga as suas possibilidades de conseguir mercados e recursos estratégicos. O sistema econômico mundial deve ser necessariamente aberto ao poderio imposto por Washington, intolerante a qualquer forma de oposição aos seus desígnios.

Planeja-se que a mudança de regime a ser implementada no Iraque deva ser algo de impacto, que cause transformações em todo o Oriente Médio. Uma democracia de mercado nestes territórios seria algo exemplar e reforçaria o poder imperial norte-americano. Grandes potências econômicas como China, Japão, Alemanha e França possuem uma grande dependência do petróleo do Oriente Médio, sendo o Iraque pré-Saddam cortejado por estes governos, sequiosos por facilidades energéticas. As doutrinas em que se lastreia o domínio imperial, vêm se consolidar através do uso do poder militar. Torna-se assustador que o país que apresenta, de longe, o maior poderio bélico do mundo, venha delineando uma política externa com contornos extremamente truculentos. A espoliação praticada pelos EUA imperial deve ser acompanhada pelo discurso de que este está proporcionando um benefício àquele povo que está sendo agredido. Ao convencer os críticos de que o que se busca, é levar a liberdade, um governo decente e o mercado, assim como todas as maravilhas do mundo civilizado, procura-se cobrir os acontecimentos com qualidades morais (CHOMSKY, 2006, p.70). Os ideais em questão ascendem juntamente com a modernidade, criados com a finalidade estratégica de garantir às potências hegemônicas a primazia sobre as demais manifestações culturais. Tal discurso procura revestir de um aspecto legítimo as investidas contra o Iraque. Esta ocupação pretende abrir o mercado ao capital externo, sendo isto um traço marcante do projeto humanitário estadunidense. O mercado é um princípio sagrado para os norte-americanos, seu fomento consta na própria Estratégia de Segurança Nacional. O livre comércio, de acordo com as regras e diretrizes idealizadas por Washington, é um meio de redenção da humanidade, um princípio moral a ser defendido e que justifica os esforços empreendidos em seu favor. Os Estados Unidos, segundo sua própria concepção, são os mais apropriados para levarem adiante tal defesa.

Partindo-se da lógica definidora da auto-defesa preventiva, na qual os EUA se concede direito de ataque por conta de uma possível conduta agressiva daqueles que são considerados inimigos, países como Cuba poderiam também empreender um ataque contra a grande potência, pois já foi e continua sendo vítima de muitas conspirações. Também o Irã e a Coreia do Norte estariam igualmente autorizados a bombardear os EUA, pois também vêm sofrendo hostilidades e ameaças nos dias de hoje.

O direito internacional, instaurado no pós-guerra, prevê que a possibilidade de uso da força contra outras nações deve seguir certos padrões rígidos, se pretende ser

declarado legítimo. O recurso à guerra traz um pesado ônus de persuasão sobre aquele que reivindica o seu uso. Diante destes pré-requisitos que são julgados necessários para se entrar em um conflito armado, foi necessária a elaboração de outros meios de se alcançar a legitimidade ferida pelo posicionamento da ONU em relação ao uso da força contra o Iraque. Mas nada que o apelo à força dos ideais estadunidenses não pudesse contornar. Todo um aparato de engenharia propagandística é montado para se fabricar um consenso em torno da legitimidade da ação imperial. Isso foi incessantemente explorado para angariar o apoio da população, procurando fazer com que os demais países, onde sua influência cultural é forte também, venham a absorver aqueles valores que norteiam tais práticas (CHOMSKY, 2003, p. 64-95). Como analisado no capítulo anterior, a mídia organiza a cultura de uma forma favorável aos interesses de quem a financia, e a cultura histórica que circula nos meios de comunicação, está diretamente atrelada ao grande capital. Isto contribui para que seja criada uma naturalização desta intervenção feita no Iraque, trazendo um recado muito claro para o mundo: “aceitem nossa supremacia ou sintam a nossa força”.

O combate ao terrorismo veio a se manifestar como uma eficiente manobra estratégica arquitetada após o período de luta contra o comunismo trazendo as justificativas necessárias para se reforçar a americanização do mundo, podendo empreender suas intervenções em qualquer lugar do planeta. Um unilateralismo exacerbado que relega a segundo plano mesmo as outras potências ocidentais, como vimos acima. O objetivo que se torna patente, é fazer com que os Estados Unidos possam, sozinhos, governar o mundo. O pressuposto básico para ser considerado um aliado deste projeto, é simplesmente colaborar com a sua economia, fomentando um ambiente político em que as grandes multinacionais possam conseguir êxito nos seus negócios, sendo tudo aquilo que não promove tal condição, merecedor de diversas alcunhas associadas à delinquência, como “eixo do mal” ou “Estados fora-da-lei”. Como a grande força hegemônica possui interesses nos quatro cantos do mundo, os combatentes do terrorismo internacional podem incluir no seu rol de inimigos várias manifestações de grupos sociais contrários à ordem mundial sistêmica, usando da força para a repressão de movimentos anti-globalização, ou movimentos populares contra o desemprego, ou também contra a destruição de recursos naturais. Tudo isso pode vir a se encaixar na categoria “terrorismo”.

A insolvência do Iraque há muito tempo fazia com que as elites neoconservadoras possuísem planos para interferir militarmente naquela área. A espera de uma situação propícia para tal plano veio com a conjuntura existente no mundo após o 11 de setembro (HARVEY, 2004, p.159). A comoção causada com tal episódio foi muito bem usada para se atingir os fins estratégicos almejados. É muito frequente Saddam ser colocado compulsivamente como a personificação do Mal existente no Iraque, alguém cruel e sanguinário que não pode ser merecedor da menor confiança. É comum que se faça o próprio Iraque ser confundido com a figura do ditador Saddam Hussein. Com todas as atrocidades atribuídas ao ditador iraquiano, que têm procedência, mas sempre se omitindo, convenientemente, o fato de elas terem acontecido com o apoio norte-americano sob a forma de um silêncio convincente durante muitos anos. É muito comum que se atribua a Saddam a encarnação de toda a truculência que a barbárie pode gerar. Mas, ironicamente, nos anos oitenta, durante a guerra Irã-Iraque, o presidente iraquiano representava para o Ocidente a possibilidade de paz no Oriente Médio, mesmo após o episódio do ataque com armas químicas levado a cabo em 1988⁵⁰. As relações entre Saddam e os Estados Unidos eram as melhores possíveis até o momento em que aquele dirigente resolveu ir contra os interesses dos seus aliados e levar adiante uma política nacionalista. A partir de então, ele se tornou o Mal a ser combatido. As sanções recebidas pelo Iraque⁵¹ debilitaram fortemente o país, mas ajudaram Saddam a se fortalecer no poder, já que o povo iraquiano veio a ser tornar

⁵⁰ Com a revolução islâmica no Irã, em 1979, o poder político ficou nas mãos dos xiitas, o que enfraqueceu a posição geopolítica estadunidense no Oriente Médio devido ao seu teor radicalmente anti-ocidental. Os sunitas, que não defendem o Estado teocrático, também se sentiram ameaçados pela força da revolução iraniana, sendo Saddam Hussein, líder sunita de um país majoritariamente xiita, o principal opositor regional ao regime iraniano. Tal confluência de interesses fez os Estados Unidos estabelecer estreitas relações com Saddam, sendo este considerado um grande líder a favor da democracia naquela região do mundo. O controle interno do Iraque, devido às circunstâncias, só poderia ser exercido através da forte repressão, levada a cabo com o apoio logístico estadunidense. As armas químicas, tão alardeadas como justificativa para a atual guerra, apareceram no Iraque nesta época. Seu uso não foi condenado pelo governo estadunidense, que apoiava as ações empreendidas por Saddam. Em 1988, procurando aproveitar a guerra do Iraque contra o Irã, os curdos retomaram sua luta nacionalista contra o líder iraquiano, que, na ocasião, mandou atacá-los com armas químicas, sendo isto feito com o aval da Casa Branca. Este fato seria depois utilizado para demonizar a figura do ditador iraquiano e justificar a guerra do Iraque em 2003.

⁵¹ As sanções ao Iraque se constituíram em um embargo financeiro e comercial, além de pesadas multas indenizatórias como retaliação pelo fato de esse país ter sido responsabilizado pela Guerra do Golfo. Tais sanções possuíram um efeito catastrófico sobre a população do país, destruindo os sistemas de saúde e educação, que eram de boa qualidade, além de trazer fome e penúria a milhões de pessoas. Estima-se que tenham morrido 1 500 000 iraquianos vítimas das sanções.

mais dependente. O poderio bélico do ditador evidentemente se definhou e, no momento dos ataques às Torres Gêmeas, sua capacidade de representar alguma ameaça à paz mundial era desprezível.

. Como vimos, o controle sobre os recursos energéticos do mundo é um trunfo nas mãos de quem o possui. A guerra do Iraque remete diretamente a este contexto, no qual o poder hegemônico lamenta a posse de recursos tão importantes para o mundo civilizado nas mãos de povos considerados inferiores. Observamos como a difusão dos clichês orientalistas possuem uma grande adesão entre aqueles que se interessam em levar adiante a intervenção. Todos estes clichês estão impregnados de discursos prontos, que inferiorizam os povos a serem conquistados (SAID, 2006, p.167). São produtores de simplificações que estimulam soluções convenientes. Propaga-se, peremptoriamente, que os árabes são inferiores, incapazes de desenvolver valores que priorizem a vida. São intelectualmente menores e considerados seres subumanizados. Por isso não têm condições de desenvolver-se a ponto de dar um bom destino aos recursos que possuem, tendo a necessidade de serem monitorados por uma potência que seja responsável. Evidentemente, trata-se de uma idéia perversa, pertencente ao aparato ideológico dos neoconservadores, que atribuem aos árabes a responsabilidades pelas mazelas sofridas. Isto é algo fortemente defendido por este grupo político que não leva em consideração os efeitos catastróficos do seu imperialismo sobre o resto do mundo.

O uso das manifestações de racismo acima expostas é algo bastante difundido em toda a tradição imperialista ocidental⁵². O próprio universalismo pretendido da civilização europeia é uma forma de racismo produzido pelos ocidentais. Desde que o capitalismo começou a se expandir ao redor do mundo, a forma como se deram as hierarquizações entre centro e periferia do cenário geopolítico mundial, foi baseada na alegada incapacidade dos povos subalternizados. Mesmo estando travestido de intervenção humanitária, não se consegue esconder as pretensões de superioridade branca. Esse racismo é que pode ser facilmente constatado ao se verificar os

⁵² O racismo é um forte aliado da acumulação no capitalismo capitalista, servindo desde os seus primórdios como um de seus elementos constituintes. O racismo, que fez populações negras e indígenas serem escravizadas e dizimadas nos primórdios do imperialismo moderno, é uma expressão ideológica do sistema, que, colocando os atos de agressão imperial como trabalho civilizador, vem a justificar suas ambições de forma escamoteadora. Antes, existiam componentes religiosos e biológicos para a justificação do discurso racista, hoje ele perpassa a esfera cultural e moral. O fato é que existe uma continuidade das perspectivas racistas desde os tempos de escravidão até as guerras imperiais, como o caso do Iraque.

planejamentos para a guerra empreendida no Iraque, onde se estima uma faixa aceitável de 250 mil mortos civis com bastante naturalidade, enquanto as 3 mil mortes no World Trade Center é considerada a pior das barbáries⁵³. A idéia da existência de uma cultura digna de relevância entre os árabes, com identidade e tradições próprias, é algo inimaginável para os hegemônicos. Tais povos são sempre observados como terroristas irracionais e violentos, que estariam sempre prontos para praticarem os mais cruéis atentados contra a civilização, consequência de sua suposta “maldade natural”. Desta forma, a riqueza cultural do Iraque é ignorada pelos discursos dominantes:

O Iraque é uma civilização contínua que data das milenares Suméria, Assíria e Babilônia. [...] Não esqueça que o Iraque foi a sede do califado de abássida, o ápice da civilização árabe. O Iraque hoje ainda é vital à cultura árabe. Há um provérbio que diz que os egípcios escrevem, os libaneses publicam e os iraquianos lêem. Bagdá é certamente a capital artística do mundo árabe. E de todos os países, o Iraque é o mais favorecido com recursos humanos e naturais. Ele possui uma grande quantidade de água e petróleo. Tem uma classe média e profissional altamente desenvolvida, que foi gravemente enfraquecida pelas sanções. Não há uma consciência de quem foram as grandes personalidades na cultura iraquiana – os grandes escritores, artistas, pintores, escultores e cientistas. É somente um outro sinal do abismo que existe entre o mundo árabe islâmico, por um lado, e o Ocidente, por outro (IDEM, p.173).

O racismo é inerente àquele que conquista, que se coloca como naturalmente superior aos que são subjugados. É algo que encoraja e legitima a ação do conquistador. Toda agressão decorrente disso passa a ser vista como um favor à vítima para que ela possa conhecer o progresso. O ato de conhecer o Outro, o diferente, em suas particularidades e em seu contexto, como eticamente relevante, não é útil para as finalidades estratégicas presentes nas necessidades de poder e de fomento à economia.

Uma das condições para manter a saúde da economia de mercado é abrindo a economia do Iraque e fazendo-o desenvolver na lógica consumista que comanda o capitalismo contemporâneo. Este seria o resultado ideal para a guerra empreendida. Tudo seria patrocinado com o dinheiro do petróleo, que criaria a infra-estrutura ideal para os iraquianos desenvolverem o modelo de democracia desejado. A democracia é

⁵³ A mídia amplia esse número de acordo com sua conveniência. Havia muitos estrangeiros no World Trade Center, isso ajuda a construir o discurso de que o mundo foi atacado por um povo que não tem valores nem respeito pela civilização.

um bom motivo para se levar adiante esta guerra, desde que se coadune com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Se a democracia vier a procurar atender os anseios populares, provavelmente irão existir mais intervenções, como inúmeras vezes nos acostumamos a observar ao longo do século XX, em que inúmeros governos democraticamente eleitos foram derrubados pelas ações norte-americanas. A democracia ideal deve ser imune à interferência popular nos interesses dos ricos e dos poderosos. A soberania do Iraque deve ser circunscrita a certos limites, aqueles considerados convenientes. Os Estados Unidos propagandeiam como sendo este o caminho a ser seguido para o desenvolvimento. É utilizada uma grande pompa para alardear os benefícios que o seu estilo de vida pode trazer para a humanidade. Mas isto não é acompanhado de dados concretos sobre os benefícios que aqueles que estão imersos em tal lógica, sob sua influência, tiram deste estilo de vida. Os indicadores de qualidade de vida não corroboram com estes preceitos defendidos⁵⁴ (CHOMSKY, 2003, p.337) :

O colonialismo dos dias de hoje ocorre numa era de economia neoliberal, mas não pense em nenhum momento que a política neoliberal possa entregar no Afeganistão e no Iraque bens que ela é incapaz de fornecer em casa. Estas são pessoas que privatizam tudo em seus países natais, atacam provisões públicas na educação e na saúde – como criarão um serviço de saúde ou um sistema educacional no Afeganistão e no Iraque? Depois da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos só promoveram o Plano Marshall porque enfrentavam um sério rival – a União Soviética. Revoluções estouravam em todo mundo, na China, no Vietnã, na Indonésia e mais tarde Cuba. Eles precisavam colocar as reformas em vigor para tornar o sistema mais atrativo, mas agora os Estados Unidos não têm nenhum rival – tudo o que conta são o dinheiro e o lucro.

Dinheiro e lucro não dão ao povo do Iraque ou Afeganistão o que eles precisam ou desejam. A discutida reconstrução do Iraque seria feita em geral por firmas americanas; os franceses e alemães se opõem porque querem suas próprias companhias na competição – esta é a grande diferença entre os dois lados. No Oriente Médio, esta guerra

⁵⁴ No ano em que o autor escreve, o Iraque é tomado por vários distúrbios sociais que perpassam desemprego, desigualdade social, falta de serviços básicos, corrupção desenfreada, entre outros males que assolam o país. Não existe ainda, e não há previsão para que entre em vigor, um processo democrático neste país. A ocupação do Iraque foi baseada em discursos racistas e etnocêntricos, que procuravam viabilizar o aumento do poder norte-americano e para garantir a posse do petróleo. Nenhum dos objetivos declarados pelos Estados Unidos para iniciar a guerra foi alcançado e a situação social do Iraque é muito parecida com a dos países insurgentes da “Primavera Árabe”, onde o desemprego e a falta de recursos mínimos para a grande maioria da população alcança proporções alarmantes.

parece ser entre o norte e o sul – com diferentes facções do norte lutando pela sua parte do despojo (ALI, 2006, p.55).

Mas nada disso é suficiente para dissuadir os neoconservadores de sua idéia de que os Estados Unidos devem vir a ter o controle sobre o mundo, tanto cultural quanto militar e economicamente. Eles imaginam que o mundo deverá ser grato pelo desenvolvimento do capitalismo e do livre mercado. Existem muitas oposições a este ideal neoconservador, principalmente por parte dos europeus, que não contestam a superioridade ocidental nem suas bases, mas o mero fato de não conseguirem tirar para si próprios o proveito desejado. É verdade que a força tem sido muito mais fácil de ser utilizada pelos norte-americanos do que o consenso, algo que pode trazer sérias conseqüências negativas para a manutenção do seu poder. Ainda assim, a elite neoconservadora, tão influente nos anos Bush, preconiza que, no momento em que a ordem mundial planejada pelo poderio estadunidense estiver em vigor, não haverá mais motivos para oposição, os benefícios que o mundo virá a ter serão evidentes e incontestáveis. O livre mercado deve fornecer tudo que os homens precisam para que seja garantido o seu bem-estar. Mas as desigualdades e injustiças sociais que vêm se avolumando, não são incorporadas ao ângulo de visão dos neoconservadores, que proclamam os direitos humanos como a justificativa mais recorrente a estas guerras levadas a cabo pelos Estados Unidos. A ação militar é considerada redentora e viria trazer um bem que deve ser inalienável do ser humano, a liberdade:

Tanto Bush quanto Blair voltaram a apelar aos argumentos de que livrar o mundo de um ditador brutal mediante o recurso da força tinha sido moralmente correto e de que o julgamento da “história” lhes daria razão. Bush, em particular, passou a insistir que a dádiva da liberdade ao Iraque era justificativa suficiente. “A liberdade”, afirmou ele, “é a dádiva do Todo-poderoso a todos os homens e mulheres deste mundo, e, “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de disseminarmos a liberdade” (HARVEY, 2004, p.172).

Existe um forte componente religioso no discurso estadunidense, que se vê novamente recorrendo aos velhos pensamentos de que seu povo é eleito por Deus para comandar o mundo, sendo este expansionismo uma vontade divina, o principal herdeiro da modernidade e do ideal moderno de civilização, tão propagado entre as elites daquele

país. Desde os seus primórdios, os Estados Unidos desenvolvem uma concepção messiânica sobre seu poderio sobre o mundo, um destino manifesto⁵⁵ que os coloca como uma sociedade livre e democrática e que, evidentemente, seria superior às demais. Por isso, estariam consagrados a difundirem os seus costumes pelo mundo. O contexto dos ataques às Torres Gêmeas trouxe um vigor maior ao engajamento dos Estados Unidos na difusão e disseminação destes valores pelo mundo, juntamente com o mercado. As guerras que viriam a ser travadas a partir daí, vêm exemplificar estes esforços, incentivando uma verdadeira cruzada em prol do modelo norte-americano de democracia de mercado. A ausência de uma ordem mundial mais equilibrada dá o ensejo para que se possam ser levadas adiante intervenções baseadas nos projetos civilizacionais de uma minoria. Os EUA seriam uma sociedade modelo, cuja superioridade o mundo não-civilizado deveria reconhecer. Recorrem, sempre que necessário ao seu destino manifesto, que os coloca como principais herdeiros de tudo que a civilização produziu de melhor, reforçando o apoio dado à razão instrumental fundamentada no modelo da lógica econômica.

Esta última procura alardear que o problema existente no Oriente Médio seria caracterizado pelo choque cultural, em que as civilizações entram em conflito pela indisponibilidade dos árabes aceitarem os benefícios civilizacionais, por estarem atrelados a um arcaico fundamentalismo religioso islâmico que fomenta o atraso e a ignorância.

Com base no que foi exposto, entendemos que o problema principal do Oriente Médio não pode ser atribuído apenas ao choque de civilizações. Este choque existe, se inscreve em uma longa duração e apenas este aspecto enseja estudos específicos. Mas os conflitos existentes também manifestam uma reação ao expansionismo e ao imperialismo ocidental. O povo árabe, em geral, pretende ter o direito de controlar e ter posse de suas riquezas. Algo em que potências ocidentais, desde sua aproximação com o Oriente Médio, interferem, mobilizando esforços coloniais e ofensivas militares para impedir a autonomia e o nacionalismo árabes. O que os norte-americanos não se dão

⁵⁵ A doutrina do destino manifesto veio trazer a idéia de que o povo norte-americano é escolhido por Deus para levar a civilização às terras bárbaras. Foi uma concepção muito útil para que os EUA avançassem as suas fronteiras rumo ao oeste, principalmente na conquista de terras pertencentes ao Império Espanhol. Os benefícios que estes empreendimentos imperiais tiveram na formação deste país os fizeram construir uma auto-imagem de uma nação eleita para civilizar novas terras e prosperar economicamente, algo muito presente em suas ações imperiais ao redor do mundo.

conta, é do seu próprio fundamentalismo, o fundamentalismo que lastreia as suas ambições imperiais, de onde advêm todas as reações, muitas vezes desmedidas, contra o poder hegemônico. O poder militar e econômico alcançado pelos Estados Unidos da America é utilizado para remodelar o mundo conforme suas vontades, auto-designadas de moralmente superiores. As formas de resistência são extremamente alardeadas pela mídia e desqualificadas como sendo uma obra de fanáticos. O que não se noticia, nem se critica, é o próprio fanatismo de mercado (ALI, 2006, p.44), sob uma bem disfarçada aparência democrática.

Podemos compreender melhor os interesses dos Estados Unidos ao inseri-los em seu contexto de expansão. Perante os norte-americanos, é útil a seu governo que eles sejam bastante rígidos no cumprimento de seus objetivos e vão às últimas consequências se encontrarem algum tipo de resistência ao serem contrariados em seus interesses. A *guerra ao terror* é útil para os Estados Unidos, como foi a Guerra Fria contra a URSS, na medida em que eles têm novamente motivações para justificarem medidas repressivas que incluem racionalização da violência contra dissidentes de todo o mundo. A guerra ao Iraque é também uma demonstração do poder estadunidense, uma necessidade de mostrar ao mundo quem manda, tanto para os países não-alinhados mas também para os alinhados, porém críticos, europeus. As demonstrações de força e domínio baseadas no seu extraordinário domínio militar também formam o núcleo sólido das motivações da guerra. Tudo faz parte de um grande projeto de tomada da supremacia geopolítica mundial, em que certas consequências, como a domesticação dos movimentos sociais e a supremacia do dólar na economia-mundo, são evidentes. Outra ilação bastante útil aos objetivos hegemônicos seria o fim ou o enfraquecimento do fundamentalismo islâmico, ou o enfraquecimento de qualquer fundamentalismo que seja contrário ao seu próprio fundamentalismo mercadológico.

Tudo isso, assim esperava o governo norte-americano, promoveria a reconfiguração das forças políticas existentes no Oriente Médio, de modo que este pudesse colaborar com as pretensões de hegemonia ambicionadas pelos Estados Unidos. Os planos de Washington deveriam passar a servir de norma básica para a manutenção das relações internacionais. Destes planos, estariam como pontos centrais o poderio político, a influência ideológica e cultural assim como a potencialização dos rendimentos econômicos, alcançados através da defesa empedernida da lógica instrumental que rege o mundo moderno. Observamos os fortes indícios de validade das

antigas reflexões adornianas ao constataremos a lógica estratégica que permeia o mundo capitalista e fomenta uma defesa de uma administração econômica de cunho neoliberal, existente no contexto da globalização que vivemos, que assume fortes contornos de uma barbárie opressiva.

Em andamento, a difusão e popularização de uma cultura histórica que venha a contemplar a memória das lutas dos oprimidos, pode servir como um norteador de uma proposta ética que venha a se opor às concepções de humanitarismo e direitos humanos hegemônicas, servindo de resistência eficaz contra as agressões imperiais empreendidas, na medida em que se evita o apagamento histórico e a produção de inexistências, que são práticas inerentes ao discurso hegemônico. Podemos agora esboçar algumas reflexões a este respeito.

Porque a *Veja* não consegue ver esta perspectiva do conflito ocorrido no Iraque? Existe algo mais profundo nestas ocultações, uma cultura histórica sistêmica por trás disto, e seus fundamentos serão investigados no 4º capítulo.

4. O DISCURSO EM SEU PARADIGMA

As ocultações da *Veja* estão longe de serem inocentes. Por trás de suas destas ocultações, há todo um paradigma subjacente. Uma forte identificação com os traços basilares do paradigma moderno ocidental, que alimenta esta publicação tanto financeira quanto ideologicamente, fornecendo-lhe autoridade (DAVUTOGLU, 2004, p. 121). Vemos como este projeto civilizacional moderno, manifestando-se nas instituições educacionais como a mídia, atingem a sociedade como um todo. A subordinação aos interesses dos EUA faz a grande mídia do Brasil estabelecer relações de vassalagem com os norte-americanos, reproduzindo os padrões das notícias que são publicadas por seus grandes conglomerados.

A partir disto, vemos uma cultura histórica unidimensional, redutora das complexidades do mundo e territorializada nos padrões de civilização produzidos pelo Ocidente. O Outro é contemplado apenas como objeto da necessidade de implantar-se um projeto de civilização que fomenta os ganhos financeiros e mercadológicos. As forças econômicas que sustentam a publicação, possuem poder suficiente para produzir os seus próprios mecanismos de acumulação, promovendo uma educação para o capital, marginalizando as manifestações culturais que não se coadunem com o padrão hegemônico. Os “professores” que têm maior capacidade de influenciar a sociedade são os meios de comunicação de massa, dos quais faz parte a revista *Veja*. Ao responsabilizar-se por representar o paradigma moderno, se estabelece uma leitura reducionista e simplificadora da realidade, na qual todo o mal é associado ao Outro, que é sistematicamente desqualificado por não ser funcional aos poderes instituídos (ARBEX JR., 2003, p. 56-80).

O Ocidente é naturalizado como o ponto de referência, de onde emanam as verdades e os mais altos valores. A forma como isso se manifesta socialmente, está de acordo com a democracia de mercado e o liberalismo, fomentadores do mercado e da

concepção hegemônica de direitos humanos. A *Veja* reproduz uma visão de mundo fantástica, na qual não há nenhuma diferença entre o mundo árabe e o fundamentalismo islâmico, sendo todos os árabes reduzidos a isto. Para conte-los, é importante que se despejem “bombas civilizadoras” sobre os não alinhados, principalmente se estes não tiverem nenhuma condição de se defenderem. Existe um forte ímpeto dos poderes hegemônicos de promoverem a marginalização das outras culturas, destruindo aquelas formas de vida que se organizam em escalas de produção diferentes da grande indústria capitalista. Tais forças econômicas e meios de comunicação transnacionalmente estruturados criam uma articulação global de educação em massa. Este mecanismo se torna uma forte força que age no sentido da marginalização de valores e culturas que não estão alinhadas (DAVUTOGLU, 2004, p. 130). É dentro deste paradigma hegemônico que se pode considerar o discurso da não adequação do mundo islâmico como sendo resultado dos atributos inatos de incompetência e de falta de capacidade destes povos, que devem ser tutelados e monitorados pelos EUA. Pretendemos, neste capítulo, analisar o paradigma subjacente àquela cultura histórica produzida pela revista *Veja*, mostrando como ele veio se delinear a partir da construção da epistemologia moderna, que, na forma como veio a ser desenvolvida, induziu ao pensamento unidimensional.

Vimos no capítulo anterior amostras do expansionismo das potências ocidentais, em especial dos Estados Unidos. Procuramos analisar o papel que a ideologia hegemônica exerce para a dominação, através da investigação acerca da cultura histórica promovida por um determinado meio de comunicação atrelado aos interesses hegemônicos – o caso da revista *Veja*. Observamos o quanto a lógica econômica, decorrente da razão instrumental, molda o teor da cultura histórica que é socializado pelos meios de comunicação de massa. Procuramos, mais adiante, mostrar a dinâmica presente nos últimos séculos no que diz respeito à ação imperialista, apontando como a racionalidade instrumental se tornou decisiva para a realização dos projetos hegemônicos. Estas discussões foram de grande importância para que possamos por em debate o paradigma que está por trás da cultura histórica produzida, que inspira as práticas analisadas neste trabalho. Nosso olhar atenta agora para as características da modernidade que vieram a ser hipertrofiadas, especialmente as suas formas de instaurar os mecanismos de regulação, fazendo entender o quanto o que foi visto anteriormente neste trabalho, está intimamente atrelado ao modelo de

racionalidade que predomina desde a modernidade. Seguindo estes passos, é possível compreender como se processou a formação de um ideal de civilização que, neste capítulo, nos propomos a discutir e questionar.

4.1 A Configuração do Paradigma Moderno

Os primórdios da modernidade são marcados pela Revolução Científica, que se deu a partir dos séculos XVI e XVII, e no qual, grande parte do interesse humano veio a se voltar para um experimentalismo metodológico em relação aos fenômenos naturais, que se desdobrou em certas mudanças práticas na vida humana, deslocando-se o foco de uma ciência contemplativa. O espírito da Renascença e o seu humanismo trouxeram uma postura voltada para a confiança no discernimento humano, que seria capaz de ser atingido por conta própria, através do uso da Razão. Este saber produzido tinha a propriedade de ser cumulativo e a cada geração, ampliado. A idéia de progresso veio a se engendrar nestas condições, em uma Europa que passava por diversas transformações e descobertas, que influenciaram profundamente na maneira como os homens passaram a pensar o mundo, dando um forte impulso para se acelerar um processo que foi de fundamental importância na construção do paradigma moderno. As descobertas feitas e a ampliação das fronteiras do mundo conhecido colocaram em evidência o quão estreitas eram as concepções de mundo que vigoravam até então. O contato com novos lugares e novos mundos trouxe à tona a necessidade de se reelaborar a forma de produzir conhecimento, na medida em que os quadros mentais tradicionais não mais traziam satisfação às expectativas dos homens diante de tantas mudanças que vivenciavam.

A realização de diretrizes para uma reforma cultural foi estabelecida a partir da Revolução Científica que se processou a partir deste contexto que vivia a Europa. A ruptura desejada dizia respeito não só à maneira de viver dos homens como também ao modo de pensar diante de um mundo novo. A necessidade mais premente era de desenvolver novas formas de proporcionar o domínio sobre uma realidade nova e isso só poderia ser feito a partir do momento em que os velhos marcos culturais viessem a ser criticados e questionados. As transformações históricas necessárias visam organizar a cultura a partir do paradigma técnico-científico que havia sido recentemente inaugurado, trazendo uma nova forma de compreender as modificações nas condições

de vida a que a humanidade veio a estar exposta. Depois de tantas descobertas, o horizonte intelectual deveria ser necessariamente modificado. A acumulação de conhecimento é uma afirmação de um grande otimismo, que tinha base nas conquistas que a ciência e a técnica alcançaram, que, segundo a concepção dos que viveram este momento, forneciam provas suficientes da superioridade destes homens modernos em relação às gerações precedentes (ROSSI, 1989, p. 63-85).

Para entender como veio sendo forjada a supremacia do Ocidente, temos que procurar os alicerces sobre os quais se enseja esse poder. A epistemologia moderna diz respeito às questões referentes à produção de conhecimento e os instrumentos que são necessários para a sua apreensão. A existência da racionalidade, segundo esta filosofia, é algo evidente por si mesmo e traz a possibilidade de regulação da vida das pessoas. A ciência moderna desenvolve-se calcada no ideal de superioridade que o uso da racionalidade seria capaz de transmitir àqueles que dela se utilizassem para planejamento da vida. Desta maneira, o padrão de conhecimento seguro e útil seria estritamente delimitado para o ato de controlar o mundo, alimentando diversas utopias de felicidade e ordem para toda a humanidade. A Razão foi a entidade máxima a que a modernidade prestava culto. Na modernidade, foi elevada a um patamar antes jamais atingido, passando a servir de guia que iria transportar o homem à felicidade, e trazendo a oportunidade de emancipação humana. A emancipação pode ser entendida como o processo de libertação pelo qual a humanidade vem a perder os seus grilhões políticos, religiosos e econômicos assim como de qualquer coisa que possa servir de impeditivo para as pessoas realizarem plenamente as suas faculdades.

Esta racionalidade possuía uma característica bastante peculiar: ser tomada como absoluta e universal, o que pretendia potencializar demasiadamente as capacidades que esta faculdade humana poderia vir a possuir, almejando trazer segurança através do controle total da natureza e da sociedade. O universalismo das leis científicas e morais era a condição para a busca que seria empreitada em direção à emancipação. Ao senso comum, é atribuído um papel de pouco valor na hierarquização dos saberes que estava se engendrando. As ciências da natureza são as referências maiores que guiam a produção de qualquer tipo de conhecimento a respeito do mundo em que vivemos. Os parâmetros de cientificidade por elas formulados agiram em nome de um objetivo de expansão e domínio da natureza por aqueles que controlavam os mecanismos de funcionamento da ciência moderna. As ciências, ao elevarem os seus

parâmetros gnoseológicos como principal mecanismo de apreensão e conhecimento do mundo vivido, nos remetem à utilidade prática. Esta filosofia, que gradativamente veio adquirindo mais força, trazia em seu âmbito o estabelecimento da dualidade sujeito/objeto, promovendo uma radical separação entre aquilo que é conhecido(objeto) e aquele que conhece(sujeito do conhecimento). Neste modelo de produção de conhecimento, são estabelecidas as regularidades dos fenômenos, no intuito de desvendar-se as leis que lhes são subjacentes, buscando criar uma alta escala de previsibilidade (SANTOS, 2006, p.20-39).

A acumulação do conhecimento através dos tempos propicia essa idéia de progresso como algo inevitável, sendo o futuro mais promissor que o presente. A ordem seria prerrogativa de uma concepção de mundo mecanicista, que se estabelece ao voltar-se a sua preocupação para o que diz respeito à maneira como os corpos e objetos funcionam. Isso mostra a maneira como a realidade se faz inteligível para os homens.

A consciência que a ciência tinha de si própria, dizia respeito a um forte controle e regulação deste mundo vivido para que a humanidade pudesse prever e se antecipar às vicissitudes a que estamos sujeitos em nossas vidas, colocando-se a ciência como auto-legitimadora dos instrumentos de proteção do saber que ela própria produzia. O plano da ciência era se colocar na direção de todas as esferas da vida, atuando sobre elas em direção a sua racionalização, necessária para que se pudesse sair das trevas do senso comum, este visto como uma forma de conhecimento secundário e pouco útil para a vida, fomentador de ignorância e obscurantismo. A racionalidade científica se firma, com toda a força imperialista do saber que é produzido pelas suas instâncias epistemológicas, ao colocar-se como modelo para construção da civilização, desqualificando as demais formas de produção de saber como sendo inúteis. Essa construção permanente de conhecimento é um dado fundamental para o entendimento do progresso científico, em que cada um, nos limites de suas capacidades, poderia dar a sua parcela de contribuição para a construção do conhecimento. Isso passa a impressão de um caráter público e colaborativo do conhecimento científico. Paira uma idéia de que a ciência é democrática e não escolhe as pessoas que irão incorporar-se a ela e fazer parte do processo de produção e aprimoramento do que foi por ela produzido. O conhecimento torna-se cada vez mais perfeito, porém nunca completo. A racionalidade científica quer expandir seus tentáculos para todos os aspectos da vida humana. O saber, segundo os padrões aqui descritos, passa a ser sinônimo de emancipação. A emergência

desse padrão se deve a uma crise nas verdades que circulavam entre os pré-modernos. Diante da ampliação do mundo conhecido, descobrimento de outras terras, outros homens e outras naturezas, essa crise nas verdades que eram veiculadas entre os medievais, era inevitável. A Reforma protestante e a sua consequente valorização da ética do trabalho também foi um elemento de grande valor para que se migrasse de uma lógica contemplativa para uma lógica da ação prática, que favoreceu o estudo e a experiência científica, tendo como resultado imediatamente constatável a proliferação de produtos técnicos.

O progresso científico, como vimos, foi de fundamental importância para que estas reflexões acerca do destino da humanidade pudessem emergir. Imaginava-se que a epistemologia moderna, com a possibilidade de acúmulo de conhecimentos que veio a ser proposta, fosse o suficiente para fazer com que, em algum lugar do futuro, pudesse haver um controle total da natureza, o que implicaria em segurança e felicidade. Era esta a idéia que impulsionava os precursores do paradigma que estava, então, se instaurando. A modernidade trouxe uma associação direta entre razão e ordem, estes conceitos indicam idéias que deveriam ser de inestimável valor para a vida humana, trazendo aquilo que chamamos de progresso. A razão, faculdade que propicia a construção dos projetos filosóficos aqui discutidos, seria aquilo que teria a capacidade de trazer ao homem a orientação necessária para suas ações no sentido de efetivar uma possibilidade mais eficiente de intervenção no mundo. Seria um fundamento básico que estaria entre os alicerces essenciais caracterizadores da humanidade. Era o fundamento necessário que propiciaria a liberdade e livraria a humanidade dos pré-conceitos, dos mitos, das arbitrariedades e de tudo que pode trazer o aprisionamento humano a uma existência medíocre. Dizia-se que era pela expansão da razão que o homem poderia adquirir a capacidade de ter controle sobre tudo que pudesse fugir aos seus limites de previsibilidade. Promover-se-ia, assim, a vida, na medida em que se supunha que as formas de intervenção no mundo poderiam ser satisfatórias para as pessoas. Para tanto, a razão deveria ser um guia constante, que ajudaria a reconstruir um mundo com mais equidade.

A busca da ordem se torna o maior objetivo da atividade racional moderna. A ordem fornece segurança e afasta as mazelas que a sociedade pode comportar, seria através dela que poderíamos criar uma possibilidade de civilização que traria sofisticação da vida, fugindo da barbárie e das formas de vida mantenedoras de vícios

que tornam mais próxima uma condição de bestialidade entre as pessoas. A ação classificadora e esquadrinhadora seria, então, a chave-mestra para que a humanidade pudesse assumir a condição moderna e chegar, assim, à felicidade almejada. O fim da ambivalência social seria o ponto fulcral para a manutenção do projeto moderno. A ambivalência é o que deturpa e perverte a possibilidade de ordem, é a sujeira que a razão tem o dever de higienizar. Quanto mais rigorosa fosse a ação mantenedora da ordem, menores seriam os riscos de que os distúrbios fossem espalhados. A ordem é o que se precisa estimular para garantir a prevenção contra o caos. O homem, através da atividade racional, tem a capacidade de conhecer o mundo em que vive através de leis que suplantariam os mistérios de sua existência. Tratava-se de uma questão de exercício de poder que o paradigma do cálculo viria a propiciar para que fossem anuladas as incertezas e se vivesse uma homogeneidade que tratasse essas premissas da racionalidade como a única possibilidade de se alcançar a paz social. Ao lado do cálculo, estava a força, instrumento necessário para que fosse imposta a ordem. O ordenamento social era uma questão de força e poder, um projeto e uma ação correspondente que buscasse os fins e objetivos visados.

Vemos aqui a emergência de um modelo de racionalidade que se pretende global, negando o caráter racional de todas as maneiras distintas de se conhecer o mundo, àqueles que não se baseiam naqueles princípios que determinam a ciência, com características metodológicas e epistemológicas. As rupturas com as estruturas do pensamento medieval causaram muito espanto e otimismo naqueles que participaram ativamente do processo de construção de um novo paradigma, devido às inúmeras descobertas e ao progresso tecnológico que estava se tornando visível. O homem, a partir de tais mudanças, viria a ser aquele que exerceria o direito de posse sobre a natureza. A atividade científica é efetuada a partir da experimentação e da observação, fundadas em um ideal matemático. Isso significa que, para se conhecer algo, é necessário que haja medição e quantificação, sendo a natureza conhecida através de números, que trazem um incontestável rigor científico em suas medições.

De acordo com este paradigma científico, só é inteligível aquilo que pode ser quantificado e medido: tudo o que não puder ser transfigurado para uma linguagem numérica, não era digno de ser levado em consideração. O mundo caótico e complexo, ao ser dividido, sistematizado e classificado, torna-se inteligível, suas regularidades são medidas com rigor. O conhecimento produzido visa à formulação de leis a partir destas

regularidades observadas, no intuito de prever-se a maneira como irão se comportar os fenômenos futuramente. O mundo é encarado como uma máquina e a racionalidade procura desvendar os mecanismos de funcionamento aos quais esta máquina está submetida. A ordem e a estabilidade deste mundo são as condições para a transformação da realidade. Este determinismo mecanicista foi marcado pela imensa capacidade de transformar e de dominar. Estes planos foram de extrema utilidade para a burguesia que estava em ascensão neste período. Esta forma de adquirir conhecimento, engendrada pela ciência moderna foi socialmente favorável às pretensões da burguesia européia. Esta burguesia tinha uma sobrevalorizada auto-percepção e imaginava que uma sociedade, para alcançar o seu mais alto patamar de evolução, deveria ser controlada pelos seus interesses. Estes critérios de cientificidade logo seriam transpostos para a sociedade. Não só o controle da natureza seria necessário, mas também o controle social. Imaginava-se que, assim como era possível descortinar as leis que estavam subjacentes à natureza, também poder-se-ia fazer o mesmo em relação à sociedade. Com os espaços que a burguesia conseguiu conquistar, este modelo de racionalidade veio se tornar hegemônico no mundo ocidental.

No século XVIII, o ambiente intelectual favorecia a tendência de abranger estas reflexões que a metodologia da ciência propunha para o campo da política e da moralidade, podendo estas esferas serem estudadas por meio dos mesmos procedimentos de observação e predição que trouxeram a inteligibilidade da natureza. Os avanços científicos forneceram as diretrizes dos avanços intelectuais realizados neste século. Tal movimento de idéias veio fazer florescer o Iluminismo, que trouxe uma elaboração mais sistematizada do paradigma moderno. De acordo com os grande parte dos estudiosos deste movimento, o comportamento humano, a exemplo dos manifestações da natureza, são guiados por leis inteligíveis ao homem. Tais critérios de inteligibilidade que deram certo nas ciências naturais, poderiam também funcionar para o homem e para a sociedade. O discurso intelectual do Século das Luzes foi elaborado com base nos avanços que a racionalidade havia alcançado com a Revolução Científica, que iria trazer a prosperidade por via da Razão.

Os alicerces para uma melhoria nas condições de vida das pessoas estavam estabelecidos. O conhecimento, estabelecido através de uma rigorosa metodologia, era algo digno de apreciação, pois abria possibilidade de melhorias da condição humana. A filosofia que ganhou espaço neste período, trazia como objetivo maior o esforço para

trazer melhorias para o mundo, sendo a história um repertório de informações úteis para o estudo da sociedade, pois, através dela, haveria possibilidade de se estabelecer as regularidades e generalizações que eram necessárias para se alcançar a previsibilidade desejada. Isto se constituiu em uma arma poderosa contra as velhas estruturas políticas e intelectuais do Antigo Regime. A partir da investigação das leis do comportamento humano se pode chegar às leis da sociedade, análogas às leis das ciências naturais, o que tornaria a política e a ética passíveis dos mesmos progressos, e segundo os mesmos critérios, que a física obteve. Os filósofos iluministas trouxeram para si a responsabilidade de procurar trazer à tona estas verdades que seriam válidas para todos os homens em todos os lugares. O progresso da humanidade, segundo tal perspectiva em construção, traria um reordenamento nos usos e costumes, assim como no aparato político e econômico, de forma a adequar-se ao ordenamento que se pretendia universal (HADOCK, 1989, p. 105-117).

A ordem burguesa, com a emergência destes pressupostos, estava pronta para ser instaurada. O filósofo poderia investigar as regularidades do mundo social tão eficazmente quanto o físico explicava suas observações e experiências em termos científicos. Tal atmosfera carregava a idéia de que a natureza humana era algo que deveria ser investigado através da observação histórica, trazendo esclarecimento necessário para que fossem encontradas as regras e as disposições sócio-políticas necessárias para a reformulação da sociedade, o que traria o progresso e a felicidade. A história nada mais seria do que a marcha do progresso em busca da perfeição e do aperfeiçoamento humano e social

A história, desde a época em que a escrita alfabética foi conhecida na Grécia até ao estado atual da espécie humana nos países esclarecidos da Europa, é ligada por uma série ininterrupta de fatos e observações; e o quadro da marcha e dos progressos do espírito humano tornou-se verdadeiramente histórico. A filosofia nada mais tem a adivinhar nem mais combinações hipotéticas a fazer; basta-lhe reunir e ordenar os fatos e mostrar as verdades úteis que nascem do seu encadeamento e do seu conjunto. (CONDORCET, 1964, p. 65)

Os limites entre a filosofia, a história e a política eram bastante tênues, eram muito difusos, e a história traria o ensinamento da filosofia por meio de exemplos, descrevendo as formas como se deu o desenvolvimento dos homens e denunciando os

abusos cometidos. Desta maneira, poderia-se trazer mais luz ao engajamento no presente, de forma a transformá-lo. Pensava-se que a racionalidade em desenvolvimento tinha o poder de reformar as sociedades e o mundo. O ambiente intelectual e político era propício a uma confiança ilimitada no poder da racionalidade, que traria a liberdade e a emancipação, que libertaria o homem de tudo aquilo que não estivesse de acordo com este paradigma que levaria à emancipação.

A Razão que cada ser humano possui, comporta o estabelecimento de direitos, levando à necessidade de respeito às autoridades políticas que deveriam ser estabelecidas. Estes direitos são considerados inatos ao homem e inerentes à própria condição humana, independente de onde os homens estejam. Estes direitos seriam considerados a própria expressão da racionalidade do ser humano. O jusnaturalismo foi um lastro teórico fundamental da constituição dos direitos do homem, responsável pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França, juntamente com as revoluções burguesas. A Razão seria o elemento agregador da humanidade, que teria um caminho único e levaria a sociedade à moral universal. Neste contexto, tornam-se comuns as Filosofias da História, que trazem elaborações racionais para a história, interpretando, de forma sistemática, os desdobramentos que formam a lógica do progresso, apontando para um sentido, decorrente dessa sistematização. Imaginava-se que a Razão governava o mundo e lhe conferiria a direção e a unidade almejada. A idéia de progresso, que era restrita ao avanços técnicos nas ciências naturais, agora já está completamente generalizado para as mais diversas esferas do saber humano, dando as diretrizes para um futuro em que as iniquidades seriam abolidas. Este mundo por vir traria ao homem a responsabilidade por criá-lo e produzi-lo, desta maneira a história seria realizada. O futuro melhor, liberto das iniquidades que os homens sofriam, era o horizonte de expectativa que estava sendo estabelecido. A ação prática, guiada pela racionalidade, deveria servir de guia para os homens para acelerar a marcha da história e trazer a prosperidade que o futuro reserva para a humanidade. O espaço de experiência deve ser resumido de forma a fazer com que o futuro se aproxime cada vez mais impetuosamente para as gerações presentes. O presente não deveria ser duradouro e os novos processos se definiriam em termos como progresso, revolução e emancipação. A busca pelo que é novo, era acompanhada de um otimismo em relação a um mundo melhor. As filosofias da história, que eram baseadas nas leis gerais do Iluminismo, trazem a possibilidade de expansão política daquela classe que deu sustentação a estes

princípios. O movimento das Luzes no século XVIII é consequência direta dos anseios de poder da burguesia em ascensão e trouxe a justificativa para as intervenções políticas a partir de então, pois estas estariam intimamente ligadas à marcha da racionalidade (REIS, 2005, p. 16-30).

As novas formas de organização política, decorrentes das Revoluções Burguesas, trouxeram novas formas de organização, livres dos obstáculos que eram impostos pelas estruturas feudais, se vendo em condições de levar adiante as modificações necessárias para se implantar um sistema de acumulação mais eficaz, que veio com o liberalismo econômico. A sociedade esclarecida, com os processos de modificação sociais levadas a cabo, traz as condições propícias para o desenvolvimento do capitalismo. Os progressos mais significativos alcançados pela humanidade foram conseguidos através de progressos que estão em fina sintonia com os progressos do capitalismo, desenvolvimento este que, segundo os pensadores ilustrados, traria uma outra cultura mais adequada aos anseios da sociedade. A estrutura sócio-econômica que se pretendia implantar, tinha no liberalismo um de seus mais valorosos lastros teóricos. O nascimento do liberalismo está diretamente atrelado à sociedade mercantil burguesa que pretendia vigorar no mundo inteiro. Entre os apologistas das mudanças sociais empreendidas pela burguesia, se observava a relação existente entre o desenvolvimento cultural e as formas de organização da sociedade para garantir a sua subsistência. Observava-se as sociedades em que florescera o capitalismo como estando no ápice da civilização. Portanto, para que as potencialidades de uma sociedade pudessem ser realizadas, prescrevia-se que fosse suprimido tudo aquilo que não fosse compatível com o capitalismo e sua expansão. O papel da política e dos governantes seria, então, o de garantir que essa organização social que fora idealizada pela burguesia, pudesse ser implementada, ativando as práticas liberais de forma a resolver os problemas com os quais um governo habitualmente se defronta. O que torna possível que se atinja uma etapa superior do desenvolvimento, que teria suas reverberações em leis e costumes que viriam a transformar a sociedade (FONTANA, 1998, p. 59-76).

Grande parte das características mais elementares do século XIX foram engendradas neste contexto de ascensão da burguesia. O Iluminismo trouxe, pela primeira vez, a idéia de universalidade para a história, que era perceptível para a atividade humana, identificando elementos-chave que constituem a unidade da natureza humana. A obsessão pela uniformidade e pelas regularidades sociais configura o núcleo

sólido do discurso Iluminista, que se propõe a desvelar as leis universais do desenvolvimento abarcando toda a humanidade. O liberalismo socioeconômico vem a trazer o comércio e as interrelações humanas através dos seus intercâmbios pelo mundo. Ações bélicas em favor das ambições de lucro estariam de acordo com um plano racional para a humanidade, que se aloja por trás destas manifestações históricas. O filósofo da história é quem teria a incumbência de desvendar os desígnios da racionalidade. As ações humanas obedecem aos imperativos das leis universais da Razão, que se manifestariam na espécie em sua totalidade:

A história da espécie humana, no seu conjunto, pode considerar-se como a realização de um plano oculto da natureza, no sentido de estabelecer uma constituição política internamente perfeita e, em ordem a esse mesmo fim, perfeita também pelo plano externo, pois esta é a única situação em que a natureza pode desenvolver plenamente na humanidade todas as suas disposições. [...] uma tentativa filosófica para tratar a história universal geral, segundo um plano da natureza que tenha por objetivo a perfeita união política da espécie humana, deve ser considerada como possível e até como vantajosa, para atingir essa finalidade da natureza. (KANT, 1964, p. 37 e 39).

Os desdobramentos destas perspectivas universalistas vêm produzir suas reverberações no século XIX quando Augusto Comte se apropria das idéias de leis gerais para desenvolver o movimento intelectual que ficou conhecido como Positivismo. No momento em que a racionalidade pretendia fomentar uma revolução social, a burguesia ainda era subordinada às estruturas feudais do Absolutismo monárquico. Quando a classe burguesa alcançou o poder político, a racionalidade ilustrada sofreu uma reapropriação conservadora. A burguesia, alicerce de sustentação deste paradigma intelectual que foi criado, ao mesmo tempo que procura se livrar das amarras que a impedem de exercer as suas potencialidades, procura também instituir novas formas de dominação e controle da sociedade, estabelecendo limites para a ação revolucionária, sendo a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem uma expressão deste conservadorismo, privilegiando as liberdades individuais que se realizam em sua manifestação mais autêntica no mercado. Também o eurocentrismo destas elaborações salta aos olhos, pois o padrão de sociedade que serve de referencia para o mundo, é a liberal européia. A partir do momento em que o Iluminismo livrou as

barreiras implantadas para o desenvolvimento da burguesia, tornando-a politicamente hegemônica, a guinada conservadora agora era algo necessário para implementar a ordem. Depois de ter conquistado os espaços necessários, o Positivismo veio ajudar a consolidar as posições de poder que foram galgadas a partir do discurso revolucionário anteriormente em vigor (BARROS, 2011, p. 73-100).

A partir do Positivismo, o conceito de Ordem foi sobrevalorizado. Tinha-se como meta a promoção de uma conciliação das contradições sociais, de forma a fazer com que estas fossem escamoteadas. As proposições Iluministas que serviram para promover revoluções sociais, passaram a ser úteis à manutenção da ordem estabelecida. A busca por leis gerais, dentro do Positivismo, tomou uma roupagem de neutralidade e de rigor científico ainda mais apurada, fazendo com que os apelos conservadores fossem privilegiados em seu discurso. Visava-se assegurar a estabilidade social, mantenedora das hierarquias sociais. O progresso, que havia desenvolvido uma utilidade contestadora no século XVIII, após as conquistas burguesas, veio a se esvaziar do seu conteúdo crítico, ganhando uma conotação mecanicista que estimula a falta de ação. Temos uma reelaboração da idéia de progresso que se relaciona agora aos avanços das ciências e da tecnologia. Tais avanços deveriam ocorrer naturalmente, sem rupturas ou mudanças bruscas. A racionalidade instrumental vem a assumir a condição de mola propulsora do paradigma.

O que se entende por conciliação de interesses, pode ser interpretado como submissão ao ordenamento burguês. A sociedade é tida como um corpo, que precisa manter o seu correto funcionamento, e a classe industrial seria a referência mais precisa de ordem social. Ao se fomentar este modelo de harmonia social, fomentava-se o progresso. Para tanto, foi desenvolvida a chamada física social, para garantir a estabilidade social, a saúde da sociedade que deve se manter estática.

Esta espécie de anatomia social que constitui a sociologia estática, deve ter por objetivo permanente o estudo positivo, simultaneamente experimental e racional, das ações e reações mútuas que continuamente exercem entre elas todas e quaisquer partes diversas do sistema social, fazendo, cientificamente, e tanto quanto possível, abstração provisória do movimento fundamental que as modifica sempre, gradualmente. Sob este primeiro ponto de vista, as previsões sociológicas, fundadas no exato conhecimento geral destas relações necessárias, serão provisoriamente destinadas a concluir uma das

outras, em conformidade ulterior com a observação direta, as diversas indicações estáticas relativas a cada modo de existência social, duma maneira essencialmente análoga ao que habitualmente se passa, hoje, em anatomia individual. Este aspecto preliminar da ciência política supõe pois, com toda evidencia e necessidade, que, contrariamente aos hábitos filosóficos atuais, cada um dos numerosos elementos sociais seja sempre e exclusivamente concebido como relativo a todos os outros, com os quais deve, sem cessar, estar intimamente ligado por uma solidariedade fundamental (COMTE, 1964, p. 96-97).

Os atores sociais agora deveriam se colocar em funcionalidade com os mecanismos de funcionamento social, e não mais a favor das atividades revolucionárias. A idéia de progresso, atrelada ao desenvolvimento tecnológico. Buscava-se justificativas para as pretensões de superioridade da sociedade européia, sendo esta a que teria atingido o mais alto grau da escala civilizacional.

As leis subjacentes à ordem burguesa eram consideradas de validade universal. Da mesma forma que Newton formulara as leis da gravidade, pretendia-se formular as leis universais que viessem a atender os anseios da ordem burguesa. O mundo social e econômico estaria submetidos à mesma lógica matemática do mundo físico. Uma série de doutrinas estabelecadoras do liberalismo socioeconômico estavam na ordem do dia dos ideais da burguesia. Se os homens agissem de acordo com estas leis, poderiam encontrar a prosperidade. A sociedade que as implantasse, também atingiria o ápice da civilização. As teorias clássicas da economia se adequavam perfeitamente à ordem que a burguesia hegemônica pretendia implantar. O bem estar da sociedade é consequência do bem estar individual. Na medida em que é dada maior liberdade para as pessoas para que elas ganhem o máximo que puderem, se encontraria um avanço qualitativo da vida social. A ideologia liberal foi de fundamental importância para a elaboração destas leis naturais, sendo que a organização política de uma sociedade esclarecida era a responsável por fazer com que tais princípios viessem a nortear a vida social. A ordem burguesa inevitavelmente alcançaria o progresso (HUBERMAN, 1972, p. 207-209). Os direitos humanos, hegemonicamente estabelecidos nas revoluções burguesas do século anterior, vieram ratificar esta forma de organização social como a mais aceitável dentro dos limites da racionalidade ocidental.

4.2 Algumas Críticas ao Paradigma

Mas, nem todos os ambientes intelectuais eram tomados por estas idéias pretensamente universalizantes. Ainda na época de seu predomínio, o paradigma moderno sofreu diversas críticas. Uma delas diz respeito ao fortalecimento da idéia de nação, que passou a ser bastante difundido por volta do século XIX, principalmente na Alemanha. Várias críticas ao universalismo europeu foram levadas a cabo, baseando-se na idéia de cultura e de história, que davam a idéia de que a sociedade é produto de um contexto cultural particular. A partir do aprofundamento das reflexões dos românticos, tem-se uma crítica mais efusiva aos que defendem leis universais para os processos sociais, colocando-se em contraposição a idéia da impossibilidade de estabelecimento de um critério único e universal para definir o progresso das sociedades. Através da noção de cultura que estava sendo sistematizada, se tornaria impossível assimilar os postulados mecanicistas e deterministas que eram tão corriqueiros entre os pensadores iluministas. Tais métodos de análise da sociedade induziriam a erros grotescos de julgamento, não devendo ser aplicáveis ao comportamento humano nem às sociedades humanas, que obedeciam uma lógica diferente daquela designada pelos arautos do universalismo. A própria idéia de racionalidade sofreu críticas mordazes, que afetam o cerne de sua lógica ao se apontar os métodos tão apreciados pelos iluministas como um estorvo para a compreensão histórica das sociedades.

Os românticos procuravam desenvolver métodos que propiciassem aos homens a compreensão de sociedades diferentes, que obedecem à lógica e valores distintos, sendo os teóricos políticos e sociais desta corrente intelectual bastante devedores do trabalho do historiador, que possuía os instrumentos intelectuais necessários para trazer à tona as tradições nacionais necessárias para a manutenção da ordem social. Este é um movimento intelectual fortemente conservador. A busca para libertar-se do racionalismo iluminista tinha em seu escopo desejo de reavivar as heranças nacionais a partir da investigação das tradições das várias comunidades que formavam uma nação. O pluralismo cultural teve sua emergência como alternativa persuasiva ao pretenso universalismo. Isso implica na impossibilidade de estabelecimento de padrões uniformes de julgamento ao longo dos períodos históricos diferentes, o que se faz evidente na recusa em se fazer o julgamento de outros povos mediante o seu próprio ponto de vista. Os românticos julgavam impossível falar da história como se ela fosse a manifestação fidedigna de determinadas características de uma suposta natureza

humana. Existem imensas variedades de povos e nações e esta é a característica mais marcante da humanidade.

Segundo este movimento intelectual crítico ao paradigma hegemônico do século XIX, a forma mais eficiente de se atribuir um sentido aos rumos das sociedades estaria em debruçar-se sobre o que é único em cada uma delas, sem impor-lhe classificações que lhe são alheias, tendo em vista que este procedimento resulta em uma má compreensão da natureza das sociedades. Cada povo, assim como cada período histórico deve ser compreendido como uma contribuição ímpar para o espírito humano, pois a história não pode ser vista como um processo que se desdobra inequivocamente em um modelo que represente a racionalidade universal, no qual, as épocas anteriores seriam nada mais do que uma mera preparação para a época presente. Segundo os românticos o homem é um animal histórico, sendo a sua natureza o resultado de um processo histórico. Desta maneira, o futuro seria sujeito a várias possibilidades e não a um único processo irrefreável. Não há compreensão humana fora do pluralismo das manifestações culturais, compreendidas através do estudo da história, tendo, entre os românticos, o historiador possuidor de um papel de mais destaque do que o filósofo. Ao procurar dar um formato às instituições sociais em conformidade com os pressupostos Iluministas, destrói-se as tradições, consideradas pelos românticos os verdadeiros lastros sociais (HADDOCK, 1989, p. 127-141). Segundo os românticos, a idéia de que existem leis históricas válidas para todos, é um embuste, sendo qualquer fenômeno, seja ele cultural, político ou social, apenas entendido ao ser colocado dentro da História.

Estes pressupostos intelectuais foram elaborados de uma forma mais sistemática nos princípios do século XIX, e buscavam trazer um freio aos ímpetos revolucionários e expansionistas da burguesia, principalmente da França. O contexto era de afirmação dos Estado Nacional alemão, apresentando fortes laços com as estruturas monarquistas. A busca do passado era algo de fundamental importância pois ele traria as justificações necessárias para as permanências das estruturas feudais, favorecedora dos interesses conservadores. Este era mais um ponto em que as duas correntes intelectuais divergiam frontalmente, tendo em vista que os iluministas e as correntes intelectuais que lhe são descendentes, tinham o foco na idéia de progresso, que apontava para um futuro. O passado seria o *locus* da ignorância e do obscurantismo. No que diz respeito ao conservadorismo, o Positivismo e o Romantismo possuem algo em comum, o fato de estarem a serviço da prevenção contra revoluções sociais, garantindo que a

industrialização se viabilizasse, atendendo aos interesses da burguesia emergente, mas, ao mesmo tempo, conservando alguns privilégios detidos pela nobreza, procurando dar satisfações distintas a esta conciliação de interesses. Um pela via universalizante, outra, por uma via particularizante (BARROS, 2011, p. 120-140).

Uma outra corrente de pensamento que trouxe profundas críticas ao paradigma moderno, foi o marxismo. Com os limites do projeto burguês em trazer a melhoria das condições de vida das pessoas, as consequências sociais da industrialização pela Europa foram desastrosas, trazendo muitas mazelas, em especial para os trabalhadores. A expansão da industrialização causou sérios distúrbios, com o empobrecimento da classe trabalhadora em benefício de uma burguesia privilegiada, que colhia sozinha os frutos do progresso. A burguesia não conseguiu êxito em criar uma sociedade justa e igualitária, como preconizavam os ideais da Revolução Francesa, de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, deixando claro que fracassara em engendrar uma realidade que trouxesse prosperidade para as pessoas, criando em seu lugar um eficiente mecanismo de exploração de classe. A crítica marxista à sociedade que veio após a era das revoluções do século XVIII, procurou descortinar as contradições sociais e trazer à tona a consciência dos limites da ordem burguesa estabelecida, na qual são garantidos os interesses de pequenos grupos particulares em detrimento da grande maioria da humanidade.

A crítica marxista à racionalidade burguesa enxergava nas revoluções filosófica e política o caminho para a superação das discrepâncias que se manifestavam na sociedade. O mecanismo de funcionamento do capitalismo estaria na base para as mudanças pretendidas. A prática política, segundo Marx, estaria essencialmente ligada à revolução social: “Os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo de diversas maneiras, mas o que interessa é transformá-lo” (MARX, 1987, p. 128). Tais críticas foram de fundamental importância para trazer inteligibilidade da realidade material que se manifesta, e o estudo da história nos mostra que os homens são os autores dos meios de subsistência que eles próprios produzem.

As idéias, as representações e a consciências aparecem também como emanções do comportamento material dos homens. Ao invés de proceder como na filosofia “que baixa do céu à terra, aqui se sobe da terra ao céu”, parte-se da vida real dos homens para chegar aos seus pensamento e não ao contrário, como

fazem habitualmente os filósofos (FONTANA, 2004, p. 199-219)

As lutas sociais, após a Revolução Francesa, devem acontecer entre a burguesia e o proletariado, e desta maneira se poderia chegar a uma sociedade na qual as riquezas e benefícios por ela produzidos, possam ser úteis na melhoria da vida de grande parte das pessoas. A luta de classes é um ponto central da teoria marxista, pois segundo Karl Marx, os homens são responsáveis pela a sua história, e esta história é feita a partir de certas condições sociais, que, herdadas do passado, são de fundamental importância na/para a formação da consciência de classe que engendraria as lutas de classe.

4.3. A Pós-Modernidade como Atualização Paradigmática

Compreendidos alguns delineamentos básicos do paradigma moderno, necessários à inteligibilidade do nosso objeto de estudo, continuemos, pois, a voltar nossa atenção ao tempo presente para aferir as persistências daquele paradigma

Desde a última década de 1970, mas com uma efusividade maior nos anos 80, o mundo vem passando por um processo cheio de complexidades e sutilezas que vêm sendo debatidas e questionadas por diversos intelectuais das mais variadas esferas do conhecimento humano. Este processo é denominado de Globalização e consiste em uma maior intensificação das relações entre os países do globo através da constituição dos grandes conglomerados transnacionais assim como pelo aperfeiçoamento das tecnologias informacionais e das telecomunicações. Estes processos atuam em uma escala global, não reconhecendo fronteiras nacionais, o que enseja a integração e a conexão entre as mais diversas sociedades. Deparamos-nos com profundos impactos destas inovações na vida das pessoas, de forma a modificar certas concepções de mundo em favor da ordem mundial implantada. Observamos o quanto determinados padrões culturais vêm se transformando nas referências para certos modos de vida, costumes e valores funcionais aos mecanismos de mercado instalados, sobrepujando as particularidades nacionais, regionais e locais, ao mesmo tempo em que procuram, de

acordo com a conveniência, mercantilizar estas particularidades para incorporá-las ao sistema. Os tentáculos do capital absorvem, privilegiadamente, os territórios antes tomados pelas forças colonialistas e neocolonialistas, se estendendo por países e culturas que não possuem práticas capitalistas, estendendo-se também às particularidades presentes na cultura centro-hegemônica. A globalização não é um fenômeno recente, mas é um relativo consenso entre os estudiosos que, a partir das décadas acima referidas, o alcance do ritmo de integração global foi exponencialmente alargado, intensificando os fluxos comerciais entre as nações (HALL, 2004, p. 67-69).

A Globalização é um processo histórico do mundo contemporâneo que tem sido extensiva aos mais diversos continentes, trazendo uma ligação entre as mais longínquas regiões do globo por meio de trocas culturais, comerciais e desterritorializações industriais, que possuem o suporte de uma política externa hierarquizada. Como vimos no capítulo anterior, este processo de mundialização é algo que acompanha a modernidade capitalista, sendo que todas as etapas pelas quais ela passou – o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo norte-americano – vieram a culminar na Globalização que nos propomos a discutir.

Com toda a contribuição que o universalismo da cultura ocidental e o seu expansionismo territorial tiveram para o capitalismo, o período de mundialização que estamos vivendo, possui algumas peculiaridades que a diferenciam dos períodos anteriores de expansão mercantil, trazendo algumas configurações específicas, manifestando algumas discontinuidades com períodos anteriores, mas ainda conservando a lógica sistêmica com lastro na racionalidade instrumental, tão cara ao capitalismo.

A década de setenta representou o fim do período de bonança da economia norte-americana, o que a obrigou a um processo de reestruturação da maneira como se organizava a produção e o consumo, procurando-se levar à prática certas modificações que têm como finalidade o fomento da circulação mais eficaz do capital através da velocidade de giro e da rotatividade, evitando o desperdício de tempo e dinheiro. O centro das atenções não está mais nos mecanismos de produção de mercadorias, mas no consumo, pelo qual as mercadorias vão ser produzidas de acordo com o perfil dos consumidores. É o que podemos chamar de mercado segmentado, instaurado de forma a atender às particularidades sociais e culturais dos consumidores. Desta forma, a lógica

sistêmica do mercado está sempre buscando novos filões de mercado, incorporando as diferenciações culturais existentes para que se amplie o espectro de solvência, cujos imperativos colonizam largamente o mundo da vida na busca por novos nichos consumidores. É neste contexto que vem a emergir o neoliberalismo, que traz as regulações mercadológicas sobrepostas aos Estados nacionais, que são considerados como obstáculos ao fomento da circulação de mercadorias. As necessidades de se reordenar o mundo de acordo com estes critérios, engendra uma lógica cultural específica para o capitalismo contemporâneo (SILVEIRA, 2007, p.252-257).

É no período posterior aos anos setenta que o capitalismo passa por uma forte transformação. O mercado, não mais planejado para produzir, padronizadamente, mercadorias para todos (produção de massa), passa a atender os micro-grupos sociais em suas peculiaridades, como se pode ver no desenvolvimento de produtos particulares para determinados grupos sociais. Observamos isso, por exemplo, em mercadorias voltadas para determinados públicos. As modas passam e as mercadorias devem acompanhar os novos rumos que o mercado define. O fordismo, até então predominante no modelo de produção de mercadorias, sustentava uma produção de massa com operários pouco qualificados.

O pós-fordismo (toyotismo) exige uma produção especializada (para os mais distintos grupos sociais em suas características particulares) e qualificada. As novas tecnologias, decorrentes da revolução nova tecno-científica, que estava acontecendo também a partir dos inícios dos anos sessenta, adotam máquinas adaptadas, que atendem a demandas de grupos particulares, produzindo em um curto espaço de tempo, para que haja uma maior circulação de mercadorias, o que favorece os lucros das empresas. Com isso, tem-se a possibilidade de se adaptarem as modas a comunidades e grupos etários diferentes, através de pesquisas previamente encomendadas de mercado. A especialização na produção de mercadorias exige que os trabalhadores estejam atualizados em relação às novas tecnologias, sendo o modelo de organização fordista não mais eficaz para atender aos novos interesses que surgiram (KUMAR, 1997, p. 48-76).

Através da globalização, este modelo de produção pode ser expandido em todo mundo sendo essas transformações de fundamental importância para que o capitalismo voltasse a se fortalecer. O Estado nacional, de regulador da sociedade, diminui a sua

intervenção no mercado, enxugando as suas responsabilidades em relação à sociedade, o que diminui a possibilidade de regulamentação e seguridade social e contribui para o aumento das desigualdades. Mudanças legais e institucionais são levadas adiante para atender às exigências do mercado. Há, pois, uma séria limitação da atuação do Estado na sociedade para que este possa diminuir as responsabilidades em relação à mesma, deixando “que as coisas aconteçam no mercado, este proporcionará oportunidade para todos.” Este é o discurso do sistema capitalista em sua fase de globalização. A afirmação das diferenças e particularidades está de acordo com essa nova forma de produção de mercadorias, que torna bastante comum a cultura do consumo que movimenta o sistema. Isso é proporcionado, principalmente, pelo capitalismo norte-americano, que, juntamente com a circulação de suas mercadorias, promove, também, a circulação de sua cultura.

Muitos intelectuais, a partir desta fragmentação cultural do mundo contemporâneo, passaram a anunciar uma ruptura com a modernidade. São os chamados Pós-Modernos. A abertura para a sensibilidade em relação aos diversos grupos sociais e nas diversas identidades veio criar uma ênfase exacerbada nas diferenciações sociais existentes, sejam elas de gênero, etnia, orientação sexual e uma infinidade de outras expressões de multiplicidade cultural, que vieram a tomar conta das estruturas do cotidiano das pessoas. Há, por parte desses intelectuais, uma rejeição terminante a tudo que indica qualquer possibilidade de conhecimento que proponha alguma forma de totalidade social. Esta característica traria uma nova concepção de mundo com reflexos nas mais variadas esferas, seja econômica, política, social, epistemológica, moral etc.

Tudo isto traria uma natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano, levando a uma impossibilidade de se produzir algum tipo de conhecimento que possibilite alguma forma de organização que ofereça resistência aos imperativos do capital. Uma política anti-sistêmica seria considerada por demais totalizante e totalizadora para ser levada em consideração no mundo contemporâneo. Há uma peremptória recusa, por parte dos denominados Pós-Modernos, em admitir o próprio capitalismo como uma lógica, sistêmica totalizante, o que traria a impossibilidade de resistência e crítica. O âmbito político, segundo esta lógica, é tomado pela fragmentação e pelas identidades particulares. Tais características conduzem a um derrotismo político, assim como a um ceticismo epistemológico, tendo em vista que os referenciais para a

produção de conhecimento também são afetados, pois os padrões de verdade que passam a ser válidos para a racionalidade científica, seriam particulares, próprios de comunidades específicas, sendo as próprias leis naturais o resultado do que cada comunidade expressa e admite como verdade acerca do que é o mundo. Ou seja, não haveria um pensamento único. Há uma grande incredulidade por parte dos pós-modernos em relação ao que chamamos de critérios legitimadores. Enquanto, na modernidade, se imagina que o conhecimento científico produza grandes sínteses homogeneizantes, uma *episteme* pós-moderna se caracterizaria pela impossibilidade de se estabelecer critérios universalmente válidos para a produção de conhecimento.

Segundo a lógica dos pós-modernos, não existe no mundo processos históricos estruturados que sejam acessíveis às formas de adquirir conhecimento que estão disponíveis. Com isso, não se pode esperar nenhuma forma de oposição unificada que possa conduzir à emancipação humana ou à contestação do capitalismo enquanto uma possível lógica sistêmica. As formas de se conduzir as lutas políticas, na maioria das vezes, são postas em lutas particulares, de identidades que, em grande parte das vezes, buscam a inserção nos mercados consumidores. Todo o pessimismo político que se processa, é decorrente de um irrefreável otimismo em relação às possibilidades de bom funcionamento das molas propulsoras do capitalismo.

Se não podemos realmente mudar ou mesmo compreender o sistema (ou sequer pensar nele como sistema), e se não temos, nem podemos ter, um posto de observação de onde criticar o sistema, muito menos de onde se opor a ele – se não podemos nem temos nada disso, o melhor é relaxar e aproveitar (WOOD, 1999, p. 15-16).

As afirmações pós-modernas só possuem sentido ao se fazer a negação de uma avassaladora realidade histórica em que se constitui a lógica totalizadora do capitalismo. Os vínculos do capitalismo com uma lógica sistêmica que o lastreia, não são assumidos pelos teóricos pós-modernos, o que os impede de pensar a globalização neoliberal como uma continuidade com o paradigma moderno. Na verdade, os pós-modernos surgem de uma tentativa de fuga da modernidade, mais por força de um desejo do que por uma realidade palpável, procurando-se uma recusa em enfrentar os seus problemas. O poder do capital, segundo esta corrente intelectual, seria algo natural por si mesmo, algo axiomático que impele a uma recusa em se analisar a sociedade que

lhe propiciou este poder, sem se dar conta de que a própria negação das possibilidades intelectuais para explicar o mundo já é uma maneira de explicá-lo (EAGLETON, 1999, p. 23-32). Na verdade, o capitalismo globalizado é o sistema mais universalizante já conhecido, pois, além de se estender por todo o globo, coloniza as mais diversas esferas da vida das pessoas. Para entender a globalização, é necessário que possamos entender as características desta lógica sistêmica.

No modo de produção capitalista contemporâneo, a apropriação privada dos excedentes continua a pleno vapor. O deslocamento das prioridades que caracteriza a mudança da sociedade dos produtores para a sociedade dos consumidores, configura as transformações existentes, produzindo uma sociedade multifacetada de acordo com a lógica cultural do sistema capitalista, uma manifestação superestrutural do capitalismo contemporâneo (JAMESON, 1996, p. 27-79). Apesar de toda a pluralidade que se faz presente no mundo atual, da fragmentação social em várias identidades e das diversas manifestações culturais que ganham visibilidade, podemos observar o mercado como sendo o padrão unificador destas culturas, uma referencia balizadora. As características culturais da Europa e dos Estados Unidos são mundializadas através do processo de globalização hegemonicamente estabelecido, procurando flexibilizar-se em diversos outros lugares para que haja a acomodação destes ao padrão hegemônico. Mas o acesso à cultura, tanto quanto aos bens culturais, materiais ou imateriais, é um privilégio apenas daqueles que se enquadram nos critérios da solvência ao mercado. Tais privilegiados constituem uma parcela pouco numerosa da população mundial.

Esta dinâmica da globalização constitui o que chamamos de lógica sistêmica, estabelecida pelo neoliberalismo, e representa uma continuidade com o paradigma da racionalidade instrumental, dando prosseguimento ao projeto moderno de civilização. Os agentes hegemônicos constantemente declaram o fim da história, e o triunfo do projeto hegemônico neoliberal. A lógica do mercado teria se consolidado plenamente e nada que traga divergência a este “dado natural” pode ser levado a sério. Os alinhados são definidos como favoráveis ao progresso e os não alinhados são considerados atrasados e incivilizados. Caso este não alinhamento represente alguma forma de interferência nos interesses hegemônicos, não raras vezes, isto redundava em episódios como a guerra do Iraque.

A lógica econômica que acompanha a história do mundo ocidental moderno possui como uma espécie de imperativo categórico a expansão da acumulação capitalista. Esta é a forma de funcionar do sistema em que estamos inseridos, não sendo reconhecida como legítima nenhuma outra força social que possa, de alguma maneira, contrapor-se àquela. O capitalismo foi aprofundando, complexificando os seus mecanismos de atuação ao redor do mundo e tendo o seu imperialismo agregado de tal forma as regiões do globo que as fronteiras entre as mais diversas regiões foram se diluindo, comprimindo-se as distâncias espaço-temporais. Na atual globalização neoliberal, os sistemas técnicos hegemônicos têm sua influência exacerbada ao serem utilizados para o controle global de acordo com as demandas do capital. Tais demandas, tão entusiasticamente celebradas com a ascensão política dos neoconservadores norte-americanos, potencializam sobremaneira a eficiência da globalização hegemônica e do imperialismo norte-americano.

Vemos uma mundialização reducionista, levada a cabo por empresas que se valem do saber e do progresso técnico-científico para manterem seus elevados índices de rendimento financeiro. A hegemonia do dinheiro e da técnica produziu sua legitimação na própria eficácia em se levar tais objetivos adiante. As periferias do sistema, que não possuem acesso às inovações tecnológicas das grandes empresas multinacionais, tornam-se cada vez mais periféricas por não lhes sobraem meios de se inserirem de forma eficiente dentro de tal lógica. A anulação do Estado é uma consequência imediata da globalização aos moldes do neoliberalismo. Tal regulação mercadológica é entusiasticamente estimulada como um meio de se trazer benefícios para a vida das pessoas através da chamada liberdade de mercado, que, segundo o discurso hegemônico, deve trazer melhorias para a saúde financeira das empresas e, conseqüentemente, para a vida das pessoas, que viveriam em um ambiente com mais prosperidade econômica, aumentando a sua capacidade de consumo.

Nítido neste sistema é que o fosso entre os países ricos e os países pobres não tem cessado de se aprofundar na medida em que o capitalismo se desenvolve. O comércio mundial, considerado a panacéia do mundo por aqueles que estão bem articulados com a sua lógica, não cessou de aumentar a miséria dos que já eram miseráveis. Aqueles países que sofriam com a brutalidade do colonialismo, hoje sofrem com o neoliberalismo. Fala-se em uma total liberdade de produção, consumo e de realizações individuais neste contexto. Mas, o que se observa, é um aumento mais

veemente das desigualdades sociais em benefício de uma quantidade bastante reduzida de empresas multinacionais. É flagrante o quanto esta lógica do dinheiro está presente em todas as esferas da vida, tiranizando as relações.

Quando o sistema político formado pelos governantes e empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos de cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (SANTOS, 2000, p. 45).

Estas desigualdades têm sido justificadas baseadas em várias teorias que procuram explicar o subdesenvolvimento e responsabilizar por esta situação as suas próprias vítimas. Tais explicações vão desde a suposta preguiça e inaptidão ao trabalho até a má gestão dos Estados. A pobreza seria explicada por fatores culturais, um ranço pré-moderno que certas sociedades possuem, o que as transforma em retardatários culturais, sendo as forças de mercado responsáveis apenas pela liberdade e abundância consumidora, tão benquista nesta lógica hegemônica. A liberdade proposta pelo neoliberalismo facilita a ação predadora dos grandes operadores financeiros, tendo em vista que lhes é concedido uma intensa aceleração da mobilidade geográfica (ANDERSON, 1992, p.85).

A lógica econômica é, nos tempos de globalização que estamos vivenciando, a norteadora das ações administrativas que agem a favor de um sistema ideológico fomentador dos lucros e do mercado em detrimento da sociedade, que se esfacela em meio ao império do consumo e da competitividade. A técnica e a ciência, em grande parte do seu histórico de ascensão, estão a serviço do capitalismo e do mercado. A ciência econômica traz os pressupostos ideológicos que são utilizados para conferir a legitimidade necessária a estas idéias, pregando o chamado discurso único, que traz ares de infalibilidade para a ideologia neoliberal, alimentando a dinâmica econômica. A globalização possui suas dimensões ideológicas e culturais marcadas decisivamente por este discurso, que é um forte instrumento de domínio elaborado por aqueles que estão em consonância com a lógica instaurada, colaborando para a massificação da sociedade

do consumo e atrelando-a aos ideais de felicidade projetados pelo sistema. O dinheiro é a base da prosperidade e do vigor na vida do cidadão, das empresas e das nações no mundo em que vivemos. Os esforços mobilizados em sua busca e em seu acúmulo torna-se a mola propulsora do mundo globalizado.

Os países do centro do modelo hegemônico, capitaneados pelos Estados Unidos, têm a tendência a exercer a sua vontade de poder, encontrada esta na figura das grandes empresas que coagem os países periféricos a se alinharem às diretrizes que estejam apropriadas ao bom funcionamento do mercado. Os principais intérpretes destas demandas são os organismos financeiros internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, responsáveis pelo alinhamento e a regulação dos países periféricos às deliberações econômicas advindas do centro. Estes países que não se encontram em uma posição favorável dentro do cenário econômico internacional, estão sendo cada vez mais fragilizados por conta do sistema de trocas desiguais montados pela globalização neoliberal e por sua forma de gerir a economia-mundo.

Todos os sofrimentos estabelecidos em decorrência desta busca são considerados, pela ideologia hegemônica, questões residuais que, eventualmente, aparecem no caminho do grande objetivo: o desenvolvimento das capacidades produtivas da indústria e os serviços que aquecem a economia.

O sonho moderno da razão legisladora da felicidade tem trazido frutos amargos. Os maiores crimes contra a humanidade (e perpetrados pela humanidade) têm sido cometidos em nome da regra da razão, da melhor ordem e da maior felicidade. Uma devastação entorpecedora da mente comprovou-se ser o resultado do casamento entre a certeza filosófica e a autoconfiança arrogante dos poderes instituídos (BAUMAN, 1997, p.271)

Tal globalização, longe de conseguir trazer o consenso pretendido, é um intenso campo onde se estabelecem várias formas de conflitos, que se dão na interação entre os interesses daqueles que possuem a hegemonia em relação aos grupos subalternos. Mesmo no interior do bloco hegemônico, os países possuem conflitos de interesses, principalmente após as medidas unilaterais que os Estados Unidos têm tomado em sua política externa. Mas, estes países do centro capitalista têm em comum algo muito emblemático, a adesão ao Consenso de Washington, fomentador do discurso

único fortalecedor das relações entre os países ricos, que os torna mais fortes para estabelecer relações unilaterais com o chamado Terceiro Mundo. Este processo de mundialização vivenciado na contemporaneidade carrega as condições necessárias para o fortalecimento da hegemonia dos países do centro do sistema. Os países periféricos estão mais vulneráveis a estas diretrizes, por serem dependentes econômicos e precisarem estabelecer acordos que tragam novos termos para a renegociação para suas dívidas. Tais mecanismos criam relações desiguais entre os países do centro e da periferia do sistema, sejam estas relações econômicas ou culturais, acelerando o empobrecimento dos países periféricos, assim como as desigualdades e injustiças sociais.

O regime de acumulação de capital instaurado é resultado direto de um modelo de desenvolvimento que visa fomentar trocas comerciais favoráveis aos interesses das grandes empresas multinacionais. Os Estados Nacionais, sob as pressões das diretrizes que norteiam este modelo de desenvolvimento atrelado às preocupações mercadológicas, vêm passando por intensas transformações legais e institucionais que trazem prioridade às demandas das grandes multinacionais. São os chamados ajustes estruturais. Tais processos são realizados pelo próprio Estado, que atua intensamente para regular a sua desregulamentação em favor do aquecimento da economia (SANTOS, 2002, p. 38). Existe uma forte pressão dos países centrais e das empresas multinacionais para que os países periféricos adotem as transformações necessárias ao fomento da ordem neoliberal. Para isso, é necessário um intenso trabalho regulatório. As forças do capital procuram, a todo custo, viabilizar tais transformações sofridas no mundo todo, de maneira que o capital multinacional possa encontrar facilidades para se instalar e se desenvolver em qualquer lugar do planeta, intensificando os benefícios financeiros da expansão do capitalismo.

4.4. Impactos da globalização

A forma como o processo de globalização que estamos investigando vem a ser colocada em prática, provoca o declínio do homem público, reduzindo a noção de bem comum a quase nada. A organização política do mundo governado pelo neoliberalismo

coloca a ciência e a técnica como ferramentas úteis para o fomento do comércio e da lógica do dinheiro, e não para as necessidades humanas. A política, em tempos neoliberais, é entregue às mais egocêntricas demandas mercadológicas, provocando a tendência à anulação das formas de compromisso social que possam vir a servir às pessoas de carne e osso. O espaço aberto para a influência política e cultural das empresas multinacionais faz com que haja o vigor da lógica do lucro, onde a única forma de se manter vivo é procurando promover o desenvolvimento do individualismo⁵⁶. As empresas multinacionais, sob a égide neoliberal, possuem carta branca para se apoderarem dos territórios que lhes forem convenientes, com a única finalidade de atender a seus próprios interesses, tornando-se alheias a demandas de suas populações. Quanto mais restrições a esses objetivos forem colocadas pelos governos, mais desentendimentos estes terão com aqueles que comandam os rumos da sacrossanta ordem econômica vigente. Os movimentos políticos devem estar adequados aos interesses do agir empresarial, orbitando em torno desses interesses, com obrigação de se adaptarem a essas necessidades, mesmo que tais ações impliquem em sérios desequilíbrios ambientais e sociais.

Os laços que unem as sociedades capitalistas, não mais possuem o interesse público como elemento agregador. O mundo contemporâneo é permeado por uma eficiente estrutura financeira lastreada em políticas que dão suporte ao aquecimento do mercado e, conseqüentemente, à perda dos espaços de cidadania. A chamada flexibilidade é um fardo para a vida das pessoas, mas constitui-se no pilar central do mecanismo econômico engendrado na atualidade. Estes desígnios, elaborados e planejados sob critérios econômicos, são criadores de demasiadas incertezas existenciais na vida das pessoas, algo não relevante dentro do projeto neoliberal, tendo em vista que elas são contempladas em tal projeto apenas na medida em que possuem solvência no mercado. Assistimos a hipertrofia da esfera econômica se estabelecer em detrimento da esfera política e das questões públicas, gradativamente solapadas. As instituições políticas que deveriam proteger e garantir os direitos sociais, estão de mãos atadas

⁵⁶ O individualismo nas sociedades em que o capitalismo neoliberal vigora, é resultado de um processo socializador que estimula a privatização da vida pública, da ação coletiva e da solidariedade, de forma a fazer com que as pessoas procurem ter um bom desempenho em relação à sua solvência no mercado. Assim se fomenta a busca do prazer consumista através do estímulo a sensações de prazer e hedonismo que podem ser alcançadas através do consumo, a capacidade de ir ao mercado é o que engendra as identidades individuais a partir do consumo de coisas a que a sociedade confere um status. c.f. (BAUMAN, 2001, p. 64-106).

frente à força da lógica sistêmica, que precariza cada vez mais as condições de vida daqueles que são afetados neste processo. O mercado e sua força expansiva corroem a natureza das obrigações sociais (BAUMAN, 2001, p. 37). A lógica do gerenciamento político proposto pelo neoliberalismo é toda voltada para o alargamento das margens de lucro assim como para questões relativas ao aquecimento econômico. As regulações promovidas pelos Estados Nacionais devem estar submetidas a pressões e constrangimentos do mercado, que possui ilimitada importância dentro desta lógica, suplantando as demandas sociais coletivas.

Toda ação política que tenha como meta por em questão as linhas reguladoras deste projeto, é considerada suspeita, por supostamente trazer o atraso e a interferência ao que é hegemonicamente entendido como “ordem natural” das coisas. A mão invisível do mercado não pode sofrer interferência de fatores externos. A organização econômica no mundo capitalista nos traz determinadas estruturas de poder calcadas na propriedade burguesa. Nas sociedades lastreadas neste modelo de organização político-econômica, são engendradas relações sociais extremamente desiguais, garantida pelos mecanismos legais como também pela força coerciva, que excluem de uma possibilidade de vida política ativa, aqueles que não se alinham aos padrões e necessidades do mercado.

Quando o estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre as leis da polis, o cidadão transforma-se em consumidor – e o consumidor demanda mais e mais proteção, enquanto aceita cada vez menos necessidade de participar no governo do Estado. O resultado global são as atuais condições fluidas de anomia generalizada e rejeição das normas em todas as suas versões. Aumenta, em vez de diminuir, a distancia entre o ideal de democracia liberal e sua versão real, de fato existente. Temos um longo caminho a percorrer antes de sequer pensarmos em alcançar uma sociedade na qual os indivíduos reconheçam sua autonomia junto com os laços de solidariedade que os unem (IDEM, p.159).

O Estado republicano vive o seu colapso. A participação política e a influencia popular nas decisões que dizem respeito à vida em comum, têm sido vigorosamente solapadas pelas forças atreladas à globalização hegemônica.

Dentro desses padrões que estruturam a nossa vida e as nossas relações com o mundo hoje em dia, a solvência econômica de mercado é um termômetro que irá, de

acordo com o modelo estabelecido, definir a dignidade e a vergonha de determinados grupos sociais. Assim, uma ínfima minoria privilegiada será detentora dos benefícios que as riquezas podem trazer à sociedade, enquanto outra grande parte é degradada e preterida. Tocar nestes privilégios, ou antes disso, no paradigma que dá sustentação e legitimidade para que esses privilégios possam continuar se perpetuando, é algo, muitas vezes, considerado criminoso (FORRESTER, 1997, p. 83-133). Vivemos um período em que grandes parcelas da população mundial são excluídas enquanto outras grandes parcelas são incluídas de uma maneira subordinada, apenas em função dos benefícios mercadológicos que esta inclusão traz para o sistema financeiro.

O período que vivemos, é a fase correspondente a essa lógica cultural do capitalismo tardio, que vê na fragmentação social um meio de avanço do mercado consumidor. Aquele que não tem capacidade de consumo, é excluído e fadado a viver em bairros habitados por uma minoria social segregada. A regulação social promovida no sistema-mundo atual exclui os que não têm dinheiro do direito à cidadania. O estímulo às diferenças que é promovido hoje em dia, possui interesses comerciais, sendo as diversas manifestações culturais, participantes da sociedade, selecionadas de acordo com a possibilidade de se ir ao mercado consumidor. Pode-se perceber como esse modelo de globalização funciona ao voltar-se o olhar para a África, extremamente empobrecida, que não tem acesso aos bens de consumo nem aos investimentos que outros lugares do mundo possuem.

Na modernidade, os países desenvolvidos atribuem-se uma missão civilizadora. Os grupos aptos a integrar plenamente o sistema-mundo são aqueles que podem ser incorporados de uma forma mercantil ao sistema globalizado. Devido ao poder econômico e à supremacia econômica dos países desenvolvidos, há uma grande desigualdade nas trocas de mercadorias entre os mais diversos lugares do mundo, com o privilégio de determinado local, que impõe o seu localismo aos demais. Essa imposição, levada adiante através do mercado, globaliza também as características culturais de quem possui a supremacia. Um exemplo disso é a quantidade de referências, que fazemos a manifestações culturais típicas da cultura norte-americana, como música, hábitos alimentares, expressões da língua, símbolos, festas, comportamentos etc. Desta forma, cria-se uma inclusão e uma integração entre diversas localidades do globo, mas esta é uma integração vigiada por um poder superior representado por um país ou conjunto de países hegemônicos, em especial os EUA.

As características culturais da época em que vivemos, são conseqüências diretas da dominação imperial norte-americana. A ordem sistêmica que estamos tentando investigar, traz conseqüências diretas para a vida das pessoas na contemporaneidade, pois impõe relações de mercado nas mais diversas esferas da vida, afetando diretamente a cultura nas sociedades atuais (JAMESON, 1996, p.27-79).

A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influencia a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. As implicações mais importantes desta definição são as seguintes. Em primeiro lugar, perante as condições do sistema-mundo ocidental aquilo a que chamamos de globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. De fato, vivemos tanto num mundo de localização quanto num mundo de globalização. Portanto, em termos analíticos, seria igualmente correto definir a presente situação e os nossos tópicos de investigação em termos de localização, em vez de globalização. O motivo porque é preferido o ultimo termo é basocamente porque o discurso científico hegemônico tende a privilegiar a historia do mundo na versão dos vencedores (SANTOS, 2004, p.244-245).

Aquilo que se entende por globalização, é um processo levado adiante por aqueles que estão em uma posição superior na correlação de forças do cenário geopolítico internacional. Este processo de globalização que nós conhecemos atualmente, nada mais é do que a expansão de bens materiais e simbólicos pertencente a um determinado local se alastrando para além de suas fronteiras nacionais, influenciando diretamente o estilo de vida existente em outras localidades. As forças políticas e econômicas que constroem o que é global, criam também o que é local como uma condição inferiorizada. A globalização globaliza a cultura dominante, estabelecendo os termos das trocas desiguais existentes entre o centro e a periferia do sistema (SANTOS, 2002, p.63).

A primeira forma de globalização é o globalismo localizado. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em lingua franca, a globalização do *fast food*

americano ou da sua música popular, ou a adoção mundial das mesmas leis de propriedade intelectual, de patentes ou de telecomunicações promovida agressivamente pelos EUA. Neste modo de produção de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos ou pelo reconhecimento da diferença. A vitória traduz-se na faculdade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão. No caso do reconhecimento da diferença, o localismo globalizado implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas. [...] os centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-só a escolha de globalismos localizados (IDEM, p.65-66).

Tal processo de mundialização é resultado da expansão de um determinado localismo, uma determinada prática civilizatória que possui seu lastro na lógica econômica, que regula os padrões neoliberais de acumulação. Neste modelo, o capital deve ser libertado dos vínculos sociais e políticos que possa possuir, preconizando que as atividades sociais, ao se submeterem à lógica do mercado, podem ser mais eficientemente organizadas. Esta mundialização cria um mundo interconectado e interdependente, onde o sistema econômico e o sistema técnico dominantes se impõem como invasores, sob a égide da supremacia norte-americana, legitimando-se segundo um modelo de eficácia econômica que não beneficia nem interessa a grande parte da humanidade. O neoliberalismo admite o padrão de máximo crescimento econômico, competitividade e produtividade como finalidade última dos objetivos humanos. Seus entusiastas procuram fazer desta mensagem algo de dimensões universais.

Na prática, não se vê resquícios de emancipação dentro deste modelo. Tal modelo destrói as responsabilidades políticas que poderiam garantir alguma forma de socialização das riquezas existentes. No mundo real se empreende um capitalismo radical, sem freios nem limites, cuja finalidade maior é o acúmulo da maior quantidade de lucro possível. Para tanto, todo um aparato político que visa a manipulação e a ideologização da opinião pública é planejado em favor da eficácia destes fins (BOURDIEU, 1998, p.37-60).

O desenrolar desta lógica trouxe uma época sombria, de profunda crise no Estado republicano, em suma, uma crise na política nos tempos atuais. Vemos o triunfo de uma perversa racionalidade estratégica, que fomenta a construção de uma democracia de mercado em detrimento do que se pode entender por uma democracia

realmente emancipadora, algo que será discutido mais adiante. Esta lógica econômica formadora da globalização hegemônica, analisada no presente capítulo, possui estreitas relações com a democracia liberal, alimentada pelas instâncias de poder dominantes.

O que conhecemos como globalização neoliberal, é o sistema econômico pautado no livre mercado ampliando seu raio de influência ao redor do mundo, sendo todas aquelas forças que trabalham contra o funcionamento deste sistema, consideradas suspeitas. Este modelo econômico é considerado, pelos seus entusiastas como a principal fonte de democracia, justiça e racionalidade. Seu perfeito funcionamento viria a trazer grandes benefícios para a humanidade, o que traria a liberdade como um valor primordial para se incitar o consumismo, que faz girar as engrenagens do modelo de globalização dominante. O fim da União Soviética foi celebrado pelos defensores do livre mercado como o triunfo deste modelo de civilização que estamos analisando, tendo um de seus principais expoentes, Francis Fukuyama, declarado o fim da história, algo que foi atentamente observado por Perry Anderson:

Numa notável proeza de composição, Fukuyama movimenta-se, num hábil e fluente vai-vém, entre a exposição metafísica e a observação sociológica, a estrutura da história humana e os detalhes de eventos correntes, as doutrinas da alma e as visões da sociedade. Pode-se afirmar sem receio que ninguém tentou jamais uma síntese comparável – simultaneamente tão profunda em premissas ontológicas e tão próxima da superfície da política global. [...] Fukuyama organiza agora a sua interpretação do dramático ponto de mutação nas questões mundiais na virada dos anos 90 como uma teoria geral de história universal. A evolução humana exhibe direcionalidade por causa do avanço cumulativo de conhecimento técnico, perceptível desde a aurora da espécie, mas que recebeu um impulso decisivo com o nascimento da ciência moderna, nas primeiras décadas da Europa moderna. A razão científica, uma vez desencantada, transformaria, no decorrer do tempo, o mundo em geral, obrigando todos os Estados a modernizar-se – militar e socialmente – se desejassem sobreviver à pressão das potências tecnologicamente mais adiantadas do que eles; e abrir horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico para a satisfação de necessidades materiais. [...] A ciência fornece a maquinaria fundamental para a satisfação plena de carências. Impondo uma organização racional do trabalho e da administração – fábricas e burocracias – elevou os padrões de vida para níveis antes inimagináveis. Uma vez que sua dinâmica cria uma economia industrial madura, seleciona inexoravelmente o capitalismo como o único sistema eficiente – porque competitivo – para elevar a produtividade para dentro de uma divisão global de trabalho (ANDERSON, 1992, p. 94-95).

O neoliberalismo é todo embasado em uma lógica econômica, com um suporte técnico-científico de sustentação no qual a força das empresas torna seu poder de influência cada vez mais agressivo, o que impele para que sejam diminuídos os obstáculos para implementação dos seus fins. Apesar da existência de um ambiente em que, formalmente, a democracia é o norte regulador, grande parte da população dos lugares onde este modelo vigora, está significativamente excluída dos processos de tomada de decisão que dizem respeito à sociedade. É espantoso pensarmos o quanto a expansão da democracia neoliberal pelo mundo traz consigo uma forte degradação das práticas consideradas democráticas. Esta é uma forma de democracia que se manifesta em baixa intensidade (SANTOS, 2002, p.42). Segundo tal concepção hegemônica de democracia, a busca do lucro é o lastro em que devem se basear os regimes democráticos, sendo os governos que seguem uma linha que não se coadune ao mercado, considerados anti-democráticos. Garantir a melhor forma possível de funcionamento para o mercado é a petição de autoridade necessária para se manter um bom relacionamento com as potências hegemônicas. Ou seja, a democracia é admissível desde que se manifeste de forma a fazer com que as classes populares não possuam influência sobre os rumos econômicos que as diretrizes hegemônicas tomam como procedimento padrão. Este é um modelo de democracia liberal e representativa extremamente elitista, que ignora as demandas e as experiências daqueles que são subalternos dentro de tal sistema. Seu principal defensor é os Estados Unidos, que procura difundir-lo para o resto do mundo como sendo o único caminho possível.

A sobrevivência do sistema capitalista depende diretamente da sua expansão e imposição pelo mundo. A afirmação desta hegemonia do capital é um dos principais pilares do pensamento único que se atrela ao mercado. Na forma como o sistema funciona, podemos observar o quão desiguais são as relações entre aqueles que detêm o poder econômico, político, militar, a influência cultural e ideológica, e aqueles que estão na periferia do sistema. A ordem instaurada se expressa de forma a perpetuar estas desigualdades. O desenvolvimento e o progresso representam a insaciável ânsia do capital por maiores parcelas de lucro, grande pivô das desigualdades existentes no mundo.

Assim como, nos primórdios da modernidade, o centro hegemônico possui o progresso científico e tecnológico, enquanto a periferia fornece os recursos necessários

para este desenvolvimento, fazendo com que se estabeleçam relações assimétricas de trocas desiguais. A história do capitalismo pode ser confundida com a história do expansionismo do centro capitalista rumo ao resto do mundo por meio de espoliação econômica e intervenções militares, sendo tais práticas estimadas como indicativos de progresso. Entrar na lógica do mercado, ainda que de forma subalterna, é considerado um sinal de prosperidade. Isto justifica a destruição de formas de organização econômica pré ou não-capitalistas. Os conceitos de livre mercado, democracia e um certo conceito de direitos humanos, atrelado à matriz liberal, são apontados como sinônimo de superioridade civilizacional e são utilizados como argumentos para que os países desenvolvidos, em especial os EUA, levem adiante suas ambições e interesses.

Mesmo tendo surgido no Ocidente, sustenta-se que estes valores devam ser estendidos e aplicados a todas as culturas e civilizações do planeta, nem que isso implique o “direito” do uso da força. O universalismo dos direitos do homem, segundo a lógica hegemônica, deve, coerentemente, corresponder à universalidade das intervenções humanitárias, sendo isto levado a cabo com ou sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os Estados Unidos são o grande herdeiro destes princípios tão caros ao mundo ocidental. A economia de mercado, mola mestre do capitalismo contemporâneo, faz parte destes valores que devem ser exportado para todo o mundo. A Antropologia proposta por estas doutrinas que alimentam o poder hegemônico, se choca fortemente com uma gama de outras culturas, cujos valores estão muito distantes do individualismo liberal. Tais valores hegemônicos no mundo ocidental formam o lugar por excelência do individualismo desenfreado que assistimos nos dias de hoje. O intervencionismo humanitário que observamos no Iraque, serve como uma forma de garantir a hegemonia dos Estados Unidos, que pode tirar um proveito mais eficiente do fim da ordem bipolar que permeou o século XX, podendo impor ao resto do mundo os seus valores, o seu sistema político e a sua supremacia econômica. Tais ideologias estão em perfeita continuidade com a tradição missionária e colonizadora das potências ocidentais.

Décadas de hegemonia desse tipo de valores e de modelo de sociedade que desarticularam boa parte da estrutura produtiva dos países do hemisfério sul, fragilizaram suas economias pela hegemonia do capital financeiro e pela dependência do capital especulativo, enfraqueceram a capacidade de seus Estados para garantir direitos e

para dirigir processos de democratização social, aumentaram rapidamente a mercantilização da cultura e enfraqueceram todos os elementos que compõem a política – além do Estado e dos governos, os partidos, os parlamentos, as campanhas eleitorais, os debates políticos, a cultura política, o interesse pelo destino das sociedades. [...] os parlamentos foram esvaziados, os partidos políticos se descaracterizaram ideologicamente, as eleições deixaram de representar disputas de alternativas, o poder do dinheiro corrompeu os próprios processos eleitorais e o próprio exercício dos governos. Uma versão bastarda dos modelos liberais foi se impondo, fragilizando a política e o Estado, em favor da financeirização e do primado da economia sobre a vida social (SADER, 2002, p.654-655).

É bastante intenso o risco que o projeto universalista implícito na doutrina universal dos direitos humanos opere de fato como um aspecto de ocidentalização do mundo, que hoje atinge as civilizações e as culturas tecnológica e economicamente mais fracas, privando-as de sua identidade e dignidade. E esta suspeita permeia constantemente a chamada ingerência humanitária, nas quais as potências ocidentais, atreladas e/ou aliadas aos Estados Unidos, não raramente, se engajam. Tal argumento da ingerência humanitária tornou-se o elemento-chave da política externa norte-americana, tendo influenciado fortemente a eclosão da Guerra do Iraque, apresentada como um recurso para garantir a tutela destes nobres valores. O ato de uma potência hegemônica empreender intervenções humanitárias em algum país significa usar a força das armas para levar a paz, a democracia liberal e o mercado, trazendo a estabilidade capitalista. A guerra moderna, com seus instrumentos de destruição em massa, é perfeitamente utilizada com o intuito de proteger os direitos humanos hegemonicamente estabelecidos.

O direito de interferência traz facilidades para a possibilidade destes países, que ocupam um lugar proeminente no sistema-mundo, definirem a ordem mundial conforme as suas conveniências. Para que seja implantada tal ordem, o discurso da missão civilizadora, dos direitos humanos e da democracia de mercado são eficientemente utilizados. A retórica dos líderes do centro hegemônico, assim como da grande mídia, atrelada aos interesses do capital, é impregnada por uma ideologia que se arroga universal. Promove-se os direitos humanos e a democracia, que, dentro do paradigma hegemônico, são eficientes pilares de sustentação para a expansão dos livres mercados. Tais pontos citados estruturam as relações de poder do mundo globalizado, engendrando a existência dos subalternos assim como a sua resistência. É de

fundamental importância se tomar conhecimento destes mecanismos de controle e de poder para se compreender o mundo em que estamos inseridos (WALLERSTEIN, 2007, p.29-70). O universalismo imposto unilateralmente leva à ignorância, à agressividade, à negação da diversidade cultural e da complexidade do mundo. É uma tendência na qual se baseiam as estratégias hegemônicas dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus. Nada mais trágico e dogmático do que a apologia à guerra de agressão conduzida em nome dos direitos humanos.

Estas questões são de difícil resolução já que o capital continua a negar, do alto de sua fictícia auto-absolutização, a possibilidade de ser historicamente superável. O mecanismo destrutivo do capital é de tal tamanho que relativiza as próprias condições de existência humana, em um mundo de recursos limitados, em favor do seu robusto funcionamento. O imperativo da acumulação de capital veio a se tornar onipresente. A racionalidade instrumental lhe dá suporte e forja a lógica sistêmica e o seu mecanismo de funcionamento é o que mantém o sistema em funcionamento, independente da forma como é feito, das guerras e destruições que provoque.

A mitologia da globalização é promovida pelos ideólogos do capital como uma versão mais palatável da “mão invisível” para o nosso tempo. Quando projetam os benefícios supostamente globais e onilaterais, em conjunção com o mundo do mercado, ignoram ou deliberadamente distorcem que aquilo realmente existe – e existiu durante um longo tempo – está longe de ser universal e equitativamente benéfico, mas, ao contrário, é um mercado mundial imperialisticamente dominado. Estabeleceu-se como um conjunto de relações de poder mais iníquas, operando sempre em vantagem dos mais fortes e da cruel dominação – se necessário for, mesmo do subjugado militar direto – e exploração dos mais fracos (MÉSZAROS, 2007, p.52).

O panorama geopolítico internacional veio assumindo contornos perigosos no começo do século XXI, em que os Estados Unidos, única superpotência do mundo, vêm implantando políticas cada vez mais unilaterais, com o objetivo de controlar as possibilidades de desenvolvimento econômico, por todos os meios que estiverem a seu alcance, até mesmo de outras potências que possam vir a rivalizar com seu poder. Esta hegemonia construída durante o século XX, como foi assinalado antes, se torna periclitante no século XXI. Apesar da guerra ao terror ou de qualquer pretexto que

possa ser usado para as intervenções ao redor do mundo. Sabemos que esta lógica engendrada pelo capitalismo é o pilar central que sustenta as ações imperiais. A razão econômica é a instância mais cara ao mundo mergulhado na globalização neoliberal. Poucas são as restrições ao uso da força para fazer com que sejam postas em prática as ambições imperiais. As dimensões militares do problema que estamos discutindo, agravam sobremaneira a questão, tornando este período inicial do nosso século uma das fases mais arriscadas da história do imperialismo. O que está em jogo, não é um pedaço de terra ou uma região apenas, como Iraque ou Oriente Médio, mas a totalidade do planeta, que pode ter um futuro bastante sombrio caso esta forma de racionalidade continue se manifestando hegemonicamente.

É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade – que se pode escrever sem aspas, pois ela corresponde genuinamente à lógica do capital no atual estágio histórico de desenvolvimento global – é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a sua concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade (IDEM, p. 104)

A agressividade das políticas que visam a potencialização da lógica do capital, colocam a humanidade em risco. O patamar de destrutividade que as armas atuais podem alcançar, indicam a possibilidade de tempos assombrosos caso tais formas de imposição da hegemonia continuem sendo privilegiadas. A tendência irrefreável do capitalismo é a auto-expansão como algo justificável por si mesmo, ainda que isto signifique perigos para a humanidade. Dentro deste sistema, a guerra sempre será uma ameaça próxima. Levando-se em consideração o poder letal das armas existentes, a possibilidade de extermínio da espécie não é uma possibilidade remota⁵⁷.

⁵⁷ O historiador inglês Edward Palmer Thompson formula o conceito de exterminismo como uma categoria útil para definir a nossa época de possibilidade de confronto nuclear, que não cessou com o fim da Guerra Fria. A dinâmica e o sistema de armamentos são de fundamental importância para a lógica imperialista. Esta lógica é destrutiva e pode trazer a destruição da espécie humana. O imperativo a ser levado em consideração, é a salvação da própria humanidade do extermínio que se vislumbra como possibilidade em um horizonte de expectativa. Cf. (THOMPSON, 1985).

4.5. Críticas Contemporâneas ao Paradigma Atualizado

As instituições no mundo moderno foram sendo organizadas de forma a reproduzir os mecanismos que priorizaram a razão instrumental, trazendo tal mecanismo como abalizador das possibilidades de eficácia dentro da relação entre meios e fins (HORKHEIMER, 2002, p. 13-30), sendo os critérios para o uso das propriedades da razão intimamente ligados ao modo de produção capitalista. Tais critérios deram impulso para se estabelecer os padrões de racionalidade, invariavelmente por definições políticas, culturais e econômicas que atuaram em consonância com as demandas do capitalismo, com suas pretensões de expandir-se para o mundo. O capitalismo veio a se tornar um marco referencial muito forte para o desenvolvimento das características que analisamos sobre a modernidade. Ele trouxe consigo a organização racional do trabalho, da produção e do comércio, com vistas a potencializar as margens de lucros.

Esta lógica que foi se desenvolvendo gradativamente, acabou sendo prevalecente até o mundo atual, dominado pela globalização neoliberal: o bom funcionamento desta lógica veio a se tornar um axioma. Com o neoliberalismo, todo um conjunto de valores vinculados a tal lógica foi desenvolvido para atualizá-la no contexto do tempo presente. Não é por acaso que o processo de racionalização que estamos procurando investigar, se desenvolve imbricado ao sistema capitalista. É flagrante a valorização do que podemos chamar de *know-how*, se impor através de um modelo de desenvolvimento técnico que relega a um plano desprezível as questões humanas que envolvem estes procedimentos.

Muitas tragédias humanas foram e continuam sendo produzidas, que vão desde a criação de bombas atômicas até a promoção de políticas que visam prioritariamente o superávit econômico. Esta forma de desenvolvimento trouxe diversas interdições a categorias que expressam valores opostos a esta lógica. O planeta, assim como os seres humanos que nele habitam, são subordinados às necessidades de um modelo que coloca as taxas empresariais como patamar de desenvolvimento. As idéias de justiça, democracia e direitos humanos, que permeiam a tradição ocidental, têm o seu fundamento racional na medida em que são pilares estruturantes da sociedade. Estes valores são atrelados à lógica aqui analisada, ratificando as relações de poder que

vieram a se estabelecer na modernidade ao terem seu valor associado ao papel que desempenham para a dominação tanto da natureza quanto dos homens (IDEM, p.29). Apenas aquilo que está em consonância com os procedimentos de classificação e quantificação é que possui autoridade e crédito.

A modernidade propiciou a difusão dos produtos da atividade racional, manifestada principalmente, na ciência, tecnologia e nas questões econômicas e administrativas. As pessoas que vivem nestas sociedades, sob influência de tal paradigma, são educadas a ele se adequarem, reproduzindo seus valores e relações de poder. A racionalização e o controle exercidos buscam, em larga medida, garantir as possibilidades para estabelecimento do triunfo do sistema capitalista. A racionalização do mundo esteve imbricada ao ato de modernizá-lo. Isto trouxe à tona as promessas de mudança social e emancipação, que, até então, foram colocadas em prática apenas em favor de uma minoria privilegiada. O balanço que podemos fazer deste modelo de civilização moderno, é diretamente atrelado à centralização dos sistemas de controle nas mãos dos privilegiados, que vêm a impor uma globalização beneficiadora de alguns aspectos desenvolvidos intensamente com a consolidação do paradigma em questão: o industrialismo, o capitalismo, os meios de controle e domínio social (TOURAINE, 2009, p.37). Vemos, no discurso dominante, os opositores deste modelo serem taxados de irracionais, por não considerarem a racionalidade hegemônica, tida como a única luz a iluminar as trevas.

Alguns evitam a modernidade, mas não são numerosos, porque os centros da modernidade acumularam de tal forma recursos disponíveis, e dominam tão completamente a totalidade do mundo, que não existe mais lugar pré-moderno nem bons selvagens, somente reservatórios de matérias-primas ou de mão de obra, terrenos para exercícios militares ou lixeiras entulhadas de latas de conservas e de programas de televisão (IDEM, p.100).

Segundo esta lógica, o proveito tirado pelo desenvolvimento econômico é justificador de uma perspectiva de mundo unidimensional, em que os fins de acumulação capitalista legitimam ações unilaterais. O que se leva em consideração, ao criarem-se planos de incremento às margens de lucro, são as possibilidades de conseguir obter a execução de tais propósitos da forma a mais eficiente possível. Nas sociedades

capitalistas, estas se tornaram as mais sublimes práticas. A lógica econômica instaurada neste sistema procura tornar digno de valor tudo que possa fomentar a produtividade e as margens de lucro econômico, transformando o que está de fora deste padrão em algo supérfluo e sem sentido. A democracia e os direitos humanos só são relevantes se puderem servir de suporte para este pragmatismo financeiro, considerado por seus apologistas como redentor. A competência que as potências hegemônicas tiveram em conseguir difundir esta lógica por todo o mundo é observada como um indício necessário para a fabricação da procedência deste paradigma. A racionalidade se reduz a um mero instrumento utilizado a serviço deste sistema unidimensionalizado, acentuando o teor de barbárie contido em seu cerne. Isso é feito com uma roupagem de ação civilizadora, que procura difundir as luzes do esclarecimento para os mais diversos rincões do mundo.

A maneira como o esclarecimento engendrado pelo Iluminismo e atualizado na globalização se desenvolveu, elevou a uma alta potência as capacidades de expansão e colonização do mundo, um mundo que se torna desencantado, em que explicações míticas e religiosas são colocadas em um plano inferior, passando-se, então, a enfatizar as possibilidades de domínio e previsibilidade que o cálculo propicia, através do suporte científico. Podemos nos dar conta do quanto esse paradigma que procura guiar a existência humana, fracassou em trazer a libertação prometida, e, ao invés disso, trouxe opressão e alienação. A matematização da natureza e da vida das pessoas veio a se adequar aos padrões formulados pelo capitalismo, que influenciou fortemente as diretrizes deste processo de racionalização moderno. Nele, as complexidades existentes no mundo são reduzidas a um valor numérico, tornando-o passíveis de sofrer alguma forma de interferência ou controle. Os critérios de objetividade que emanam destas idéias, vêm a colonizar a moral e a ética. Michel Foucault procura demonstrar em seus trabalhos que esta lógica veio trazer o ensejo para as exclusões, interdições e marginalizações que acompanham as práticas de poder exercidas por aqueles que estão na vanguarda deste paradigma e possuem o domínio sobre os procedimentos disciplinadores. A razão e a ordem, dela conseqüente, tornam legítimas a dominação e a exclusão dos não-alinhados a este modelo que se expandiu e se tornou hegemônico. A vida é reduzida às finalidades técnicas e instrumentos úteis ao controle do homem e da natureza. A razão instrumental vai valorizar o que vem a trazer eficácia na relação entre meios e fins, sendo todas as necessidades humanas existentes nos lugares dominados

por esta lógica, subordinadas a ela. O capitalismo tira do paradigma moderno um impulso na produção dos seus resultados, impondo ordenamentos técnicos que camuflam a submissão. No pressuposto criado pela técnica e pela lógica econômica, existe um projeto de mundo levado adiante por um grupo dominante (HABERMAS, 1975, p.306).

A adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado pelo seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável maldição (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 46).

A ausência de auto-reflexão que esta racionalidade engendradora traz, é nefasta para a vida humana. Esses imperativos que se estabeleceram e passaram a ter influência visceral no caminho da história na modernidade (ver capítulo 3), podem ser vistos como o declínio do que se costuma chamar de esclarecimento, já que este esclarecimento não tem colocado para si mesmo a tarefa de refletir sobre o potencial destrutivo que possui. Entendemos a construção de uma sociedade justa como dependendo necessariamente do esclarecimento, como será discutido mais adiante, mas não da forma como ele vem sendo posto em prática, pois não há o acolhimento da crítica aos elementos aniquiladores e regressivos que ele próprio possui, o que faz a crítica dos pensadores da escola de Frankfurt ser bem fundamentada. As mazelas da razão e do esclarecimento são aprisionadas na obscuridade. Apesar do avanço tecnológico e científico e econômico nos últimos séculos, a humanidade não só não alcançou a plenitude do esclarecimento com suas potencialidades emancipatórias como se afogou, ainda mais, em estreitas relações com a barbárie. O esclarecimento trouxe uma dialética sombria: a construção da civilização trouxe consigo um elemento com intenso potencial destrutivo que ainda não conseguiu ser superado. A dominação política, cultural e econômica é o que rege as relações entre os diversos grupos sociais, o próprio esclarecimento tem seus embriões na ânsia por subjugar, sendo a expressão da racionalidade que quer se apossar da natureza e dos homens. Neste processo, o esclarecimento vem a se tornar poder a serviço do grupo que o detém, sendo todo o resto reduzido a objeto deste poder. O impulso pela dominação, que moveu grande parte do curso da história, é a debilidade da

razão instrumental, hipertrofiada na modernidade. O esclarecimento trouxe o desencantamento do mundo por intermédio de um cada vez maior processo de racionalização, classificação e esquadramento, transformando todos os seres vivos em objetos inanimados a serem controlados. Um processo de reificação da vida que se manifesta, nos dias de hoje, na globalização neoliberal, que trouxe a continuidade com estes mecanismos racionalizadores manifestados pela lógica econômica (IDEM, p. 20-52).

A razão se tornou um mero adminículo da aparelhagem econômica que tudo engloba. Ela é usada como um instrumento universal servindo para a fabricação de todos os demais instrumentos. Rigidamente funcionalizada, ela é tão fatal quanto a manipulação calculada com exatidão na produção material e cujos resultados para os homens escapam de todo cálculo. Cumpru-se afinal sua velha ambição de ser um órgão puro dos fins. A exclusividade das leis lógicas tem origem nessa univocidade da função, em última análise no caráter coercitivo da autoconservação (IDEM, p. 42)

Vivemos um momento em que sérios limites ao modelo de racionalidade dominante são colocados. A globalização neoliberal vem trazendo diversas catástrofes humanas ao redor do mundo, fomentando a precarização e a desigualdade. O mundo não se tornou um lugar melhor com o esclarecimento.

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra-racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo aos pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante (SANTOS, 2000, p.120-121).

O ideal de universalidade ocidental não passa de uma auto-percepção narcísica de si mesmo, onde os que colocam em prática tais pressupostos, agem de acordo com os anseios de dominação e ampliação das potencialidades de um grupo específico de seres humanos, que promovem os mais diversos sacrifícios da humanidade em nome de seus interesses. A modernidade Ocidental, com sua cultura hegemonicamente disseminada ao redor do mundo, pretende-se universal, suprimindo e marginalizando as tradições

culturais daqueles que estão na periferia do sistema político e econômico. Os neoconservadores⁵⁸, bastante influentes no cenário político internacional, propuseram o modelo de globalização como uma última etapa do universalismo proposto pelo Ocidente, em que o mundo vem a ser administrado de acordo com as regras do mercado. Desta maneira, as formas de perceber o mundo, provenientes do que está hegemonicamente estabelecido, são empurradas goela abaixo nas localidades marginalmente incorporadas ao sistema- mundo, tornando-se um imperativo externo e agindo descontextualizadamente sobre outros lugares, impondo-lhes um domínio econômico e cultural. Aqueles que negam estas diretrizes, são constantemente taxados de inferiores, sendo a eles atribuídos categorias que possam expressar esta condição. A produção de não-existência ocorre sempre que há a desqualificação de alguma manifestação cultural por ela não se coadunar com a lógica hegemônica. Esta produção é uma criação epistemológica que se dá pela marginalização de várias culturas que estejam de fora dos mecanismos que podem levar ao propalado progresso, largamente estruturados pela lógica econômica, produtivista e consumista.

Principalmente, mas não apenas, os povos da África e do Oriente Médio são há muito tempo vitimizados pela ação imperialista, que se escora nos critérios de superioridade invocados para levar o que o Ocidente entende por civilização a tais povos tornados marginalizados ou integrados de forma subalterna ao sistema hegemônico. As potências ocidentais, por se arrogarem a condição de centro do mundo, reiteram a utilização do seu padrão de civilização para explicar e interpretar o que se passa com o resto do mundo, dividindo-o em povos superiores e povos inferiores. Isto garante a legitimidade para as intervenções que procuram ajustar o mundo aos seus desígnios, implicando em uma forte exclusão civilizacional. As estratégias de dominação são diversas, sempre baseadas na idéia de superioridade do Ocidente, que justifica as guerras, o racismo, a rapinagem assim como a imposição de um sistema econômico que carrega uma subserviência dos homens aos imperativos do mercado.

Porém, o ano de 2008 tornou claro que os princípios da globalização neoliberal não são suficientes para a manutenção da saúde financeira da economia- mundo e muito

⁵⁸ Na Europa, vemos a ascensão de grupos de extrema direita que estão prontos para mover qualquer tipo de ação, inclusive com uso de forte violência. No mês de julho do ano de 2011, vemos uma manifestação do ideal de superioridade européia discutido aqui assumindo dimensões trágicas, como ficou demonstrado no massacre da Noruega, que traz em seu seio a luta contra a integração social dos estrangeiros assim como a aversão ao multiculturalismo.

menos traz os benefícios sociais que os seus entusiastas tanto proclamam. Com a crise ocorrida naquele ano, tal modelo econômico vem demonstrando quão frágeis são seus pressupostos, colocando dúvidas e incertezas quanto a este modelo hegemônico de globalização colocado em prática até então. Tal crise, que se estende até os dias de hoje, traz sérias fissuras ainda não sanadas pelos agentes da globalização hegemônica, fazendo com que as tragédias da mesma decorrentes ganhem mais visibilidade e sejam fonte de preocupação.

As conseqüências e a profundidade desta crise só não serão maiores porque governos das principais potências mundiais estão injetando uma fabulosa soma financeira nas suas economias. Basicamente, os governos das nações desenvolvidas estão comprando ações, ativos e dívidas das instituições financeiras, garantindo depósitos bancários dos clientes das instituições e provendo liquidez para os empréstimos interbancários⁵⁹.

O capitalismo vem passando por uma forte turbulência, na qual aqueles que eram entusiastas do chamado livre mercado, têm admitido que sua magnitude é avassaladora para a economia do mundo todo, que se manifestou mais fortemente em 2008, inicialmente com os graves problemas financeiros dos bancos norte-americanos devido a uma desenfreada expansão dos créditos concedidos. Essa turbulência veio a se alastrar pelo planeta, exigindo que fossem injetados bilhões de dólares nos bancos no mundo todo, trazendo fortes conseqüências para as finanças públicas (CAROS AMIGOS, Ano 15, Nº170, p. 26-29).

O paradigma hegemônico da modernidade, ao estreitar seus vínculos com o capitalismo, reduziu o potencial emancipador pretendido nos seus primórdios em favor de um projeto de regulação que veio a se tornar extremamente autoritário, atingindo seu maior patamar nos dias de globalização em que vivemos mas, ao mesmo tempo, tais marcos regulatórios vêm atravessando sérias críticas. As ondas de protesto que assolam o mundo nos estimulam a por em questão os critérios que definem a hierarquização das forças existentes dentro do sistema-mundo de forma a renegociar esta correlação de forças, sendo necessário, para isso, que as práticas baseadas na inclusão e na cooperação

⁵⁹ <<http://www.socialismo.org.br/portal/questoes-sociais/113-artigo/639-a-crise-de-2008-e-seus-impactos-na-questao-social>> acessado em: 21 jun.2011.

interdependente sejam fomentadas, substituindo o atual sistema de exclusão. Os marcos regulatórios que foram propostos na modernidade passam por sérios questionamentos em relação a sua legitimidade e exequibilidade (nos moldes que foram praticados). Diversos anseios de poder foram criados pelo conhecimento como forma de regulação, sendo responsável pela destruição de diversas formas de saber, em especial daquelas culturas que são dominadas econômica e/ou politicamente. Tais práticas criaram silêncios e invisibilidades.

O atual período de descrédito em relação às possibilidades de êxito do projeto neoliberal, abertamente manifestado com a crise de 2008, tem trazido uma grande efervescência dos movimentos sociais ao redor do mundo em busca de justiça social. Atualmente, nós acompanhamos a eclosão de revoltas no mundo árabe, que estão influenciando diversas lutas populares por melhorias de suas condições de vida, movimento este que está sendo chamado de Primavera Árabe. Estas manifestações podem ser o começo de um grande despertar de povos que possuem um extenso histórico de submissão aos centros hegemônicos. Várias ondas de protesto têm tomado conta de toda a conjuntura política internacional. Não são movimentos solitários, específicos de uma região conflituosa do planeta. A Primavera Árabe é uma relevante manifestação da crise global do sistema capitalista, este sistema que precariza sobremaneira a vida das pessoas, tornando-a insustentável a longo prazo. Tais levantes tiveram o seu início na Tunísia, país que vinha seguindo à risca o receituário neoliberal. Lá, como em diversos outros lugares onde estas prescrições econômicas vigoram, o povo não tem acesso aos benefícios instituídos pelo crescimento econômico. Grande parte da juventude tunisiana está desempregada e esta situação é vivida em comum pelas populações de vários países árabes, que participam de levantes contra seus governantes⁶⁰, aliados dos interesses norte-americanos e capitalistas ocidentais. Tais

⁶⁰ Nas regiões árabes, estão ocorrendo intensos conflitos e revoltas impulsionados por movimentos laicistas que procuram trazer democracia para estes países. Na Argélia, têm ocorrido grandes manifestações públicas contra o presidente, que prometeu reformas para tentar suprir as carências da população. Na Líbia, diversos protestos têm feito a população entrar em choque contra o governo, eclodindo uma guerra civil. Na Jordânia, os protestos populares resultaram em mudança de governo. No Egito, os protestos populares ocasionaram a renúncia do presidente Hosni Mubarak, um velho aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio. Na Síria, país não alinhado ao Ocidente, também têm acontecido ondas de protestos contra o presidente Bashar al-Assad, que o impeliu a se comprometer com reformas democráticas nas instituições políticas da Síria. No Iraque, a Primavera Árabe também trouxe várias ondas de protestos que culminaram na renúncia do premier Nouri al-Maliki, que não concorrerá mais ao cargo. O Bahrein também tem sido palco de grandes manifestações públicas que trouxeram a

manifestações tanto podem ser absorvidas pelo mercado como abrir possibilidades para transformações duradouras.

Uma outra globalização deve ser buscada, de forma a fazer com o lucro e o dinheiro sejam retirados da posição de primazia que lhes cabe no modelo hegemônico, trazendo-se à tona uma política solidária.

Nas presentes circunstâncias, conforme já vimos, a centralidade é ocupada pelo dinheiro, em suas formas mais agressivas, um dinheiro em estado puro sustentado por uma informação ideológica com a qual se encontra em simbiose. Daí a brutal distorção do sentido da vida em todas as suas dimensões, incluindo o trabalho e o lazer, e alcançando a valoração íntima de cada prevalência do dinheiro em estado puro como motor primeiro e último das ações, o homem acaba por ser considerado um elemento residual. Dessa forma, o território, o Estado-nação e a solidariedade social também se tornam residuais (SANTOS, 2000, p.147).

soltura de presos políticos. Em quase todos estes lugares, os ditames do imperialismo internacional se mesclam aos problemas internos existentes nestes países, que se devem, em larga medida, aos conflitos dentro das estruturas tribais interna^s que tais países possuem.

5. CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS, MAS PARA FUTUROS

Precisamos trabalhar para que o lugar da política seja resgatado e o foco das suas ações gire em torno dos homens e de suas relações com o bem comum. Elementos éticos relevantes podem ser estabelecidos, tendo como ponto de partida as possibilidades de coexistência. A substituição do modelo hegemônico por algo que traga garantia de melhorias de condições de vida para um maior número de pessoas, é algo que deve ser defendido de forma mais enfática, estando no centro das preocupações dos dias atuais. Para tanto, é preciso que se garanta o privilégio do interesse público sobre o interesse econômico e privado através da constituição de uma nova hierarquia de prioridades políticas. A busca da reelaboração e ruptura com estes padrões hegemônicos que se alastraram pelo mundo, juntamente com o capitalismo, traz a possibilidade de quebrar com o círculo vicioso que a racionalidade instrumental impõe ao presidir as práticas sociais.

A luta por esses ideais de emancipação pode levar a novos caminhos que ultrapassam as possibilidades oferecidas pelo sistema capitalista na forma como ele está organizado. A onda de protestos e de reivindicações por melhorias nas condições de vida das pessoas vem se espalhando pelo mundo. Podemos dizer que, atualmente, vem ocorrendo um aumento da consciência crítica e do questionamento das estruturas sociais e econômicas instauradas pelo capitalismo. Na Europa, a crise do sistema se mostra também bastante avassaladora, como no caso da Grécia, Portugal, Espanha e França, que vêm sendo palco de inúmeros manifestações sociais. As promessas da era de

prosperidade que o capital iria trazer, não foram realizadas. Mesmo os países centrais do capitalismo sofrem com as consequências danosas da crise econômica instaurada⁶¹.

O exercício intelectual a ser feito, vem no sentido de rechaçar os caminhos que vieram a prevalecer no uso da racionalidade técnica e na economia, no intuito de trazer algo que possa colocar o homem no eixo central da sociedade, de forma a torná-lo um agente produtor da História. Isso só poderá ser feito se forem colocadas em prática outras formas de se fazer uso da racionalidade, de forma que esta contemple as demandas da maior parte da humanidade. As lutas contra as formas de racionalização vigentes devem ser empreendidas pelos movimentos sociais organizados, indicando outras formas de ser racional, o que implica em negação das diretrizes hegemônicas, que, ao se extremarem, fomentam a subordinação e a alienação das pessoas e de seus modos de vida em favor de uma perspectiva de mundo reducionista que se pretende universal. Buscamos uma política que procure trazer benefícios e possa servir a múltiplos interesses, não apenas voltada para as possibilidades de maximização das taxas de lucro. Isto pode vir a romper com o círculo vicioso que estimula a homogeneização pretendida pelo sistema, empobrecedora da realidade, procurando-se estabelecer as bases de um novo mundo que estimule a uma heterogeneidade criativa (SANTOS, 2000, p.127).

Apesar da força sistêmica que impele ao estabelecimento da lógica econômica, não existem impeditivos fortes o suficiente para que sejam organizadas associações com relações horizontais entre aqueles que sofrem com a dominação hegemônica. Este tipo de iniciativa pode ser levada a cabo a partir de possibilidades factíveis de reconstrução da ordem no mundo, que possam ser postas em prática em contraponto a todas aquelas ações políticas que fomentam a submissão ao imperialismo e que criam uma lógica unidimensional para o mundo.

É lícito dizer que os futuros são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. É assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força

⁶¹ Dentre os movimentos sociais que possuem força atualmente, devemos destacar o trabalho do Fórum Social Mundial para a articulação destes movimentos em busca de uma nova forma de globalização que seja lastreada em outros critérios, que serão apresentados mais adiante.

das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas (IDEM, p. 161).

Existe uma forte necessidade de se reconstruir os vínculos sociais, apagados pelas demandas de mercado, o que aponta para reformas práticas nas instituições políticas viciadas pelo modelo que vem sendo hegemônico há muito tempo.

Buscamos como referencial de ação a construção de outra forma de globalização, alternativa ao que é hegemonicamente colocado, procurando trazer possibilidades mais compatíveis com o que entendemos por dignidade humana. São nestas possibilidades de construção de alternativas que residem os maiores potenciais de emancipação social. Para isso, tentamos estabelecer algumas bases para uma compreensão não-ocidentalista de mundo, de forma a integrar aqueles povos que foram historicamente subordinados ao ideal de civilização justificador das ações necessárias para que se promova a dominação imperial. A luta contra a expansão de um modelo de globalização pouco sensível às desigualdades tem criado espaços de resistência que podem fazer desta mundialização um espaço de trocas mais humanitárias, intensificando a oposição aos mecanismos de exclusão, inclusão subordinada e de dependência que fazem parte do modelo hegemônico.

5.1. Uma racionalidade aberta x o pensamento único

Através de uma auto-crítica da racionalidade moderna, podemos identificar algumas possibilidades de fugir das aporias que a modernidade criou, procurando estabelecer uma reformulação que possa trazer respostas às angústias que os homens conhecem na atualidade, de forma a renovar as preocupações éticas, trazendo o estabelecimento de novos padrões que fujam da opressão instaurada.

A novidade da abordagem ética consiste primeiro e acima de tudo não no abandono de conceitos morais caracteristicamente modernos, mas na rejeição de maneiras tipicamente modernas de tratar seus problemas morais (ou seja, respondendo a desafios morais com regulamentação normativa coercitiva na prática política, e com busca

filosófica de absolutos, universais e fundamentações na teoria). Os grandes temas da ética – como direitos humanos, justiça social, equilíbrio entre cooperação pacífica e auto-afirmação pessoal, sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo – não perderam sua atualidade. Apenas precisam ser vistos e tratados de outra forma (BAUMAN, 1997, p. 08).

Deve-se negar a opressividade e a falta de perspectivas que nos são colocados pelo pensamento único, de forma a abalizarmos maneiras de nos livrar de um projeto que não é capaz de trazer condições mínimas de dignidade à vida humana. A nossa época traz demandas que dizem respeito a novas formas de se lidar com os problemas que foram trazidos pelos projetos universalizantes, expressos neste começo de século pelo discurso único. Tal perspectiva não é mais digna de credibilidade nos dias atuais e as instituições que se pautam na busca por absolutos, estão negligenciando a realidade plural e complexa existente. O modelo de racionalidade que sustenta estas práticas autoritárias e unidimensionais, deve passar por um processo de reconstrução, de forma a trazer as respostas necessárias para a emancipação humana.

Uma das bandeiras de luta mais importantes para a construção da contra-hegemonia é a desmercadorização de recursos úteis para a vida digna. Para isso, os marginalizados no processo de globalização hegemônico podem oferecer resistência ao criar laços de cooperação mútua entre as lutas locais, engrandecendo sua força e expandindo a contra-hegemonia. A emancipação que os movimentos sociais almejam, visa tornar as fissuras do modelo de globalização neoliberal insustentáveis. Tem-se o objetivo de promover uma distribuição democrática da riqueza, calcada no direito de cidadania para além do mercado, de forma que isto seja realizado transnacionalmente. Para tanto, uma reconstrução do paradigma teórico e político se faz necessário na criação das condições de visibilidade das expressões culturais inferiorizadas pela globalização hegemônica. A necessidade de se conter o declínio da organização republicana do Estado faz com que seja urgente a proposta de perspectivas que englobem, epistemológica e politicamente, as diferenças, estabelecendo instrumentos conceituais que encontrem novos potenciais para a racionalidade.

A emancipação humana deve permanecer no foco das propostas éticas e políticas necessárias para a criação de relações mais equitativas no mundo em que vivemos. Isso é algo que não pode ser estabelecido através de uma teoria geral, mas

repensado de forma a que os vários movimentos contra-hegemônicos, formados pelos subalternizados da globalização dominante, possam incorporar de uma maneira satisfatória as suas necessidades de vida. É necessário que nos dediquemos a buscar redefinições epistemológicas que apontem para outras maneiras de se direcionar o pensamento. A riqueza de tradições culturais existentes no mundo é muito mais ampla do que aquilo que é determinado pelo cânon ocidental. O estabelecimento de uma única concepção, que se sobressai às demais, como um indício de progresso, é de um extremo reducionismo e acarreta um desperdício das experiências que não estão sendo contempladas.

Para superar os limites do pensável atrelado ao estabelecido hegemonicamente, precisamos recorrer a uma teoria crítica, que seria

Toda teoria que não reduz a realidade ao que existe. A realidade de qualquer que seja o modo como é concebida é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades de existência e que portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que é existente. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação (SANTOS, 2009, p. 23)

Entendemos que, no sistema-mundo, da forma como ele ainda está em vigor, não faltam motivos para que possamos nos engajar na construção de referenciais éticos que possam trazer alternativas às iniquidades existentes, que foram acentuadas no processo de construção da modernidade. A crítica a esta racionalidade que se impõe e é indispensável para ampliar os limites do pensável no mundo, contemplando suas diversidades e experiências.

É necessário que façamos uma profunda avaliação das possibilidades de elaboração das alternativas históricas para o mundo em que vivemos, procurando refletir acerca de alguns indicativos e alguns quadros balizadores que apontam para a construção de uma nova realidade. A crise pela qual o modelo de civilização implantado passa, é uma crise de legitimidade. Precisamos buscar outras bases para que tenhamos condições de estabelecer a vida humana, do contrário a própria humanidade corre risco

de ser extinta. Para tanto, faz-se necessário que possamos trazer uma reestruturação das formas de conhecer o mundo. Nós temos um sistema em crise e sabemos que as bases que o sustentam, estão perdendo a legitimidade. A proposição de um paradigma da complexidade, que possa dar um lastro a novas propostas éticas com uma ênfase multicultural, pode ser de grande utilidade como instrumento para que possamos lidar com os problemas do tempo presente. Necessitamos construir alternativas que possuam vínculos com as possibilidades que nos são exigidas (WALLERSTEIN, 2003, p. 47-85).

O pensamento complexo busca implodir a unidimensionalidade decorrente da epistemologia moderna, recusando reconhecer como válida a maneira como o mundo é mutilado pelos abusos da racionalidade moderna. O que fundamenta esta nova forma de organizar o pensamento, é o reconhecimento da incompletude das formas de conceber a realidade. A razão instrumental traz a classificação e hierarquização das coisas sob a tutela do paradigma hegemônico, que governa as concepções de mundo que nós possuímos. As ações políticas, para atenderem às demandas daqueles que são colocados à margem do sistema-mundo, devem se coadunar aos padrões do pensamento complexo como uma das medidas necessárias para se evitar as catástrofes humanas que tanto se acumularam na modernidade.

A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropológica na sua microdimensão (o ser individual) e na sua macrodimensão (o conjunto planetário da humanidade) conduziu a infinitas tragédias e conduz-nos à tragédia suprema. Dizem-nos que a política deve ser simplificadora e maniqueísta. Certamente, na sua concepção manipuladora que utiliza impulsos cegos. Mas a estratégia política essa requer o conhecimento complexo, porque a estratégia evolui ao trabalhar com e contra o incerto, o acaso, o jogo múltiplo das interações (MORIN, 2003, p. 19).

Devemos estar atentos para as carências que a nossa época possui e trabalhar com atenção para as suas demandas. Se os princípios reguladores que lastreiam as práticas políticas não dão visibilidade para as complexidades existentes no mundo, mutilando a realidade existente, consequentemente as ações decorrentes deste modelo também serão mutiladoras. Para que os referenciais éticos que priorizam a emancipação humana possam se manifestar, devemos trabalhar com a diversidade e complexidade existente no mundo.

Esta cegueira faz parte da nossa barbárie. Faz-nos compreender que estamos sempre na era das bárbaras idéias. Estamos sempre na pré-história do espírito humano. Apenas o pensamento complexo nos permitirá civilizar o nosso conhecimento (IDEM, p. 23).

A racionalidade advém da necessidade que os homens possuem de colocar um ordenamento lógico no mundo, de forma que este possa ser inteligível, mas a razão deve estar em profundo diálogo com o mundo vivido, evitando impor a este os seus desígnios por se considerar absoluta. As propostas eticamente relevantes para a transformação do mundo são lastreadas pelo conhecimento do Outro enquanto portador de conhecimento e portador de suas pretensões de validade nas relações com a alteridade. Sob pena de transformá-la em uma simplificação grosseira e unilateral do mundo. Quanto mais o pensamento se propõe a incorporar as diferenças e estabelecer termos de convivência entre elas, mais ele se alinha ao paradigma da complexidade, capaz de incorporar as diversidades existentes no mundo.

Não podemos mais aceitar uma racionalidade que se veja incapaz de pensar nas conseqüências humanas que engendra. A razão deve ser capaz de uma auto-crítica, de forma a reconhecer suas vulnerabilidades e potenciais destrutivos. Cultivar uma razão que possua características emancipatórias, é de fundamental importância para construirmos a liberdade. Interpretamos o momento atual como sendo propício para que venhamos a submeter às relações de dominação sujeito-objeto que vieram sendo estimuladas pelo desenvolvimento econômico, para procurarmos trazer um patamar de intersubjetividade, uma relação comunicativa, linguisticamente mediatizada, que possui as condições de responder às necessidades de emancipação pelas quais procuramos nos orientar. As associações do paradigma moderno com o capitalismo acarretaram perda de liberdade ao renunciar ao mundo vivido. A racionalidade comunicativa foi obscurecida, fazendo com que a reificação e a dominação do homem pelo homem fosse estimulada. O poder que oprime e se expressa em nome da racionalidade, acabou por redundar na existência das mazelas humanas que observamos com a articulação do projeto da modernidade hegemônica. Precisamos estabelecer alguns fundamentos éticos que acompanhem a racionalidade, de forma a torná-la plural e incluyente. Algo que contribuiria para a satisfação do bem-estar de todos, o que não acontece com o paradigma vigente ao dar ênfase a uma perspectiva economicista. Tal modelo faria os

próprios homens decidirem o que deve ser produzido, evitando os custos sociais e ecológicos do industrialismo e consumismo desenfreados. A fé na ciência e no progresso engendrou forças que fugiram ao controle por não serem guiados por princípios éticos que possam frear os ímpetos dominadores.

Precisamos de uma atualização da racionalidade moderna, que contemple processos comunicativos, e busque perscrutar o que seja eticamente relevante através do diálogo e do entendimento mútuo e não de alguma verdade *a priori* guardada por uma pequena fração da humanidade que se arroga a superioridade em relação às demais. O projeto moderno alcançaria seus potenciais emancipadores a partir da racionalidade comunicativa, que teria condições de trazer à tona os potenciais que não foram realizados na modernidade. As instituições que agem alimentando e exercendo a disciplinarização, com o intuito de domesticar ou excluir aqueles que não se coadunam ao hegemonicamente estabelecido, devem ser reformuladas e repensadas. A razão comunicativa propõe uma ampliação no conceito de razão, levando em consideração as pretensões de validade das mais diversas manifestações culturais. Isso contraria frontalmente as relações de poder que estão em vigor, pois estas se distanciam da comunicação e do entendimento mútuos. Entendemos que as relações de poder arquitetadas na modernidade obstruem este paradigma da comunicação, esvaziando os potenciais emancipatórios que a racionalidade pode criar.

No mundo vivido, habitam diversas culturas e formas de vida, todas elas com suas pretensões de validade. Estas convivem entre si, criticando-se ou aceitando-se mutuamente, mas a comunicação entre elas é de fundamental importância para que se chegue a algum consenso. A ação comunicativa se realiza pela mediação das diferenças em busca do entendimento. O capitalismo, expandido para todo o mundo, funciona sob a lógica da racionalidade sistêmica, economicamente direcionada. Esta preponderância do econômico invade o mundo vivido, intervindo em esferas que deveriam ser tomadas pela razão comunicativa, recalcada pelo avanço da técnica, favorecendo o empreendimento dos mecanismos de dominação e esquadrinhamento, que não serão superados enquanto não se resgatar para o mundo vivido as suas capacidades comunicativas. O padrão de ciências empíricas, formulado a partir da relação sujeito-objeto, útil nas relações estratégicas de dominação, deve ser submetido a saberes éticos e compreensivos, fundamentados em uma hermenêutica. Este deslocamento cria um patamar de intersubjetividade, mais humanamente viável que o paradigma instrumental

manipulador, celebrado por muitos como única forma possível de se pensar a razão. (HABERMAS, 2000, p. 411-4452)

Em nossa concepção, a política, pensada de uma forma complexa, deve ser criadora destes espaços de intersubjetividade e não mais pela manipulação na qual o sujeito atua sobre o objeto através de ações bem sucedidas, que se realizam sobre o Outro, visto como objeto de intervenção. A exclusão, a invisibilidade e a subordinação, decorrentes do modelo hegemônico, afastam-se das complexidades realmente existentes ao excluir as relações dialógicas. As normas válidas para a convivência em comum requerem uma aceitação não coercitiva. A validação da normatividade discursiva é consensualmente orientada, levando em consideração as pretensões de validade existentes. As manifestações culturais existem em interação, mas não uma interação que venha a possuir critérios que valorizem ou dêem alguma forma de primazia a qualquer uma delas, mas sim uma interação que pressupõe o reconhecimento, a dignidade e a integridade de seus participantes (ROUANET, 1993, p. 214- 232).

Quando tomamos consciência de que a história e a cultura são as fontes de uma imensa variedade de formas simbólicas, bem como das especificidades das identidades individuais e coletivas, percebemos também, pelo mesmo ato, o tamanho do desafio representado pelo pluralismo epistêmico. Até certo ponto, o fato do pluralismo cultural também significa que o mundo se revela e é interpretado de modo diferente segundo as perspectivas dos indivíduos e grupos. [...] é só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação. Devemos então procurar saber como cada um dos demais participantes procuraria, a partir de seus próprios pontos de vista, proceder à universalização de todos os interesses envolvidos. O discurso prático pode, assim, ser compreendido como uma nova forma específica de aplicação do Imperativo Categórico. Aqueles que participam de um tal discurso não podem chegar a um acordo que atenda aos interesses de todos, a menos que todos façam o exercício de apontar pontos de vista dos outros, exercício que leva ao que Piaget chama de uma progressiva descentralização da compreensão egocêntrica que se tem do mundo (HABERMAS, 2004, p. 09-10).

Desta maneira, podemos verificar que a racionalidade expandida pelo mundo não o faz através do convencimento e da argumentação, mas pelo exercício da força e do poder. O mundo, sob a égide do capitalismo, passou a ser fortemente transformado e manipulado,

mas não compreendido, causando silenciamento e inexistência de diversas manifestações culturais, carregadoras de concepções de mundo com suas pretensões de validade.

Estas reflexões nos dão alguns elementos-chave para romper o desequilíbrio entre regulação e emancipação estabelecido pelas relações de poder criadas na modernidade. Tais críticas ao paradigma estão em consonância com o pensamento complexo, o que torna mais larga a percepção de mundo que podemos alcançar, sendo esta nova percepção, fomentadora de novas possibilidades para a promoção da vida humana, constituidora de uma ética que contemple as complexidades usualmente ignoradas. A regulação deve estar subordinada à emancipação, fazendo com que a razão, a ciência e a técnica estejam subordinadas às necessidades humanas. As novas formas de perceber o mundo nos indicam maneiras mais apropriadas de lidar com o Outro, fazendo-nos ter a noção das relações entre ignorância e conhecimento. A ignorância é uma ignorância de um determinado saber, assim como todo saber é um saber que se cultiva em detrimento de alguma determinada ignorância, não existindo saber nem ignorância absolutos. Esta reformulação epistemológica tem o intuito de fazer emergir as experiências reprimidas. A abertura da sensibilidade para os anseios destas manifestações de vida são captadas pelo que Boaventura Santos chama de sociologia das ausências. Tal conceito procura trazer as bases para se conferir visibilidade e reconhecimento às pretensões de validade dos marginalizados no sistema-mundo hegemônico, o que proporciona a criação de espaços para se agregar as diferenças e promover interações entre manifestações culturais diferentes.

Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância em particular. A aprendizagem de determinados saberes pode implicar o esquecimento de outros e, em última instância, a ignorância destes. Por outras palavras, a ignorância não é necessariamente um estágio inicial ou um ponto de partida. Poderá ser o resultado do esquecimento ou da aprendizagem implícitos no processo de aprendizagem recíproca através do qual se atinge a interdependência. [...] a ignorância é apenas uma forma de desqualificação quando o que está a ser aprendido é mais valioso do que o que se está a esquecer. A utopia do interconhecimento consiste em aprender novos e estranhos saberes sem necessariamente ter de esquecer os anteriores e próprios (SANTOS, 2006, p. 106).

A *sociologia das ausências* nos traz a possibilidade de reverter os processos de globalização, moldando-a em consonância com uma contra-hegemonia ligada aos que não desfrutam dos benefícios do sistema dominante. As trocas culturais do sistema-mundo hegemônico, baseadas em relações desiguais, criam hierarquizações e desigualdades, nas quais o poder é colocado em prática a partir de um princípio orientador das relações existentes. A emancipação pretendida é algo tão relacional quanto o poder, mas é fundamentado em novas formas de relação entre os diferentes. São criadas outras interações que venham a ferir os viciados princípios reguladores que causam as desigualdades e exclusões. Abarcar estas complexidades do mundo faz com que possamos apontar um vir a ser que expande as nossas expectativas de acordo com as demandas de sentido que nossa época possui. Nós possuímos em mãos as ferramentas epistemológicas para deslocar o núcleo sólido dos princípios reguladores hegemônicos instituídos na modernidade, podemos produzir diversos centros, que interagem dialogicamente entre si, criando uma forte proximidade entre inteligibilidades diferentes, estabelecidas a partir de diálogos possíveis e desejáveis. Entendemos que, assim, a vida humana estaria mais bem articulada a um pensamento que almeje integrar, de forma relevante, as experiências dos subalternos.

Em paralelo com a *sociologia das ausências*, também nos é útil trabalhar com o conceito de *sociologia das emergências*, que, além de uma ampliação simbólica, nos proporciona certas possibilidades de uma nova ética. A *sociologia das emergências* propõe um constante monitoramento ético acerca do que se coloca em nosso horizonte de expectativa (IDEM, p.118). Quanto mais ampla for a diversidade, maiores serão horizontes do pensável, maiores as possibilidades de alternativas ao mundo vivido.

A visibilidade das diversidades do mundo engendrada pelo pensamento complexo proporciona a integração cultural, o que capacita à realização prática daquilo que preconiza a *sociologia das ausências*. Tal aparato crítico deve ser combinado a atitudes políticas que se proponham a solapar as ideologias hegemônicas concatenadas com a lógica de mercado. Isso nos leva a refletir acerca de uma nova racionalidade para os direitos humanos, tão utilizado para as ações imperiais, mas que agora tome como lastro estas reflexões críticas.

O pensamento crítico, que procuramos realizar, deve estar voltado para a conscientização assim como para a mobilização social. É necessário reexaminar os direitos humanos sob esta ótica para que estes se tornem um eficaz instrumento

fomentador, na prática, da dignidade humana. Temos nos deparado com muitas amostras de que os direitos humanos, na forma como têm vigorado, não atendem às necessidades nem as condições mínimas de dignidade. O fosso entre os ricos e pobre só aumenta, a pobreza, a fome e a mortalidade não são freadas, intensificando a precarização da vida humana. Isto se dá ao mesmo tempo que certos indicativos de avanços em direitos civis e políticos aumentam.⁶² É preciso que se reinventem os direitos humanos, fazendo-os adquirir a credibilidade e desfazendo as suspeitas que os cercam. A falta de critérios na análise das infrações a estes direitos, a condescendência com tiranos aliados ao Ocidente assim como o uso destes direitos enquanto uma peça na engrenagem da construção de um projeto civilizador universalista de matriz liberal são os grandes responsáveis por estas suspeitas quanto aos direitos humanos serem guia para as alternativas emancipatórias. Durante o século XX, os movimentos sociais se uniam, em larga medida, em torno da linguagem revolucionárias de base marxista. Com limites apresentados pela maneira autoritária como tais projetos foram implantados tanto quanto o colapso da União Soviética, estas forças contra-hegemônicas vêm a recorrer aos direitos humanos, reinventando sua linguagem emancipadora e reelaborando as experiências de emancipação que fracassaram (SANTOS, 2004, p. 239-240).

A categoria direitos humanos, ao ser redefinida, nos escancara os importantes dilemas que a humanidade atravessa. As preocupações com a ética, que estamos procurando desenvolver, vêm se desdobrando principalmente dentro do bloco contra-hegemônico, o que nos faz pensar em referenciais éticos e políticos capazes de nos levar adiante nos processos de luta pelas condições de dignidade. Tais condições estariam de acordo com um universo de práticas sociais, econômicas, políticas, institucionais e culturais garantidores de um acesso mais igualitário aos bens materiais e imateriais, rompendo com os impulsos individualistas e egocêntricos assentados no racionalismo capitalista. Isto pode proporcionar aquilo que procuramos chamar de emancipação humana. As lutas dos movimentos sociais, fundamentais para qualquer processo de mudança social, devem se concentrar em torno da ampliação dos direitos necessários às condições de vida digna.

⁶² <<http://d.yimg.com/kq/groups/9752774/1821143434/name/CeD23-EntrevistaHerreraFlores>> Acessado em: 26 jun.2011.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas. O indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (SANTOS, 2000, p. 14)

Os direitos humanos são engendrados a partir de processos sociais estabelecidos pelos conflitos existentes e necessários dentro do âmbito social:

Dadas as lutas sociais que se desenvolvem cotidianamente, os sistemas de garantias são resultados de conflitos e lutas levados a cabo pelos seres humanos na busca pela dignidade humana. Ou seja, são os compromissos e deveres que surgem das lutas pela dignidade que devem estar presentes, primeiramente na análise dos direitos humanos (MORAIS, 2011, p. 101).

Os processos sociais a que estamos nos referindo, devem ser levados adiante pelos próprios grupos sociais interessados em promover a emancipação humana. O resultado das lutas empreendidas pelos seres humanos é o que pode nos trazer um horizonte de expectativa em que as potencialidades da vida sejam atendidas, assim é que são construídos os novos direitos humanos. A política deve ser um espaço de ação dos cidadãos diante do mundo em relação às suas necessidades. O esvaziamento da condição republicana, trazida pela lógica do mercado, pode ser revertido pelos embates sociais e políticos. A ética que propomos como referencial de ação, nos traz a possibilidade de politizar os direitos humanos a partir de uma perspectiva republicana, para que eles possam servir de ferramenta para se realizar sua capacidade emancipadora.

Devemos salientar que tais direitos, por serem processos sociais, são provisórios. É importante estarmos atentos a isso para não dogmatizarmos nem contornarmos de autoritarismo algo que deve ser uma ferramenta de emancipação. Os direitos humanos são conseqüências de processos de luta, derivados das condições sociais de desigualdade concreta (IDEM, p. 103). As potencialidades anti-sistêmicas que formam aquilo que chamamos de contra-hegemonia, são dependentes da força dos movimentos sociais, os reais condutores dos processos sociais que têm a capacidade de

garantir a reinvenção dos direitos humanos. A força destes movimentos sociais está intimamente atrelada à articulação e a interação destes movimentos entre si, de forma a traçar e a organizar os seus objetivos. Para isto, é necessário que estes movimentos sociais possam se fazer reciprocamente inteligíveis.

As críticas teóricas e epistemológicas surgem das insatisfações diante do mundo e têm a utilidade de mobilizar esforços que possam promover tais críticas. A consciência das situações concretas das injustiças, criadoras das desigualdades, pode impelir as pessoas para as lutas sociais. Estes movimentos sociais devem procurar redefinir o que se entende por bem comum, procurando promover a integração das perspectivas críticas existentes no mundo. A sociologia das ausências torna possível o mapeamento das bandeiras de luta dos excluídos. Para tanto, todo o aparato teórico vem a ser desenvolvido a partir da necessidade de complexificar o mundo. E a sociologia das emergências vem proporcionar a realização deste aparato crítico útil para a promoção da vida humana, trazendo uma expectativa de futuro viável para a realização das potencialidades emancipadoras. Isto é feito na medida em que se perscruta um horizonte de possibilidades concretas que apontem alternativas a partir do que se observa no nosso presente, múltiplo e complexo. A partir da ampliação dos saberes a respeito do mundo, produz-se também a ampliação das práticas que apontam para possibilidades de futuro.

O alargamento do campo simbólico efetuado pela sociologia das ausências nos remete a uma perspectiva viável de futuro, concretamente fundamentado nas experiência de mundo e descentralizado, o que revela possibilidades plurais. O mundo contemporâneo pode ser investigado sob uma lente crítica mais efetiva aumentando-se a consciência de sua amplitude cultural. Diante das iniquidades existentes, pretende-se criar inconformismo ante as experiências de mundo desaproveitadas. Estas análises críticas, que se caracterizam principalmente pelas suas propostas éticas, são necessárias para que a grande maioria da população mundial seja integrada às condições de dignidade, que atualmente abrangem apenas uma fração mínima de seres humanos, invariavelmente os alinhados ao modelo hegemônico.

O reconhecimento das diferenças, ao invés de gerar indiferenças mútuas entre aqueles explorados e oprimidos que vivem na pele a condição de precarização humana proporcionada pelas estruturas do capital internacional, deve uni-los a partir do que chamamos de tradução cultural, viabilizada pelos método da *hermenêutica diatópica*,

fundada nas bases teóricas da racionalidade comunicativa. Podemos observar este procedimento dialógico como uma das chaves-mestras para que se frutifiquem resistências de caráter planetário, assim como para o estabelecimento de termos de convívio e dignidade humana. Ao mesmo tempo em que se combate a universalização unidimensional, também se evita o problema da fragmentação excessiva do mundo, remediando a atomização e a indiferença criada pelo excesso de valorização das diferenças.

O trabalho de tradução intercultural realizado pela hermenêutica diatópica é de fundamental importância para o fortalecimento das contra-hegemonias, assim como para o estabelecimento de termos de convivência entre culturas diferentes. Entendemos por hermenêutica diatópica o procedimento que, através do diálogo intercultural, procura fazer com que determinada cultura, a partir de seu contexto, incluindo aí seus horizontes de expectativas, torne compreensivas outras manifestações culturais. A tradução cultural possibilita a visibilidade mútua das categorias de compreensão das formas de vida concernidas no diálogo (PANNIKAR, 2004, p. 220).

A hermenêutica diatópica parte da idéia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas. Admitir a relatividade das culturas não implica adotar sem mais o relativismo como atitude filosófica. Implica, sim, conceber o universalismo como uma particularidade ocidental cuja supremacia como idéia não reside em si mesma, mas antes na supremacia dos interesses que a sustentam. A crítica ao racionalismo decorre da crítica à possibilidade de teoria geral. A hermenêutica diatópica pressupõe, pelo contrário, o que designo por universalismo negativo, a idéia da impossibilidade da completude cultural. [...] O trabalho de tradução tanto pode ocorrer entre saberes hegemônicos e saberes não-hegemônicos como pode ocorrer entre diferentes saberes não-hegemônicos. A importância deste último trabalho de tradução reside em que só através da inteligibilidade recíproca e conseqüente possibilidade de agregação entres saberes não-hegemônicos é possível construir a contra-hegemonia (SANTOS, 2006, p. 126)

Estes trabalhos de tradução constituem sua relevância ao mostrar as bases para um movimento contra-hegemonico forte que possa trazer as possibilidades de uma globalização avessa à globalização neoliberal. Em um mundo tão plural e complexo,

devemos procurar teorias e práticas igualmente plurais e complexas para darem conta das exigências tanto de inteligibilidade quanto de referências éticas para os problemas existentes. Este é, ao mesmo tempo, um trabalho intelectual e político de construção da cidadania e da democracia. Também de construção da dignidade humana em suas mais variadas perspectivas. Tudo isto gera expectativas de um futuro que amenize os problemas existentes no presente, que devem encarados a partir de uma outra ótica, proporcionada, em nosso entendimento, pela sociologia das ausências. Estas discussões nos ajudam a repensar, também, o conceito de democracia, que, alinhada a estas discussões que propiciam a construção de uma ética multiculturalista, reúne as potencialidades necessárias para o seu pleno desenvolvimento. As instituições democráticas, através da força dos movimentos sociais, assim como da ação política institucionalizada, devem fomentar o alargamento do universo de decisões, algo que o sistema-mundo hegemônico não dá conta, pois se baseia nos imperativos do lucro e da acumulação, mascarados de liberdades individuais. Esta lógica dominante expurga a maior parte das pessoas das decisões políticas que lhes interessam. A intensificação da democracia só pode ser realizável estreitando-se os vínculos com a ética e a responsabilidade social, algo que ultrapassa intensamente as barreiras impostas pela racionalidade instrumental. O propósito da democracia é esfacelar as condições que levam à precarização da dignidade humana.

O que está em jogo nestes processos de construção da democracia, é o ideal de inclusão e participação acima discutidos, de forma a procurar recriar os espaços de ação política. O modelo de democracia pretendido possui como alicerces uma forte preocupação ética, possibilitando um maior aperfeiçoamento da convivência humana através do diálogo, onde os mais diversos atores sociais devem ser incluídos. Segundo esta lógica, os movimentos sociais estariam situados entre aquelas forças sociais que lutam pela ampliação do político e pelo aumento da cidadania, procurando trazer a inserção dos atores sociais que não estão contemplados. Tais propostas de ação contra-hegemônica visam alterar a correlação de forças existentes entre mercado/lógica econômica e inclusão social/dignidade humana. Os debates que vêm contestar o domínio do paradigma da racionalidade instrumental têm o potencial para quebrar com os ideais de universalidade que a globalização sistêmica, propulsionada pelas forças hegemônicas, procura divulgar. Não existe democracia sem abertura para a participação dos atores sociais. Isto torna explícita as insuficiências das concepções liberais.

5.2. Por uma nova cultura histórica e uma nova mídia

As questões que dizem respeito à democratização, baseadas no diálogo e na ampliação das possibilidades de participação popular, nos remetem a algumas reflexões acerca da cultura histórica. O movimento crítico que aqui estamos propondo como referencial de ação, pode nos ajudar a pensar sobre as necessidades de democratização das mais diversas esferas da sociedade. Este ensejo trazido por estes movimentos críticos, que trazem a erosão do discurso único e globalizante levado a cabo pelas instituições atreladas à hegemonia do mercado, precisam se tornar referência para a formulação de uma nova cultura histórica, comprometida com todo este manancial crítico formador de uma cultura de direitos humanos renovada. Para que tal renovação seja efetivada com êxito, deve perpassar uma reforma no aparato midiático, que produz, em larga medida, uma representação de mundo comprometida com os interesses de dominação do grande capital, financiador e regulador destes meios em favor de seus interesses. Os mecanismos que moldam o funcionamento dos meios de comunicação de massa servem à instrumentalização do poder, que cria o aparato ideológico necessário para o domínio. Livrar-se deste registro significa a criação de espaços de produção simbólica que contemplem as multiplicidades culturais existentes no mundo assim como suas demandas e expectativas (BLOTTA, 2009, p. 290-300). Uma cultura dos direitos humanos é a lente que propicia um olhar crítico sobre os modelos de desenvolvimento e democracia hegemônicos, extremamente reducionistas e unidimensionais. Romper com o ciclo vicioso do capital é algo de fundamental importância para acentuar o processo de democratização. A mudança nos mecanismos de funcionamento do aparato midiático é um caminho imprescindível para que se interfira eficientemente neste processo. A democratização destes veículos deve redefinir as prioridades que são dadas nestes meios, modificando o teor da cultura histórica veiculada. Isto é fundamental para o aprendizado democrático. Este processo deve enriquecer os fundamentos da produção cultural, afetando diretamente a cultura histórica.

A lógica do capital encontra nos meios de comunicação o aparato ideológico necessário para a manutenção da ordem hegemônica, tendo em vista que os interesses que legitimam esta ordem fazem parte do quadro de valores apreciado nestas publicações. O poder do projeto de civilização do capitalismo, sob a égide do poderio norte-americano, é frequentemente tratado como sendo a ordem natural das coisas. Este é um imperativo que vigora no processo de produção da cultura histórica nos grandes veículos de comunicação, que se transformam em uma parte extremamente importante para o capital no mundo atual. Esperar que a sociedade mercantilizada, na qual vivemos, estimule ou apóie o comprometimento com uma lógica econômica, alternativa à lógica econômica é de uma grande ingenuidade. O processo de formação dos indivíduos se situa predominantemente fora dos meios formais de educação.

As forças econômicas, através de seus imensos recursos, detêm um imenso poder sobre a mídia e, conseqüentemente, sobre a cultura histórica que hegemonicamente circula na sociedade. É condição para o modelo de democracia comprometido com demandas realmente democráticas que esse latifúndio midiático possa ser aberto para além dos limites estritamente controlados pelo capital. A maneira como todo este sistema empresarial se infiltra nos mecanismos de organização da cultura, representado neste estudo pela grande mídia, é intolerável. Medidas para a criação de espaços que se afastem da lógica sistêmica devem fazer parte das bandeiras de luta dos movimentos. Assim que estas forças democráticas comecem a conquistar maiores espaços, todo o discurso elitista, de que nenhuma mudança no ordem estabelecida é possível, cairá por terra. A democracia que almejamos, possui pouco espaço para se manifestar quando os grandes negócios possuem força e influência para estabelecer um controle desmesurado sobre os meios de comunicação. Entendemos que as doutrinas hegemônicas nos meios de comunicação não encontrariam tanto fôlego se não fosse pela intensa arregimentação da opinião pública, conseguida pelos apelos à comunicação de massa e à propaganda. Os meios veiculadores e difusores de uma larga escala da cultura histórica existente em nossa sociedade vivem a negação do pluralismo em favor de um sólido autoritarismo ideológico fundamentado na lógica econômica, sob uma aparência de pluralidade.

A informação é centralizada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de forma específica. Apesar de condições as técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação dominante (SANTOS, 2000, p. 66).

No Brasil, a revista *Veja*⁶³ pertence a um dos pouquíssimos conglomerados midiáticos que têm o domínio sobre os meios de comunicação no país. As possibilidades daqueles que não estão incluídos dentro destes limites, de conseguirem ser ouvidos em suas demandas, são mínimas diante da estrutura oligopolista na qual se monta o aparato midiático. A idéia de liberdade de expressão, de que todos podem se expressar livremente de acordo com suas demandas, cai por terra diante dos latifúndios midiáticos que são ocupados por uma minoria, ferindo-se um direito humano fundamental, que é o de expressar livremente as idéias. Para que os grupos sociais possam ser ouvidos e falar, é necessário que possuam capital. Sem a democratização que pretendemos, as concepções de mundo que formam a consciência das pessoas, estarão limitadas. Não surpreende o fato de observarmos tão frequentemente a naturalização das condições dos subalternos, estereotipadas de forma a serem colocados como secundários para a sociedade (ver segundo capítulo: a construção da cultura histórica em relação aos árabes). Isto é algo que interfere profundamente na cultura histórica veiculada na sociedade, na medida em que esta cultura histórica midiática possui um raio de abrangência e de influência esmagadoramente maior que o produzido dentro das universidades e das escolas de Educação Básica.

Tais veículos estão, em sua mais absoluta maioria, sob o controle de empresas privadas que procuram transmitir suas versões dos acontecimentos da contemporaneidade, manipulando a história em favor dos seus interesses. Aquilo que não é funcional ao modelo hegemônico, é sumariamente descartado. Os meios de comunicação hegemônicos praticam uma espécie de censura mascarada de liberdade de expressão, na defesa unânime do capitalismo e da sociedade de consumo. Sob o véu de uma aparente democracia, esconde-se um regime autenticamente opressivo e

⁶³ A revista *Veja* não é o único veículo que engendra este processo, o fato de mencionarmos este meio de comunicação se deve ao recorte do estudo.

oligárquico. Nestas circunstâncias, a linha entre o que é publicidade e o que é jornalismo, é bastante tênue, pois o veículo midiático precisa atender as demandas de quem lhe dá sustentação. Assim se garante a manutenção do monopólio. Neste jogo, quem possui mais riqueza, possui igualmente mais poder de influência, de forma que a liberdade é garantida para aqueles que têm condições de comprá-la.

Para que se promova a democratização dos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, a circulação de uma cultura histórica comprometida com a emancipação humana, precisamos garantir a participação e integração dos mais diversos atores sociais nestes espaços comunicacionais. Uma das mais importantes facetas da luta pela emancipação deve ser talhada contra o poder que os mecanismos de mercado exercem sobre a mídia. Quanto mais estes mecanismos estão livres para controlar o que se noticia (a cultura histórica hegemônica), menores são as possibilidades de integração e visualização das demandas dos diversos atores sociais. A manipulação política e ideológica esconde o traço autoritário da democracia censitária, promovida pelo neoliberalismo.

A criação de alguns marcos regulatórios para a mídia no Brasil é de fundamental importância para que se garanta a pluralidade e a diversidade de manifestações culturais dentro da sociedade. A democratização deve se dar, antes de tudo, na elaboração da consciência de que os meios de comunicação devem prestar um serviço público, criando-se limites para a publicidade das empresas privadas que monopolizam o setor, impedindo que os excessos do capital expandam sua influência sobre a organização da cultura. Para que se atendam às demandas de democratização da mídia, amplos setores da sociedade devem se organizar e participar de discussões que estabeleçam as diretrizes da regulamentação, sendo o Estado o responsável por garantir a criação destes espaços de discussão, se tornando agente da democratização midiática. O fundamental dos esforços realizados pelos movimentos que procuram democratizar a mídia, é lutar para que se esvaziem ou se minimizem os mecanismos de organização da cultura pelo jogo do mercado.

Os espaços midiáticos devem ser reflexo da cultura democrática que pretendemos intensificar, constituindo-se em um campo educacional, útil na construção de uma sociedade democrática, que possua como lastro o multiculturalismo ético emancipador, a que nos referimos ao investigar sobre direitos humanos, retirando da

mídia o papel de reprodução dos direcionamentos ideológicos do mercado para desempenhar uma importante função na educação para a cidadania. É um projeto que pode enriquecer a cultura histórica existente na nossa sociedade. Pelo seu poder de abrangência, a democratização midiática tem condições de trazer um forte impacto ao procurar colaborar para processos pedagógicos libertadores, que sirvam de complemento para a educação formal (BRASIL.PNEDH, 2007. P.40). Estas modificações tornariam o funcionamento da mídia consonante com o que se prevê na Constituição brasileira.

A legislação que orienta a prestação desses serviços ressalta a necessidade de os instrumentos de comunicação afirmarem compromissos previstos na constituição federal, em tratados e convenções internacionais, como a cultura de paz, a proteção ao meio ambiente, a tolerância e o respeito às diferenças de etnia, raça, pessoas com deficiência, cultura, gênero, orientação sexual, política e religiosa, dentre outras. Assim, a mídia deve adotar uma postura favorável à não-violência, e ao respeito aos direitos humanos, não só pela força da lei, mas também pelo seu engajamento na melhoria da qualidade de vida da população (IDEM).

O teor da cultura histórica veiculada na sociedade é, invariavelmente, associado às formas como o poder é praticado dentro dela. Portanto, os órgãos que a divulgam, devem estar sempre sujeitos a críticas e a debates com a sociedade, algo necessário para estabelecer-se uma sintonia fina com uma cultura dos direitos humanos, o que capacita e impulsiona a cidadania. Esta é a condição para se estabelecer uma democracia de grande intensidade, o que é imprescindível para solapar as práticas que produzem inconsciência e trazem a reificação da condição humana ao recorrerem ao uso de estereótipos desqualificadores e simplificações grosseiras de complexos processos históricos, tudo em nome do mercado. As mídias devem se redefinir em favor da preparação para o convívio e a aceitação da diversidade. A cultura histórica neste processo deve recorrer a meios de superação da barbárie existente, fornecendo meios de fortalecimento das resistências e superando a apatia. A inércia política, a falta de compromisso com os problemas sociais, os apelos mercadológicos fomentadores da inércia social podem ser significativamente amenizados por uma reforma midiática que reorganize a cultura como um todo e, em particular, a cultura histórica, abrindo novas

expectativas de futuro que vão além das condições de barbárie atuais, que atualizam Auschwitz⁶⁴. A democratização dos meios de comunicação de massa é uma das principais bandeiras da democracia construída pelo alargamento do nosso paradigma discutido neste estudo, implicando necessariamente na expansão do campo cultural, o que vem a promover uma nova cultura histórica.

Para concluir estas reflexões acerca da cultura histórica, em suas relações com a mídia e com a sociedade no tempo presente, pretendemos trazer algumas breves reflexões acerca do papel do historiador no contexto atual, quanto a sua ignorância em relação às demandas de sentido do nosso tempo. O trabalho intelectual realizado nas academias está nas zonas mais longínquas dos centros organizadores da cultura, tendo uma influencia quase desprezível sobre a sociedade. A sua postura guarda relação com as questões que afligem o presente, mas os historiadores parecem ignorá-las. O historiador acadêmico deve procurar fazer frente a esse monopólio hegemonicamente estabelecido da cultura histórica pelos meios de comunicação de massa, instaurando o seu território como um contra-poder de tendência crítica. Seria isto algo que está à altura da responsabilidade social que lhe deve ser incumbida. Testemunhamos, a todo momento, a circulação de uma cultura histórica promovida através de falsificações e/ou do pensamento do Outro, espetacularização, denúncias e difamações, *slogans* e estereótipos maniqueístas invadirem a consciencia popular. Enquanto isso, os historiadores profissionais empenham muito mais as suas preocupações na lógica produtivista do Currículo Lattes, denominada apropriadamente por seus críticos de “fordismo acadêmico”, assim como em disputas institucionais do âmbito interno às academias que nada trazem de importante para a compreensão dos problemas da sociedade. A omissão com relação a estas questões é uma falta grave e lamentável para o profissional da história.

As coerções e as formas de se estabelecer e manter o sistema em que vivemos, é montada não apenas através do uso da força, mas também pela infiltração ideológica que impregna a nossa vida e a nossa forma de compreender o mundo. A crítica ao presente e a consciência de suas carências deve ser um material valioso para a produção

⁶⁴ Entendemos Auschwitz como um termo que indica os extremos de barbárie e sofrimento humano, um símbolo de falência da cultura moderna. Para conhecer mais sobre o tema consultar Theodor Adorno em: <<http://www.digao.bio.br/bau/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>> acessado em: 01.jul.2011.

de um trabalho historiográfico. Para que isto seja feito, é necessário trabalhar para que se possa retirar da história os mecanismos de desenvolvimento naturalizados pelo discurso hegemônico dos meios de comunicação, adotando-se novas diretrizes, diferentes das estabelecidas em função dos avanços econômicos, tecnológicos e industriais. Os mecanismos de exploração do sistema capitalista, que engloba, pelos mais diversos artifícios, toda a humanidade, produz intensos desajustes sociais. É de fundamental importância que os historiadores estejam atentos a que tipo de cultura histórica circula em sua sociedade. As demandas de sentido do mundo contemporâneo se fazem indispensáveis. Uma responsabilidade social da qual os historiadores não podem se eximir.

A mais urgente das tarefas parciais, hoje, é a de refazer a história do capitalismo, não como uma fase do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim como uma etapa das formas de exploração, de modo que nos ajude a entendê-lo melhor e a combatê-lo mais eficazmente, para substituí-lo por formas de organização social mais justas e mais livres, que garantam uma melhor satisfação das necessidades coletivas dos homens. Assim a história deixará de ser conhecimento livresco para recuperar sua legítima função de instrumento para a construção do futuro (FONTANA, 1998, p. 266).

A reelaboração da idéia do papel dos historiadores deve corresponder à necessidade de influenciar a orientação para a vida prática. É do ofício do historiador, como lembrava Marc Bloch (2000), refletir sobre o mundo em que vive. Isso só é possível ao se voltar a atenção para a cultura histórica produzida no mundo em que se vive, debruçando-se para as expectativas que se tornam possíveis e necessárias. Procuramos estabelecer um lastro para o futuro, ao perspectivarmos o multiculturalismo emancipador como uma referência ética útil para uma nova arquitetura da sociedade, recusando o modelo de globalização que é produto direto daqueles ideais de progresso linear frutos da modernidade. As esperanças que procuramos suscitar no nosso horizonte de expectativa, são utopias que fomentem o trabalho que temos a fazer no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor ; HORKHEIMER, Max. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Os Pensadores).

_____. **Indústria Cultural e Sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. Trad. Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALI, Tariq. **Bush na Babilônia: A recolonização do Iraque**. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Confronto de Fundamentalismos**. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A Nova Face do Império: os conflitos mundiais do século XXI em entrevistas a David Barsamian**. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**.- São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ANDERSON, Perry. **O Fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ARBEX JR, José. **Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre mídia e poder**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Vol. II. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Ética pós-moderna**. Trad. João Resende Costa, São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BLOTTA, Vitor Sousa Lima. A Inclusão Pelo Simbólico: linguagem, dominação e transformação. In: BITTAR, Eduardo C. B. **Direitos Humanos do Século XXI: Cenários de Tensão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009 (p. 283-300).

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a globalização neoliberal**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa duração. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota; In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História.** São Paulo: Perspectiva. 1978.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro.** Trad. Luiz Antônio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Ambições Imperiais:** o mundo pós-11/09 em entrevistas a David Barsamian. Trad. C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. **Contendo a Democracia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Controle da Mídia:** os espetaculares feitos da propaganda. Trad. Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

_____. **Piratas e Imperadores:** antigos e modernos no mundo real. Trad. Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Poder e Terrorismo:** entrevistas e conferências pós-11 de setembro. trad Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record: 2005.

_____. **Uma nova Geração Define o Limite.** Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. HERMAN, Edward. **A Manipulação do Público.** Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo. Futura:2003.

_____. **Propaganda Ideológica e Controle do Juízo Público.** Trad. Daniele Mendes Sales. Rio de Janeiro. Achiamé, S/D.

COMTE, Augusto. A Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade. In: GARDINER, Patrick (org.). **Teorias da História.** Trad. Vítor Matos e Sá. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1964 (p. 90-103).

CONDORCET, Antoin-Nicolas. O Progresso do Espírito Humano. In: GARDINER, Patrick (org.). **Teorias da História.** Trad. Vítor Matos e Sá. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1964 (p. 62-71).

DAVUTOGLU, Ahmet. Cultura Global *versus* Pluralismo Cultural: hegemonia civilizacional ou diálogo e interação entre civilizações. Trad. Roberto Cataldo Costa. In: BALDI, César Augusto. **Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (p. 105-128).

DÉBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo:** O canto do cisne. v.2. Trad. de Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.

EAGLETON, Terry. De onde Vêm os Pós-Modernistas. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em Defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 23-32.

FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer **Paradigmas Inconclusos** : os contratos entre a autonomia privada, a regulação estatal e a globalização dos mercados. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. Trad. Dóris Saches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação**. Trad. Wladimir Araújo. São Paulo: IBRASA. 1983.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: história e cultura histórica. In: *Saeculum*. Revista de História/UFPB. v.16. João Pessoa, 2007.

FONTANA, Josep. **Análise do Passado e Projeto Social**. Trad. Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. **A História dos Homens**. Trad. Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Trad. Álvaro Lorencini; São paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GADAMER, Hans-George. **O Problema da Consciência Histórica**. Trad. Paulo César Duque Estrada, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GONÇALVES, Regina Célia. **Vidas no Labirinto**: Mulheres e Trabalho Artesanal – Um Estudo de Caso sobre a Chã dos Pereira (Ingá-PB). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1985.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Trad. Luís Sergio Repa e Rodnei do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A Ética da Discussão e a Questão da Verdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Zeljko Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Os Pensadores).

HADDOCK, B. A. **Uma Introdução ao Pensamento Histórico**. Trad. Maria Branco. Lisboa : Gradiva, 1989.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Edições Loyola: 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das letras, 1995.

_____. **Era dos Impérios 1875-1914**. Trad. Sieni Maria campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Trad. José Viegas; São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

HOURLANI, Albert Habib. **Uma História dos Povos Árabes**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. MariaElisa Cevalco. São Paulo: Editora Ática, 1996.

KANT, Emmanuel. A Idéia de Uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita. In: GARDINER, Patrick (org.). **Teorias da História**. Trad. Vítor Matos e Sá. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1964, p. 29-41.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

_____, **historia/Historia**. Trad. Antonio Gómez Ramos. Madrid: Minima Trotta, 2004.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

LAGROU, Pieter. Sobre a Atualidade da História do Tempo Presente, Trad. Norma Domingos. In: PORTO, Gilson. **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.

MÉSZAROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAIS, Hugo Belarmino de. **Entre a Educação do Campo e a Educação Jurídica:** a experiência da turma “Evaldo Lins e Silva” da UFG derrubando as cercas do saber jurídico. João Pessoa, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Trad. Dulce Matos. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 2003.

NADER, Alexandre Antônio Gili. **Tempo e Conhecimento:** Dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma História do tempo recente/presente (1968-2002) da educação superior brasileira. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ORWELL, George. **1984.** Trad. Alexandre Hubner, Eloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PANIKKAR, Raimundo. Seria a Noção de Direitos Humanos um Conceito Ocidental?. Trad. Roberto Cataldo Costa. In: BALDI, César Augusto. **Os Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (p. 205-238).

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.(p. 40)

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação.** Petrópolis, Vozes, 1999.

REIS, José Carlos. **História e Teoria:** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O Processo Civilizatório:** etapas da evolução sócio-cultural. Petrópolis: Vozes, 1983.

RICOEUR, Paul. Da memória e da reminiscência. In:_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. **O Mal-Estar na Modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RÜSEN, Jörn. Didática: funções do saber histórico. In:_____. **História Viva.** Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007.

_____. Pragmática: a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: **Razão histórica.** Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2001.

SADER, Emir. Para Outras Democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Democratizar a Democracia:** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (p. 649-678).

_____. **Século XX, Uma biografia não-autorizada:** O século de imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Cultura e Resistência:** entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Trad: Rosa Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A Gramática do Tempo.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: _____. (org.) **Democratizar a Democracia:** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

_____. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: _____. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. In: BALDI, César Augusto (org.). **Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 239-278.

_____. Os Processos de Globalização. In: _____. (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo, Cortez, 2002, p.25-101.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Carla Luciana. **Veja:** o indispensável partido neoliberal (1989/2002); Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura e Educação em/para Direitos Humanos. In: _____, *et alii*(orgs.). **Educação em Direitos Humanos:** Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa Universitária/UFPB, 2007, p. 245-273.

THOMPSON, Edward Palmer. **Exterminismo e Guerra Fria.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

URIBE, Armando. **A Intervenção Americana no Chile:** livro negro. Lisboa: Europa-América, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano.** Trad. Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **O Universalismo Europeu:** a retórica do poder. Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Utopística ou as Decisões Históricas do Século Vinte e Um.** Trad. Vera Lúcia Mello. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a Agenda “Pós-Moderna”? In: _____; Foster, John Bellamy (orgs). **Em Defesa da História:** marxismo e pós-modernismo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 07-22.

ZIZEK, Slavoj. **Bem Vindo ao Deserto do Real.** trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.